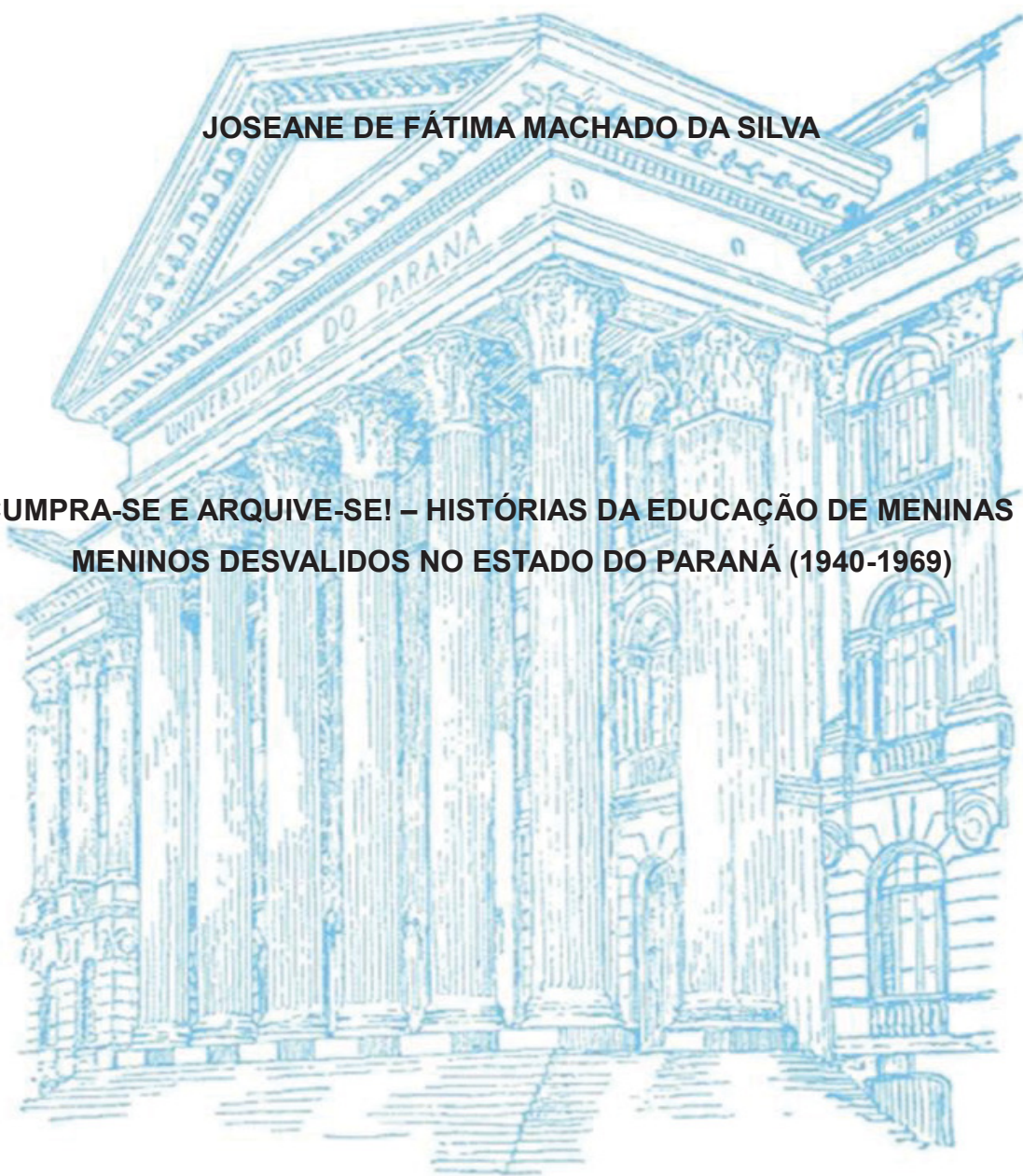


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSEANE DE FÁTIMA MACHADO DA SILVA

**CUMPRASE E ARQUIVE-SE! – HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO DE MENINAS E
MENINOS DESVALIDOS NO ESTADO DO PARANÁ (1940-1969)**



CURITIBA

2015

JOSEANE DE FÁTIMA MACHADO DA SILVA

**CUMPRA-SE E ARQUIVE-SE! – HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO DE MENINAS E
MENINOS DESVALIDOS NO ESTADO DO PARANÁ (1940-1969)**

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação, na área temática de História e Historiografia da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, curso de Doutorado em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dra. Gizele de Souza

CURITIBA

2015

Catálogo na Publicação
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB 9/1746
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Silva, Joseane de Fátima Machado da

Cumpra-se e Arquive-se! – Histórias da Educação de Meninas e Meninos Desvalidos no Estado do Paraná (1940-1969). / Joseane de Fátima Machado da Silva. – Curitiba, 2015.

308 f.

Orientadora: Prof. Dr. Gizele de Souza.

Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

1. Educação – Assistência. 2. Educação – Menores. I. Título.

CDD

372.21

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Educação
Programa de Pós-graduação em Educação



PARECER

Defesa de Tese de Joseane de Fátima Machado da Silva para obtenção do Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza, Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Soares de Gouvea, Prof.^a Dr.^a Sonia de Oliveira Camara Rangel, Prof.^a Dr.^a Silvia Maria Favero Arend e Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Tese: "CUMPRA-SE E ARQUIVE-SE! HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO DE MENINOS E MENINAS DESVALIDOS NO ESTADO DO PARANÁ (1940-1969)".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. ^a Dr. ^a Gizele de Souza		aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Maria Cristina Soares de Gouvea		aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Sonia de Oliveira Camara Rangel		aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Silvia Maria Favero Arend		aprovada
Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta		aprovada

Curitiba, 27 de fevereiro de 2015.

Prof.^a Dr.^a Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do PPGE

Ata (191) cento e noventa e um referente a sessão pública de Defesa de Tese de Doutorado em Educação. Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às nove horas, nas dependências do Programa de Pós-graduação em Educação, instalou-se a sessão pública da Defesa de Tese, intitulada "CUMpra-SE E ARQUIVE-SE! HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO DE MENINOS E MENINAS DESVALIDOS NO ESTADO DO PARANÁ (1940-1969)", desenvolvida pela doutoranda Joseane de Fátima Machado da Silva, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza, que presidiu a Banca. A Banca Examinadora composta também pelos Professores Doutores Maria Cristina Soares de Gouvea, Sonia de Oliveira Camara Rangel, Silvia Maria Favero Arend e Marcus Levy Albino Bencostta. A Presidenta da Banca Examinadora declarou aberta a sessão e passou a palavra à doutoranda, que desenvolveu uma exposição oral de seu trabalho de Tese. Após a exposição, teve lugar o procedimento de arguição de cada membro da Banca, bem como a defesa, pela doutoranda, das questões arguidas. Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se sigilosamente e exarou Parecer Final de que a doutoranda está Apta a receber o título de DOUTORA em Educação. A Presidenta da Banca Examinadora declarou que a candidata foi aprovada e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de DOUTORA em Educação, Área de Concentração Educação, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias a contar desta data, a versão final da Tese, versão esta devidamente aprovada pela professora orientadora. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora e pela candidata. Curitiba, vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze.

A banca destaca a qualidade e a relevância acadêmica e social de tese, a originalidade e o trato com as fontes; a importância do tema para o debate histórico e

[Assinatura]
Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza

[Assinatura]
Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Soares de Gouvea

[Assinatura]
Prof.^a Dr.^a Sonia de Oliveira Camara Rangel

[Assinatura]
Prof.^a Dr.^a Silvia Maria Favero Arend

[Assinatura]
Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta

[Assinatura]
JOSEANE DE FATIMA MACHADO DA SILVA

contemporâneos. Sugere ainda a sua publicação.

CONFERE COM O ORIGINAL

Em

27/02/2015

PATRICIA BIANCHI
Matr. 1651473



Ao meu filho Lucas Henrique, meu já grande, menino inspirador...

À minha afilhada Laura, minha pequena, menina encantadora...

AGRADECIMENTOS

A gratidão é a memória do coração.

Antístenes

Agradecer, nunca foi uma palavra difícil para mim e talvez por esse motivo não seja fácil, neste momento, agradecer a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para que eu concluísse mais um objetivo de minha vida, porque a razão me diz que não há como nomeá-los a todos, mas o coração está repleto de nomes que mesmo que eu não os nomeie, permanecerão lá, para sempre...

Portanto, de maneira geral, agradeço a todas as pessoas que passaram pela minha vida, não somente nestes últimos quatro anos, mas durante toda a minha vida, porque cada uma delas contribuiu efetivamente para tudo o que eu fui capaz de produzir nessa pesquisa, na medida em que acredito que o que escrevemos em uma tese de doutorado em educação não é somente resultado de quatro anos de pesquisa, mas de uma concepção de vida e de educação que se constrói nas relações e interações com os outros e o mundo.

De forma mais específica, agradeço...

À Deus, por ter me mantido até aqui, diante de muitas adversidades, sem perder a esperança, a persistência, a força e a fé.

Aos professores e professoras da Linha de História e Historiografia da Educação da UFPR: Dulce Osinski, Liane Maria Bertucci, Leziany Daniel, Carlos Eduardo Vieira e Marcus Levy A. Bencostta. À vocês, uma enorme gratidão por terem contribuído imensamente para a ampliação da construção dos meus saberes.

Aos meus colegas de doutorado: Andréa, Ederson, Jonathan, Juarez, Márcia, Rodrigo e Rossano, pelas interlocuções, nas disciplinas que participamos, durante o nosso percurso acadêmico.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa em História da Infância: Ana Júlia, Andréa, Alessandra, Elisangela, Etienne, Franciele, Jordana e Juarez, pela fraternidade intelectual e pela amizade. Especialmente, à Etienne, por ser solidária e disponível nos momentos mais difíceis; ao Juarez por sempre ter uma palavra que me auxilia na reflexão; à Andréa por me fazer compreender as minhas angústias e fragilidades ao compartilhar as suas próprias; e à Franciele pela solidariedade,

disponibilidade e incentivo em todos os momentos, e pelo apoio técnico na finalização do texto.

Às minhas colegas do Departamento de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, pelas palavras de incentivo, carinho e compreensão, diante das inúmeras demandas de trabalho, em conjunto com a construção de uma Tese.

À toda minha família, especialmente, aos meus pais, por compreenderem as minhas ausências e me apoiarem; ao meu filho Lucas por ser triplamente indispensável em minha vida, enquanto filho, amigo e inspiração; minha sobrinha Manuela, que não me deixou esquecer o que era brincar e ser criança, durante esses quatro anos; e minha afilhada Laura, por ao batalhar por sua vida, ter me impulsionado a perseverar...

Aos professores que participaram da minha banca de qualificação e contribuíram para o aprimoramento da minha pesquisa, com preciosos apontamentos: Marcus Levy A. Bencostta, Maria Cristina Gouvea e Sonia Camara.

Aos professores da minha banca de defesa: Marcus Levi A. Bencostta, Maria Cristina Gouvea, Sonia Camara e Sílvia Mária Fávero Arend, pela honra, pelo prazer e pela alegria que me proporcionaram, ao aceitarem apreciar o meu trabalho.

À minha, para sempre orientadora, Gizele de Souza, por todos os saberes que eu construí, durante todo esse percurso, desde o mestrado. À Gizele a minha incomensurável e eterna gratidão, por sua generosidade, por sua amizade e pelo respeito que sempre teve por mim. E mais, obrigada pelo prazer de produzir um trabalho sob a orientação de uma pessoa admirável com a qual se tem em comum concepções de mundo, de sociedade, de pessoa, de infância, de criança e de Educação Infantil.

RESUMO

Essa pesquisa intitulada “Cumpra-se e Arquive-se! - Histórias da Educação de meninas e meninos desvalidos no Estado do Paraná (1940-1969)”, está inserida nas investigações no campo da História e da Historiografia da Educação e tem o objetivo de compreender, como se constituiu e que significados tiveram, os encaminhamentos direcionados à educação de meninas e meninos desvalidos, que passavam pelo “Juízo de Menores da Capital” e eram encaminhados de volta à sua família, para uma instituição de assistência ou para uma família que assinava um Termo de Responsabilidade e Guarda, no período de 1940 a 1969, de forma a assinalar as peculiaridades dessa determinada Educação. Portanto, o seu objeto de estudo são os “menores” – meninos e meninas desvalidos que passavam pelo Juízo de Menores de Curitiba. Neste sentido, o problema fundamental desse estudo é: como, por quem e com quais intencionalidade as meninas e os meninos desvalidos que passavam pelo Juizado de Menores de Curitiba foram educados? Diante disso, esse estudo assinala que as meninas e os meninos que se encontravam em condição de desvalia e eram encaminhados para o Juizado de Menores, estavam sob os auspícios de um Juiz de Menores que tinha a intenção de encaminhá-los para que fossem tratados, colocados, guardados, vigiados e educados, conforme o Código de Menores de 1927. No entanto, o grande fluxo de meninas e meninos desvalidos, a desestruturação das instituições de assistência e o descaso das famílias que assinavam o Termo de Responsabilidade e Guarda, resultava, na maioria dos casos, por um lado, em uma educação que priorizava a servidão e a sujeição, com determinada despreocupação com a escolarização, e por outro lado, na insatisfação de meninas e meninos que contestavam e resistiam, alguns em busca de uma remuneração, outros de escolarização e quase todos de libertação. Para corroborar com essa tese, as principais fontes analisadas foram os Autos dos Processos do Juizado de Menores de Curitiba, O Jornal Correio do Paraná, os Relatórios e Mensagens de Governo, os Relatórios da Diretoria Geral da Educação e os Livros Registros dos Educandários Caetano Munhoz da Rocha e Santa Felicidade. Essas fontes foram interpretadas à luz de diferentes autores, em uma abordagem sociocultural que considera que em todas as gerações da Escola dos Annales, desde Marc Bloch (2001, p. 128) e Lucien Febvre (2009, p. 43-44) até os dias atuais, uma palavra deve dominar e iluminar os nossos estudos: compreender.

Palavras-chave: Meninas e Meninos desvalidos. Educação. Juizado de Menores, Instituições de Assistência. Família.

ABSTRACT

The present research entitled “Comply and File! - Histories of Education of underprivileged boys and girls in the State of Paraná (1940-1969)” is inserted in investigations in the field of History and Historiography of Education; it aims to understand the meanings and formation of the referrals directed to the education of underprivileged boys and girls who passed through the “Juvenile Court of the Capital” and were sent back to their families or referred to a care institution or to a family that signed a Term of Responsibility and Custody within the period from 1940 and 1969 in order to point out the peculiarities of that particular Education. Therefore, its object of study consists of “minors” – underprivileged boys and girls who passed through the Juvenile Court of Curitiba. In this sense, the key issue of this study is: how, by whom and with what intention the underprivileged girls and boys who passed through the Juvenile Court of Curitiba were educated? Thus, this study points out that the underprivileged boys and girls who were referred to the Juvenile Court were under the auspices of a Juvenile Judge who intended to refer them to be treated, placed, maintained, monitored and educated in accordance with the 1927 Children's Code. However, the large influx of underprivileged boys and girls, the collapse of care institutions and the neglect by families who signed the Term of Responsibility and Custody often resulted on the one hand in an education that prioritized servitude and submission with certain indifference in relation to schooling, and on the other hand in the discontentment by boys and girls who questioned it and resisted; some in search of remuneration, others in search of education, and almost all in search of liberation. To corroborate this thesis, the main sources analyzed include the Records of the Juvenile Court of Curitiba, the newspaper *Correio do Paraná*, the Government Reports and Messages, the Reports of the General Board of Education and the Register Books of the Education Establishments Caetano Munhoz da Rocha and Santa Felicidade. These sources were interpreted in the light of different authors in a sociocultural approach that considers that in all generations of the Annales School, from Marc Bloch (2001, p. 128) and Lucien Febvre (2009, p. 43-44) to the present days, a word must govern and enlighten our studies: understanding.

Keywords: Underprivileged Boys and Girls. Education. Juvenile Court, Care Institutions. Family.

*A terra do sofrimento dos pobres não é uma
terra exótica ou selvagem a visitar; é a
matriz de uma comunidade social, por vezes
mesmo sua terra de origem.*

Arlette Farge

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO N.1: FAIXA ETÁRIA POR SEXO DE 0 A 29 ANOS	17
QUADRO N. 2: DIVIDAS E RECEITAS DO PARANÁ NOS ANOS DE 1932 E 1942	22
QUADRO N.3 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A SAÚDE PÚBLICA NO PERÍODO DE 1938 A 1942	60
QUADRO N. 4 – CONSTRUÇÕES EFETIVADA NO ÂMBITO DA SAÚDE PÚBLICA NO PERÍODO DE 1938 A 1942.....	61
QUADRO N. 5: INSTITUIÇÕES PARANAENSES VINCULADAS AO DECR EM 1958	66
QUADRO N. 6 – INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS MENINAS E AOS MENINOS DESVALIDOS NO ESTADO DO PARANÁ VINCULADAS AO IAM NO ANO DE 1967	68
QUADRO N. 7: MOVIMENTO DO CAMPO ASSISTENCIAL DO ESTADO DO PARANÁ EM 1968	70
QUADRO N.8: NOTÍCIAS REFERENTES AOS TERMOS UTILIZADOS NOS JORNAIS PARA SE REFERIR ÀS MENINAS E AOS MENINOS.....	81
QUADRO N.9: FAMÍLIAS PARA ONDE MARIANA FOI ENCAMINHADA	149
QUADRO N.10: FAMÍLIAS PARA ONDE AMÉLIA FOI ENCAMINHADA	152
QUADRO N.11: FAMÍLIAS PARA ONDE PAULA FOI ENCAMINHADA	177
QUADRO N.12: FAMÍLIAS PARA ONDE MARIA ARACI FOI ENCAMINHADA	179
QUADRO N.13: MOVIMENTO DE MENORES NOS ANOS DE 1948 E 1949, DE ACORDO COM A SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	203
QUADRO N.14 – ESCOLAS DE TRABALHADORES RURAIS E PESCADORES CRIADAS E MANTIDAS PELO ESTADO NO ANO DE 1942.....	204
QUADRO N.15: ESCOLAS DE ENSINO RURAL EM FUNCIONAMENTO NO ANO DE 1958:	207
QUADRO N.16 :INSTITUIÇÕES DE PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO DE DOENÇAS PARA FILHOS DE INFECTADOS, ENUMERADAS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE EM 1950.	212

QUADRO N.17: OFÍCIOS REGISTRADOS NOS AUTOS EM OUTUBRO DE 1939, ENCAMINHADOS PELO JUÍZO PRIVATIVO DE MENORES AO SECRETÁRIO DA VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA SOLICITANDO VAGAS	229
QUADRO N.18: FLUXO DE MENINOS NA ESCOLA DE PESCADORES “ANTONIO SERAFIM LOPES” EM 1939.....	229
QUADRO N.19: PRODUTOS COLHIDOS NA ESCOLA DE PESCADORES “ANTONIO SERAFIM LOPES”, EM 1939.....	230
QUADRO N.20: PRODUTOS PLANTADOS NA ESCOLA DE PESCADORES “ANTONIO SERAFIM LOPES”, EM 1939.....	230
QUADRO N.21: ANIMAIS EXISTENTES NA ESCOLA DE PESCADORES “ANTONIO SERAFIM LOPES”, EM 1939.....	231
QUADRO N.22: A SITUAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO ANO DE 1932 E 1942	248
QUADRO 23: O ENSINO PRIMÁRIO GERAL EM 1950	253
TABELA 1: ALGUNS TRIBUNAIS DE MENORES NO CONTEXTO INTERNACIONAL	46
TABELA 2: SOLICITAÇÕES DE REGISTROS DE NASCIMENTOS REALIZADAS POR MULHERES.....	99
TABELA: 3 CARACTERÍSTICAS DAS MENINAS QUE FUGIRAM DA ESCOLA DE PRESERVAÇÃO EM 6 DE JUNHO DE 1947	196
TABELA 4 - MOVIMENTO DE INTERNADOS EM INSTITUIÇÕES DO ESTADO, DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DESVALIDA, EM CURITIBA, DURANTE O ANO DE 1951	205
TABELA 5 - MOVIMENTO DOS ESTABELECIMENTOS PARA MENORES DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, SUBORDINADOS À DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL DE ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL NO ANO DE 1955	206
TABELA 6: QUANTIDADE DE PESCA CONSEGUIDA PELOS MENINOS NA ESCOLA DE PESCADORES “ANTONIO SERAFIM LOPES”, EM 1939.....	231

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - RUA XV DE NOVEMBRO (1941)	37
Figura 2- PRAÇA ZACARIAS (1946)	70
Figura 3- ALTO SÃO FRANCISCO (1947)	70
Figura 4 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (1950)	76
Figura 5- MAPA DA VILA LINDÓIA ATÉ O CENTRO DA CIDADE	88
Figura 6 - Termo de comprometimento em pagar uma soldada em 1966	167
Figura 7 - CRIANÇAS EM TRATAMENTO NO PREVENTÓRIO INFANTIL MANOEL RIBAS FONTE: Castro Jornal, 12/04/1941	227
Figura 8 - PREVENTÓRIO INFANTIL MANOEL RIBAS (1939)	228
Figura 9 - A ESCOLA ANEXA AO PREVENTÓRIO, CRIANÇAS QUE A FREQUENTAVAM E PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO	230
Figura 10 - CRIANÇAS E PROFISSIONAIS SAINDO PARA PASSEIO (1941)	230
Figura 11 - ESCOLA DE REFORMA (1952)	232
Figura 12 - ABRIGO PROVISÓRIO PARA MENORES DE SANTA FELICIDADE (1951)	234
Figura 13 - EDUCANDÁRIO SANTA FELICIDADE (SEM DATA)	235
Figura 14 - Trecho de um modelo de TRG de 1966	266
Figura 15 - Trecho de um modelo de TRG de 1966	267

LISTA DE SIGLAS

APMASF	Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade
CFPMCC	Centro de Formação Profissional para Menores do Campo Comprido
CEF	Caixa Econômica Federal
DAS	Departamento de Assistência Social
DSS	Departamento de Serviço Social
DSP	Delegacia de Segurança Pessoal
DPM	Delegacia de Proteção ao Menor
DGE	Diretoria Geral da Educação
DNCr	Departamento Nacional da Criança
DECr	Departamento Estadual da criança
EPASL	Escola de Pescadores “Antônio Serafim Lopes”
EPQF	Escola Professor Queiroz Filho
ERMC	Escola de Recuperação para Menores do Canguiri
ETRDCC	Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti”
ETRAR	Escola de Trabalhadores Rurais “Augusto Ribas”
ETRCC	Escola de Trabalhadores Rurais do Campo Comprido
FUCA	Fundação Casa do Adolescente
IAM	Instituto de Assistência ao Menor
IASP	Instituto de Ação Social do Paraná
IPPUC	Instituto Paranaense de Planejamento Urbanístico do Paraná
SAS	Serviço de Assistência Social
SAM	Serviço de Assistência aos Menores
SNTAS	Secretaria de Negócios do Trabalho e Assistência Social

STAS	Secretaria do Trabalho e Assistência Social
SSAS	Secretaria de Saúde e Assistência Social
TRG	Termo de Responsabilidade e Guarda

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. “OS DONOS DAS VIDAS” - MENINAS E MENINOS SOB OS AUSPÍCIOS DO JUIZ DE MENORES E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO	30
1.1 Sob os auspícios de um “dono” - Um Juiz de Menores em Curitiba para meninas e meninos de todo o Estado do Paraná	30
1.2 “A lei é quem manda” – O impacto das circulações de ideias na elaboração do Código de Menores de 1927 e na vida de meninas e meninos paranaenses	56
1.3 Sob a responsabilidade de outro “dono” – Assistir socialmente meninas e meninos em um Estado em “busca de um Paraná Maior”	68
2. “CAMINHANDO CONTRA O VENTO, SEM LENÇO E SEM DOCUMENTO” – AS CONDIÇÕES DA DESVALIA	84
2.1 “Caminhos sem rumo” - Em completo estado de abandono: perambulando ou não pelas ruas das cidades paranaenses	84
2.2 “Em nome da Justiça” – Sob Termo de Responsabilidade e Guarda	95
2.3 “O registro da existência” - Recebendo uma certidão de nascimento	106
3. “A VIDA NÃO É BELA” – EDUCAR AS “VÍTIMAS” E OS “VILÕES”	116
3.1 “Casando com o inimigo” - Viver com o abusador e “autor da infelicidade”	116
3.2 “Sem escolha” - Desvalida estuprada, deflorada ou seduzida: não casar, ser estigmatizada, assumir a maternidade sozinha ou tirar prontuário para meretriz	127
3.3 “Um flagrante libidinoso” – A violência sexual contra meninas e meninos	135
3.4 “Sem perdão” - A prática de delitos e crimes: ser um “menor” desvalido é mais perigoso que ser um “menor” assassino com família	140

4. “LUGARES DO ABANDONO” – EM OUTRA FAMÍLIA, NA FAMÍLIA DE ORIGEM E NA INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA: EM BUSCA DA ESCOLARIZAÇÃO	157
4.1 “Um lugar de servidão” – Meninas e meninos para outra família educar	157
4.1.1 “Um lugar de exploração” – Em famílias que assinavam o Termo de Responsabilidade e Guarda	168
4.2 “Em família” - Filhas e filhos para educar	195
4.2.1 “Uma família nada perfeita” - Meninos e meninas maltratados, explorados e espancados	209
4.3 “Um lugar de (des) esperança” – Instituições para regenerar e reeducar	212
4.3.1 Educandários públicos paranaenses: instituições para educar	222
4.3.2 Fragmentos do cotidiano – A vida nas instituições	236
4.4 Os silêncios dos lugares – Em busca da educação escolar	258
CONSIDERAÇÕES FINAIS	269
REFERÊNCIAS	278
FONTES	291
ANEXOS	298

INTRODUÇÃO

*Parece-nos evidente que querer conhecer
mais sobre a trajetória histórica dos
comportamentos, das formas de ser e de
pensar das nossas crianças, é também uma
forma de amá-las todas, indistintamente
melhor.*

Mary Del Priore (2008)

Os Autos dos Processos do “Juizado de Menores” (Paraná, 1939) nos consente saber que no dia vinte e seis de dezembro de 1939, um dia depois do Natal, em uma terça-feira, o Juízo Privativo de Menores da Comarca de Curitiba recebeu um ofício da Delegacia de Segurança Pessoal, apresentando os “Menores” Renato Pisseti¹, Helena Medeiros e Maria Santos de Lima que foram encontrados perambulando pelas ruas da cidade.

Para o Juiz Privativo de Menores, Francisco Cunha Pereira², este fato não deveria ser surpreendente devido à quantidade de processos que envolviam menores no ano de 1939, contudo, provavelmente, nem por isso deixaria de ser um problema

¹Os nomes citados nessa pesquisa, que estão presentes nos Autos dos Processos do Juizado de Menores foram alterados, para atender o que está exposto na Constituição Federal (1988) e no código Civil (2002). Mantivemos os nomes originais das figuras públicas, principalmente quando a alteração do nome dificultava a compreensão do texto, já que a pesquisa foi autorizada pela Justiça. O fato de alterarmos o nome de meninas e meninos presentes nos Autos dos Processos é uma forma de respeitar as suas identidades, bem como sua história de vida privada.

²De acordo com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (2012), Francisco Cunha Pereira é Filho de Simão da Cunha Pereira e Eufrásia de Vasconcelos Cunha. Nasceu no dia 13 de agosto de 1895, na cidade de Peçanha (MG) e casou-se com Julinda da Cunha Pereira, com quem teve quatro filhos. Formou-se em Bacharel pela Faculdade do Rio de Janeiro, onde colou grau no ano de 1918. Iniciou sua carreira na magistratura como juiz municipal em Clevelândia. Em 1924, foi removido para São José dos Pinhais. No mesmo ano, foi indicado pelo Tribunal de Justiça do Paraná para organizar o Juizado Privativo de Menores, do qual foi o primeiro juiz e onde permaneceu por 23 anos. Foi ainda, mentor de várias escolas e instituições de atendimento a menores no Paraná. Foi também presidente do Tribunal do Júri e do Juizado de Casamentos. Deste, foi o único juiz da capital por muito tempo. No dia 14 de fevereiro de 1947, foi nomeado para ocupar o cargo de desembargador. Exerceu a vice-presidência, de 1949 a 1952, e, pelo período de quatro anos exerceu o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral, tendo sido eleito pela primeira vez em 1955 e reeleito em 1957. No magistério, foi professor fundador e mais tarde diretor da Faculdade de Direito de Curitiba (hoje UNICURITIBA), de 1952 a 1977, tendo lutado em prol do reconhecimento da instituição pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC), obtido em 1954. Acumulou o cargo diretivo com a titularidade da cadeira de Direito Judiciário Penal. Aposentou-se, no cargo de desembargador, em 1966, após 40 anos de serviço público. Após sua aposentadoria, foi convidado pelo fundador do Banco Bamerindus, hoje extinto, para ser Conselheiro do Banco. Faleceu aos 103 anos, no dia 17 de novembro de 1999. É patrono do Fórum de Pinhais e do Fórum Eleitoral de Paranaguá.

a ser resolvido imediatamente e providências foram tomadas para localizar os responsáveis por Renato Pisseti, Maria Santos de Lima e Helena Medeiros.

Renato para sua felicidade ou infelicidade, já que como veremos alguns meninos e meninas não queriam voltar para casa, foi entregue ao seu pai na mesma data. Para tanto, o pai teve que comprovar que tinha idoneidade para educá-lo e se responsabilizar perante o juiz pelo bom comportamento do menino. Para o menino, ser recolhido das ruas por policiais e retirado do Juízo de Menores por seu pai parece que surtiu o efeito desejado pelas autoridades já que não consta nenhum retorno àquela instituição e o seu breve processo foi concluído com um “arquite-se”. O processo foi arquivado sem que conhecêssemos no mínimo a idade do menino.

Maria Santos de Lima foi encaminhada, na mesma data, à Escola de Reforma³. No dia três de janeiro de 1940, o Juiz recebeu um pedido de seu pai, para que a menina fosse retirada da referida escola, entretanto, o suposto pai relatou que a menina se chamava Iracema, mas não conseguiu comprovar as suas afirmações. Se a menina se chamava Maria ou Iracema e se aquele pai tinha razão, não conseguimos saber. O fato é que Maria permaneceu na instituição, apenas, até ser encaminhada, no mesmo ano, para uma família, sob Termo de Responsabilidade e Guarda (TRG).

Helena Medeiros não foi mais mencionada e não há nenhum Processo com o seu nome. Entretanto, encontramos nos Autos dos Processos a mesma menina com o nome de Helena França e compreendemos que as duas meninas eram a mesma pessoa. Mais adiante, veremos o que inspirou a menina a usar o sobrenome Medeiros. O fato é que, quando a menina foi apresentada ao Juiz de Menores, no dia 26 de dezembro, não era a primeira vez que passava pelo Juizado. A menina havia fugido da Escola de Reforma e ao retornar para o Juízo de Menores, forneceu um novo sobrenome e foi reintegrada na instituição, sem qualquer registro no seu Processo anterior, que se iniciou no dia onze de outubro de 1939, quando fora pela primeira vez encontrada perambulando pelas ruas da cidade. Helena, também, foi posteriormente encaminhada para uma família, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade e Guarda.

³Instituição de Assistência que acolhia as meninas desvalidas e que será abordada no decorrer do texto.

Helena, assim como outros meninos e meninas, resistiu, contundentemente, à institucionalização, quer seja na instituição do Estado, quer seja inserida em uma família. O processo de Helena foi arquivado somente em 24 de março de 1947.

Os processos do menino Renato, das meninas Maria e Helena e de muitos outros meninos e meninas que passaram pelo Juizado de Menores de Curitiba, entre as décadas de 1940 a 1960, nos impulsionaram a apresentar o estudo “Cumpra-se e archive-se! - Histórias da educação de meninas e meninos desvalidos no Estado do Paraná (1940-1969)”, com o **objetivo geral** de compreender como se constituíram os percursos, as condições de vida, assistência e educação de meninas e meninos que passavam pelo “Juízo de Menores da Capital” e eram encaminhados de volta para a sua família, para uma instituição de assistência ou para uma família que assinava o Termo de Responsabilidade e Guarda, no período de 1940 a 1969. Especificamente os **objetivos** são:

1ª. Identificar na vida e na educação de meninas e meninos desvalidos, o papel do Juiz de Menores e do Juizado de Menores, bem como as implicações do Código de Menores e o tipo de assistência disponibilizada pelo Estado;

2ª. Conhecer as condições da desvalia de meninas e meninos que eram encontrados perambulando ou não pelas ruas das cidades paranaenses, viviam sob um Termo de Responsabilidade e Guarda e não possuíam certidão de nascimento;

3ª. Compreender os encaminhamentos do Juizado de Menores, frente aos casos de estupro, defloração, sedução, violência sexual, delitos e crimes, bem como ao sofrimento de meninas e meninos.

4ª. Entender como se configurou a educação de meninas e meninos nos lugares onde viviam, as condições de desvalia na própria família, em outra família ou em uma instituição de assistência, como também perceber de que forma a servidão e a escolarização estavam presentes na vida desses meninos e dessas meninas.

Diante do exposto, o nosso objeto de estudo são as meninas e os meninos desvalidos – nomeados naquele momento histórico de “menores” – e a sua relação com a instância do Juizado de Menores de Curitiba, no Estado do Paraná.

Neste sentido, o **problema** fundamental deste estudo é: como se constituíram os percursos e recursos para o atendimento e educação das meninas e dos meninos que passavam pelo “Juízo de Menores da Capital” em Curitiba, no período entre 1940 e 1969? Quem, quais instâncias e de que modo os expedientes impactaram a vida e a educação das meninas e dos meninos? Que experiências estes meninos e meninas

vivenciaram nos diversos espaços que habitaram, com pessoas e ações que a elas foram designadas?

Diante do problema e dos objetivos propostos, nossa **hipótese** se centra em quatro questões:

1ª. O papel do Juiz de Menores envolvia deliberar sobre a vida de meninas e meninos desvalidos, de acordo com o Código de Menores de 1927 e a estrutura de assistência disponibilizada pelo Estado, implicando em uma enorme distância entre o que estava prescrito na legislação e as opções de instituições de assistência do Estado;

2ª. As condições da desvalia de meninas e meninos que eram encontrados perambulando ou não pelas ruas das cidades paranaenses e a falta de vagas nas instituições de assistência, implicava em contestações e resistências dos que viviam sob um Termo de Responsabilidade e Guarda e em alguns casos, não possuíam, ao menos uma certidão de nascimento;

3ª. Os encaminhamentos do Juizado de Menores, frente aos casos de estupro, defloramento, sedução, violência sexual, delitos e crimes, bem como ao sofrimento de meninas e meninos, abaliza ações que procuravam contemplar o Código de Menores de 1927 e o Código Penal de 1940, entretanto a interpretação do Juiz de Menores era determinante nos seus destinos;

4ª. A configuração da educação de meninas e meninos, nos lugares onde viviam e as condições de desvalia na própria família, em outra família ou em uma instituição de assistência, assinalam encaminhamentos que os colocam em uma condição de servidão e com escassa preocupação com a escolarização.

Os objetivos, o problema e a hipótese elencados levam em consideração a opção temporal pelo período de 1940 a 1969. Vale considerar, que, inicialmente, este estudo abarcaria o período de 1940 a 1979 pelo fato de que pretendíamos acompanhar as crianças do Juizado de Menores às instituições que as recebiam, a maioria funcionando na década de 1940, e acreditávamos que o Código de Menores de 1979 havia ocasionado mudanças significativas na reorganização das instituições públicas de assistência às meninas e aos meninos, mantidas pelo Estado do Paraná. No entanto, a análise das fontes, minuciosamente, nos permitiu perceber que o grande fluxo de crianças aponta para a intensa preocupação com a temática da infância desvalida, na década de 1940. Assim, também como, apontam o marco final deste estudo em 1969, já que a partir desse ano intensificou-se a preocupação do Juizado

de Menores com aspectos que se caracterizaram pelo início de uma ruptura com a concepção de educação para meninas e meninos desvalidos, de forma a ocorrer mudanças estruturais nas instituições e no modo de conceber a infância e a criança. Por exemplo, aparece o termo adolescente mais contundentemente e os direcionamentos ficam mais restritos aos meninos e meninas menores de 18 anos. Não se estendendo até aos 21 anos, como era anteriormente. Outro aspecto a ser considerado, é o de que o período de 1940 a 1969 responde aos problemas e aos objetivos propostos. E avançar na década de 1970 implicaria em novos problemas e hipóteses. E mais, as instituições para onde a maioria das crianças era encaminhada já existiam na década de 1940 e permaneceram funcionando até a década de 1960, mesmo que tivessem alterações em suas nomenclaturas. Assim, a opção pelo referido período de pesquisa considera aquilo que foi apontado por Marc Bloch⁴ e reiterado por Antoine Prost em relação à pluralidade do tempo, isto é “cada objeto histórico tem sua própria periodização” (PROST, 2012, p.111).

Diante do objetivo geral, dos objetivos específicos, do problema, da hipótese e da periodização, a **tese** apresentada neste estudo é a de que: o Juizado de Menores, na figura do Juiz de Menores, em parceria com o Estado fez uso de estratégias para reformar, preservar, regenerar, reeducar e educar, por meio de encaminhamentos para serem cumpridos e arquivados, diante dos quais as meninas e os meninos desvalidos resistiram e contestaram, se utilizando de estratégias para não se sujeitar à servidão nos lugares para os quais eram encaminhados, onde havia escassa preocupação com a educação escolar.

A partir da análise das produções na área de História e Historiografia da Educação referente à História de meninas e meninos desvalidos, podemos perceber aquilo que foi identificado por Silvia Maria Arend (2005), isto é, que a produção do conhecimento histórico sobre a infância e a juventude dos grupos populares urbanos brasileiros é recente. As pesquisas sobre a temática da criança desvalida estariam associadas à emergência da História Social e Cultural a partir da década de 1980, especialmente no âmbito de programas de pós-graduação nas universidades. Para a

⁴Bloch em seu livro *Apologia da História ou o Ofício do Historiador* aponta que enquanto nos limitarmos a estudar, no tempo, cadeias de fenômenos aparentados, o problema é, em suma, simples; basta solicitar-lhes seus próprios períodos. Entretanto, devemos evitar nos submetermos ao ídolo falsa exatidão: o recorte mais exato não é forçosamente o que faz apelo à menor unidade do tempo, mas o que está mais bem adaptado à natureza das coisas. Assim, cada tipo de fenômeno tem sua espessura de medida particular e, por assim dizer, seu decimal específico.

autora, 1998 é considerado um marco na historiografia devido ao lançamento da coletânea de artigos organizada por Mary Del Priore, intitulada “História da criança no Brasil”.

Neste sentido, esse estudo se insere em uma tentativa de continuar a contribuição, com o desejo de ampliar o lugar e dar voz às meninas e aos meninos desvalidos na História e na Historiografia da Educação, de forma a tirá-los das margens da História e lançá-los como protagonistas de suas próprias histórias. Esta tentativa não se inicia aqui, mas, na dissertação de mestrado de mesma autoria.

Nesta perspectiva, em 2009 concluí a dissertação de mestrado, **Abrigar o corpo, Cuidar do Espírito e Educar para o trabalho – ações do Estado do Paraná à infância do “Abrigo Provisório para Menores Abandonados” ao “Educandário Santa Felicidade” (Curitiba, 1947-1957)**, na qual identifiquei que a instituição, enquanto abrigo provisório, apresentou dificuldades para solucionar os problemas advindos da provisoriedade, quanto à efetivação de propostas que garantissem à infância, no mínimo, o que estava prescrito no Código de Menores de 1927. A triagem e o abrigo do corpo da criança se caracterizaram como a primordial finalidade da instituição. Assim, também, como os encaminhamentos do Serviço de Assistência Social voltados à criança privilegiaram a higiene, as boas maneiras, a saúde e a educação para o trabalho. Entretanto, assinalei também que na passagem de Abrigo Provisório à Educandário ocorreu maior preocupação de que os objetivos referentes a uma educação que incluísse tempos e espaços mais significativos ao desenvolvimento infantil fossem alcançados. No entanto, os relatórios da instituição até o ano de 1957 deixaram transparecer uma educação voltada prioritariamente para o trabalho.

Diante do resultado da pesquisa de mestrado, surgiram novas indagações a respeito de como se deu a educação de meninos e meninas desvalidos no Estado do Paraná. O sentimento de que havia ainda muito a ser pesquisado, sobre a educação de meninas e meninos desvalidos, fizeram com que o trabalho fosse concluído com a frase: que se manifestem as reminiscências... E as reminiscências, por uma história que continua nos “porões e nos sótãos”⁵, prossegue aqui...

⁵Miguel Arroyo na introdução da obra “Infância no Sótão” afirma que “a memória social e pedagógica sobre as crianças foi ocultada, foi jogada nos porões, nos sótãos” (ARROYO, 1999, p. 10).

Portanto, a constituição do trabalho, concluído em 2009, apontava para outras indagações que somente poderiam ser respondidas a partir de um novo problema. Restava então, o retorno aos arquivos!

O mergulho por entre arquivos, que podem nos dar pistas sobre a educação de meninas e meninos desvalidos e que estão, em alguns casos, assim como a infância desvalida, abandonados, possui uma atração irresistível. E quanto mais os arquivos são dificultosos, maior é o prazer de folhear as páginas fustigadas pelo tempo e pelo espaço que ocupam.

O grande desafio em relação aos arquivos foi o acesso a uma fonte cujo pedido nos fora indeferido no período de mestrado: os Autos dos Processos do “Juizado de Menores”. Buscamos esta fonte como a menina do conto **Felicidade Clandestina**⁶ de Clarice Lispector. E finalmente, quando o meu pedido de pesquisa já estava no Conselho dos Desembargadores e eu acreditávamos que não iríamos tê-los a tempo, persistimos, mais uma vez, com o mesmo espírito da menina que quer ler o livro de Monteiro Lobato, e recebemos o deferimento da pesquisa. Enfim, a mesma juíza que indeferiu a pesquisa em 2008, recebeu o parecer do Conselho dos Desembargadores para conceder a autorização. O sentimento diante do enorme acervo, parafraseando Lispector (1998, p. 11 e 12), é o de dissimular que não o temos, somente para ter a felicidade de descobrir que o trazemos pelo tempo que quisermos.

Trazer conosco pelo tempo que quiséssemos histórias como as de Renato, Maria e Helena não bastaria para cumprir com as intencionalidades desta pesquisa. Diante disso, buscamos estratégias de análise das fontes que dessem conta do objetivo, do problema e das hipóteses.

Para dar conta desse triplo desafio e da tessitura destas histórias, cada acervo tem um papel indispensável e demandou uma operação historiográfica específica.

Assim, frente à enorme quantidade de Autos de Processos, a intenção inicial era explorar todos os Autos de Processos do final de 1939 ao final de 1969. E, assim o trabalho foi iniciado. Mas, logo percebemos que: seria humanamente impossível, uma pessoa sozinha digitalizar milhares de Processos, na dimensão em que há

⁶No conto **Felicidade Clandestina** uma menina se dirigia todos os dias à casa da filha do dono de uma livraria que lhe prometeu emprestar o livro “As renações de Narizinho” e a ouvia cruelmente dizer que já o havia emprestado a outra pessoa, até o dia em que a mãe da menina resolveu saber o motivo da aparição diária daquela menina na porta de sua casa e indignada pelo fato da filha jamais ter lido ou emprestado o livro a alguma pessoa, autorizou a visitante a ficar com o livro pelo tempo que ela quisesse.

Processos com mais de 100 páginas; alguns Processos estavam em estado de deterioração; e outros estavam ilegíveis devido ao tipo de letra e caneta que foram utilizados. Portanto, tivemos que fazer escolhas que consideraram a conservação, a nitidez e a legibilidade das páginas, como do mesmo modo, a contemplação das três décadas (1940-1960). Mesmo com as escolhas, o acervo que trazemos conosco ao escrever sobre os meninos e meninas dos Autos de Processos do Juizado de Menores é de cerca de 7.000 páginas, incluindo alguns Autos que iniciaram nos anos de 1925 a 1927 que a pesquisa demandou adentrar, a fim de podermos cotejar os encaminhamentos posteriores ao período de pesquisa.

O acervo, do “Juizado de Menores” de Curitiba, nos fez compreender o valor que teve para o alcance de seus objetivos de pesquisa, o Arquivo do Primeiro Tribunal do Júri da cidade do Rio de Janeiro para Sidney Chalhoub (1989), os Processos da Inquisição para Carlo Ginzburg (2006), os Processos de Divórcio de Imigrantes para Christiano de Souza (1999) e os Processos do Juizado de Menores de Florianópolis (SC) para Silvia Maria Arendt (2005) que assinalou o caráter de relativo ineditismo⁷ destas fontes.

Diante dos objetivos alcançados por ambos, podemos afirmar que os Autos dos Processos do Arquivo do Juizado de Menores constituem-se em nossa fonte mais completa, porque estas fontes, possibilitaram que acompanhássemos as meninas e os meninos institucionalizados, desde quando chegavam ao “Juízo de Menores”, em todas as vezes que o Juiz de Menores determinava: “cumpra-se”, até que o Juiz determinava: archive-se!

O Juízo de Menores da Capital, recebia Processos de todo o Estado do Paraná. Alguns desses processos, são ricos em detalhes e, contém cartas e fotografias anexadas, dando margem para um leque incomensurável de possibilidades, outros são superficiais e trazem escassas informações sobre a vida da menina ou do menino.

As cartas e os depoimentos dos “menores” nos Autos dos Processos do Juizado de Menores, permitem visualizar meninas e meninos enquanto sujeitos da sua própria História, na medida em que Maria Cristina Gouvêa (2008) assinala que, ao contrário dos demais sujeitos históricos investigados pela Nova História através de

⁷ Arendt (2011) assinala que “é possível afirmarmos que as informações presentes neste acervo documental podem ser consideradas ainda de caráter relativamente inédito no âmbito da historiografia brasileira.” (ARENDR, 2011, p. 25)., No Paraná, Trindade (1998) teve acesso aos Processos do Juizado de Menores relativos à década de 1920.

suportes variados, os quais deixaram um registro de sua experiência coletiva, a criança não se fez propriamente autora da própria história, mas destinatária de discursos e práticas destinados à sua formação para a vida adulta, de forma a demandar ao historiador da infância um trabalho de produção e interpretação documental, considerando que a prática historiográfica constitui-se não apenas na recolha das fontes, mas na produção das mesmas, questão que se afirmou com maior radicalidade na história da infância.

Consideramos que as fontes do Arquivo do Juizado de Menores é a linha que costura as fontes dos outros arquivos, mas que são interdependentes na medida em que a grande colcha de retalhos, metaforicamente, representada por esse trabalho, somente poderá ser finalizada se tiver linha e retalhos.

Além do acervo do Juizado de Menores, as outras **fontes** para a realização desse estudo centram-se nos acervos:

- da Biblioteca Pública do Paraná – Mensagens de Governo (1935 a 1960) e Revista da Guaíra (1949-1955);
- do Círculo de Estudos Bandeirantes – Coletânea de recortes de jornais organizada por Bento Munhoz da Rocha Neto;
- da Casa Kugler (em Castro/PR) – Jornal O Bravo, Jornal do Iapó, Castro Jornal;
- do Arquivo Público do Paraná – Mensagens e Relatórios de Governo (1935-1969), Relatórios da Diretoria Geral da Educação do Paraná (1948-1955), Relatório da Legião Brasileira de Assistência do ano de 1944, relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social dos anos de 1951 e 1962;
- da Casa da Memória – Revista Ilustração Brasileira (1953), imagens da cidade de Curitiba (1939-1969);
- da Secretaria da Criança e da Juventude - Histórico das Unidades Sociais, ofícios, escrituras e certidões;
- da Biblioteca Nacional Francesa (online) – Anais do Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores;
- do Educandário Manoel Ribas (em Castro) – Fotografias e documentos da instituição;
- da Hemeroteca Digital Brasileira (online) – Jornal Correio do Paraná (1920-1969);

- Legislativos – Leis e decretos referentes aos “menores” desvalidos do período de 1925 a 1969;
- Pessoais – Livro Registro do Educandário: Caetano Munhoz da Rocha do período de 1957 a 1964.

A operação historiográfica com estas fontes, metaforicamente, consideradas retalhos, foi de buscar nos documentos tudo o que, direta ou indiretamente, fazia referência ao objeto de pesquisa, meninas e meninos desvalidos, de forma a dar sustentabilidade ao desenvolvimento do objetivo, fortalecer a hipótese e fornecer argumentos que corroborassem com a proposição da tese.

Nas fontes analisadas, crianças e adolescentes são considerados “menores”. Tentamos, contundentemente, recortar somente histórias de crianças, segundo a cronologia habitual da sociedade atual que convencionou que a faixa etária de crianças é de 0 a 12 anos e a de adolescentes é de 12 a 18 anos. Entretanto, sentíamos como se tivesse atraído a História se assim o fizéssemos, na medida em que nas fontes analisadas, meninas e meninos de 0 a 18 anos eram considerados “menores”. Observaremos no decurso desse trabalho, que as fontes utilizam as denominações crianças, meninos ou meninas. Portanto, nossa opção é por afirmar que, neste estudo, levando em consideração o contexto histórico de 1940 a 1969, utilizaremos os termos meninas e meninos, independente da faixa etária. Nesta direção Manuel Pinto e Manuel Sarmiento (1997) asseguram, em relação ao problema, que:

Mas o problema dos limites etários da infância adensando-se quando se procura estabelecer a idade a partir da qual se deixa de ser criança. Relativamente a esse problema, a tradição jurídica inaugurada pela Convenção dos Direitos da Criança considera como criança todo o ser humano até aos 18 anos, salvo se, nos termos da lei, atingir a maioridade mais cedo (Artigo 1.º da Convenção). Estabelece-se deste modo uma equivalência entre ser criança e atingir a plenitude dos direitos cívicos [...] Do mesmo modo, numa perspectiva de alargamento e extensão dos direitos, o artigo 1.º da Convenção dos Direitos das Crianças parece poder ser consensualmente aceito como referencial (PINTO; SARMENTO, 1997, p. 15-17).

A opção pelo termo meninos e meninas neste estudo, é uma forma de não deixar o anacronismo dominar as análises, levando em consideração que:

A infância não é uma experiência universal de qualquer duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo as diferenças individuais relativas à inserção de gênero, classe, etnia e história. Distintas culturas, bem como as

histórias individuais, constroem diferentes mundos da infância (*Apud* PINTO; SARMENTO, 1997, p. 17).

Os apontamentos de Pinto e Sarmiento (1997, p.15-17) nos permitem afirmar que neste estudo as crianças, meninos e meninas, podem ter a idade de 0 a 18 anos e que estão inseridas em uma determinada infância do contexto histórico de 1940 a 1969, no Estado do Paraná. Corroboram com estas afirmações as ideias de Moysés Kuhlmann Jr. e Rogério Fernandes (2004)⁸, Luciano Mendes de Faria Filho (2008)⁹, Maria Cristina Gouvea (2008)¹⁰, Antonio Ferreira e José G. Gondra (2006)¹¹ e Ana Almeida (2000)¹².

Compreender esses meninos e meninas, e essa determinada infância, exige a compreensão dos encaminhamentos dos Juízes de Menores, do Juizado de Menores, das famílias e das instituições que recebiam crianças desvalidas, na medida em que este estudo pensa cada menina e cada menino, da mesma maneira que Gizele de Souza (2010, p. 15), isto é, “não como *persona* que vaga sozinha desgarrada dos adultos e de seus pares no tempo e no espaço, mas como ser social que vive na relação com adultos e crianças, produz e se reproduz nesta convivência”.

Em uma perspectiva semelhante, Diana Gonçalves Vidal (2010) assinala que:

Viver a infância, entretanto, resulta de uma experiência simultaneamente individual e social de ser criança. Ela emerge no cruzamento entre as representações dos vários grupos sociais, construídas historicamente e sempre em disputa. Tomar a infância como objeto de estudo implica, assim, em reconhecer o componente afetivo que a categoria carrega consigo e assumir o risco de tensionar seus significados, procurando, sob a aparente homogeneidade das recordações sobre essa etapa da vida, as marcas das rupturas, das ambiguidades, das divergências (VIDAL, 2010, p. 13)

⁸Nessas condições, para a compreensão dos termos criança e infância coaduna-se com ideias de Moysés Kuhlmann Jr. e Rogério Fernandes (2004) na intenção de que esses vocábulos sejam compreendidos como substantivos distintos, na medida em que para os autores a palavra “infância” evoca um período da vida humana, enquanto o vocábulo “criança” indica uma realidade psicobiológica referenciada ao indivíduo.

⁹Ao considerar que as diferentes formas de tratamento dispensadas às crianças, na infância, no mesmo período histórico e em períodos diferenciados denotam que existem diferentes infâncias, se ampara nas afirmações de Faria Filho (2008) segundo o qual não existe uma infância, mas diferentes infâncias, que se configuram de acordo com o contexto histórico-social no qual a criança está inserida.

¹⁰A autora esclarece que embora o termo infância se sustente numa inscrição biológica, constitui um construto sócio histórico, na medida em que o que denominamos como infância na atualidade, difere do sentido produzido em outros contextos históricos.

¹¹Os autores apontam que ter um desenvolvimento biológico semelhante não significa passar por experiências tracejadas por uma mesma perspectiva de infância.

¹²Almeida recusa a identificação da infância como um dado universal, de uma categoria natural, descritos em traços essenciais desenraizados do contexto social no qual está inserida.

Nesta mesma acepção, o conhecimento de histórias de vida como as de Renato, Maria e Helena e a compreensão de como se deu a educação de meninos e meninas diante da negligência, da violência, do estupro, do defloramento, do homicídio, do trabalho infantil e da superlotação das instituições, oportunizado pela análise das fontes, nos aponta para o que foi assinalado por Michel de Certeau (2000), isto é, que a operação historiográfica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita¹³. E que diante de toda a problemática de meninos e meninas desvalidos para analisar é imprescindível considerar que para todas as gerações da Escola dos Annales desde Marc Bloch (2001, p. 128) e Lucien Febvre (2009, p. 43-44) até os seguidores dos dias atuais, uma palavra para resumir o fazer historiográfico deve dominar e iluminar nossos estudos: “compreender”. E para compreender essas histórias que são também em alguns momentos a história do sofrimento de meninas e meninos desvalidos, vamos seguir as orientações de que:

Não se trata a partir daí de acreditar que, graças a essas falas, detemos de fato o real, a realidade, mas de escutar um desafio: entrar através dessas palavras numa das moradas vivas da história, lá onde as palavras formam fraturas num espaço social ou imaginário particular. As falas de queixa, de sofrimento, marcam um lugar fronteiro onde vemos a sociedade regulamentar, afrontar, bem ou mal, o que lhe sobrevém; a fratura que a dor formou é também um laço social, e os indivíduos o gerem de múltiplas maneiras (FARGE, 2011, p. 16-17).

Conhecer, compreender e deixar emergir a quem tiver interesse a trajetória histórica da educação de meninos e meninas desvalidos, parafraseando Mary Del Priore (2008, p. 17), é também uma forma de amá-los todos, “indistintamente melhor”, na medida em que coadunamos com as ideias de Fúlvia Rosemberg (2010, p.178) ao pontuar que “a dívida da sociedade e da educação brasileira para com a criança pequena é enorme” e acrescentando que a dívida da sociedade e da educação brasileira para com as meninas e os meninos desvalidos pode ser incomensurável.

Se a dívida da sociedade e da educação brasileira para com esses meninos e meninas desvalidos, que trazemos agora conosco, é incomensurável, cabe aqui a nossa contribuição enquanto pesquisadores da História e Historiografia da Educação.

¹³Para Certeau (2000, p. 66-67) toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhe são propostas, se organizam.

Essa contribuição se dará pela abordagem das histórias desses meninos e meninas, apreendidas nas fontes pesquisadas, em relação com diferentes autores, em uma abordagem sociocultural.

Histórias que no primeiro capítulo, intitulado “Os donos das vidas’ - Meninas e Meninos desvalidos sob os auspícios do Juiz de Menores e a responsabilidade do Estado”, aborda o papel dos Juízes de Menores, bem como as ações do primeiro Juiz de Menores paranaense e as implicações do Código de Menores de 1927 na vida de meninos e meninas, assim também como a forma como o Estado conduzia as ações para atender e assistir socialmente esses sujeitos, frente à crescente demanda de desvalidos em um Estado que estava em “busca de um Paraná Maior”, de forma a assinalar os desafios do Juizado de Menores em encaminhar meninas e meninos às instituições com escassez de vagas e do Estado que não conseguia assistir socialmente o contingente de meninas e meninos desvalidos no Estado do Paraná.

O segundo capítulo “Caminhando contra o vento, sem lenço, sem documento – a condição da desvalia”, assinala o poder do Juiz de Menores e do Juizado de Menores perante as meninas e os meninos que eram encontradas em completo estado de abandono, perambulando pelas ruas da cidade, eram apreendidos e enviados para uma instituição de assistência, de volta para a própria família ou para uma família que assinava um Termo de Responsabilidade e Guarda que continha as orientações para as famílias que possuíam um menino ou uma menina sob um Termo de Responsabilidade e Guarda. Assim, também como, explicita as implicações de não se ter uma certidão de nascimento

No terceiro capítulo “A vida não é bela - Educar as vítimas e os vilões”, aponta-se o sofrimento físico e moral e os encaminhamentos direcionados às vítimas de estupros, defloramentos ou seduições que poderiam ser os de casar com o abusador e “autor da infelicidade”, não casar e ser estigmatizada pela sociedade, assumir a maternidade sozinha ou tirar “prontuário para meretriz”. Nesta mesma acepção, expõe os abusos sexuais praticados contra meninas e meninos, como também as práticas dos delitos de furtar, agredir e assassinar, de forma a identificar a concepção de Educação que permeava os direcionamentos do Juizado de Menores, às meninas e aos meninos, que tanto poderiam ser “vítimas”, como “vilões”.

No quarto capítulo intitulado “Lugares do Abandono” - Em outra família, na família de origem ou na instituição de assistência: em busca da escolarização”, assinala-se como era a vida de meninas e meninos: em uma família que não era a de

origem e que assinava o Termo de Responsabilidade e Guarda a fim de identificar se a família queria uma criança para cuidar e educar ou um “menor” para a servir; em suas próprias famílias, apontando os motivos que levavam uma família a não conseguir manter um filho ou uma filha em sua companhia; em uma instituição de assistência, analisando quais eram as prioridades em relação à educação de meninos e de meninas, de forma a perceber em que medida a servidão e a escolarização estavam presentes em suas vidas.

1. “OS DONOS DAS VIDAS” - MENINAS E MENINOS SOB OS AUSPÍCIOS DO JUIZ DE MENORES E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO

*A criança não é um adulto em miniatura,
nem em corpo nem em espírito, é uma
criança. Tem a sua anatomia, fisiologia, sua
psicologia particular. Seu universo não é o
de adultos. Não é um anjo, não é um
demônio, é Criança.*
Henderson¹⁴

1.1 Sob os auspícios de um “dono” - Um Juiz de Menores em Curitiba para meninas e meninos de todo o Estado do Paraná

Quando, alguns dias antes de entrarmos na década de 1940, no dia 26 de dezembro de 1939, foram levados ao Juízo Privativo de Menores o menino Renato e as meninas Maria e Helena para serem apresentados ao Juiz de Menores, Dr. Francisco Cunha Pereira, o experiente magistrado sabia muito bem como proceder. A sua formação¹⁵, as orientações do Código de Menores de 1927, a experiência de 15 anos no mesmo cargo e o fato de ter sido o primeiro Juiz de Menores do Estado do Paraná¹⁶, antes mesmo da aprovação do Código, o deixava em condições não apenas legais, como também sociais de deliberar sobre a vida de meninas e meninos que passavam pelo Juizado Privativo de Menores de Curitiba¹⁷.

¹⁴Discurso do Senhor Henderson, representante dos Estados Unidos da América e professor da Universidade de Chicago, na abertura do Primeiro Congresso Internacional para Tribunais de Menores: “L'enfant n'est pas un adulte en miniature, ni en corps, ni en esprit; il est enfant. Il a son anatomie, sa physiologie, sa psychologie particulières. Son univers n'est pas celui de l'adulte. Il n'est pas un ange, il n'est pas un démon, il est enfant”. (1911, p.56)

¹⁵De acordo com o Tribunal de Justiça do Paraná (2013) bacharelou-se pela Faculdade do Rio de Janeiro onde colou grau no ano de 1918.

¹⁶ De acordo com Diez (1998) O Dr. Francisco da Cunha Pereira prestou juramento em 1º de setembro de 1925 e em 25 de janeiro de 1926 o Dr. Caetano Munhoz de Rocha, Presidente do Estado do Paraná, instalou o Juizado Privativo de Menores da Capital em seção solene, com a presença de inúmeras autoridades.

¹⁷ Diez (1998) assinala que o Juízo Privativo de Menores surgiu no Paraná, a partir da Lei 2.380 de 1925 e foi resultante das expectativas dos governantes paranaenses, explicitadas nas várias leis, desde a primeira década do século XX. Essas expectativas decorriam tanto das reclamações dos proprietários do pequeno comércio local, como do desejo de ‘colocar Curitiba em dia com as modernas instituições’.

Deliberar sobre a vida de meninas e meninos desvalidos, na capital paranaense, a partir da década de 1940, se configurou em um grande desafio, na medida em que neste período se intensificou a urbanização e os problemas sociais que envolviam meninas e meninos desvalidos. Ao cotejarmos os Autos de Processos de Menores iniciados no período de 1926 a 1929 com os Autos iniciados em 1940, percebemos que há menos detalhamento registrado na documentação, a partir da década de 1940. Isso, provavelmente, se deve ao aumento do número de meninas e meninos considerados desvalidos, resultado do grande aumento da população paranaense no decorrer das décadas.

De acordo com o Censo Demográfico (IBGE) em 1940 o Paraná estava com uma população de 1.236.276 habitantes, dentre os quais 633.431 eram do sexo masculino e 602.845 do sexo feminino. Ao considerar que, havia apenas um Juiz de Menores para, efetivamente, tomar decisões no que diz respeito aos problemas de meninos e meninas, quer sejam desvalidos ou não, a tarefa se configurava no mínimo desafiadora, na dimensão em que a população, na qual o Juiz de Menores poderia deliberar sobre suas ações, estava distribuída nas faixas etárias de 0-9 anos e 10-19 anos. E em alguns casos, deliberava também sobre parte da faixa etária dos 20-29 anos, na medida em que a decisão do Juiz de Menores se estendia até aos 21 anos. O quadro n.1 nos auxilia na compreensão da problemática:

Sexo	0-9 anos	10-19 anos	Total de 0-19 anos	20-29 anos
Masculino	193.219	145.519	338.738	107.572
Feminino	188.721	146.682	335.403	106.934
Total	381.940	292.201	674.141	214.506

QUADRO n.1: FAIXA ETÁRIA POR SEXO DE 0 A 29 ANOS
Fonte: Elaborado a partir de informações de IBGE (1940)

Portanto, as ações do Juiz de Menores no Estado do Paraná, em 1940, abrangiam uma parcela bastante significativa destes 674.141 meninos e meninas, devido aos inúmeros problemas advindos da urbanização, que traziam para a capital paranaense meninos e meninas advindos de cidades do interior do Estado, como ainda de outros Estados.

De setembro de 1925 até 25 de janeiro de 1926 o quadro de pessoal do Juízo especializado foi sendo nomeado e a nova instância judicial se organizando administrativamente.

Ao analisarmos o crescimento da população brasileira nos dados do IBGE, no período de 1900 a 1960 evidenciamos uma taxa de crescimento de 547% de 1900 a 1950 e de 102% de 1950 a 1960. Portanto, a população do Brasil cresceu abruptamente, assim também como toda a região Sul¹⁸. E o Paraná seguia a perspectiva nacional de crescimento populacional.

O grande número de imigrantes, vindos para o Paraná, do mesmo modo, ocasionou o aumento da circulação de meninas e meninos no Juizado de Menores. Nesta perspectiva, a considerável presença de crianças com pais de origem estrangeira pode ser compreendida a partir do fato, assinalado por Lynn Smith, de que “em 1950, no Brasil, cerca de um habitante em vinte e quatro nascera em país estrangeiro, principalmente na Europa” (SMITH, 1967, p. 98).

Para o governo paranaense o aumento da imigração era um fator que enaltecia o Estado, na medida em que:

Norteados por órgãos competentes internacionais, o movimento imigratório tem demonstrado grande interesse pelo Brasil e, em nosso País, grande interesse tem sido despertado pelo Paraná. Nada mais justo, mais compreensível. Dadas as grandes oportunidades que o Paraná oferece ao imigrante. Suas vastas regiões de extraordinário potencial agrícola; a confluência de interesses industriais e o emprego cada vez mais acentuado de grandes capitais, vem favorecer uma imigração volumosa, planejada, capaz de trazer resultados plenamente benéficos para nossa terra e para o nosso povo. (PARANÁ, 1956, p. 46)

É possível, que as grandes oportunidades assinaladas pelo governo e as reais condições dos imigrantes fossem mais benéficas para o Estado, do que para as famílias de imigrantes, na medida em que, nos Autos dos Processos, há evidências de que muitos meninos e meninas que passavam pelo Juizado de menores, eram filhos de pais estrangeiros. Mesmo que o número de estrangeiros no Brasil tenha diminuído no período de 1940 a 1950 (IBGE, 1950), o Paraná era o quarto Estado com o maior número de estrangeiros e o terceiro em porcentagem populacional de estrangeiros, no ano de 1950.

Outra causa da grande circulação de meninas e meninos no Juizado de menores eram as migrações. Evidenciamos que esses meninos e meninas advinham

¹⁸ Smith (1967, p. 65) assinala que em 1960, os quatro estados da região Sul abrigavam cerca de 35% de toda a população brasileira e se neles se incluíssem os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, as seis Unidades juntas representariam 44% de toda a população do país. Neste sentido, é importante considerar que os dados do autor consideraram que neste período, São Paulo fazia parte da região Sul.

de diferentes regiões do país. Portanto, além de um número elevado de imigrantes, o Paraná contava também com um grande número de migrantes, principalmente do estado de São Paulo. Se por um lado, havia somente 32.700 habitantes que migraram do Paraná para São Paulo, por outro, havia 352.471 habitantes de São Paulo que migraram para o Estado do Paraná, de acordo com dados do Censo Demográfico (IBGE, 1950). Neste mesmo sentido, havia 1.258 habitantes que migraram do Paraná para Minas Gerais e 156.848 habitantes que migraram de Minas para o Paraná.

Para os governos paranaenses (anexo 1), desde a década de 1940, tanto as migrações, quanto as imigrações, eram resultados das oportunidades que o Paraná oferecia. Mas os governantes, ao mesmo tempo, apontavam o aumento dos problemas advindos do crescimento substancial da população:

A questão se torna particularmente grave nas zonas rurais do Estado, de grande produção. É bem verdade que a prosperidade prometida aos que trabalham, pelo Paraná, teve a virtude de atrair para nós, de todos os Estados que nos cercam, uma corrente imigratória de nacionais espontânea e muito abundante, que está longe ainda de ter cessado. Cremos que a decisiva importância dessa contribuição obscurece quaisquer números que se possam citar relativos mesmo ainda a simples possibilidade de imigração estrangeira. Aquele movimento, porém, da população, traz consigo uma série de graves problemas, que é preciso enfrentar com segurança, precisão e acentuada objetividade. De outra parte, outros movimentos internos da população, as migrações internas, e o fato tão caracteristicamente presente entre nós da falta de rápida e perfeita assimilação dos elementos estrangeiros, está a exigir a inauguração de uma nova política de população, pensada dentro de um sentido de organicidade, - preocupação essa, de resto, hoje aguda por toda a parte. (PARANÁ, 1948, p. 09)

O governador Moysés Lupion, reconhecia que era indispensável uma nova política que considerasse os problemas, advindos do aumento populacional, entretanto as medidas tomadas não implicaram na diminuição do contingente de meninas e meninos que circulavam pelo Juizado de Menores, tanto na década de 1940, quanto nas décadas subsequentes.

Mesmo com a constatação do governo, de que o aumento populacional desenfreado ocasionava muitos problemas, isso era visto como um aspecto de progresso e prosperidade do Estado. Assim, para Moysés Lupion, os migrantes e os imigrantes vinham para o Paraná, principalmente para a região ocidental, atraídos “pela excepcional criação de riqueza que a nossa prosperidade lhe promete” (PARANÁ, 1948, p. 15). E a “prova objetiva” da riqueza que o Paraná prometia era o

deslocamento “em massa”¹⁹ para as terras paranaenses de catarinenses, “rio-grandenses”, mineiros e paulistas.

De acordo com o governador, o Paraná tinha um “déficit” demográfico e a demanda de migrantes e imigrantes, contribuiria para o crescimento do Estado, diante do fato de que a população seria “um dos fatores fundamentais ao progresso” (PARANÁ, 1948, p. 54). Portanto, o interesse do Estado do Paraná pelos migrantes e imigrantes e vice versa era recíproco. Por um lado o Estado precisava aumentar a população para possibilitar o seu desenvolvimento, por outro os migrantes e imigrantes precisavam de um local para viver que lhes desse oportunidades de melhorar as suas condições de vida.

Diante da constante demanda populacional²⁰ para o Estado do Paraná, o governo assinalou a necessidade da criação de uma Fundação que tratasse dos problemas de Imigração e Colonização. Nessa direção expôs que:

[...] procurando dar ao problema, também aqui, uma solução que fugisse das soluções parciais, obtivemos do Conselho Administrativo do Estado autorização para criar a Fundação Paranaense de Imigração e Colonização. [...] E, enquanto se processavam os passos para o definitivo estabelecimento da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização, providenciamos a resolução dos problemas mais imediatos de colonização que surgiam no dia a dia da administração, independente dos trabalhos já de rotina neste sector. Assim é que aproveitamos a oportunidade e trouxemos para o Paraná quase um milhar de imigrantes ucranianos e poloneses, que o Brasil recebera em virtude de acordo internacional para a colocação de deslocados da guerra. Os elementos que trouxemos para o nosso Estado estão trabalhando conosco honestamente, a maioria em nossos campos de agricultura. (PARANÁ, 1948, p. 54)

Percebemos que havia preocupação do Estado com o contingente de migrantes e imigrantes que se instalavam no Paraná. O governo afirmou que trouxe para as terras paranaenses uma quantidade significativa de poloneses e ucranianos para trabalhar na agricultura. É provável, que a maioria dos “deslocados da guerra”, fixaram residência nas terras disponibilizadas pelo governo. Porém, os sobrenomes

¹⁹ Em mensagem de governo, Moysés Lupion afirma que “ao sul, são catarinenses e rio-grandenses vindos, diariamente e em massa, enquanto ao norte são mineiros e paulistas, chegando, todos, numa proporção da qual não temos números certos, mas que, cremos, se poderia calcular em aproximadamente duas centenas de milhares nestes últimos anos (PARANÁ, 1948, p. 15).

²⁰ O governador assinalou também que ocorreu uma corrida de várias regiões rumo ao norte e noroeste do Estado do Paraná, “como decorrência da grande valorização, posta em evidência posteriormente à penetração da ferrovia São Paulo-Paraná, as terras roxas do setentrão paranaense foram ponto de atração de quantos previram o futuro que lhes estava reservado (PARANÁ, 1948, p. 54).

de alguns meninos e meninas que passavam pelo Juizado de Menores indicam que uma parcela desta população não ficava no campo.

Há várias possibilidades para o fato de meninos e meninas descendentes de imigrantes, não somente poloneses e ucranianos, como também de outras nacionalidades, como veremos posteriormente, circularem pelo Juizado de Menores. Primeiro, algumas famílias poderiam preferir o âmbito urbano e se deslocar do campo para a cidade, mas tinham dificuldades de manter os seus filhos e filhas que acabavam no Juizado de Menores; segundo, alguns meninos e meninas fugiam de suas famílias à procura de melhores condições de vida nas cidades e perambulavam pelas ruas em busca da sobrevivência; terceiro, algumas famílias tinham dificuldades de manter os filhos e filhas no campo e os enviavam para outras famílias nas cidades, de onde esses meninos e meninas poderiam fugir ou ser abandonados. Portanto, os problemas da imigração e colonização, juntamente com outras dificuldades existentes, não somente no Paraná, mas no Brasil²¹ como um todo, poderiam ser muito mais profundos do que o governo esperava.

Nestas circunstâncias, poderia ser muito dificultoso e até mesmo impossível para uma família pobre manter seus meninos e suas meninas fora das ruas e do mundo do trabalho, quando os dados do IBGE (1950) nos permite inferir que no Brasil, no ano de 1950, havia cerca de 7 crianças abaixo de 5 anos para cada mulher entre 15 e 49 anos e o Paraná contribuía para manter esse índice, na proporção em que havia 7,4 crianças abaixo de 5 anos para cada mulher entre 15 e 49 anos.

Na análise do crescimento populacional da capital paranaense, a população do município de Curitiba cresceu consideravelmente de 1940 a 1960. De acordo com dados do Censo Demográfico (IBGE, 1940-1960), a população, em 1940 era de 140.656 habitantes, em 1950 era de 180.575 e em 1960 de 361.309 habitantes. Portanto de 1940 a 1950, houve um aumento de 28% e de 1950 a 1960 de 100%.

A situação financeira do Paraná, na passagem da década de 1930 para 1940, de acordo com as Mensagens de Governo, parece ter melhorado consideravelmente,

²¹ Smith (1967, p. 102) apontou que de acordo com os dados do censo demográfico de 1950, 41% da população ficava abaixo dos 15 anos, percentual muito superior ao dos Estados Unidos, no mesmo ano (26,9%). Assinalou também que “de particular importância, é a relação entre as pessoas nos anos de vida produtiva, quer do ponto de vista biológico quer econômico, e as que dependem de outros para o consumo de bens de serviços. Em qualquer população, a relação entre pessoas compreendidas nos grupos de 15 a 65 anos, e aqueles abaixo de 15 ou acima de 65, constitui indicador da maior importância. Havia no Brasil, em 1950, 80 dependentes para 10 produtores; nos Estados Unidos, a relação correspondente era apenas de 54. Em outras palavras, o produtor médio no Brasil tem um terço a mais de bocas a alimentar do que o seu correspondente nos Estados Unidos.” (p. 104).

de forma a contribuir com o desenvolvimento do Estado, na medida em que Manoel Ribas ao se referir às finanças e à economia do Paraná assinalou que em 1932, quando assumiu o “espinhoso cargo de Interventor Federal, a situação econômica e financeira do Estado do Paraná era de verdadeira insolvência” (PARANÁ, 1943, p. 03). O Interventor detalha a situação financeira do Estado no período de 1932 a 1942, conforme o Quadro n.2:

ANO	DÍVIDAS INTERNAS E EXTERNAS EM CR\$	RECEITA EM CR\$
1932	207.040.925,60	23.739.418,11
1942	152.779.871,10	70.034.313,90

QUADRO n. 2: Dívidas e receitas do Paraná nos anos de 1932 e 1942

Fonte: Elaborado a partir de informações contidas em Mensagem de Governo de 1943 (PARANÁ, 1943)

O aumento da arrecadação e a diminuição da dívida é justificada pelo Interventor federal, nos seguintes termos:

Devo sinalar que o notável aumento que vem se verificando de ano para ano, na receita do Estado não se baseia absolutamente na criação ou majoração de Tributos; constitui, sim, expressivo índice do desenvolvimento econômico do Estado e de racional e honesta arrecadação dos dinheiros públicos, graças a reforma por que passou a Secretaria da Fazenda (PARANÁ, 1943, p. 05).

Diante das afirmações do Interventor, consideramos que a reforma na Secretaria da Fazenda, pode realmente ter implicado no aumento do desenvolvimento econômico do Estado. Nesta perspectiva, o início da década de 1940, conforme já assinalamos anteriormente (SILVA, 2009, p. 33) foi marcada por profundas transformações na cidade de Curitiba. Havia uma grande preocupação com um plano de urbanização que se caracterizasse como moderno²².

Neste plano de urbanização, o trânsito se configurava em uma preocupação do governo²³ que intensificou a frota de fiscalização do Estado com “dezenas de

²²Diante das fontes investigadas percebemos que o plano de urbanização moderno se refere a um conjunto de ações que para Berman (1986, p. 13) atinge o cotidiano da sociedade e modifica as relações sociais, de modo que repercute nos múltiplos espaços do fazer político, social, econômico e retratam algumas relações de poder existentes. Para Berman (2001) se nos detivermos na visualização dos timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XX, o primeiro aspecto a ser observado é a nova paisagem com engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas e novas zonas industriais, jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos que se comunicam em escala cada vez maior.

²³ O Interventor Federal relatou que o Departamento do Serviço de Trânsito, outrora simples dependência de uma Delegacia especializada com ação circunscrita dentro do âmbito municipal,

motocicletas e bicicletas” (PARANÁ, 1942, p. 49) com a finalidade de tornar a fiscalização mais eficiente. E ao visualizarmos (figura 1), o Centro da cidade de Curitiba, compreendemos o significado de motocicletas e bicicletas no contexto da década de 1940.

Nessa conjuntura histórica, a problemática de meninos e meninas se encontrarem em condição de desvalia não era uma situação recorrente somente no Estado do Paraná. Esta situação se fazia presente em muitas cidades, principalmente nas capitais. No ano de 1940 o Paraná era um Estado que havia obtido a sua emancipação política há menos de cem anos e nas décadas subsequentes o crescimento estava dentro das expectativas de um Estado que fazia parte de um país que foi se configurando como “o mais extraordinário acervo de variedades culturais que jamais se formou dentro de uma nação” (SMITH, 1967, p. 33).



Figura 1 - RUA XV DE NOVEMBRO (1941)

Fonte: Acervo da Casa da Memória de Curitiba (Multimeios).

cresceu com o desenvolvimento do estado, e reclamo pela sua importância e complexidade, um Departamento Especializado, com várias seções e elevado número de funcionários. E para atender a esse crescimento, foi criada, além dos postos de fiscalização, uma Sub-Inspetoria de Veículos em Ponta Grossa, a qual superintende os serviços de trânsito em vasta e importante região do Estado. (PARANÁ, 1942, p.49)

Fazia parte dessa conjuntura histórica, do mesmo modo, o fato de que a figura primordial na vida das meninas e meninos desvalidos era o Juiz de Menores. E, se no Rio de Janeiro uma das principais referências nas questões da infância desvalida foi o Juiz Mello Mattos²⁴, podemos considerar que no Paraná, em crescente situação de urbanização, Francisco Cunha Pereira, foi um importante personagem e sua trajetória profissional possui muitas similaridades com a de seu colega carioca, já que ambos foram os primeiros Juízes de seus respectivos Estados.

Sabemos, que para o Juiz de Menores, Francisco Cunha Pereira, as histórias de meninas e meninos desvalidos não começavam com a chegada daquelas três crianças. O Juiz tinha plena consciência que seria de sua competência o que estava prescrito no Artigo 147 do Código de Menores, isto é:

I – processar e julgar o abandono de menores de 18 anos, nos termos desse Código e os crimes e contravenções por eles perpetrados;
 II – inquirir e examinar o estado físico, mental e moral dos menores que comparecerem a juízo e, ao mesmo tempo, a situação social, moral e econômica dos pais, tutores e responsáveis por sua guarda;
 III – ordenar as medidas concernentes ao tratamento, colocação, guarda, vigilância e educação dos menores abandonados ou delinquentes [...].
 (BRASIL, 1927)

O Código de Menores de 1927 dava ao Juiz de Menores o poder de processar, julgar, inquirir, examinar e ordenar as medidas que considerasse adequadas à educação dos menores abandonados e delinquentes.

Essa envergadura do Dr. Francisco Cunha Pereira, portanto, não era recente. O poder das palavras de um Juiz está circunscrito em todos os processos de meninas e meninos desvalidos quando determinava “Cumpra-se” ou “Arquive-se”. Nessa perspectiva, outros pesquisadores²⁵ abordaram a problemática de crianças desvalidas

²⁴ De acordo com Souza (2011) José Cândido de Albuquerque Mello Mattos nasceu em Salvador/BA, em 19 de março de 1864, filho do desembargador Carlos Espiridião de Mello Mattos e de Cristália Maria de Albuquerque Mello Mattos. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em novembro de 1887, atuou como promotor e advogado criminal e na área do magistério. Na década de 1920, passou a elaborar projetos que culminaram, em 1923, com a criação do Juízo de Menores do Distrito Federal, do qual se tornou titular em fevereiro de 1924. No início da década de 1930, foi convocado pela Corte de Apelação do Distrito Federal para integrar a 3ª Câmara Cível, sendo, na mesma época, eleito vice-presidente da Associação Internacional de Juízes de Menores, com sede em Bruxelas, na Bélgica. Faleceu em 03 de janeiro de 1934, na Cidade do Rio de Janeiro. Antes mesmo da promulgação do Código que levaria seu nome, o juiz Mello Mattos, à frente do Juizado de menores, já agia no sentido de coibir o trabalho de crianças e adolescentes que pusesse em risco a sua saúde, integridade física ou moralidade, enfrentando, inclusive, a resistência de alguns setores da sociedade.

²⁵ Para uma análise mais ampla consideramos as obras de Camara (2010) e Arend (2011).

no Brasil nas décadas anteriores e perceberam a figura do Juiz como primordial no decorrer de um processo que obteve a aprovação do Código de Menores de 1927 e que perdurou nas décadas posteriores, de maneira a apontar uma continuidade da representação do Juiz como um redentor.

Evidenciamos nos Autos dos Processos que os discursos de Comissários de Menores, delegados, médicos, testemunhas e familiares contribuíam com a decisão do Juiz. E que o cumpra-se ou archive-se fazia parte de um ritual na medida em que o discurso do Juiz tinha uma função preestabelecida, assim como assegura Foucault ao afirmar que “Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam ao mesmo tempo propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (FOUCAULT, 2004, p. 39).

Fazia parte da singularidade e do papel preestabelecido de um Juiz, quer seja Francisco Cunha Pereira quer sejam os seus póstumos, no período de 1940 a 1969, seguir um procedimento que envolvia, a depender de cada situação, uma metodologia e um discurso específico. Portanto, a chegada daquelas três crianças foi acompanhada de um ritual que deveria acompanhar todos os processos e fazia parte do cotidiano de trabalho de um Juiz de Menores.

Francisco Cunha Pereira, desde que assumiu a função de Juiz Privativo de Menores do Estado do Paraná, já havia enfrentado muitas situações adversas quer seja referente às crianças desvalidas, quer seja referente às crianças com família. A sociedade nos anos anteriores, por meio dos jornais, denunciava situações em que crianças estavam envolvidas, que considerava inapropriada e conclamava o Juiz de menores a delimitar os espaços das crianças na sociedade.

Já na década de 1930, a grande preocupação, do Jornal Correio do Paraná, abrangia as crianças de uma maneira geral, assim também como os problemas mais específicos da vida da criança desvalida. Independente de se referir à criança desvalida ou favorecida pelas orientações de uma família, as principais denúncias no jornal se referia às crianças que se dependuravam na traseira dos bondes, apedrejavam casas desocupadas, jogavam futebol ou peteca na rua, vendiam bilhetes de loteria ou jornais, estavam presentes em campos de futebol, frequentavam jogatinas, cinema ou bailes de carnaval, eram retiradas da Escola de Reforma para serem prostituídas ou abusadas sexualmente, estavam na delinquência, fugiam das instituições de assistência, eram abandonadas ainda bebês, estavam em bordéis,

eram espancadas ou estupradas. Logo, a responsabilidade do Juiz de Menores não era somente com as crianças pobres e abandonadas. Qualquer problema de ordem social com uma criança era considerado como um problema a ser resolvido pelo Juiz de Menores.

Os grandes problemas encontrados, nas décadas de 1920 e 1930, por Francisco Cunha Pereira, provavelmente, deram condições para que na década de 1940, fosse mais enérgico em suas decisões. O Juiz havia passado por alguns constrangimentos, perante a sociedade, na dimensão em que os jornais o conclamavam a tomar atitudes perante os acontecimentos que diagnosticavam como ocasionados por falta de ação do Juiz de Menores.

Diante da situação de crianças de bairros pobres de Curitiba que não frequentavam a escola o jornal culpou o Juiz de Menores: “Onde está o Juizado de Menores que não enxerga estas coisas?” (1932, s/d, s/p)

Ao denunciar a situação de “menores vadios” o jornal provocou:

Se o Juizado de Menores quiser uma indicação mais completa, para nortear sua ação damo-la aqui. [...] É preciso que o Juizado de Menores em colaboração com a Polícia, dê fim àquilo.
É o pedido, por nós interpretado, das famílias residentes no trecho daquela rua. (08/12/1932, p. 03)

Nos discursos dos jornais, se esperava que o Juiz de Menores enxergasse tudo o que acontecia nas ruas e nas escolas de todos os bairros da capital paranaense. Entretanto, em algumas situações os próprios funcionários do Juizado de Menores estavam envolvidos em escândalos bem “debaixo dos olhos” do Juiz de Menores, como na ocasião em que o Jornal Correio do Paraná denunciou um caso “escandaloso”, em que um cavalheiro “Tirou a Menor da Escola de Reforma e levou para um ‘rendz-vous’²⁶” (06/12/1932, p.01). O caso foi retratado pelo jornal em um dia e detalhado nos dias posteriores. Um trecho do Jornal deixa claro o contexto dos acontecimentos:

Ontem, às 4 horas da tarde, mais ou menos um oficial do exército, apresentou-se ao Juizado de Menores, onde declarou desejar retirar determinada menor da Escola de Reforma, para que fosse viver com sua família.
O oficial levava já uma autorização escrita da parte da menor.
Obtido o consentimento do Juizado e após ter assinado o termo de responsabilidade, o citado oficial levou em sua companhia a menor.

²⁶ A grafia atual da palavra em francês é “rendezvous” e significa “encontro”.

E levou-a para jantar num “rendz vous” onde pernoitaram, também, no mesmo quarto (CORREIO DO PARANÁ, 06/12/1932).

Ficou evidente que a menina foi retirada da Escola de Reforma para ser abusada sexualmente, por um oficial do exército, e dias depois, o mesmo jornal informou que foi “aberto inquérito a respeito do caso da menor retirada da Escola de Reforma – as declarações da menor – o ‘rendz vous’ da Rua Visconde – prestou declarações à polícia o Tte. Paulo Galvão” (CORREIO DO PARANÁ, 1932, 12/1932). O jornal narrou, superficialmente, os depoimentos dos envolvidos. E assinalou que a menina afirmou que realmente jantou, dançou e pernoitou com o oficial na casa de “Marieta de Tal” que tentou desmentir a história, mas não conseguiu e quanto ao Tenente, o jornal informou apenas que o homem prestou declarações. Coube ao jornalista tanto inquirir, quanto responder:

Diante da complicação do caso, quem é o responsável?

O oficial? A caftina? O Commissario de Menores que informou sobre a idoneidade do oficial?

Todos têm a sua culpa no cartório. O commissario, que leu uma informação leviana; a caftina que forjou todo o plano da retirada da menor; e o oficial, cuja falta de idoneidade moral deu causa a todo o caso CORREIO DO PARANÁ, 12/1932).

O discurso do jornal deu margens para suspeitarmos de que o próprio Comissário de Menores pudesse ter envolvimento, no que podemos designar de tráfico de meninas para a prostituição. Diante da situação constrangedora, coube ao Dr. Francisco Cunha Pereira solicitar um inquérito rigoroso ao Chefe de Polícia do Estado, a fim de apurar os fatos ocorridos, na medida em que o Jornal ao expor o caso apontou não somente o Juiz de Menores, mas também o Delegado de Costumes a resolver o caso: “Está aí em resumo o caso que deve ser resolvido pelo Juizado de Menores. E o Snr. Delegado de Costumes, cujo rigor tanto ruído tem feito, deve atender para o caso desse rendz-vous onde se recolhem menores” (1932, s/d, s/p).

As ações do Juiz de Menores, muitas vezes, eram uma resposta às inúmeras pressões que recebia, principalmente dos jornais. Quando saiu a portaria do Juizado de Menores, que proibiu a entrada de menores desacompanhados em campos de futebol, o Jornal Correio do Paraná admitiu que a portaria fosse oportuna, mas salientou que:

Um das duas ou três prisões e acabará de vez esse abuso que tanto nos preocupa.

É preferível que esses peraltas sejam presos do que a ocorrência de um desastre lamentável.

Os menores precisam de uma assistência mais eficiente e é para isso que temos o Juizado de Menores (1933, s/d, s/p).

Neste sentido, a presença de menores de 18 anos, desacompanhados, em campos de futebol era considerada um abuso que deveria ser punido com prisão. Da mesma forma, ao se remeter aos menores delinquentes, em 1933, o jornal se referia a qualquer criança que estivesse com atitudes que diferiam dos padrões pré-estabelecidos. E nos dois casos culpava a deficiência da assistência à infância:

Há poucos dias acentuamos, destas colunas, a deficiência da nossa assistência à infância.

Os menores organizam batalhões, gazeiam as aulas e, durante a noite, jogam football pelas ruas ou cometem outras travessuras piores.

Ontem a polícia prendeu três menores que furtaram duas bicicletas que os proprietários deixaram estacionadas junto ao meio fio da nossa principal artéria.

É um exemplo frisante de que o Juizado de Menores não está agindo com severidade.

Curitiba já teve, há poucos meses, uma quadrilha de menores que, influenciada pelo cinema, agia dando incômodos à polícia.

Mas, é natural, pois os menores vivem em plena liberdade, fogem de casa e, como toda a criança, vão inventar as suas peraltices.

Podemos culpar essas crianças?

Seria um contrassenso se em tal pensássemos.

Culpadas são as nossas autoridades que não enxergam esses menores em plena vagabundagem até altas horas da noite, adquirindo vícios reprováveis.

É preciso que o Juizado de Menores aja com mais energia e que os pais ponham também um corretivo às peraltices dos filhos. (CORREIO DO PARANÁ, 1933)

Diante de inúmeras notícias como essa, na década de 1930, o Juiz Francisco Cunha Pereira foi levado a baixar várias portarias para restringir a circulação dos “menores” em cinemas, campos de futebol, bailes de carnaval e até mesmo no Passeio Público. Mas, mesmo com suas constantes portarias e proibições, como apanhar serpentinas que caíam no leito da rua, que foram reivindicações da sociedade e reiteradas pelo Jornal Correio do Paraná, havia uma campanha contra a presença de Francisco Cunha Pereira no Juizado de Menores.

Nesta mesma acepção, perante a portaria que proibiu a entrada de menores, de 12 anos, em campos de futebol o Correio do Paraná expôs:

[...] Ou o Sr. Juiz de Menores não teve o cuidado de mandar que se cumprisse a sua portaria ou os seus comissários não estão dando a necessária atenção às suas ordens.

De qualquer modo o fato é que a resolução tomada precisa de ser cumprida para que não se diga que o Juizado de Menores não está atendendo à finalidade de sua missão (Correio do Paraná, 19/09/1932, p. 05).

As portarias que restringiam a circulação de meninas e meninos, em alguns lugares públicos, não eram consideradas arbitrariedades em relação aos seus direitos. Estas ações eram interpretadas como medidas de proteção aos “menores”, já que estavam em conformidade com o Código de Menores de 1927²⁷.

Em alguns momentos, o jornal Correio do Paraná cobrou das autoridades que as crianças fossem castigadas com notícias, como “Os menores serão castigados”, em outros denuncia as prisões efetivadas pela polícia e encaminhadas ao Juizado de Menores, com chamadas, como “Onde estamos? Um menor jogado num xadrez imundo do Juizado de Menores, o nosso protesto e um apelo ao Snr. Interventor Federal que ignora estas vergonheiras, que atentam contra a civilização”, de maneira a sinalizar para uma determinada ambivalência.

Diante das notícias, que ora cobravam que os “menores” fossem castigados, ora denunciavam os castigos, podemos considerar que a sociedade acreditava no poder do castigo, porém nem todos os castigos eram aprovados socialmente. Esta ambivalência, entre repressão e paternalismo, também foi percebida por Sônia Camara (2010) nos periódicos em relação às atitudes das famílias na década de 1920, na proporção em que “os jornais defendiam medidas repressivas e algumas vezes paternalistas no intuito de salvaguardar a infância, regenerando-lhe os costumes ou estabelecendo a sua proteção” (CAMARA, 2010, p. 44).

A insatisfação do Correio do Paraná era tamanha com Francisco Cunha Pereira, que no dia 9 de março de 1933 chegaram a anunciar que seria designado um novo Juiz de Menores para o Paraná. E dias depois, em 16 de março de 1933, em uma quinta-feira, o Jornal que estava sob a direção de Adherbal Stresser²⁸, pressionou o interventor Manoel Ribas a “cumprir o prometido” e assinalou que:

²⁷ No Capítulo X “Da vigilância sobre os menores” há abertura para o Juiz de Menores interpretar qualquer situação e considerar qualquer local, como contrários à moral e aos bons costumes. (BRASIL, 1927, p. 1158-1159)

²⁸ De acordo com o Jornal Gazeta do Povo (acesso em novembro de 2013) e Wikipédia (acesso em janeiro de 2014) Adherbal Stresser iniciou sua carreira jornalística em 1926, no Rio de Janeiro, lá trabalhou na filial do jornal “O Estado de São Paulo”, quando foi convidado para secretariar o jornal “Diário da Tarde”, em Curitiba. Deixou este jornal após a Revolução de 1930, e assumiu a chefia de redação da “Gazeta do Povo”, em Curitiba, onde permaneceu até 1932, quando fundou o jornal “Correio do Paraná”, que dirigiu até fins de 1934, tendo se colocado ao lado da Revolução Constitucionalista e lutado pela constitucionalização. Em 1934, foi escolhido presidente da Associação Paranaense de Imprensa e logo a seguir eleito delegado eleitor do grupo de Imprensa e Profissões Liberais, para a eleição da representação federal e classista. Exerceu o mandato de Deputado na Assembleia Legislativa do Paraná até a sua dissolução em novembro de 1937. No ano de 1955, em parceria com Assis Chateaubriand, fundou a empresa “S/A. Diário do Paraná” da qual foi presidente e diretor. Em

[...] voltamos a tratar hoje do escandaloso caso do Juiz de Menores da Capital, dr. Cunha Pereira que vem se revelando um magistrado que não está à altura de exercer o nobre apostolado que a sociedade lhe confiou. [...] o interventor Manoel Ribas está na obrigação de demitir imediatamente esse juiz, para que a magistratura do nosso estado não fique desprestigiada pelos desatinos de um dos seus membros, nem a sociedade seja afrontada com atos levianos, de quem devia pautar a sua vida pública e privada pelas mais rigorosas normas de moralidade.

Aliás, o Sr. Interventor federal já compreendeu a impossibilidade da permanência do Sr. Cunha Pereira à frente do Juizado de Menores, tanto assim que declarou aos representantes da imprensa que assinará um decreto afastando aquele juiz de suas funções. Esse decreto, que toda a opinião pública espera com impaciência, está, porém, tardando a ser assinado. O Sr. Interventor federal, sem perda de tempo, precisa cumprir o prometido, e, com isso, só terá os aplausos do povo paranaense, digno sem dúvida de melhor sorte (CORREIO DO PARANÁ, 1933, p. 01).

Não há apontamentos de quais eram os desatinos e atos levianos na vida do Juiz que o tornavam um imoral. Pode ser que tudo se resumisse a uma questão política, na medida em que o irmão de Francisco Cunha Pereira, era Simão Cunha Pereira, um Deputado Federal. Vemos, através dos artigos do Correio do Paraná que o Juiz de Menores era frequentemente pressionado a agir em defesa da “regeneração dos costumes”. Assim no dia 18 de maio de 1933, o jornal estampa a imagem do Juiz e aponta que:

[...] Seria interessante, por exemplo, que os comissários visitassem alguns estabelecimentos e até nas próprias casas de tolerância onde, sem permissão da lei, se empregam menores.

Os próprios vendedores de jornais e engraxates deveriam estar mais às vistas do juizado, pois a sua ação social é ampla e nobre.

Muitos desses menores se embriagam nos parques, bares e prostíbulos, onde mulheres sem escrúpulos permitem a sua entrada.

Tal estado de coisas não pode e não deve perdurar.

Estamos numa fase de regeneração dos costumes, segundo se apregoa.

Compete ao Juizado de Menores cumprir o seu programa social começando por averiguar se todos esses menores frequentam escolas e si se recolhem cedo aos seus domicílios.

1952, viajou por quase toda a Europa, tendo sido delegado do governo do Paraná junto a exposições e feiras de Milão, Paris e Bruxelas. Foi também delegado da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, junto as autoridades italianas para assuntos de migração. Exerceu os cargos de diretor da Câmara de Expansão Econômica do Paraná e de diretor do serviço de Imprensa do Estado. Juntamente com seu filho Ronald Sanson Stresser, fundou a TV Paraná, canal 6, de Curitiba e da TV Coroados, canal 3, de Londrina, emissoras as quais presidiu. Foi professor do Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Em 1960, foi agraciado pelo Governo da Itália, com a comenda "Stella della solidarietà italiana", pelos serviços prestados às relações entre os dois países, no sentido imigração e relações culturais. Faleceu em 16 de outubro de 1973, em Curitiba. Após sua morte foi homenageado e seu nome batizou importantes vias públicas; uma no bairro do Butantã, em São Paulo, e a outra no bairro do Cajuru, em Curitiba, com a denominação de Avenida Jornalista Aderbal Gaertner Stresser.

Registrando estas linhas esperamos que o Juizado de Menores se manifeste (p. 03)

Diante das críticas e da pressão para que Francisco Cunha Pereira fosse deposto, do cargo que ocupava, não há nenhuma evidência de que o Juiz tenha revidado os ataques em algum momento, tampouco de que tenha recebido qualquer tipo de repreensão por parte do Interventor Federal. As expectativas de que o Juiz de Menores fosse o propulsor da “regeneração dos costumes” permeia os discursos do Jornal Correio do Paraná, assim também como dos Autos dos Processos do Juizado de Menores.

Os problemas enfrentados pelo Juiz de Menores de Curitiba, não eram diferentes dos encontrados por outros Juízes de Menores no Brasil²⁹. Acreditar que um Juiz poderia ver e resolver todos os problemas sociais relacionados aos “menores” fazia parte de um imaginário que o representava como detentor de um poder praticamente impossível. Se aparentemente, Francisco Cunha Pereira, não se importava com as críticas, é possível que as mesmas tenham de alguma forma contribuído para o amadurecimento de suas ações frente aos problemas a serem resolvidos.

No entanto, não somente o Juiz era criticado, diariamente, na década de 1930, pelo Correio do Paraná, como também, o Delegado e os Comissários de Menores. Mas nem todos se calavam como o Juiz de Menores, o Delegado Linhares de Lacerda³⁰, em dada ocasião, tomou uma atitude que o próprio Correio do Paraná narrou sob o título “O delegado Linhares e a nossa reportagem caçando os mendigos

²⁹ Nessa mesma direção, Camara (2010) assinala que na cidade do Rio de Janeiro, em “tom de denúncia, o jornal aludia à urgência em se estabelecer medidas destinadas a atuar sobre a penúria que acometia a infância desvalida durante os anos de 1920.” (p. 40)

³⁰ De acordo com o Ministério Público do Estado do Paraná (2014) Manoel Linhares de Lacerda, Filho de João José Correia de Lacerda e de Otília Linhares de Lacerda, nasceu na cidade da Lapa (PR) em 4 de junho de 1903. Coursou a Escola Militar. Colou grau em Direito pela Universidade Federal do Paraná. De 1928 a 1929 exerceu as funções de Promotor Público nas comarcas de São Jerônimo e de Ribeirão Claro. Foi Delegado de Costumes, Chefe de Polícia, de 1932 a 1934 e exerceu a advocacia por um longo período. Em sua vida política pertenceu ao Partido integralista desde 1924, depois filiou-se ao Partido da Representação Popular. Em 1947 elegeu-se Deputado Estadual, mais tarde Deputado Federal. Em 1964 participou em São Paulo da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Tomou parte ativa na Revolução de 1930 quando foi Comandante de Praça em São Jerônimo, e na de 1932, quando foi Comandante de Praça em Jacarezinho. Em 1951 foi nomeado Procurador-Geral de Justiça do Estado. Dedicado ao estudo das questões de terra, é de sua autoria Tratado das terras do Brasil, constituído por cinco volumes, publicado em 1960. Colaborou com diversos artigos no jornal paranaense Gazeta do Povo. Participou ainda da Carta de Brasília. Por sua postura revolucionária nos acontecimentos de 1964 foi agraciado com o Diploma de Ordem do Mérito Revolucionário da Revolução de 1964 e também com o Diploma de Agradecimento da Escola Naval. Era casado com Olívia de Lacerda. <http://www.memorial.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=69>

das ruas. – A negra Ballão numa crise nervosa. – As orações do Sr. Gastão Camara e o bom humor do Sr. Delegado de Costumes” (CORREIO DO PARANÁ, 1933). O artigo foi resultado de uma resposta do delegado:

Quando entrou ontem, em nossa redação, se o Dr. Linhares de Lacerda estivesse com uma fisionomia austera e sisuda, sentiríamos um arrepio na coluna raquidiana.

O delegado de Costumes, porém, não perde o seu costume de sorrir e falou sem mais nem menos:

– Estou em falta com o CORREIO DO PARANÁ e quase não dormi estes últimos dias, com a consciência em pânico...

Encaramo-lo espantados!

O Dr. Linhares de Lacerda acendeu um cigarro e prosseguiu:

– O CORREIO DO PARANÁ clamou contra os falsos mendigos e perguntou “onde eu estava que não via essas coisas”.

A minha delegacia é muito trabalhosa e só agora, infelizmente, pude vir dizer que estou aqui...

Nessa altura o nosso redator indagou:

– Quem foi que deu uma “bordoada”, outro dia, no delegado lacerda?

– Fui eu!

O delegado encarou o “esbordeador” e disse logo:

“O Sr. Então, está convidado a ir...

– Para o exílio?

– Não. Está convidado a dar um passeio comigo.

[...] Deportados para a Ilha do Mel – pensamos intimamente.

No automóvel o Dr. Lacerda falou:

– A minha delegacia não dorme e vamos, agora, descobrir os falsos e os autênticos mendigos de Curitiba. Ordenem, pois o itinerário!

[...] na Rua João Gualberto estacionamos.

Um mendigo batia á porta de uma casa.

O delegado chamou o guarda do carro-forte e ordenou:

– Convide aquele cavalheiro, gentilmente, para subir na “limousine vermelha”.

Feito o convite o pobre largou uma piada:

– Quem paga a corrida?

O delegado respondeu:

– O CORREIO DO PARANÁ que proveu o raid!...

[...] Junto ao muro da Universidade três moleques, com sacos de estopa, sentados, cantavam a popularíssima canção do “moleque indigesto”.

O delegado chamou-os:

– Que estão vocês fazendo?

– “Estamo” juntando arco de barrica pra vender.

– Está bem. Vocês juntem hoje todos os arcos, porque de amanhã em diante, vocês vão ver coisas do arco da velha. Conhecem essa limousine que vem aí atrás?

Os moleques sumiram-se.

[...] paramos à porta da igreja do Bom Jesus.

Lá estava sentado, na escada, um mendigo.

– Guarda repita o convite!

O pobre veio e perguntou:

– Onde é que vão me levar?

– O Sr. Gastão Camara não quer que você apanhe sol, na porta da igreja.

[...] Na Praça Zacarias um dos nossos redatores, exclamou:

– Olhe quem está ali deitada no banco, Dr. Lacerda!

Era a negra Ballão, embriagada, que dormia, estendida num banco.

A incorrigível ébria, ao ver a limusine, acordou-se com uma crise de nervos, berrando a canção do “Ai, ai, ai!”...

Juntou gente.

A negra Ballão quis reagir, mas, não houve tempo...

[...] O Dr. Lacerda explicou:

Hoje é um dia impróprio para esta espécie de “raides”. Os pobres saem das tocas aos sábados, dia de limpeza...

_ Não foi perdida a viagem, doutor Lacerda.

_ Absolutamente, pois não esperava, num dia como o de hoje, juntar “tanta gente” para o Sr. Gastão Camara. Infatigável presidente da Sociedade de Socorro aos necessitados.

_ Juntar pobres não é tão fácil como parece. Essa gente é escolada e os falsos mendigos parecem ter nascido com a mãozinha no trapézio...

_ Obrigada, Dr. Linhares de Lacerda e amanhã vamos dizer ao público que conseguimos encontrá-lo.... (CORREIO DO PARANÁ, 18/05/1933)

A notícia da ação do Dr. Linhares de Lacerda foi retratada, pelo Jornal Correio do Paraná, na mesma página da crítica ao Dr. Francisco Cunha Pereira (18/05/1933, p 3). Provavelmente, o jornal esperava do Juiz a mesma atitude do delegado. As duas reportagens estão na mesma página, ambas mostram a imagem das respectivas autoridades, mas o tom do discurso é diferenciado. Enquanto o delegado é exaltado, o Juiz de Menores é depreciado.

Se o Delegado de Costumes admitiu não ter tido tempo de se dirigir antes ao Correio do Paraná, provavelmente o Juiz de Menores nem cogitou a hipótese de responder ao jornal. Se o Delegado “mordeu a isca” para o jornal incrementar as suas notícias, o mesmo não aconteceu com o Juiz. A única vez que o Correio do Paraná fez referência à presença de Francisco Cunha Pereira, na redação do Jornal, não foi para revidar qualquer acusação, mas para agradecer: “Esteve ontem em nossa redação, o Dr. Cunha Pereira, Juiz de Menores que nos veio agradecer as referências que fizemos ao seu ilustre irmão, Dr. Simão Cunha Pereira, deputado mineiro, ora em visita a nossa capital” (CORREIO DO PARANÁ, 04/09/1935).

Em dada ocasião o Juizado de Menores foi responsabilizado, através do Correio do Paraná, até pelo lixo espalhado pelas ruas da cidade:

[...] Lixo por toda a parte. Por toda a parte montes de cascas de laranja, de banana, de pinhão. Em frente das casas de frutas e de engraxatarias, em plena rua 15 de Novembro é uma vergonha o amontoado de imundícies. E particularmente em frente das casas “A Fortuna” e “Brasil”. A molecada desenfreada parece que tirou o privilégio para sujar as ruas, quebrar árvores e destruir tudo o que vê como placas, focos, jardins.

E tudo isso numa cidade que tem polícia, prefeitura e Juizado de Menores! Porque essas três instituições não combinam uma ação conjunta para livrarem Curitiba da sujeira e da desorganização urbana? (CORREIO DO PARANÁ, 22/06/1934)

O relato da situação em que se encontrava a Rua 15 de Novembro, denota que a estrutura da cidade de Curitiba já estava incompatível com a crescente urbanização

que culminou em um novo Plano de urbanização na década de 1940. Percebemos que a “molecada” era culpada por depredações na cidade e que a polícia, a prefeitura e o Juiz de Menores eram considerados os responsáveis por aquela situação. De maneira geral, não há evidência de que, em 1934, a população compreendesse a complexidade do trabalho de um Juiz de Menores e, possivelmente, alguns esperavam vê-lo nas ruas apreendendo as crianças que jogavam cascas de frutas nas ruas.

Nas duas décadas anteriores a 1940, décadas de 1920 e de 1930, as notícias do Jornal Correio do Paraná não deram trégua para o Juiz de Menores paranaense. No entanto, provavelmente pela situação política nacional e internacional, no final da década de 1930 e início da década de 1940, o Jornal atenuou as suas críticas.

Se por um lado, podemos anacronicamente, considerar impropriedade o fato da população e do Jornal Correio do Paraná colocar o Juiz como uma figura que, independente, dos outros funcionários do Juizado de Menores, deveria ser redentora e se fazer presente na solução de todos os problemas sociais que envolviam “menores”, por outro, foi esta a representação de Juiz, historicamente constituída, como resultado dos discursos, no próprio campo jurídico, nas décadas anteriores, de maneira que a justiça surgiu “como prática imparcial, responsável pelo caminho que retiraria o país da barbárie e o encaminharia rumo à civilização” (SCHWARTZ, 1993, p. 177). Deste modo, o Juiz de Menores era um representante da justiça, responsável por civilizar as meninas e os meninos, cujas ações não estavam de acordo com os padrões preestabelecidos socialmente. A sociedade esperava que o Juiz de Menores fosse o regenerador dos costumes de meninas e meninos que tivessem qualquer atitude contrária à “moral e aos bons costumes”. No Paraná, parece que Francisco Cunha Pereira, mesmo com todas as pressões e denúncias não se sentia atingido pelas provocações nas notícias dos jornais, sinalizando para a permanência daquilo que foi apontado por Lilia Moritz Schwarcz (1993) sobre os juristas das décadas anteriores, isto é:

A figura do jurista permanecia, em meio a toda essa batalha, como que intocada. Confiantes em sua posição de “missionários”, buscavam os juristas brasileiros cunhar para si próprios uma representação que os distinguisse dos demais cientistas nacionais. Eram eles os “eleitos” para dirigir os destinos da nação e lidar com os dados levantados pelos demais profissionais de ciência. Na sua visão, encontravam-se distanciados do trabalho empírico dos médicos, das pesquisas teóricas dos naturalistas dos museus, da visão eclética e oficial dos intelectuais dos institutos históricos e geográficos.

Entendiam-se como mestres nesse processo de civilização, guardiães do caminho certo (SCHWARCZ, 1993, p. 187).

A postura de intocável percebida por Schwarcz (1993), nos juízes das décadas anteriores, foi percebida nas ações e reações do primeiro Juiz de Menores paranaense, que não deu margem para o Jornal visualizar a sua rotina de trabalho, assim como vez o delegado Linhares de Lacerda. Entretanto, podemos pressupor a sua rotina através dos apontamentos de Camara (2010) que, na década de 1920, visualizou o primeiro Juiz de Menores do Rio de Janeiro, Mello Mattos, em um dia de trabalho exposto no jornal “A Esquerda” com um cotidiano atarefadíssimo no qual havia:

[...] a movimentação de pessoas que desfilavam diante do juiz com as mais diferentes reivindicações. Essas se desdobravam entre pedidos de conselhos, de emprego, de remédio, de esmola, até a apresentação de queixas, de esclarecimentos de dúvidas e de internação. A expectativa apresentada pelos pais, segundo o jornal, colocava-se no sentido de se facultar ao filho o acesso às primeiras letras e à aprendizagem de um ofício ou mesmo pela falta de condições de mantê-lo sobre sua guarda. Além das crianças abandonadas, delinquentes e órfãos que chegavam ao Juízo, era preciso atender, também, as que, em função das dificuldades dos pais em educar, cuidar e disciplinar, solicitavam internação. A demanda diária do Juízo, com sua dinâmica de audiências, despachos e processos, incluía um movimento de exteriorização por parte do juiz que realizava diligências, visitas e fiscalizações (CAMARA, 2010, p.329-330)

Se na década de 1920, era essa a rotina retratada no jornal “A esquerda”, como efetiva do Juiz de Menores Mello Mattos, provavelmente a rotina de Francisco Cunha Pereira, nas décadas subsequentes, com os crescentes problemas sociais, estava maximizada. Porém, possivelmente, as atitudes que o jornal Correio do Paraná esperava de Francisco Cunha Pereira, era a que foi retratada em relação ao Juiz de Menores Mello Mattos, no Rio de Janeiro. No entanto, as demandas de trabalho de Francisco Cunha Pereira, talvez o forçasse a confiar nos Comissários de Menores para realizar os trabalhos de diligências, visitas e fiscalizações, já que eram essas as funções esperadas dos mesmos. Nesta direção, Camara (2010) assinala que:

A criação do Comissariado de Vigilância representou a possibilidade de se promover, por meio de diligências a domicílios, a estabelecimentos comerciais ou fabris e em pontos da cidade, a fiscalização quanto às condições e riscos em que se encontravam as crianças. Funcionando como uma espécie de polícia preventiva, os comissários atuavam na vigilância das ruas, com o intuito de inibir a frequência de menores de idade, especialmente nas áreas da cidade consideradas zonas de prostituição. A introdução do Comissariado de Vigilância Voluntário Secreto e Gratuito, como suporte ao trabalho de vigilância e fiscalização, constituiu-se numa estratégia importante na ampliação do campo de escuta e de visualização do Juízo. Esses

comissários, embora não fossem funcionários oficiais do Juízo, tornaram-se, juntamente com os comissários de vigilância, os olhos e os ouvidos do juiz na cidade (CAMARA, 2010, p. 332).

Nestas circunstâncias, com a intenção de que os Comissários de Vigilância do Juizado de Menores de Curitiba, também chamados de Comissários de Menores, fossem “os olhos e os ouvidos” do Juiz de Menores, Francisco Cunha Pereira, nomeou novos Comissários em 1940 (CORREIO DO PARANÁ, 1940, s/p). Na lista conta 20 nomes somente para a capital, e especificamente 2 para o Cajuru, 2 para São Casemiro do Taboão e 2 para o Portão. Estes comissários atuavam gratuitamente, depois de prestarem as promessas legais.

A confiança de Francisco Cunha Pereira e dos Juizes de Menores posteriores, depositada nos Comissários, está presente na maioria dos Processos de Menores, quando um Juiz solicitava informações ao Comissário e determinava o “cumpra-se” ou o “arquive-se” com base no conteúdo dessas informações.

Os problemas enfrentados pelo Juiz de Menores paranaense, nas décadas de 1920 e 1930, possivelmente o auxiliaram a ter decisões mais maduras ao determinar o destino de meninos e meninas, na década de 1940, já que tinha um enorme repertório de situações para direcionar os seus encaminhamentos.

Mas o fato de ter um enorme repertório de situações cotidianas do Juizado de Menores para nortear suas ações não o isentava de enfrentar os mesmos problemas na década de 1940. Porém já não era mais alvo, de tantas críticas, por parte do Correio do Paraná.

No decorrer da década de 1940, já não aparece, nas notícias de jornais, tanta referência ao Juizado de Menores ou ao Juiz de Menores, e quando aparece é em tom de informação e não de crítica. Porém, intensificam-se nas notícias dos jornais os problemas sociais referentes aos menores abandonados, os desajustes familiares que levam ao abandono, a delinquência e os crimes de menores, assim também como informações sobre a construção de escolas de assistência aos menores desvalidos ou delinquentes. Entretanto, algumas ações do Juizado de Menores foi uma continuidade no decorrer de todo o período analisado, por exemplo, em 1960, a preocupação com os menores de 18 anos, durante o Carnaval ainda era intensa:

A exemplo dos anos anteriores, o Juizado de Menores manterá severa fiscalização durante os dias de carnaval, no sentido de evitar a participação de menores de 18 anos nos folguedos destinados unicamente para os

maiores. Assim sendo, proibiu o ingresso de menores nos salões públicos, tablados ou palanques instalados nas vias públicas, ficando sujeitos a multa de 200,00 (mais idêntica quantia no caso de reincidência), aqueles que não atenderem às determinações da Portaria 7/60, datada de 5 do corrente e baixada pelo Dr. James Portugal, Juiz de Menores da Comarca de Curitiba. Nas escolas de samba, prostíbulos, cordões, ranchos ou blocos carnavalescos, torna-se proibida a participação de menores de apenas 14 anos. Rapazes e moças com idades inferiores a 18 anos, não poderão, adquirir bebidas alcoólicas, caso contrário seus servidores ficarão sujeitos a multa que varia de 500,00 a 5.000,00, ou prisão simples de dois meses a um ano (CORREIO DO PARANÁ, 1960, s/d, s/p).

Outro grande problema social, do qual o Juizado de Menores não poderia descuidar, era os meninos engraxates. Os engraxates foram visualizados em 1960 na cidade de Curitiba como um grande problema para a sociedade. Mesmo com a diminuição das críticas, o Juizado de Menores continuava a ser responsabilizado por qualquer problema social que envolvesse meninas ou meninos em possível situação de desvalia:

Todavia na atualidade, o impasse sociológico aumentou. Salta às nossas vistas a **progressiva degradação em que vão** – inadvertidamente – lançando-se esses pequenos que, futuramente, deverão representar nossa terra. A completa indiferença das autoridades competentes, no caso o Juizado de menores, propicia a **queda desses menores**. [...] **A nada respeitam e a ninguém obedecem, fazendo e dizendo o que lhes bem aprez.** O novato de 10 ou 11 anos no máximo, entra entra em um meio destes e, em curto prazo de tempo, **igual a aos mais velhos e experimentados (no mal)**, tornando-se um igual. **A Polícia não temem.** Sabem muito bem que a “justa” não podem detê-los por muito tempo. Ninguém lhes pode bater; a lei proíbe. Quem os aconselha é levado ao ridículo com as respostas pornográficas que obtém em troca. Assim, **a menoridade torna-se um escudo e, atrás dela qualquer má ação fica impune** (CORREIO DO PARANÁ, 20/02/1960 – grifos meus).

O discurso do Jornal, mostrou que o problema era considerado sociológico e o Juizado de Menores continuava a ser retratado, como o principal responsável pelo fato das crianças estarem nas ruas. Assim, a representação desses meninos, que perambulavam pelas ruas, em uma atividade rentável ou não eram classificadas homogeneamente. Portanto, a imagem formulada diante dos argumentos do Jornal era de que os meninos viviam todos em estado de degradação, não respeitavam nada, não obedeciam ninguém, eram maus, não temiam a polícia e a menoridade era um escudo que os protegia.

Nessas condições, a circulação de meninos engraxates, pelas ruas, na década de 1960, continuava a ser considerada uma ação degradante. Neste sentido, o Jornal argumenta:

Mas isso não pode continuar, urge uma solução por parte dos responsáveis: o poder público. Aqueles que hoje são os pequenos engraxates, com sua banquinha de pau e sua cara marota, **poderão vir a ser os grandes delinquentes de amanhã**. O futuro guarda para muitos deles **um infeliz destino, talvez uma cela penitenciária**. O que aprendem hoje, é meio caminho andado para a **devassidão de costumes**. **Sem frequentarem – na maioria deles – escolas** de qualquer espécie, tornar-se-ão, possivelmente, indivíduos de pouco proveito social, se não prejudiciais. Isto não pode continuar, alguém precisa amparar a este que é hoje uma criança mas que **no futuro, quem sabe, seja uma fera humana** (CORREIO DO PARANÁ, 20/02/1960 – grifos meus).

O Jornal reivindicava uma ação dos poderes públicos. Para o Jornal, os meninos engraxates poderiam vir a ser delinquentes destinados às penitenciárias, já que estavam no caminho da “devassidão dos costumes”. Os meninos que não frequentavam a escola eram considerados de “pouco proveito social”, algumas vezes “prejudiciais” e talvez no futuro fosse uma “fera humana”.

No entanto, a preocupação da sociedade, retratada nos artigos dos jornais, não estava apenas com os meninos pobres, abandonados ou desvalidos. Se nas décadas anteriores o futebol e o jogo de peteca das crianças foram motivo de muitas denúncias e pedido de providências do Juizado de Menores, nas páginas do Jornal Correio do Paraná, em 1960 o alvo da preocupação seriam as revistas em quadrinhos:

O movimento é costumeiro aos domingos. Além de **colaborar de maneira condenável no futuro da garotada**, as revistas em quadrinhos – que circulam abundantemente pela cidade – propiciam espetáculos pouco recomendáveis, principalmente aquele dia, quando a petizada, no intuito de conseguir a quantia necessária para assistir a espetáculos cinematográficos, entrega-se a compra e venda desses exemplares, **sem que o Juizado de Menores resolva agir** com energia em qualquer dos casos. O flagrante é sugestivo e documenta as nossas afirmações (CORREIO DO PARANÁ, 24/04/1960 - grifos nossos).

As revistas em quadrinhos, poderiam ser vendidas pelos meninos pobres e compradas pelos meninos e meninas que possuíam condições financeiras para adquiri-la. Como também, as revistas em quadrinhos poderiam ser vendidas por meninos e meninas que as possuíam, e depois de lerem, as vendiam por um preço mais acessível, com a finalidade de obter a quantia necessária para a entrada do cinema. Portanto, eram consideradas prejudiciais a quem comprava e a quem vendia, por “colaborar de maneira condenável no futuro da garotada”. Possivelmente, o conteúdo das revistinhas era considerado como facilitador da “devassidão dos costumes” e o Juizado de Menores deveria combater a sua circulação.

Nesta perspectiva, a maior parte dos temas de denúncias por parte do Jornal Correio do Paraná foram continuidades no decorrer da História de meninas e meninos, no período de 1940 a 1969. Na década de 1960, continuaram as denúncias da prostituição de meninas menores, de modo que neste ano, o Jornal Correio do Paraná expôs a notícia “Curitiba infestada por menores decaídas: autoridades ausentes” onde relata:

Menores, em nossa capital exercem livremente a prostituição. Por toda a parte, bares, hotéis, clubes noturnos e, na rua mesmo, as precoces decaídas buscam fregueses, **sob o olhar impassível e condescendente das autoridades**. Algumas, ainda com ar juvenil, em calças, compridas e suéter, fazem “trottoir” em pleno centro da cidade, abordando transeuntes, e automobilistas. [...] **nossas autoridades, no caso a Delegacia e o Juizado de Menores, permanecem ausentes, não fazendo sentir sua presença na coibição do degradante lenocínio juvenil**. Espera-se, contudo, que haja alguma providência que possa ser tomada, uma vez que aumenta dia a dia o drama das menores decaídas, já estando estas se tornando uma **característica de nossa capital** (CORREIO DO PARANÁ, 25/05/1960).

A prostituição das meninas foi assinalada, pelo Jornal Correio do Paraná, como uma marca da capital paranaense e reflexo da ausência da Delegacia e do Juizado de Menores que tinham um olhar impassível e condescendente, quando deveriam coibir os atos degradantes.

Em todas as situações que envolviam meninas e meninos “menores”, se por um lado, temos a figura do Juiz de Menores como central para deliberar sobre a vida dos meninos e meninas, por outro, percebemos que o Meritíssimo não conseguiria tomar decisões sem as outras figuras que faziam parte do Juizado de Menores. As decisões do Juiz poderiam se basear em informações que recebia de delegados, comissários de menores, famílias, médicos e testemunhas que presenciavam as situações. Neste sentido, um importante auxiliar em suas decisões era os resultados dos exames médicos.

Esta parceria entre direito e medicina aparece como fundamental em alguns processos, principalmente nos casos de defloração. Mas esse poder, colocado em

mãos de médicos e juristas, não é ocasional. Historicamente médicos³¹ e juristas³² foram se configurando como figuras inseridas na elite pensante do país. Porém, entre esses dois campos sempre houve uma disputa de poder, na qual o jurídico sempre prevaleceu, numa perspectiva de que:

O auxílio do profissional médico era relevante, mas a autonomia e a primazia do jurista eram garantidas, uma vez que a este último cabia a decisão final. [...] Sobressaía uma visão que, se de um lado apostava na importância da medicina pública, de outro, buscava restringir sua capacidade. Ou seja, se conjuntamente com o direito a medicina tinha um papel central para o progresso do país [...], o sanitarista e o médico público, no entanto, não deixavam de ser vistos como técnicos, a quem caberia um papel auxiliar e complementar. [...] O bom jurista era aquele que bem se assessorava, utilizando-se “das modernas teorias sobre as raças”; no entanto, em suas conclusões não se submetia exclusivamente às suas determinações (SCHWARTZ, 1993, p. 179-180).

Nesta mesma direção, visualizamos os médicos que aparecem nos Autos dos Processos do Juizado de Menores de Curitiba em uma situação de meros técnicos, esporadicamente como coadjuvantes, mas jamais como detentores de um poder que poderia determinar o destino de meninas e meninos.

No entanto, no Paraná, se por um lado, os médicos estão praticamente silenciados em relação aos encaminhamentos direcionados às meninas e aos meninos desvalidos que passavam pelo Juizado de Menores, por outro, estão efetivamente presentes tanto no plano da militância quanto das ações no que diz respeito à assistência à maternidade e à infância. E um exemplo dessa presença maciça foi a criação dos Postos de Puericultura³³ no Paraná.

³¹ Para Schwartz, (1993, p. 190) é possível investigar o debate médico de finais do século passado em diferentes níveis. Em primeiro lugar, trata-se de retomar a questão da emergência de um saber médico no país, guardando um contexto institucional de discussão. Ou seja, na própria faculdade baiana será interessante entender certo deslize temático que parece acompanhar a história desse estabelecimento, o qual em momentos diversos – de 1870 a 1930 – privilegiou abordagens diferentes. Assim, se a discussão sobre a higiene pública (que implicava uma grande atuação médica no dia-a-dia das populações contaminadas por moléstias infectocontagiosas) mobiliza boa parte das atenções até os anos 1880, nos anos 1890 será a vez da medicina legal, com a nova figura do perito – que ao lado da polícia explica a criminalidade e determina a loucura -, para nos anos 1930 ceder lugar ao “eugenista”, que passa a separar a população enferma da sã.

³² Schwartz (1993, p. 190) assinala que nas faculdades de direito as posições praticamente se invertem: cabia ao jurista codificar e dar uma forma unificada a esse país, sendo o médico entendido como um técnico que auxiliaria no bom desempenho desses profissionais das leis.

³³ Silva (2009) aponta em sua dissertação de mestrado que nos discursos que antecederam a criação do Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade, na década de 1940 a grande preocupação da sociedade, principalmente de jornalistas e médicos era com a criação de Postos de Puericultura. Rodrigues (2013) em suas dissertações de mestrado aponta um contexto em que jornalistas e médicos investem massivamente na criação dos Postos de Puericultura.

Não somente os médicos foram personagens coadjuvantes da determinação do destino de meninas e meninos; se por uma direção, há diferentes segmentos da sociedade envolvidos na problemática de meninas e meninos desvalidos, por outra, era o Juiz de Menores, o “dono” de suas vidas, que determinaria os seus destinos.

Diante dos discursos dos Juízes de Menores presentes nos Autos dos processos, dos discursos dos jornais e dos demais discursos que permeiam os processos é importante considerar o que foi apontado por Michel Foucault (2008, p. 56-61), isto é, quem fala, os lugares institucionais de onde cada um fala e a posição que ocupa em relação ao objeto de que fala. Portanto, o Juiz de Menores era o detentor de poder sob os meninos e meninas e deveria encaminhá-los em conformidade com o Código de Menores, dentro das opções que o Estado e a sociedade ofereciam

No entanto, o poder do Juiz de Menores e do Comissário de Menores, poderia não ter o mesmo peso de verdade, durante o Carnaval, assinalando uma determinada ambivalência em relação à proteção à infância. Nessa acepção, um episódio que aconteceu no Rio de Janeiro, e foi retratado pelo Jornal Correio do Paraná, ilustra, perfeitamente, a contradição existente no país:

No meio do tríduo carnavalesco houve um incidente entre Juizado de Menores e o bravo Diretor de Turismo da Prefeitura do Distrito Federal, Sr. Mario Saladini. Um Comissário de Menores, num gesto digno e louvável, pretendeu obstar a exibição de menores num desfile de escola de Samba. Isto irritou o Diretor de Turismo que julga, segundo foi noticiado, que a exibição de escolares nesses desfiles constitui até um prêmio e deu um “show” em plena Avenida não permitindo a retirada de cerca de 80 menores, que desfilaram à noite. Foi tal o destempero do alto funcionário da Prefeitura e tal o palavreado que usou contra o Juiz de Menores que circulou ter o Juiz Rocha Lagoa determinado a sua prisão o que foi mais tarde desmentido. O que não resta dúvida é que o Sr. Saladini deu um espetáculo deprimente, ao que não faltou até uma demonstração de solidariedade no puro estilo do peleguismo nacional. E a Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, ruidosamente solidarizou-se com o Sr. Mario saladini, desrespeitando as leis do País. E foi para isto que a prefeitura, que não tem dinheiro para construir escolas, entregou ao departamento de turismo 23 milhões de cruzeiros... (CORREIO DO PARANÁ, 11/03/1960, s/p).

Provavelmente, os “80 menores”, que desfilaram nas ruas no Carnaval de 1960, no Rio de Janeiro, não eram desvalidos. O Comissário de Menores acreditava que impedir que os meninos e as meninas desfilassem seria uma forma de protegê-los e fazer cumprir o Código de Menores de 1927. No entanto, não parece que as famílias e a sociedade considerassem um perigo para seus filhos e filhas desfilarem à noite em uma Escola de Samba.

Diante dos Processos, podemos perceber que a “vontade de verdade”³⁴ estava presente em discursos de médicos, juristas, diretores de instituições assistenciais, comissários e delegados. Mas, se por um lado, o juiz solicitava, recorrentemente, informações em relação ao que acontecia na vida de meninas e meninos e insistia em pedir que o Comissário de Menores investigasse a situação, por outro, o acúmulo de Processos a serem investigados e as distâncias a serem percorridas, fazia com que o Comissário produzisse uma verdade forjada por suas condições de trabalho.

Francisco Cunha Pereira esteve no cargo de Juiz de Menores até o ano de 1947. No período de 1947 a 1969 outros juízes assumiram o Juizado de Menores, entretanto, nenhum permaneceu tanto tempo deliberando sobre a vida de meninas e meninos.

Durante todo o período de 1940 a 1969, os Juízes de Menores, foram os “donos” dos destinos de meninas e meninos e tiveram como principal documento para nortear os seus encaminhamentos, o Código de Menores de 1927.

1.2 “A lei é quem manda” – O impacto das circulações de ideias na elaboração do Código de Menores de 1927 e na vida de meninas e meninos paranaenses

Quando o Juiz de Menores, Francisco Cunha Pereira, assumiu o Juizado Privativo de Menores em 1925, os seus encaminhamentos já estavam em conformidade com o Código de Menores de 1927. O Paraná, provavelmente impelido pelas discussões a nível nacional, foi o terceiro estado brasileiro a instituir um Juizado Privativo de Menores, seguindo as ações já instituídas em Rio de Janeiro e São Paulo. Neste sentido, Irineu Colombo (2006) assegura que o Terceiro Juizado Privativo de Menores, implantado no Brasil, foi na capital paranaense, antecipando-se a regiões em processo de urbanização mais adiantado.

A circulação de ideias, a respeito dos direcionamentos para assistir e regenerar meninas e meninos desvalidos, implicou também, no Paraná, na aprovação em julho de 1925 do Regulamento intitulado “Assistência e Protecção aos Menores Abandonados” que era uma versão paranaense do Decreto Federal 16.272, de 20 de dezembro de 1923. O Decreto é uma antecipação de algumas questões que seriam

³⁴Foucault ao analisar os discursos assinala que essa vontade de verdade apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção (2004, p. 17-20).

determinadas no Código de Menores de 1927. Assim, no Paraná, o primeiro Juizado de Menores foi criado já em 1925, mas passou a atuar a partir de janeiro de 1926.

Perante isso, os Autos de Processos do Juizado Privativo de Menores de Curitiba, anteriores à aprovação do Código, já contemplavam as questões assinaladas no documento. Além do Regulamento aprovado em 1925, ficou evidente, nos encaminhamentos do Juiz de Menores paranaense, que as ações de Mello Mattos no Rio de Janeiro serviram de parâmetros para os encaminhamentos de Francisco Cunha Pereira, que em entrevista à Carmem Lúcia Fornari Diez (1998) afirmou: “com Mello Mattos pude me instruir a respeito de como organizar o Juizado, com abrigos e Escolas de Preservação”. Francisco Cunha Pereira expôs, também, que na época da instalação do Juizado, a situação do “menor” estava completamente abandonada e foi com o Governo de Caetano Munhoz da Rocha³⁵ é que se iniciou o movimento de proteção ao menor, inspirado em Mello Mattos, que fundou o Juizado do Rio de Janeiro.

Assim, o Juiz de Menores Mello Mattos serviu de inspiração para Francisco Cunha Pereira e muitos outros que fizeram parte de um contexto de intensas preocupações com a infância desvalida, do final do século XIX e início do século XX, e que culminaram na elaboração do Código de Menores de 1927. No entanto, entendemos que, essas discussões aconteciam em um contexto mais amplo. A elaboração do Código de Menores de 1927, o primeiro brasileiro, advém de uma conjuntura histórica nacional e internacional.

No decorrer de todo o século XX, ocorreram Congressos nacionais e internacionais que abordavam a temática da criança e da infância, assim como da proteção à Maternidade e à infância. Neste sentido, alguns autores têm sinalizado as influências que esses discursos, principalmente das duas primeiras décadas, tiveram na elaboração do Código de Menores de 1927. Pereira (2006, p. 4) identificou que após o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, organizado pelo médico Arthur

³⁵ De acordo com Carneiro e Vargas (1994) Caetano Munhoz da Rocha nasceu em Antonina, a 14 de maio de 1879, filho de Bento Rocha e Maria Leocádia Munhoz Carneiro. Estudou as primeiras letras nos Colégios Parthenon Paranaense e Arthur Loyola. Matriculou-se, a seguir, no Colégio São Luiz, em Itu, Estado de São Paulo, onde concluiu humanidades. Ingressou na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, formando-se na turma de 1902. Integrou-se ao Partido Republicano e candidatou-se, com sucesso, a uma cadeira no Congresso Legislativo estadual em 1904. Elegeu-se prefeito municipal de Paranaguá em 1908. Eleito 1º vice-presidente, do candidato ao governo do Estado, Affonso Camargo, em 1915 para o período 1916-1920. Na sucessão de Affonso Camargo assumiu o governo para o quadriênio 1920-24. Em 1928, elegeu-se senador. Faleceu em Curitiba a 23 de abril de 1944.

Moncorvo Filho, na cidade do Rio de Janeiro, em 1922, passou a se efetivar uma aliança entre a ação dos juristas e a assistência social em todo o país e que iriam originar uma ação mais contundente do Estado.

Na mesma acepção, à nível internacional, Camara (2010) assinalou que “instituições e Campanhas Internacionais foram alavancadas com o fito de instituir critérios que deveriam orientar os países na condução de políticas de proteção à infância (CAMARA, 2010, p. 192). A autora vê em vários congressos³⁶ que ocorreram a partir de 1872, “espaços privilegiados para apresentação, circulação, apropriação e universalização das mais modernas e inovadoras concepções na área da criminologia em geral” (CAMARA, 2010, p. 213). Nessa mesma perspectiva, Arend (2011) apontou que foi:

[...] a partir de 1916, após o primeiro Congresso Pan-Americano da Criança, ocorrido em Buenos Aires, que um conjunto de ações efetuadas no sentido de instituir uma legislação específica para os menores e um aparato burocrático estatal que coordenasse a assistência em nível municipal e nacional tomou maior impulso no Brasil. De acordo com Eduardo Silveira Netto Nunes (2008), essas ações de médicos, tal como Moncorvo Filho, e de juristas e advogados, tais como Mello Mattos e Evaristo de Moraes, eram orientadas, em grande parte, pelo ideário difundido nos Congressos Pan-Americano da Criança, patrocinados pela Organização dos Estados Americanos (OEA), acontecidos a cada quatro anos em cidades do continente. Vale ressaltar que o Terceiro Congresso Pan-Americano da Criança aconteceu Paralelamente ao Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, organizado por Moncorvo Filho, no Rio de Janeiro, em 1922 (AREND, 2011, p. 164-165).

Deste modo, Pereira (2006), Camara (2010), Arend (2011), como também outros autores, têm assinalado de maneira muito particular, as implicações que os eventos nacionais e internacionais tiveram na elaboração do Código de Menores de 1927. Diante dos Congressos nacionais e internacionais, evidenciamos, notadamente, no Código de Menores de 1927 e, conseqüentemente, na ação dos Juízes de Menores brasileiros as ideias do Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores (1911).

³⁶ Congresso Penitenciário de Londres, de 1872; Congresso Penitenciário de Estocolmo, de 1878; Congresso de Roma, em 1885; Congresso de Antropologia Criminal de Paris, em 1889; Congresso Penitenciário internacional de São Petersburgo, em 1890; III Congresso de Antropologia Criminal de Bruxelas, em 1892; Congresso de Antropologia Internacional e de Antropologia Criminal de Amsterdam, em 1901; Congresso de Penologia de Bruxelas, também em 1901; Congresso Internacional de Antropologia Criminal de Turim, em 1906; Congresso de Antropologia Criminal de Washington, de 1910; Congresso Internacional dos Tribunais da Infância de Paris, em 1911 e Congressos para a Proteção da Infância, iniciados a partir de 1913 (CAMARA, 2010, p. 212-213).

Não pretendemos minimizar as contribuições que outros eventos nacionais e internacionais tiveram na elaboração do Código de Menores Brasileiro, mas sinalizar que as ideias do Congresso sobre Tribunais de Menores circularam no Brasil e implicaram em encaminhamentos análogos aos sugeridos no evento.

A partir da análise da TABELA 1, consideramos que a criação dos Tribunais de Menores no Brasil, na América Latina e no mundo, não se configurou em uma ação isolada de um contexto mais amplo. Desta forma, coadunamos com as ideias de Arend (2011) quando percebeu que “os chamados tribunais de menores nasceram no final do século XIX, nas cidades estadunidenses de Boston e de Chicago, com a finalidade de solucionar parte dos problemas relativos à infância pobre e infratora que assolavam aquela nação no período” (AREND, 2011, p. 165).

A circulação de ideias após a criação do primeiro Tribunal de Menores, em 1899, nos Estados Unidos da América, impactou na criação de outros Tribunais. Na América Latina, a Argentina foi a precursora, seguida de Brasil, México, Chile e, posteriormente, o Uruguai.

TABELA 1: ALGUNS TRIBUNAIS DE MENORES NO CONTEXTO INTERNACIONAL

País/ Cidade	Ano de criação
EUA (Illinois)	1899
Inglaterra	1905
Alemanha	1908
Portugal	1911
Hungria	1913
França	1912
Bélgica	1912
Itália	1917
Espanha	1919
Argentina	1921
Japão	1922
Holanda	1922
Brasil	1924
México	1927
Chile	1928
Uruguai	1939

FONTE: Elaborada a partir de informações contidas em França (1911), Mendez e Costa (1994) e Camara (2010).

O Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores, foi realizado em Paris, no período de 29 de junho a 1º de julho de 1911, e pode ser considerado um relevante elemento facilitador da circulação de ideias, no que diz respeito ao aumento da criação de Tribunais de Menores. Para Emilio Garcia Mendez e Antonio Carlos Gomes da Costa (1994) dificilmente se poderia imaginar maior audiência do que a existente no Congresso, onde se encontravam presentes as mais altas autoridades francesas no assunto, bem como delegados oficiais e de organizações privadas de quase todos os países europeus e dos Estados Unidos. Os temas tratados pelo Congresso foram altamente representativos do debate da época.

Estiveram presentes e participaram efetivamente dos debates os países: França, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Áustria, Espanha, Estados Unidos, Holanda, Hungria, Itália, Rússia, Suécia e Suíça. Os comitês contavam com a presença de juízes, professores, ministros, senadores, magistrados, deputados, procuradores, diretores de penitenciárias, chefes de divisões policiais, inspetores gerais, advogados, delegados oficiais de ministérios da justiça, diretores de instituições, entre outras personalidades, como uma condessa.

De acordo com os discursos proferidos do Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores (FRANÇA, 1911, p. 57-58), estes surgiram em decorrência da revolta de juízes em todos os países, contra a aplicação do processo penal, às crianças e adolescentes. Segundo os discursos, ocorriam erros graves e muitas advertências e punições eram incompreendidas pelas crianças, resultando em falta de orientação, que tornava a criança ladra ou criminosa, mesmo antes da idade de responsabilidade legal. E depois disso, para os conferencistas, a “reforma da criança” seria difícil e rara. Então, nessa perspectiva, o Tribunal de Menores ou Juizado de Menores teria surgido de situações que se tornaram intoleráveis para os juristas.

Na abertura do Primeiro Congresso Internacional para Tribunais de Menores (1911, p. 42) o presidente do Comitê Organizador, Sr. Julhiet, aponta que todos sabiam o valor extraordinário que os Tribunais para Crianças conquistaram no mundo, e a velocidade desta conquista. Fundado nos Estados Unidos primeiro, depois na Alemanha, Inglaterra, Austrália, Canadá, Egito, Itália, Nova Zelândia, Rússia, Suíça, e já sendo preparados na Bélgica e na França, eles se encontravam em todos os lugares “abrindo as portas para as reformas frutíferas do futuro”.

Diante disso e do exposto na tabela n. 1, podemos afirmar que antes da realização do Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores já estavam

criados Tribunais de Menores, no mínimo, em dez países: Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Austrália, Canadá, Egito, Itália, Nova Zelândia, Rússia e Suíça. Por conseguinte, o Congresso pode ter contribuído para as discussões da temática da infância desvalida, no entanto não pode ser considerado como o único propulsor da criação de outros Tribunais em todo o mundo. Outros eventos que abordavam a temática da infância vinham sendo realizados em diferentes países.

Os objetivos do Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores (1911, p. 34) seria abordar três questões fundamentais:

- Em que princípios fundamentais e orientadores se baseiam os tribunais de menores, para que sua eficiência seja máxima na luta contra a criminalidade juvenil.
- Qual é o papel das instituições de caridade frente aos tribunais e ao Estado.
- Liberdade condicional ou liberdade vigiada. Qual é o papel do Tribunal de Menores após a sentença.

Estas três questões nortearam as discussões do congresso, entretanto, se ampliaram e se desdobraram em outras que envolviam a problemática de meninas e meninos desvalidos. Notamos, que na primeira e na terceira questão, a preocupação é com dois aspectos dos Tribunais de Menores: a eficiência na luta contra a criminalidade juvenil e o papel após a sentença, demonstrando, já em 1911, que haviam encaminhamentos muito mais direcionados à punição que a prevenção. Já a segunda questão, vai apontar para um aspecto que perceberemos no decorrer desse estudo, isto é, que as instituições de assistência tinham um papel frente ao Juízo de Menores e ao Estado na educação dos menores desvalidos.

No discurso de Henderson (FRANÇA, 1911, p. 56) foi assinalado que o movimento de Tribunais de Menores deve sua origem a causas múltiplas, profundas e universais da civilização moderna. Neste discurso, o homem, relata o que é uma criança de forma bastante peculiar: “A criança não é um adulto em miniatura, nem em corpo nem em espírito, é uma criança. Tem a sua anatomia, fisiologia, sua psicologia particular. Seu universo não é o de adultos. Não é um anjo, não é um demônio, é Criança” (FRANÇA, 1911, p. 56 - tradução livre)³⁷.

³⁷“L'enfant n'est pas un adulte en miniature, ni en corps, ni en esprit ; il est enfant. Il a son anatomie, sa physiologie, sa psychologie particulières. Son univers n'est pas celui de l'adulte. Il n'est pas un ange, il n'est pas un démon, il est enfant” (FRANÇA, 1911, p.56).

No discurso de Henderson há uma determinada peculiaridade na sua concepção de criança. Nesta direção, Camara (2011) assegura que os discursos produzidos pelas elites intelectuais em audiências públicas e conferências:

[...] não se apresentavam apenas como um conjunto de enunciados que pretendiam registrar e descrever os sentidos atribuídos às infâncias, preexistentes no social. Esses participaram do fazer social dessas infâncias, uma vez que lhes atribuíram características e estereótipos específicos que visavam compor a ideia de infância identificada como desejada, asséptica, higiênica e educada (CAMARA, 2011, p. 26).

Para Roger Chartier (2002) este discurso demonstra a força e o poder de quem enuncia, na medida em que:

[...] os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma identidade própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto, uma ordem, um poder; enfim, as formas institucionalizadas através das quais 'representantes' encarnam de modo visível, 'presentificam', a coerência de uma dada comunidade, a força de uma identidade, ou a permanência de um poder (CHARTIER, 2002, p. 169).

No Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores, Henderson (FRANÇA, 1911, p. 58-60) trouxe ao público as conclusões do Oitavo Congresso Internacional de Penitenciárias³⁸, sinalizando que os problemas, que envolviam meninas e meninos delinquentes, eram debatidos também no âmbito penitenciário. Os principais apontamentos foram:

I) Os jovens infratores não devem ser submetidos a processo penal atualmente aplicado aos adultos.

II) Os princípios que devem reger o procedimento para jovens delinquentes são:

1 ° Aqueles que são responsáveis para lidar com casos de jovens infratores, incluindo a investigação desses casos primeiro devem ser selecionados pela sua capacidade para compreender crianças e simpatizar com elas, e também ter algum conhecimento especial da ciência social e psicológica.

2 ° Eles serão assistidos por "técnicos de reinserção social" que têm a missão de preparar, monitorar e ajudar aqueles entre eles que seriam colocados em liberdade condicional.

3 ° Seria desejável, considerar nos casos dos jovens infratores que se deve realizar investigações e pesquisas que possam obter informação nova sobre a

³⁸ O referido congresso é citado no Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores, entretanto não tivemos acesso a maiores informações sobre o evento.

criminalidade juvenil, e utilizar os resultados dessas pesquisas sempre que auxilie na resolução do caso. Obtenção de informações pelo médico só devem ser feitos por médicos com conhecimento especial nas ciências sociais e psicológicas. As informações pessoais obtidas não deve ser tornado público.

4 ° Nos casos de jovens delinquentes, o ato de prender deve ser evitado sempre que possível; mandatos de detenção serão emitidos apenas em casos excepcionais.

Diante das considerações de Henderson, sobre o Oitavo Congresso Internacional de Penitenciárias, no Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores (FRANÇA, 1911), identificamos nos discursos a construção de um determinado respeito das autoridades, não somente com a criança, mas igualmente, com o jovem, que tinha qualquer atitude considerada como uma infração pela sociedade da época.

Nos Anais do Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores não se evidencia a presença efetiva, nas discussões, de nenhum país da América Latina. Provavelmente, os nomes registrados são somente de quem participou ativamente das discussões, na medida em Mendez e Costa (1994, p.17) apontam que “três foram as presenças latino americanas: Cuba, El Salvador e Uruguai³⁹” e Camara (2010, p. 227) assinalou a presença do brasileiro Athaulpho de Paiva⁴⁰ que ao retornar do Congresso:

³⁹ Mesmo participando do Congresso, parece que a possível presença não sensibilizou as autoridades a criar um Tribunal de Menores, já que o primeiro Tribunal de Menores uruguaio somente foi criado em 1939.

⁴⁰ De acordo com o Supremo Tribunal Federal (2014) Athaulpho Napoles de Paiva é filho do Tenente Joaquim Pinto de Paiva e D. Feliciano Rosa do Vale Paiva, nasceu em 1º de fevereiro de 1865, em São João Marcos, província do Rio de Janeiro. Concluiu o curso de Ciências Jurídicas e Sociais, recebendo o grau de Bacharel em 1887. Foi nomeado Juiz do Tribunal Civil e Criminal, em decreto de 12 de maio de 1897, em vista de sua grande capacidade de magistrado e cultor do Direito. Foi nomeado Desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, cargo que assumiu em 30 de janeiro de 1905. Eleito, por seus pares, Presidente dessa Corte, coube-lhe pôr em execução a reforma Rivadávia Correia. Exerceu a presidência do Conselho Nacional do Trabalho; organizou o Cofre de Órfãos, que desde muito se achava paralisado e na maior confusão; tomou parte nos trabalhos do Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada, reunido em Paris, e, na mesma cidade, distinguiu-se no Congresso Internacional de Direito Comparado, onde foi eleito Vice-Presidente, e mais uma vez revelou sua vasta cultura jurídica. Regressando ao Brasil, mereceu do Instituto da Ordem dos Advogados justa moção de aplausos pela sua atuação naquele Congresso. Organizou as bases para o serviço de assistência pública e privada sob a inspeção do Estado. Além de discursos, relatórios, artigos, conferências e pareceres jurídicos, publicou diversas obras. Membro da Academia Brasileira de Letras, foi seu Presidente durante muito tempo. Em decreto de 5 de março de 1934, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Firmino Antônio da Silva Whitaker Filho; tomou posse no dia 20 do mesmo mês, e foi aposentado em decreto de 16 de dezembro de 1937. Recebeu diversas condecorações de vários países e da Santa Sé, em reconhecimento de valiosos serviços. Sua efígie figura no monumento comemorativo da fundação de São João Marcos, inaugurado em fevereiro de 1939. Exerceu o cargo de Presidente do Conselho Nacional do Serviço Social, criado em 1940, uma das mais importantes instituições do Brasil. No mesmo ano, assumiu a

[...] influenciado pelos debates publicou no Jornal do Comércio o artigo A nova justiça – Os tribunais para menores. Nele, além de enaltecer as proposições apresentadas, conclamava os poderes instituídos a colocarem o Brasil no trilho da modernidade e do progresso, expresso pela marcha triunfal que representava o combate à criminalidade infantil. (Camara, 2010, p. 227)

Portanto, as discussões presentes no Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores tiveram impacto nas ideias e ações que circularam no Brasil no século XX em relação aos meninos e às meninas que passavam pelo Juizado Privativo de Menores.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter um Juiz de Menores. Decorre disso que, o primeiro Juiz de Menores na América Latina foi o brasileiro Mello Mattos⁴¹, em 1924. Neste sentido, Colombo (2006) assinalou que várias leis e decretos sobre o problema do menor, sua assistência e proteção foram elaborados desde o início da década de 1920 e consolidadas pelo jurista Mello Mattos em 1927, na criação do Código de Menores.

Diante disso, o Código de Menores de 1927, no Brasil, advém de uma conjuntura em que a preocupação com meninas e meninos desvalidos exige uma legislação para nortear os encaminhamentos de juristas e educadores. Neste sentido, Mendez e Costa (1994) pontuam que o nascimento do primeiro Tribunal de Menores em Illinois (EUA), em 1899, pode ser considerado um dos pontos relevantes desta história e, ao mesmo tempo, a manifestação de uma importante ruptura com os processos anteriores.

Se considerarmos que em algumas regiões, a criança, antes da criação dos Juizados de Menores, poderia ser julgada no mesmo espaço e condições de um adulto, conseguimos visualizar a ruptura sinalizada por Mendez e Costa (1994).

Presidência da Comissão Especial do Livro do Mérito, recebendo o grau de Chanceler da Ordem Nacional do Mérito. Faleceu em 8 de maio de 1955, na cidade do Rio de Janeiro.

⁴¹De acordo com o Tribunal de Justiça da Bahia, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos nasceu em Salvador/BA, em 19 de março de 1864, filho do desembargador Carlos Espiridião de Mello Mattos e de Cristália Maria de Albuquerque Mello Mattos. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em novembro de 1887 e atuou como promotor e advogado criminal e também na área do magistério. Na década de 1920, passou a elaborar projetos que culminaram, em 1923, com a criação do Juízo de Menores do Distrito Federal, do qual se tornou titular em fevereiro de 1924. No início da década de 30, foi convocado pela Corte de Apelação do Distrito Federal para integrar a 3ª Câmara Cível, sendo, na mesma época, eleito vice-presidente da Associação Internacional de Juizes de Menores, com sede em Bruxelas, na Bélgica. Faleceu em 03 de janeiro de 1934, na Cidade do Rio de Janeiro. Antes mesmo da promulgação do Código que levaria seu nome, o juiz Mello Mattos, à frente do Juizado de Menores, já agia no sentido de coibir o trabalho de crianças e adolescentes que pusesse em risco a sua saúde, integridade física ou moralidade, enfrentando, inclusive, a resistência de alguns setores da sociedade.

As discussões em torno da problemática do abandono e da delinquência de crianças e adolescentes e da proteção à infância que permearam os discursos nos congressos que tinham como representantes primordiais os profissionais das áreas da medicina, do direito e da educação resultaram na aprovação do Código de Menores Brasileiro em 1927.

No Brasil, não tivemos “Tribunais de Menores”, optou-se pela utilização dos termos “Juízo de Menores” e “Juizado de Menores”, em detrimento do termo “Tribunal de Menores”. Mas os objetivos do Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores⁴² (1911, p. 34), citados anteriormente, estão contemplados em menor ou maior grau, no Código de Menores de 1927, mesmo que diretamente não faça menção às instituições de caridade como espaço para assistir meninas e meninos, como está exposto no segundo objetivo do Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores.

A legislação nacional (anexo 02) e que diz respeito à criança abandonada, desvalida ou infratora, a partir do ano de 1920 até o ano de 1969, não dá garantias socioeducativas mais amplas. Nesta direção, Leandro Javier Stagno (2008, p. 13) assinala que na Argentina, desde a década de 1920, alguns juristas assinalavam a distância que existia entre os procedimentos estipulados pela Lei do Patronato e as práticas levadas a cabo nas instituições, onde eram internados. Estas intervenções demandavam a consolidação de uma estratégia, tendente a confundir castigo com educação, mediante a inscrição das crianças em uma família nuclear e em uma possível escolarização, garantia de ordem moral coletiva.

No Paraná, os encaminhamentos direcionados aos meninos e meninas foram semelhantes aos apontados por Stagno (2008), na Argentina. Havia uma enorme distância entre o que estava prescrito no Código de Menores e o que se realizava de fato, dentro das instituições do Estado. Quando o Juiz de Menores, encaminhou as meninas Maria e Helena, primeiro as direcionou para uma instituição de assistência e posteriormente, para uma família. Provavelmente, no Paraná, a experiência de Francisco Cunha Pereira à frente do Juizado de menores, por 22 anos, sinalizava para o fato de que o melhor lugar para as meninas e os meninos desvalidos era a instituição

⁴² Conforme citamos anteriormente os três objetivos principais do Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores eram analisar: Em que princípios fundamentais e orientadores se baseiam os tribunais de menores, para que sua eficiência seja máxima na luta contra a criminalidade juvenil; Qual é o papel das instituições de caridade frente aos tribunais e ao Estado; Liberdade condicional ou liberdade vigiada. Qual é o papel do Tribunal de Menores após a sentença.

de assistência, quer sejam as urbanas, quer sejam as agrícolas. Entretanto, a escassez de vagas, levava o Juiz a encaminhá-los, sob Termo de Responsabilidade e Guarda, às famílias.

Isso implica em considerar que a preocupação dos legisladores e também de alguns juristas até o início da década de 1960, no Paraná, se centrava muito mais em assistir que instruir.

Em uma perspectiva semelhante, Irene Palacio Lis (2004, p.227) pontua que a origem da preocupação com a criança desvalida na Espanha vincula-se muito mais a mentalidade benéfico-social que pretendia recolher e salvaguardar os menores desprotegidos e abandonados nas ruas, que a um interesse especificamente pedagógico ou educativo.

Em Buenos Aires, Stagno (2008) expõe a questão da menoridade, no período de 1930 a 1943, e aponta as ideias punitivas e as práticas judiciais direcionadas à infância abandonada e infratora, assim também, como indica que na Argentina, a década de 1930, foi chave para a definição e consolidação de um modelo de intervenção estatal e para a criação de medidas legais que permaneceram vigentes no país, por mais de seis décadas, sendo que o primeiro Tribunal de Menores começou a funcionar em 1939.

No Paraná, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e possivelmente, em outros Estados brasileiros, os encaminhamentos dos Juízes de Menores, direcionados às meninas e aos meninos desvalidos, se iniciaram antes da aprovação do Código de Menores de 1927. Como exemplos, podemos citar as ações de Mello Mattos no Rio de Janeiro, como também as ações do Primeiro Juiz de Menores Paranaense. As preocupações e encaminhamentos das décadas anteriores, materializaram-se no Código de Menores de 1927.

A partir de 1927, a Lei assegurou aquilo que já vinha acontecendo em Estados como Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, isto é, os meninos e as meninas em situação de abandono de qualquer região do país deveriam ser encaminhadas ao “Juízo de Menores”. O destino destas crianças dependeria de vários fatores, mas prioritariamente da forma como o Juiz de Menores interpretaria as condições em que se encontrava. Desta forma, as crianças desvalidas ou delinquentes do Estado do Paraná, como de qualquer região do país, deveriam ser de competência do Juiz de Menores.

O episódio do Estado do Paraná ter um Juizado de Menores, já em funcionamento em 1926, não altera o fato de que a legislação paranaense referenciada à criança desvalida somente referenda aquilo que já existia na legislação nacional.

A partir da década de 1940, surgem algumas legislações paranaenses que estavam vinculadas às mudanças que ocorreram no âmbito nacional (anexo 03). Essas determinações legislativas, neste período, no Estado do Paraná, não demonstram nenhum tipo de avanço em relação ao que estava acontecendo a nível nacional. Observamos, por exemplo, que a criação da Secretaria de Saúde e Assistência Social e as outras providências relativas à nova Secretaria, em 13 de maio de 1947, ocorreram após os Decretos: 2.024 de 17 de fevereiro de 1940, onde o governo federal fixou as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país e cria o Departamento Nacional da Criança; e também após a aprovação da Lei 3.799 de 05 de novembro de 1941, no qual foi criado o Serviço de Assistência a Menores. Neste sentido, a criação da Secretaria de Saúde e Assistência Social, no Paraná, foi uma forma do Estado dar conta de encaminhamentos que estavam prescritos a nível nacional.

Evidenciamos que os eventos nacionais e internacionais, sobre a temática que envolvia a criança e a infância, tiveram impacto nas políticas sociais a nível nacional, como também regional. Isso pode ser percebido, por exemplo, através das Mensagens de Governo, que após a Semana de Estudos do Menor que ocorreu de 08 a 13/01/1962 na cidade de Curitiba, criou-se o Instituto de Assistência ao Menor a nível regional e nacional.

Neste mesmo sentido, Roberto da Silva (1997) assegura que a Fundação do Bem-Estar-do Menor foi um projeto cultivado desde a realização da 1ª Semana de Estudos dos Problemas de Menores que ocorreu no ano de 1949 em São Paulo. O projeto foi rejeitado pela Câmara dos Deputados em 1961 e aprovado somente em 1964, pela insistência do então ministro Milton Campos⁴³ que estava sensibilizado

⁴³ Conforme os Dados Biográficos coligidos e resumidos pelo Instituto dos Advogados de Minas Gerais (2013) Milton Campos foi um grande político brasileiro, homem de letras, professor, advogado e administrador. Nasceu em Ponte Nova/MG, em 16 de agosto de 1900, filho do Desembargador Francisco Rodrigues Campos e de Regina Soares Campos. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 24 de dezembro de 1922, após ter custeado seus estudos como funcionário da Estrada de Ferro Oeste de Minas. Conseguiu conciliar a advocacia e o jornalismo, assumindo a direção da sucursal dos "Diários Associados" em Minas e colaborando também no "Estado de Minas" e no "Diário de Minas". Foi nomeado Advogado-Geral de Minas em 1932, permanecendo no cargo durante um ano, até deixá-lo para integrar o Conselho Consultivo do Estado. Foi eleito deputado

com o bárbaro assassinato de seu filho por adolescentes moradores dos morros do Rio de Janeiro.

Podemos perceber pelo número de processos de meninos e meninas desvalidos, abandonados e delinquentes advindos de diversas cidades do Estado do Paraná, que a situação do Juiz de Menores, do Comissário de Menores, do Curador de Menores, do escrivão e dos funcionários das instituições de assistência era de acúmulo de trabalho.

Um dos principais motivos desse acúmulo, era a quantidade de meninos e meninas em condição de desvalia que precisavam ser assistidos socialmente, de acordo com o Código de Menores de 1927, que era a Lei que mandava nos direcionamentos às meninas e aos meninos desvalidos. E nessa Lei que mandava, havia a responsabilidade do Estado, que estava em crescente urbanização e “em busca de um Paraná maior”.

1.3 Sob a responsabilidade de outro “dono” – Assistir socialmente meninas e meninos em um Estado em “busca de um Paraná Maior”

As meninas e os meninos que se encontravam em situação de desvalia no Estado do Paraná eram de responsabilidade do Juizado de Menores, como também do governo do Estado que precisava disponibilizar locais para que o Juiz de Menores pudesse encaminhá-los, de forma que cumprisse com o objetivo do Código de Menores, isto é tratar, colocar, guardar, vigiar e educar os menores abandonados ou delinquentes. Para tanto, um importante aliado do Juizado de Menores, a partir de 1947, foi o Departamento de Assistência Social do Estado.

estadual constituinte em 1934, relator do anteprojeto da Constituição Mineira, promulgada em 1935. Com o golpe de 1937, que instituiu o Estado Novo e dissolveu a assembleia Legislativa de Minas, retomou à advocacia, atuando como advogado da Caixa Econômica Federal até 1944, quando foi exonerado por haver assinado o "Manifesto dos Mineiros", em cuja redação colaborou. Foi um dos fundadores da seção de Minas Gerais da Ordem dos Advogados, tendo sido eleito seu secretário e, posteriormente, seu presidente. Foi, por dois anos, Presidente do Instituto de Advogados de Minas Gerais. Foi fundador e professor catedrático de Política da Universidade de Minas Gerais e professor de Direito Constitucional da Faculdade Mineira de Direito. Em 1945, foi eleito deputado federal à Assembleia Constituinte Nacional, na qual foi sub-relator da Comissão de Poder Judiciário na Comissão Constitucional. Foi também eleito Governador de Minas Gerais (1947 —1951). Foi reeleito deputado federal em 1954, disputando a vice-presidência da República em 1955 e 1960. Elegeu-se senador por Minas Gerais em 1958. Ministro da Justiça do primeiro período do governo Castello Branco, demitiu-se em 1965, e foi reeleito senador em 1966. Faleceu durante tal mandato, em janeiro de 1972, na cidade de Belo Horizonte/MG. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_59/panteao/bibliografia.htm.

No período de 1940 a 1946, não visualizamos nas mensagens de governo qualquer menção ao Departamento de Assistência Social, mas aos Serviços Médicos Sociais, sem em nenhum momento citar instituições que acolhiam meninas e meninos desvalidos, pobres ou abandonados. No entanto sabemos, pelas mensagens de governos anteriores a 1940⁴⁴, que muitas instituições que acolhiam meninas e meninos já existiam desde a década de 1920.

Neste sentido, no início da década de 1940, o atendimento às crianças em instituições públicas do Estado, no Paraná, estava circunscrito muito mais à área da saúde que do Serviço Social. O governo em Mensagem, referente aos anos de 1940 e 1941, mencionou na parte da Instrução, locais onde sabemos que estavam os meninos desvalidos, as instituições vinculadas ao Ensino Agrícola Profissional e à Saúde Pública.

Somente a partir de 1947, podemos visualizar nas Mensagens de Governo, o Departamento de Assistência Social, que parece demarcar uma nova configuração do Estado no atendimento às meninas e aos meninos desvalidos. Provavelmente, a criação do Departamento de Assistência Social, no Paraná, provém também de ideias que já vinham circulando à nível nacional, na medida em que o governo assinalou que “com a criação do Departamento de Assistência Social ficou o Paraná sendo um dos primeiros Estados que adotou, no Brasil, oficialmente, a instituição do Serviço Social. (PARANÁ, 1948, p. 66-67). Isso indica que outros Estados também estavam instituindo um Serviço de Assistência Social.

Para o governador Moysés Lupion, o Paraná, em 1947 “em confronto com os demais estados da federação, revela a sua invejável situação” (PARANÁ, 1948, p. 93). Neste sentido, na afirmação do governo, de que o Paraná estava em uma situação invejável, vale considerar que estas e outras afirmações de outros governantes paranaenses de que a Capital sempre esteve “na vanguarda da civilização” e as ações do governo eram em busca de “um Paraná Maior”, demarcam o lugar de onde os governantes estão falando e para quem estão falando. Construir um Paraná Maior, para o governo, implicava em dar aos outros municípios paranaenses, uma estrutura mais moderna, como a que estava se consolidando na capital paranaense, que neste período, ainda tinha ares de uma cidade tipicamente tranquila (figuras 2 e 3).

⁴⁴ Em Mensagem de Governo de 1935, Manoel Ribas afirmou que “o governo tem mantido e ampliado as instituições que possui o Estado, com o fim de amparar os menores abandonados e delinquentes e os velhos inválidos e enfermos” (PARANÁ, 1935, p. 20)



Figura 2- PRAÇA ZACARIAS (1946)
Fonte: Acervo da Casa da Memória (multimeios).



Figura 3- ALTO SÃO FRANCISCO (1947)
Fonte: Acervo da Casa da Memória de Curitiba (multimeios).

Assim, ao afirmar que o Paraná foi um dos primeiros Estados a adotar, oficialmente, um Departamento de Assistência Social, o governador ressaltou a sua própria atuação, diante do Presidente da República, para quem eram escritas as mensagens de Governo. Para Lupion:

Tudo deixa bem evidente que, apesar das grandes dificuldades que ainda temos que vencer, apesar da persistência de alguns problemas que há muito já deveriam ter sido enfrentados, apesar do muito que está por fazer, a situação geral do Estado é excelente. A sua marcha de progresso o colocou entre os primeiros da Federação. Os seus orçamentos, não só apresentam os alarmantes déficits frequentes na maioria dos grandes Estados do Brasil, como podem servir de índices da sua prosperidade.

O que é mister é que realizemos todo o esforço para que a administração pública se mantenha sempre ao serviço desse grande ímpeto de progresso, e à altura dele, e não só servindo-o, mas estimulando-o e promovendo-o. Para isso, havemos de concentrar o máximo das nossas energias, nesse extraordinário propósito de construir, de colaborar para a construção de um PARANÁ MAIOR (PARANÁ, 1948, p. 12).

Depreendemos disso, que foi com o propósito de construir um “Paraná Maior” que foi criado o Departamento de Assistência Social no Estado. A finalidade deste departamento era “superintender e orientar todo o serviço de assistência e proteção social no Estado do Paraná” (PARANÁ, 1948, p. 66). A sua organização estava baseada em:

[...] duas ordens fundamentais de atividade: o serviço dos casos individuais e o serviço dos casos coletivos.

O primeiro compreende o serviço social dos menores delinquentes e abandonados; o serviço social dos desvalidos; o serviço social dos inválidos; o serviço social da velhice; o serviço social dos mendigos; o serviço social dos trabalhadores; o serviço social dos egressos de hospitais e prisões; o serviço social da família. [...]

O serviço social dos casos coletivos visa a orientação, supervisão e intercâmbio entre as obras sociais e o Departamento, bem como a colaboração das obras entre si (PARANÁ, 1948, p. 66-67).

Deste modo, a atuação do Departamento de Assistência Social era de caráter bastante amplo e sinaliza para avanços na compreensão de que a pobreza e o abandono era um problema social que demandava um tipo de assistência que estava para além da repressão. Se retornamos à notícia do Jornal Correio do Paraná, sobre a atuação do Delegado Linhares de Macedo, na década de 1930, perceberemos que havia a expectativa na sociedade de que a pobreza, o abandono e a mendicância fossem casos de Polícia e de instituições de assistência de caridade ou filantrópicas,

já que os recolhidos pela Polícia⁴⁵ na rua seriam encaminhados à Sociedade de Socorro aos Necessitados, uma instituição não estatal.

Não há menção, na notícia da década de 1930, de que os recolhidos pelo Delegado Linhares de Macedo e sua equipe poderiam ser encaminhados a um Serviço de Assistência Social do Estado. Os recolhidos nas ruas se fossem “menores” seriam encaminhados ao Juizado de Menores e se fossem “maiores” dependeriam da caridade e da filantropia.

A preocupação com a pobreza, o abandono e a mendicância é um aspecto a ser considerado nas sociedades de todos os tempos. Bronislaw Geremek (1995) considera que “a pobreza não foi uma ‘invenção’, não tem certidão de nascimento. Todas as sociedades chamadas históricas evidenciam uma diferenciação das condições materiais e de força física dos homens” (GEREMEK, 1995, p. 20).

Na análise das notícias de Jornais e dos Autos dos Processos de meninas e meninos, entendemos que a miséria era vista no Paraná, como um grande problema social e que a figura do pobre quer seja um “menor” ou um “maior” de 18 anos representava uma ameaça à ordem pública. Neste sentido, as afirmações de Geremek⁴⁶ (1995) são válidas na mesma proporção para o contexto paranaense em que “a miséria aparecia sobretudo como uma praga social, e o pobre como uma figura perigosa para a ordem pública” (GEREMEK, 1995, p. 22). Esta mesma percepção sobre a pobreza foi assinalada por Arend (2009), no contexto catarinense:

As representações sociais dos pobres apresentadas pelos policiais, nos Boletins emitidos nos anos de 1930, eram semelhantes apenas em parte às veiculadas na República Velha na cidade. Esses, além de serem considerados como vadios, abetos e amorais, passavam a ser descritos também como perigosos. (AREND, 2009, p.101).

⁴⁵ Manoel Ribas em relação ao policiamento expôs em 1942 que a Força Policial, “corporação tradicionalmente devotada à causa pública, com grande acervo de serviços em bem da ordem e das instituições, teve seus efetivos fixados em 54 oficiais e 784 praças de pré para 1940, pelo Decreto-Lei nº 9.315, de 26 de dezembro de 1939 e 54 oficiais e 784 praças de pré para 1941, pelo Decreto-Lei nº 10. 736, de 4 de outubro de 1940, com os respectivos quadros oportunamente aprovados por V. Excia., nos termos da disposição nº 111, art. 6º do Decreto-Lei Federal nº 1202, de 8 de abril de 1939”. (PARANÁ, 1942, p. 50) E, em 1957 Moysés Lupion afirma que o governo cuidou, no decorrer do ano de 1956, de oferecer, à Polícia Militar do estado, todos os elementos de que necessitava, para corresponder às suas importantes finalidades e para se manter à altura das exigências do progresso que caracterizava a atualidade paranaense (PARANÁ, 1957. p. 170).

⁴⁶ Para o autor, as polêmicas desencadeadas tanto no pensamento protestante quanto no católico tiveram a participação das principais autoridades intelectuais da época e os mais ilustres reformadores. Assim, é possível dizer que como resultado desses debates a carga de valor associada à pobreza e à condição de pobre passou por uma mudança. Apagou-se a auréola de perfeição que na Idade Média circundava a pobreza voluntária e em parte se estendia também à pobreza por necessidade. (GEREMEK, 1995, p. 22).

A criação do Departamento de Assistência Social não desvinculou, inicialmente, o atendimento aos pobres e abandonados da Secretaria da Saúde, na medida em que o referido departamento foi um órgão da Secretaria da Saúde e Assistência Social até o ano de 1951.

As realizações do Estado no período de 1938 a 1942 foram bastante intensas. No entanto, não visualizamos nestas ações uma preocupação efetiva com meninas e meninos desvalidos. O Interventor Federal, Manoel Ribas, informou que no período de 1938 a 1942, fundou várias instituições, nas cidades de Ponta Grossa, Castro, Jaguariaíva, Paranaguá, Rio Negro, Piraquara, Lapa e Curitiba. A dotação orçamentária para este âmbito apresentada por Manoel Ribas, no período de 1938 a 1942, sintetizada no Quadro n. 3 nos dá uma proporção dessas realizações.

ANO	VALOR EM CR\$
1938	1.923.633,00
1939	2.605.538,00
1940	2.994.078,00
1941	3.236.928,00
1942	5.114.088,00

QUADRO n.3 – Dotação Orçamentária para a Saúde Pública no período de 1938 a 1942
Fonte: Elaborado a partir de informações de Mensagem de Governo (PARANÁ, 1943)

O aumento anual de investimentos na Saúde Pública e as construções, elencadas no Quadro n. 4, efetivadas pelo Interventor até o ano de 1942, demonstram que havia a busca por resolver os problemas de saúde, enfrentados pela população paranaense.

ANO	CIDADE	CONSTRUÇÃO
1938	Curitiba	Enfermaria de Tuberculosos do Hospital “Oswaldo Cruz”
1938	Curitiba	Ampliação do Asilo “São Vicente de Paulo”
1940	Curitiba	Lactário “Manoel Ribas”
1942	Ponta Grossa	Hospital de Crianças “Getúlio Vargas”
1940	Castro	Preventório Infantil “Manoel Ribas”
1940	Castro	Hospital de Caridade “Anita Ribas”
?	Lapa	Ampliação do Sanatório “São Sebastião”

1940	Paranaguá	Casa da Criança “Olinto de Oliveira”
1941	Jaguariaíva	Pavilhão para crianças tuberculosas “Dr. Jorge Xavier da Silva”
?	Piraquara	Ampliação do Hospital Colônia “São Roque”
1942	Rio Negro	Maternidade de Rio Negro
1938	Curitiba	Ampliação do Laboratório Geral do Estado
?	Curitiba	Aquisição de um prédio anexo ao Departamento de Saúde, para ampliação do Centro de Saúde da Capital
1941	Curitiba	Fundação, construção e instalação do Laboratório Químico Farmacêutico e Drogaria
1940	Curitiba	Usina de Beneficiamento de Leite e Laboratório de Fiscalização

QUADRO n. 4 – Construções efetivada no âmbito da Saúde Pública no período de 1938 a 1942
 FONTE: Elaborado a partir de informações de Mensagem de Governo (PARANÁ, 1943, p. 08-11)

Na análise do Quadro n. 4, visualizamos que a maior parte das construções, no âmbito da Saúde Pública, estavam na capital e que dentre as instituições elencadas, não havia nenhuma especificamente destinada aos meninos e às meninas em condição de desvalia. A única na qual, possivelmente, havia meninas e meninos desvalidos era o Preventório Infantil Manoel Ribas, que foi criado para atender filhos de tuberculosos, mas devido à falta de instituição para atender as crianças abandonadas, a instituição as acolhia.

Da mesma forma que “a pobreza não tem certidão de nascimento”, o abandono e a preocupação com meninas e meninos pobres e abandonados, igualmente não a tem. Como já assinalamos anteriormente (SILVA, 2009), não há como mensurar quando se iniciou exatamente a preocupação com meninas e meninos em situação de abandono, tampouco a atitude de abandonar uma criança. Entretanto, podemos afirmar que desde a antiguidade a atitude de desamparar uma criança estava presente nas sociedades.

Nesta acepção, Maria Luiza Marcílio (2006) afirmou que o ato de abandonar uma criança é um fenômeno de todos os tempos, variando apenas as motivações, as circunstâncias, as causas, as intensidades, as atitudes. Na mesma direção, Egle Becchi (1996) nos ajuda a compreender o fato, na medida em que aponta que já na cultura medieval, havia uma antítese na concepção de criança, diante da construção

de imagens opostas de infância. De um lado estaria o afeto, a piedade, a proteção e, de outro, a indiferença, a crueldade a violência e o abandono. Ela nos dá pistas sobre a assistência prestada às crianças abandonadas na época, indicando que ao “bambino” abandonado, órfão, doente, a piedade cristã oferece – e não sempre – proteção. Mas esta proteção resultava muitas vezes em morte, escravidão e exílio.

A preocupação em proteger a infância, no Estado do Paraná, foi muito mais contundente no sentido de proteger a Maternidade e a Infância de maneira geral do que especificamente a infância desvalida. A Campanha encabeçada pelos Jornais, principalmente pelo Jornal O Dia, no início da década de 1940, em defesa da proteção à maternidade e à Infância que culminaram na construção de Postos de Puericultura⁴⁷, foi uma ação, inicialmente do âmbito privado e que, posteriormente, se tornou um objetivo do Estado. Assim, no que se refere à proteção à maternidade e à Infância o governador assinalou que:

Em maio de 1947 existiam no Paraná, 27 Associações de Proteção à Maternidade e à Infância e funcionavam 35 Postos de Puericultura.

Hoje existem 77 Associações de Proteção à Maternidade e à Infância e 80 Postos de Puericultura que estão em pleno funcionamento na capital e no Interior do Estado.

Em seus três anos de vida o Departamento da criança fundou 50 Associações e foi responsável direto pelo aumento do número de unidades de proteção direta à Mãe e ao Filho, de 35 para 80.

Apenas 7 municípios não possuem Postos de Puericultura, cujas instalações e funcionamento estão previstos para o 1º semestre de 1950, quando então cumprimos o “slogan” do Paraná: “Um posto de Puericultura em cada município”. (PARANÁ, 1950, p. 29).

Nos apontamentos do governo, sobre os Postos de Puericultura, entendemos que a Proteção à Maternidade e à Infância estava sob a responsabilidade do Departamento Estadual da Criança (DECr) e não do Departamento de Assistência Social. O Decreto-Lei 615 de 13 de maio de 1947⁴⁸ que criou a Secretaria de Saúde e Assistência Social elencou tanto o Departamento Estadual da Criança, quanto o Departamento de Assistência Social (FIGURA 4) como componentes da mesma Secretaria, mas com objetivos diferenciados. Enquanto o DAS teria como principal

⁴⁷ Sobre a campanha que culminou na criação de Postos de Puericultura no Paraná, ver o primeiro capítulo da dissertação de mestrado de Silva (2009) e a dissertação de mestrado de Rodrigues (2013).

⁴⁸ O Art. 2º do referido Decreto aponta que a “Secretaria de Saúde e Assistência Social compor-se-á da seguinte maneira”: I - Gabinete do Secretário; II - Divisão de Administração; III - Departamento de Saúde; IV - Departamento Estadual da Criança; V - Departamento de Assistência Social; VI - Departamento de Higiene Mental e Assistência a Psicopatas.

objetivo a “proteção social dos desvalidos” (Art. 7º)⁴⁹, o DECr deveria “estimular e orientar a organização de estabelecimentos municipais e particulares, destinados à proteção da maternidade, da infância e da adolescência” (Art. 6º)⁵⁰.

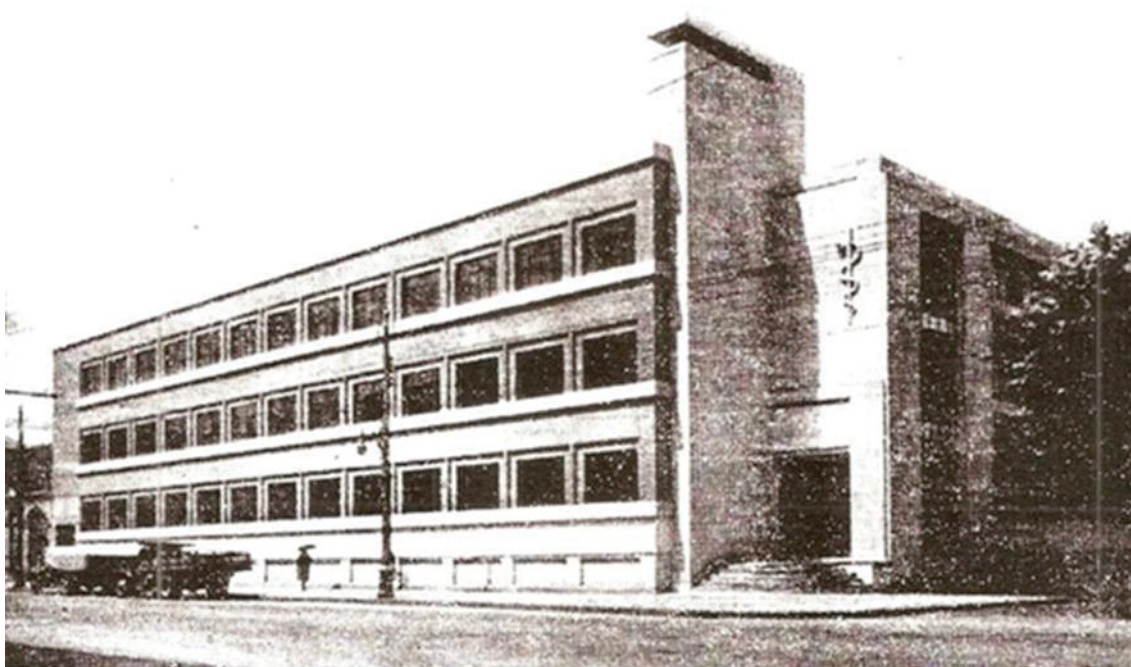


Figura 4 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (1950)

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

Conforme o que foi assinalado por Silva (2009)⁵¹, as meninas e os meninos desvalidos seriam objeto específico das atenções do Departamento de Assistência Social. O DECr se incumbiria de outros problemas apresentados na infância. Mas isso não significa que o mesmo, não tivesse encaminhamentos direcionados às meninas

⁴⁹ Art. 7º - O Departamento de Assistência Social tem por objeto a proteção social dos desvalidos, visando uma atividade social coordenada e metodicamente realizada por agentes competentes, tecnicamente preparados, com o fim, quando possível, de colocar ou recolocar os indivíduos ou suas famílias em condições normais de existência, suscitando o seu esforço de colaboração, adaptação ou readaptação.

⁵⁰ Art. 6º - [...] estimular e orientar a organização de estabelecimentos municipais e particulares, destinados à proteção da maternidade, da infância e da adolescência; realizar inquéritos e estudos relativos a situação, em que se encontra, no território do estado, o problema da maternidade, da infância e da adolescência; divulgar por todas as modalidades os conhecimentos destinados a orientar a opinião pública, sobre o problema da proteção à maternidade, infância e adolescência; promover a cooperação do Estado com os municípios e instituições de caráter privado, mediante a concessão de subvenção ou auxílio estadual destinado à manutenção e ao desenvolvimento dos serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência; cooperar com o Departamento Nacional da Criança a fim de uniformizar no Estado a orientação técnica administrativa de proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

⁵¹ Dissertação intitulada: Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho: ações do Estado do Paraná à infância do “Abrigo Provisório para menores Abandonados” ao “Educandário Santa felicidade” (Curitiba, 1947-1957), de própria autoria.

e aos meninos desvalidos, porém a atuação do DECr não estava vinculada às instituições públicas de assistência às meninas e aos meninos desvalidos do Estado.

O DECr atuava em instituições municipais, particulares e filantrópicas, na medida em que no modelo de estatutos que o mesmo distribuía às Associações de Proteção à Maternidade e à Infância constava a finalidade de "proteção e educação de crianças órfãs e abandonadas que vivam nas vias públicas sujeitas à fome, ao vício, ao analfabetismo, à contravenção, à perversão, e ao crime, por falta de amparo, por meio de colocação familiar, internamento, etc." (PARANÁ, 1951, p. 17). E dentre as atribuições da Divisão de Proteção Social do DECr está o ato de "colaborar com o Juizado de Menores, o Departamento de Assistência Social e outras instituições congêneres, na execução de serviços sociais" (PARANÁ, 1951c, p. 7).

Por conseguinte, se o destino dos meninos e das meninas desvalidas eram de responsabilidade do Juizado de Menores, o DAS deveria criar condições para assisti-los nas instituições públicas do Estado e o DECr colaboraria com essa assistência. No entanto, a preocupação com a Maternidade e a Infância eram maiores do que com a infância desvalida, provavelmente, porque a criação de Posto de Puericultura implicava em diminuição das taxas de mortalidade infantil. Assim, se por um lado, o DECr, em 1949, "intensificou a luta contra os fatores responsáveis pela mortalidade infantil, aumentando o número de Postos de Puericultura no Estado e auxiliando outras Instituições de proteção à Maternidade e Infância" (1951, p. 291)⁵², por outro, o DAS "foi dotado de verbas diminutas, principalmente para prestar assistência financeira aos assistidos; subvenções e auxílios às obras particulares de assistência social também não foram contempladas com boas verbas" (PARANÁ, 1951, p. 137).

Diante disso, havia muito mais investimento no DECr do que no DAS, mesmo que tenhamos que considerar que algumas verbas do DECr poderiam vir do DNCR. Um dos principais problemas que dificultavam o trabalho, do Departamento de Assistência Social, no Estado, na década de 1950, era que não havia Serviço de Assistência Social do Estado em outras cidades paranaenses, somente na capital.

Desta forma, o governo assinalou que "enquanto não se têm as Agências de Serviço Social no Interior do Estado em funcionamento, torna-se muito difícil atender

⁵² Em dezembro de 1949 existiam 71 Associações de Proteção à Maternidade e à Infância e 69 Postos de Puericultura funcionando no Estado. Apenas 17 municípios não possuíam seu Posto de Puericultura, porém estavam previstas as necessárias instalações para 1950 (PARANÁ, 1951, p. 291).

todo o Estado. São enviados pesquisadores sociais da Capital para fazerem viagens periódicas ao interior (PARANÁ, 1951, p. 138). A estrutura de ruas e praças do Centro da capital paranaense (figura 5) mostram uma cidade em processo de crescimento, mas com um fluxo de veículos, condizente com o contexto, isto é havia poucos veículos circulando. A pouca oferta de veículos, provavelmente, dificultava os deslocamentos dos pesquisadores sociais, como também as viagens se tornavam, consideravelmente, onerosas para o Estado.

A partir de 1951, com a Lei 682 de 12 de setembro de 1951, o DAS foi desmembrado da Secretaria de Saúde Pública e passou a fazer parte da Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social (SNTAS) e o DECr ficou na Secretaria de Saúde Pública. A justificativa do governador, para o desmembramento, foi de que era “uma forma de agrupar serviços num organismo que pudesse expressá-los convenientemente” (PARANÁ, 1952a, p. 259). Porém a SNTAS⁵³ ficou constituída por departamentos desmembrados de outras Secretarias e não dá para evidenciar que o DAS ao fazer parte da mesma, expressasse “convenientemente” as suas funções.

Em 1958, Moysés Lupion assinalou que o Estado estava “prossequindo na luta em prol da maternidade e infância” (1958, p. 178) e a quantidade de instituições paranaenses vinculadas ao Departamento Estadual da Criança, elencadas pelo governo, conforme a Quadro n.5, permite considerar a intensidade das obras realizadas pelo DECr.

⁵³ A Secretaria dos Negócios do Trabalho e Assistência Social ficou constituída por: a) - Gabinete do Secretário (G.S); b) - Serviço de Assistência Técnica (S. A. T.); c) - Contadoria Seccional (C.S); d) - Departamento do Expediente e do Pessoal (D.E.P), com: - Secção do Expediente e Protocolo (S.E.P); e, - Secção do Pessoal (S.P); e) - Departamento Estadual de Estatística (D.E.E), desmembrado da Secretaria do Interior e Justiça, com todos os seus serviços criados por lei; f) - Departamento de Indústria e Comércio, desmembrado da Secretaria de Agricultura, com a sua organização constante da Lei n. 373, de 18-VII-1950, o qual passou a denominar-se: Departamento do Trabalho, Indústria e Comércio (D.T.I.C.); g) - Departamento de Assistência Social (D. A. S), desmembrado da Secretaria de Saúde Pública, com todos os órgãos criados por lei; h) - Caixa de Seguro de Vida dos funcionários Públicos, Civis e Militares do Estado, abreviadamente C.S.V., com a sua organização atual, desmembrada da Secretaria de Fazenda; e, i) - Montepio dos Funcionários Públicos, Civis e Militares do Estado, abreviadamente <Montepio>, com a sua composição atual, também desmembrado da Secretaria de Fazenda (PARANÁ, 1952a, p. 260).

Instituição	Quantidade
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância	114
Postos de Puericultura (APMI)	129
Postos de Puericultura (LBA)	32
Maternidades	8
Maternidades Rurais	4
Pupileira	1
Creches	3
Artesanato	1
Lares da Criança	4
Berçário para prematuro	1
Casas da Criança	2
Casas Maternais	2
Banco de leite humano	1
Serviços de Assistência Social	4
Aldeia-Escola	1
Orfanato	1

QUADRO n. 5: INSTITUIÇÕES PARANAENSES VINCULADAS AO DECr EM 1958

FONTE: ADAPTADA DE PARANÁ, 1958, p. 178-179

Ao assinalar a escassez de verbas para o DAS, em 1951, o governador Lupion, sutilmente, apontou as dificuldades financeiras enfrentada pelo Estado, e talvez a mudança de Secretaria, foi uma tentativa de aumentar as verbas para a Assistência Social. No entanto, no decorrer da década de 1950 e início de 1960, provavelmente, as dificuldades aumentaram e o governador Ney Braga foi explícito em relação à estrutura econômica do Estado ao expor que:

É preciso dizer que a atual estrutura econômica do Paraná não produz rendas públicas suficientes para a cobertura dos investimentos necessários ao desenvolvimento do Estado. Por outro lado, a atual estrutura administrativa do Estado não permite nem mesmo o nível de arrecadação possível na presente conjuntura econômica (PARANÁ, 1961, p. p. X).

Para Ney Braga, o Paraná estava financeiramente deficiente e em relação à Assistência Social parece que a situação estava catastrófica. Argumentou que:

A administração anterior nos legou um setor assistencial em verdadeiro estado de descalabro. A Secretaria de Trabalho e Assistência Social atuando somente em Curitiba, os internatos estaduais em verdadeiro estado de ruína material e moral, a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural transformada em fonte de empreguismo, a Fundação Casa do Trabalhador sem recursos condizentes.

Em resumo, não encontramos nada. E quando encontramos, era melhor que não tivesse encontrado. (PARANÁ, 1961, p. 40).

No entanto, neste discurso do governo, é importante considerar que desqualificar a gestão anterior, pode ser uma estratégia para ressaltar os avanços na sua própria gestão, na medida em que afirmou que “o governo agiu rápido. Mais rápido neste setor do que em qualquer outro. Os menores internados já gozam, agora, de melhores condições de vida” (PARANÁ, 1961, p. 40).

As implicações disso, é que não há como avaliarmos até que ponto a situação melhorou no governo de Ney Braga, até que ponto o seu discurso era apenas a demarcação, naquilo que já assinalamos em relação aos governos anteriores, o lugar de onde falava e para quem falava. Desse modo, um relevante movimento no governo de Braga foi a instituição de “um Grupo de Estudos de Menores Desamparados, visando encontrar a solução deste problema, que é o mais triste e enternecedor de todos os que afligem o Paraná (PARANÁ, 1961, p. 40).

Diante dos inúmeros problemas relativos aos meninos e meninas desvalidos, o governo anunciou, em 1962, a criação do Instituto de Assistência ao Menor (IAM), como “a principal ação do Governo no setor de assistência social” (PARANÁ, 1963, p. 67). As expectativas do governo com a criação do novo Instituto estavam expressas em sua Mensagem:

[...] criado pela Lei 4.617, de 16 de julho de 1962, e que contará com recursos correspondentes a 1% da Receita Tributária do Estado, além de 60% da renda líquida auferida pela Loteria do Estado do Paraná.

O IAM significa o encaminhamento definitivo da solução do problema do menor desamparado, através da colaboração íntima entre o Governo do Estado e a própria comunidade.

O programa de trabalho do IAM, que dispõe em 1963 de recursos no montante de cerca de 380 milhões de cruzeiros, inclui o início da construção do centro de Triagem e do Hospital Psiquiátrico Infantil, além do atendimento das entidades estaduais que já atuavam nesse setor (PARANÁ, 1963, p. 67).

Para o governo, o IAM seria a solução definitiva para todos os problemas do “menor”. A reivindicação da colaboração da comunidade com o governo, aparece como uma alternativa para solucionar o problema do “menor desamparado.

Porém, a criação do IAM não foi a solução dos problemas do “menor”, como o governo idealizara. No ano de 1964 o problema da urbanização e do crescimento populacional⁵⁴ ainda eram apontados pelo governo como a principal causa dos problemas sociais, principalmente do “menor”, que naquelas circunstâncias para Ney Braga era “o elemento humano mais sacrificado” (PARANÁ, 1964, p. 79), mesmo que o Estado tivesse “envidado todos os esforços para incrementar as condições de atendimento através dos diversos departamentos da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (STAS) e do Instituto de Assistência ao Menor (IAM)” (PARANÁ, 1964, p. 79).

O governo, em 1967, assinalou que o investimento do Estado em instituições que assistiam meninas e meninos desvalidos foi “de 3,5 bilhões de cruzeiros para aplicação no amparo ao menor” (PARANÁ, 1967, p. 121). Esse investimento foi realizado através de “subvenções às instituições particulares” e de “manutenção de unidades assistenciais jurisdicionadas do Instituto do Menor:” As instituições particulares que recebiam subvenção do Estado não foram elencadas pelo governo, mas as instituições do Estado vinculadas ao IAM foram elencadas e estão expostas no quadro n. 6:

	INSTITUIÇÃO	CIDADE
01	Centro de Formação para Menores de Campo Comprido	Curitiba
02	Lar Escola Hermínia Lupion	Curitiba
03	Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha	Curitiba
04	Educandário Nossa Senhora das Dores	Curitiba
05	Casa do Pequeno Jornaleiro	Curitiba
06	Casa do Menor Trabalhador	Curitiba
07	Instituto de Recuperação de Surdos-Mudos	Curitiba
08	Escola para Menores Marcílio Dias	Guaratuba
09	Escola para Menores Bernardo Barbosa Milleo	Piraí do Sul
10	Escola para Menores de Tibagi	Tibagi

⁵⁴ Para Ney Braga o inevitável crescimento da capital paranaense e de outras cidades do estado, acentuavam um grande número de problemas, uns antigos, mas ampliados pela maior concentração urbana, e outros novos, decorrentes de formas sempre mais complexas de sociabilidade (PARANÁ, 1964, p. 79).

11	Escola para Menores de Arapoti	Arapoti
12	Escola para Menores de Mallet	Mallet
13	Instituto São Francisco Xavier	Cerro Azul

QUADRO n. 6 – INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS MENINAS E AOS MENINOS DESVALIDOS NO ESTADO DO PARANÁ VINCULADAS AO IAM NO ANO DE 1967

FONTE: Elaborada a partir de informações de Mensagem de Governo (PARANÁ, 1967, p. 121).

As informações do quadro n. 6, permitem percebermos que no ano de 1967, havia apenas 13 instituições públicas paranaenses mantidas exclusivamente pelo Estado em todo o Paraná. E mais da metade dessas instituições estavam localizadas na capital. Neste sentido, compreendemos o motivo da demanda de trabalho no Juizado de Menores de Curitiba e da enorme concentração de Autos de Processos de “menores” na capital. O fato da maioria das cidades paranaenses, não terem nem Juizado de Menores, tampouco uma instituição pública para acolher as meninas e os meninos desvalidos, trazia para a capital a concentração do problema. Sabemos que em muitas cidades havia instituições filantrópicas e caritativas que atendiam a demanda, no entanto mesmo que a maioria recebesse subvenção do Estado, a escolha de quem ficaria ou não nessas instituições era subjetiva e diante de qualquer adversidade o menino ou menina era encaminhado para uma instituição do Estado.

Mesmo com toda a problemática dos meninos e meninas que passavam pelo Juizado de Menores e eram encaminhados sob TRG para uma família, no ano de 1967, o governo afirmou que nesse período a “Assistência ao Menor, órgão vinculado à Secretaria do Trabalho e Assistência Social, é hoje símbolo no País inteiro, do que se pode realizar em benefício do menor desamparado” (PARANÁ, 1967, p. 121). Ney Braga assegurou que “mais de 8 mil crianças encontram-se sob a tutela do Estado, nas 14 instituições mantidas pelo instituto, ou por intermédio de sua ação junto a 60 instituições particulares” (PARANÁ, 1967, p. 121).

Nessa mesma direção, o movimento do campo assistencial em 1968, exposto pelo governador (quadro n. 7), denota como se desenvolvia o trabalho junto aos “menores” pelos serviços assistenciais e visualizamos que 2.118 meninas e meninos ainda eram encaminhados para colocações familiares, somente pelo Serviço de Assistência do Estado. Ao considerar que grande parte dos meninos e meninas que eram colocados em outras famílias viviam em regime de servidão, já que não eram remunerados e tampouco escolarizados, esses números são no mínimo cruéis. Nesta

direção, outro aspecto a considerar, era a complexidade do trabalho da Assistência Social do Estado e a demanda de investimentos que o campo exigia.

ATIVIDADE	QUANTIDADE DE “MENORES”
Recepção e encaminhamento	3.438
Verificação e acompanhamento	2.575
Visitas domiciliares e estudos	11.379
Egressos	1.543
Colocação familiar	2.129
Auxílios monetários	2.118
Unidades Sociais	7.030
Consultas médicas	16.091
Curativos	34.952
Injeções aplicadas	17.116
Leitos de isolamento ocupados	8.082
Exames complementares	3.569
Encaminhamentos para tratamento em outro órgão	1.150
Atendimento odontológico	19.663

QUADRO n. 7: Movimento do campo assistencial do estado do Paraná em 1968
 FONTE: ELABORADA A PARTIR DE INFORMAÇÕES DA MENSAGEM DE GOVERNO DE 1968 (PARANÁ, 1968, p. 112)

Nestas circunstâncias, consideramos que para o Estado, o outro “dono” das responsabilidades, assistir socialmente meninas e meninos desvalidos se configurou em um grande desafio para os governos, no período de 1940 a 1969, assim como era para os Juízes de Menores encaminhar meninos e meninas, quando o número de desvalidos era maior que o número de vagas em instituições de assistência. Porém o maior desafio era para os meninos e meninas que viviam em condição de desvalia, perambulando pelas ruas da cidade, abandonados pela família, sem certidão de nascimento ou vivendo sob TRG, pois dependiam prioritariamente da Assistência Pública.

2. “CAMINHANDO CONTRA O VENTO, SEM LENÇO E SEM DOCUMENTO”⁵⁵ – AS CONDIÇÕES DA DESVALIA

*Eu pesso au Senhor Juiz que é pai das
orfans que tenha pena de mim e me arranje
um bom emprego [...] Senhor Dr Cunha
mande me buscar quanto antes porque não
poso mais viver assim.*

*Helena França*⁵⁶

2.1 “Caminhos sem rumo” - Em completo estado de abandono: perambulando ou não pelas ruas das cidades paranaenses

Quando Renato, Maria e Helena chegaram ao Juízo de Menores, uma das providências do Juiz seria atestar o estado de abandono em que se encontravam, conforme o que está prescrito no Código de Menores de 1927⁵⁷.

Renato foi logo após a chegada do pai, considerado que não estava em estado de abandono. Quanto a Maria não foi possível localizar uma pessoa

⁵⁵ Expressão utilizada por Caetano veloso na letra da música “Alegria, Alegria” em 1967.

⁵⁶ Trecho em grafia original de uma carta escrita pela menina Helena França, que teve seu Processo no Juízo de Menores da Capital iniciado em 1939 e arquivado em 1947.

⁵⁷ No capítulo IV, artigo 26 do Código de Menores de 1927, consideram-se abandonados os menores de 18 anos: I – que não tenham habitação certa, nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos, ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda vivam; II – que se encontrem eventualmente em habitação certa nem meio de subsistência, devido à indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos pais, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda; III – que tenham pai, mãe, tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para com o filho, pupilo ou protegido; IV – que vivam em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoa que se entregue à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes; V – que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicância ou libertinagem; VI – que frequentem lugares de jogo ou de moralidade duvidosa ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida; VII – que devido à crueldade, abuso de autoridade, negligência ou exploração dos pais, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam: a) vítima de maus tratos físicos habituais ou castigos imoderados; b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensáveis à saúde; c) empregados em ocupações proibidas ou manifestamente contrárias à moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida ou a saúde; d) excitados habitualmente para a gatunice, mendicância ou libertinagem. VIII – que tenham pai, mãe ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, condenado por sentença irrecorrível: a) a mais de dois anos de prisão por qualquer crime; b) a qualquer pena como coautor, cúmplice, encobridor ou receptador de crime cometido por filho, pupilo ou menor sob sua guarda, ou por crime contra estes.

responsável. Já Helena quando a família foi localizada em agosto de 1940, o Comissário de Menores, Eugênio Silva, informou ao Juiz:

[...] verifiquei tratar-se de uma menor de cor morena clara, aparentando ter dezessete anos de idade, de religião católica, natural de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, filha de Antônio Costa e Benedita Costa, residentes naquela localidade e pouco se interessam pela sorte de sua filha Helena. (12/08/1940)

No caso de Helena não foi solicitado aos pais a sua certidão de nascimento. O Comissário de Menores afirmou que a menina aparentava ter 17 anos de idade em 1940, entretanto não podemos afirmar que realmente teria essa idade, provavelmente nesse período a menina teria no máximo 14 anos de idade, já que o seu processo somente foi encerrado em 1947 e as meninas ficavam sob a responsabilidade do Juízo de Menores até a idade máxima de 21 anos. Os pais relataram ao Comissário de Menores que Helena foi à Curitiba em companhia de um viajante de nome Medeiros “de Tal”⁵⁸. Aqui compreendemos o motivo pelo qual ao ser recolhida no Juízo de Menores pela segunda vez, a menina resolveu forjar um novo sobrenome, foi inspirada no nome do viajante com o qual viera para Curitiba.

Estar perambulando pelas ruas da cidade de Curitiba (anexos 4, 5 e 6) ou qualquer outra era um fator determinante para que meninas e meninos fossem levados para o Juízo de Menores. No entanto somente este fato não poderia ser considerado como evidência para decretar o estado de abandono. Relembremos que Renato após a chegada do pai foi liberado para voltar para a família. Esta liberação se deu porque estava prevista no Código de Menores, capítulo VI, art. 56:

Se, no prazo de 30 dias, a contar da entrada em juízo, o menor fugitivo ou perdido [...] não for reclamado por quem de direito, o juiz, declarando-o abandonado, dar-lhe-á conveniente destino. Todavia, em qualquer tempo que o responsável reclamar, o menor poderá ser-lhe restituído. (BRASIL, 1927, art. 56)

No caso de Maria o suposto pai não conseguiu comprovar que a menina que estava na Escola de Reforma se chamava Iracema e era sua filha. O juiz não liberou a menina considerando o que estava prescrito no Código de Menores: “O menor reclamado será entregue, se ficar provado: I – que se trata realmente do pai, mãe

⁵⁸ Percebe-se nos Relatórios da DGE e nos Autos dos Processos que quando não se sabia ou não se tinha certeza do sobrenome de uma criança ou um adulto utilizava-se o termo “de Tal”.

(legítimo, natural ou adotivo), tutor ou encarregado de sua guarda” (BRASIL, 1927, cap. VI, art. 57). O Comissário de Menores, responsável por investigar o caso, informou ao Juiz de Menores no dia 24 de fevereiro de 1940 que: “Não existe menor Iracema na escola de Reforma, espero que o requerente prove que a menor Iracema não é abandonada e nem delinquente e bem como o internamento de Iracema naquela Escola”. (PARANÁ, 1940).

Não há como sabermos se Maria realmente se chamava Maria ou se forjou um nome para não voltar para a família. A menina não precisava provar o seu nome, mas o suposto pai deveria provar que a mesma era sua filha. Quiçá, ela realmente se chamasse Maria, entretanto ela poderia ter forjado um nome completo e apenas ter tido mais sorte que Helena França, que forjou se chamar Helena Medeiros.

Forjar uma identidade é um mecanismo de contestação, por parte de meninas e meninos, e foi evidenciado em outros estudos, como os de Cynthia Greive Veiga e Luciano Mendes de Faria Filho (1999, p. 83) e Silva (2009, p. 99-101). A contestação por parte de meninos e meninas desvalidos é compreendida por Bobbio como:

Enquanto contrária à aceitação, a contestação se refere, mais do que a um comportamento de ruptura, a uma atitude de crítica, que põe em questão a ordem constituída sem necessariamente pô-la em crise [...] expressa-se através de um discurso crítico, num protesto verbal, na enunciação de um slogan [...] é sempre apenas ideológica (BOBBIO, 1992, p. 144-145)

No caso de Helena França a sua contestação foi descoberta, mas no caso de Maria, sua possível contestação pode ter dado outro rumo a sua vida.

Perambular pelas ruas da cidade não era um problema apenas para os meninos e meninas da década de 1940. No dia 13 de fevereiro de 1967, às quatro horas da madrugada, vamos encontrar Júlia Santos, de apenas oito anos, sozinha, perambulando pelas ruas da cidade de Curitiba.

Se somente nós a encontrássemos, as distâncias de tempo e espaço histórico que nos separam não implicaria em nenhuma alteração na vida da menina. Contudo, ela foi encontrada pelo Delegado de Proteção ao Menor, Ricardo Taborda Ribas, que a encaminhou ao Juiz de Menores da Capital, Menton Alvaro da Luz. Além das informações que já temos sobre a menina, o delegado informou que “a menor em apreço, conta com diversas passagens por essa Delegacia” (PARANÁ, 1967).

A menina tinha oito anos e já contava com diversas passagens pela delegacia, mas ainda não havia nenhum registro da passagem de Júlia pelo Juizado de Menores.

Ao considerarmos a entrevista inicial da menina, observamos que a esperteza pode ter contribuído para o fato de ter conseguido não ser enviada, anteriormente, ao Juizado de Menores:

Conta a menor que seus pais, são miseráveis, que não tem nada para comer, que sua mãe a expulsou de casa, que é seu desejo ser internada no Lar Hermínia Lupion, que foi sua mãe que mandou que pedisse esmola, que sua mãe reside na Vila Lindóia, que sabe ir, mas não sabe explicar onde fica. (PARANÁ, 1967).

Júlia, provavelmente, somente estava no Juízo Privativo de Menores, porque realmente era o seu desejo ir para o Lar Escola Hermínia Lupion. Quando um menino ou uma menina eram encontrados perambulando pelas ruas da cidade, temos que considerar que as ações dos poderes públicos não eram sempre aceitas sem contestações ou resistências. Pereira (2009) nos alerta para essas cenas quotidianas, de modo que:

As cenas quotidianas, que aparentemente pareciam banais e corriqueiras, nos revelam um universo de relações humanas produtoras e reprodutoras de regras de poder e de submissão, demonstrando que, ao fazerem das ruas seu espaço de maior permanência, nossos personagens aparentemente acatavam as normas, mas nem por isso de viver aquilo em que acreditavam ou, então, se ajustavam a elas de maneira que essas fossem mais adequadas e convenientes a suas “lidas” quotidianas (PEREIRA, 2009, p. 69).

Nesta perspectiva, possivelmente Júlia estivesse cansada de andar vários quilômetros de sua casa na Vila Lindóia até o centro da cidade (figura 5)⁵⁹, cerca de 7 Km, a fim de mendigar pelas ruas da cidade e fosse mais conveniente e adequado para a menina ser encaminhada para uma instituição de assistência. O seu desejo foi atendido e, na mesma data de sua chegada ao Juizado de Menores, foi encaminhada ao Lar Escola Hermínia Lupion, para aguardar o depoimento dos pais. Porém o seu Processo está longe de ser arquivado. Isso somente acontecerá cinco anos depois, no ano de 1972. Nós ainda encontraremos esta pequena em diversas passagens deste texto.

⁵⁹ O mapa é atual, mas não prejudica a compreensão da distância percorrida, diariamente, de ida e volta. O motivo da utilização de um mapa atual é que os mapas do período, disponibilizados pelos órgãos competentes, não são nítidos e, portanto, não auxiliavam na compreensão da distância de um local ao outro.



Figura 5- MAPA DA VILA LINDÓIA ATÉ O CENTRO DA CIDADE

FONTE: <https://www.google.com.br/maps/dir/Centro,+Matriz,+Curitiba>

Como já conhecemos três meninas que foram encontradas perambulando pelas ruas da cidade, da capital paranaense, e foram consideradas em completo estado de abandono, poderíamos concluir que esse era um problema da capital e que acontecia somente com meninas, mas não nos equivoquemos. Algum tempo depois de Júlia ir para o Lar Hermínia Lupion, encontraremos no dia nove de março de 1967 o menino Cosme Damião (Paraná, 1967), alguns dias antes de completar dez anos de idade, em completo estado de abandono na cidade de Londrina.

O Juiz de Menores da 5.^a Vara de Londrina, Gabriel F. de Miranda, ao se deparar com o caso de Cosme Damião, encaminhou dois ofícios: um para o diretor do Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Ulisses Montanha Teixeira e outro para o Juiz Privativo de Menores da Comarca de Curitiba, Dr. Aurélio Feijó. A entrevista inicial realizada com o menino, nos permite saber sobre alguns dados priorizados na entrevista, como o nome dos pais, a data de nascimento, a cor da pele e dos olhos, a religião e o estado de saúde do entrevistado. Assim, sabemos que o menino nasceu no dia onze de março de 1957, foi considerado de cor branca e de religião católica. Tinha olhos pretos e uma boa saúde.

A sua identificação, como abandonado, se dera pelo fato de que a própria mãe pediu o internamento do filho, pontuado pelo Juiz nos seguintes termos: Catarina Maria de Assunção, “brasileira, casada, sem residência fixa, atualmente no albergue noturno desta cidade, requer o internamento de seu filho” (PARANÁ, 1967). Assim, o menino permaneceu no Educandário Caetano Munhoz da Rocha até o ano de 1973, quando completou 18 anos de idade.

O Juiz de Menores de Londrina justificou o encaminhamento do menino para Curitiba, argumentando que “Londrina não contava com estabelecimentos algum desse gênero, mantido pelo Estado” (Ibidem). Isso sinaliza para o fato de que mesmo com a criação de alguns Juizados de Menores⁶⁰ em outras cidades paranaenses, a maioria das instituições de assistência, mantidas pelo Estado, estava localizada na capital paranaense, o que fazia com que as meninas e meninos desvalidos fossem encaminhados para a capital.

Observamos que, perambular pelas ruas da cidade poderia não significar que a menina ou o menino estava em completo estado de abandono, como foi o caso de Renato, da mesma forma que estar em completo estado de abandono não significava que fora encontrado perambulando pelas ruas da cidade. Cosme Damião estava em completo estado de abandono, no albergue noturno de Londrina, isso significa que pode ser que ele não perambulasse pelas ruas e por esse motivo, a mãe pedira o seu internamento, já que se perambulasse vendendo algo ou esmolando teria alguma rentabilidade.

Outro motivo que poderia destinar uma menina ou um menino ao Juízo Privativo de Menores e não significava que estivesse perambulando pelas ruas ou em estado de abandono ou ambos, era a prática de algum delito que fora denunciado, como no caso dos irmãos Carlos e Haroldo Marques. O Delegado de Segurança Pessoal encaminhou ao Juiz Privativo de Menores, Dr. Francisco Cunha Pereira no dia dezanove de Janeiro de 1940, um ofício onde expõe: “Apresento a V. Exa. os menores [...], com 12 e 10 anos, respectivamente, os quais vêm praticando pequenos furtos, nesta capital, razão pela qual se faz necessário o internamento de ambos, em escola de reforma. (PARANÁ, 1940)

Diante desse ofício, os meninos foram encaminhados para a Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti, na cidade de Ponta Grossa, onde permaneceram até que a mãe, por meio de um advogado, informou que os meninos teriam nove e dez anos respectivamente. Por meio da defesa de um advogado, a mãe conseguiu retirar os filhos da Escola de Trabalhadores. Os meninos foram desligados da instituição no dia 26 de janeiro de 1940. A passagem relâmpago dos meninos se

⁶⁰ Os Autos dos Processos, raramente fazem menção a outros Juizados de Menores no Paraná. Os nossos investimentos de pesquisa nesse âmbito não nos forneceu dados que permitam afirmar quando foram criados outros Juizados de Menores no Paraná. A hipótese é de que essas instituições foram surgindo timidamente em outras cidades paranaenses somente a partir da década de 1960.

deve, provavelmente, ao fato de a família ter condições de contratar um advogado. O processo foi arquivado no dia 30 de janeiro de 1940, sem a assinatura habitual do Termo de Responsabilidade e Guarda pela mãe dos meninos.

No período de 1940 a 1969, inúmeras crianças foram encontradas “perambulando pelas ruas da capital” ou de outras cidades, sozinhos ou acompanhados, e nem sempre resultou em assinatura de algum tipo de termo, com a finalidade de cuidar e educar, como é o caso de Walter José Dancoski e Amélia Teixeira.

A apreensão de meninas e meninos nas ruas das cidades paranaenses não era realizada somente pelos Comissários de Menores, a Delegacia de Segurança Pessoal (DSP) os apresentava constantemente ao Juizado de Menores. Assim, em 12 de março de 1943, Walter e Amélia, foram apresentados pela Delegacia de Segurança Pessoal, ao Juiz Francisco Cunha Pereira. Walter fugiu da Delegacia de Segurança Pessoal antes da decisão do Juiz e Amélia foi entregue ao seu responsável que, segundo o Comissário, assinou o Termo de Responsabilidade e Guarda, entretanto esse termo não consta nos Autos, mesmo com a solicitação do Juiz de que o TRG fosse assinado.

O Juiz solicitou “a captura do fugitivo”, mas isso não aconteceu. O Comissário informou que o menino se encontrava em companhia dos pais, mas que não conseguiu localizar a residência dos mesmos. E então, solicitou que o Juiz notificasse o auxílio da DSP a fim de descobrir o paradeiro do menino e de seus pais.

Mesmo que o governador tenha assinalado que, no início da década de 1940⁶¹, houve melhoramentos na Polícia Civil e o seu quadro de funcionários foi

⁶¹ Em relação à Polícia Civil o governador (PARANÁ, 1942, p. 47) expôs que durante os anos de 1940 e 1941 vários melhoramentos foram introduzidos na Polícia Civil, tendo em vista principalmente a necessidade de melhor se adaptar o organismo policial às exigências do momento internacional em que os paranaenses viviam. Assim, a delegacia de Ordem Política e Social, que superintendia a salvaguarda dos interesses vitais da nacionalidade, teve o seu quadro de funcionários sensivelmente aumentado, dando-se-lhe também meios de locomoção eficientes e rápidos, além das reformas que foram feitas no prédio em que funcionava, a fim de comportar o desenvolvimento considerável de suas atividades. Ainda como imperativo dessa mesma necessidade de se poder, a qualquer momento, exercer perfeito controle sobre todo o Estado, foram instalados três postos de fiscalização rodoviária, localizados nos municípios de palmeira, no entroncamento da estrada que liga esta Capital às cidades de Ponta Grossa, Teixeira Soares e São João do Triunfo, o segundo na estrada do Cerne, a 38 quilômetros desta Capital, e o terceiro na estrada que conduz ao Estado de São Paulo e ao litoral. Posteriormente foi providenciada a instalação de mais três postos de fiscalização, respectivamente localizados no distrito do Portão, desta Capital, em Graúna, estrada Curitiba-Joinville, e no Distrito de Paranaíba, na estrada Curitiba-São Paulo. Com a criação e instalação desses postos o governo acreditava que ficavam perfeitamente controladas as principais estradas que davam acesso à capital paranaense.

aumentado, talvez descobrir o paradeiro de meninas e meninos desvalidos e de suas famílias, não fosse uma prioridade para a DSP, principalmente com o aumento da urbanização. Tanto que em 1951 o governo reconheceu as dificuldades em relação à Segurança Pública nos seguintes termos:

A nossa Chefatura de Polícia deve se organizar à altura do Paraná de 1951. Os fatos são incontestes e explicam a necessidade das medidas que preconizamos. O efetivo da Guarda-Civil, por exemplo, se mantém estacionário desde 1911. Seu regulamento foi aprovado por decreto de 1929. O número de Agentes de Polícia fixado em 1943, permanece o mesmo. Das vinte estações de rádio, treze não funcionam por falta de elementos especializados. E o que nos parece mais grave: encontramos a Polícia sem carros fortes, sem ambulâncias – sem transporte – enfim, além de ter suas repartições instaladas inconvenientemente. (PARANÁ, 1951, p. 119).

Ao considerar, o ínfimo número de Comissários de Menores, a desestruturação do Policiamento paranaense em 1951 e a dificuldade de auxílio das delegacias ao Juizado de Menores, provavelmente, no decorrer da década, o problema da circulação de meninas e meninos pelas ruas paranaenses, deve ter tomado proporções bem maiores do que o esperado, resultando na afirmação do governo de que “dentre as **melhorias realizadas** no setor das Delegacias de Polícia desta Capital e do interior do Estado, destacaríamos, desde logo, as instalações, aqui, de três **Delegacias** Especializadas: as de Estrangeiros, **de Menores**, e de Jogos”. (PARANÁ, 1958, p. 197 – grifos nossos)

Portanto, com a criação da Delegacia de Menores em Curitiba o fato de meninas e meninos desvalidos ou não circularem pelas ruas, virou efetivamente caso de polícia. E o movimento avolumado nessa instituição confirma esse fato, na medida em que Moysés Lupion ressalta a criação e a atuação da Delegacia de Menores:

Recebeu todo o amparo, em pessoal e meios de locomoção, e pode efetivar ótimo programa de ação. Realiza, todas as noites, rondas motorizadas e possui plantão permanente, executado por um assessor do Delegado e seis guardas-civis. Do mês de junho, quando foi instalada, até dezembro, apresentou ao Juizado de Menores, com relatórios sobre verificações ou processos feitos, 171 menores. Ao Serviço de Assistência Social, 31. Aos seus responsáveis, 195. Expediu 330 papeletas de serviço aos seus Agentes, das quais obteve solução para 269. Papeletas referentes a de menores desaparecidos, 187, com resultados positivos para 133 casos. Fichas abertas, de menores desaparecidos, 374; idem relativas a serviços diversos, com referência à vida de menores, 948; fichas anotadas, 761. Foram detidos e encaminhados a outras Delegacias, 44. Guias ao DML, com relação a fatos que investigou, 70. Ao LPT, 37. (PARANÁ, 1958, p. 199).

Os apontamentos do governo, em relação à Delegacia de Menores, denotam que as apreensões encaminhadas ao Juizado de Menores, por um lado auxiliava o Juizado de Menores, por outro avolumava o trabalho dos Comissários de Menores, que deveriam investigar cada caso e informar ao Juiz de Menores.

Assim, em 1967 as demandas do Comissariado de Menores continuavam intensas. Cleusa de Jesus Ubaldino e Maria Francisca Pereira, ambas com 14 anos, foram apreendidas, no dia 6 de abril quando “perambulavam sem destino pelas vias públicas dessa Capital”. O delegado encaminhou as duas para o Juiz de Menores.

O Juiz de Menores determinou que a menina Cleusa deveria ser entregue a sua mãe, sob Termo, mas não há nenhum registro a respeito do documento que deveria ser assinado. Já a menina Maria Francisca foi internada no Educandário Nossa Senhora das Dores, contudo no ano seguinte a Irmã Diretora da instituição solicitou que a menina fosse entregue a Iara Batista Wendler. No entanto, o Curador de Menores, opinou pelo indeferimento do pedido, alegando que a menina deveria “permanecer onde se encontra”, isto é, no Educandário Nossa Senhora das Dores.

Neste caso, o Juiz de Menores, confiou na opinião do Curador de Menores e indeferiu o pedido, em 25 de setembro de 1968, indicando que as experiências do Curador de Menores e do Juiz de Menores funcionaram como uma prevenção para que a menina não voltasse a perambular pelas ruas, na medida em que, veremos adiante, que algumas meninas fugiam recorrentemente das famílias que assinavam o Termo de Responsabilidade e Guarda.

A ação, do Comissário de Menores, demonstrava que o contingente de meninos e meninas que eram encontrados perambulando pelas ruas da capital ou enviados de outras cidades, pelo mesmo motivo, fazia com que o comissariado não conseguisse dar informações, precisas, ao Juiz de Menores, ao menos a respeito do Termo de Responsabilidade e Guarda.

Vale considerar que os meninos e as meninas que perambulavam pelas ruas da cidade do Estado do Paraná no período de 1940 a 1969 eram designados pelos Juizes de Menores e pelos Jornais, como crianças, jovens, meninas, meninos, garota, garoto, menores etc. Percebemos somente nas Mensagens de Governo o uso apenas do termo “menor” para se referir às meninas e aos meninos desvalidos. Isto nos levou a considerar que talvez no Paraná o uso do termo “menor” prioritariamente com cunho pejorativo tenha ocorrido mais tardiamente do que aponta Londoño (1996) quando afirmou que a palavra “menor”, a partir de 1920 passou a referir e indicar a criança em

relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem. Assim, para o autor, menor deixou de ser uma palavra associada à idade, quando se queria definir a responsabilidade de um indivíduo perante a lei, para designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos.

Nesta direção, ao analisarmos os processos de meninos e meninas, no período de 1940 a 1969, percebemos que o termo era utilizado, na linguagem jurídica, para meninos e meninas menores de 18 anos e em alguns casos até 21 anos, independentemente de estar se referindo aos meninos e meninas pobres, abandonados e delinquentes ou não. Portanto, não podemos considerar que somente o uso do termo já implicaria em discriminação ou preconceito. Uma das especificidades do discurso jurídico, que permeia todos os processos analisados de 1940 a 1969, é que no âmbito jurídico a maioria das meninas e meninos era denominada “menor” independente da classe social a que pertenciam. Da mesma forma, em alguns processos do Juizado de Menores aparecem os termos: “recém-nascido”, criança, menino ou menina, independente da origem social.

Nesta mesma direção, até o ano de 1969, o Jornal Correio do Paraná utilizava estas denominações aleatoriamente, conforme o Quadro n. 8:

ANO	JORNAL	Notícia
1941	Correio do Paraná	1. Em Belém o próprio Juiz fez sair do cinema as crianças
1942	Correio do Paraná	2. Como gostam de dançar: 43 menores a polícia retirou do baile
1959	Correio do Paraná	3. Duas menores foragidas de Escola de Reforma viviam amancebadas em Hotel
1959	Correio da Noite	4. Menores corrompem-se nos salões de bailes
1960	Correio do Paraná	5. Três meninas detidas em bacanaís no Edifício Augusta
1964	Correio do Paraná	6. Menor seduz garota de doze anos que prestava serviços domésticos

QUADRO n.8: NOTÍCIAS REFERENTES AOS TERMOS UTILIZADOS NOS JORNAIS PARA SE REFERIR ÀS MENINAS E AOS MENINOS
Fonte: JORNAIS CORREIO DO PARANÁ E CORREIO DA NOITE (1941-1964)

Nas notícias assinaladas, no Quadro n.8, não há evidência de que os redatores tenham utilizado o termo menor, somente para designar meninas e meninos desvalidos, pobres, abandonados e delinquentes ou os termos meninas/meninos/crianças para designar meninos e meninas estáveis financeiramente ou com família. As notícias 1 e 2 se referem aos meninos e meninas da classe média. As notícias 3 e 5 se referem a meninas desvalidas. A notícia 4 se refere aos meninos e meninas da classe média e alta que frequentam salões de bailes dos clubes paranaenses. Na notícia 6 o “menor” é o filho da patroa e a “garota” é uma menina pobre que precisava prestar serviços domésticos para sobreviver.

No entanto, não podemos considerar que todas as notícias estavam isentas de serem interpretadas como discriminatórias, na utilização do termo “menor” para designar os meninos e meninas pobres, abandonados e desvalidos nos jornais paranaenses. A notícia: “Playboys’ curraram menor em casa abandonada: apanhados em flagrante”, nos levam à interpretação de que meninos abastados economicamente praticaram violência sexual contra uma menina pobre. Os termos utilizados nos levam a essa interpretação. E é exatamente esse o conteúdo da notícia. Se a notícia fosse “Menores curraram uma menina em casa abandonada: apanhados em flagrante”, provavelmente a nossa interpretação seria a de que meninos desvalidos e delinquentes praticaram violência sexual contra uma menina. E possivelmente ficaríamos em dúvida quanto à procedência social da menina.

Não desconsideramos que o termo “menor”, que inicialmente era utilizado para designar meninas e meninos “menores de idade”, conforme asseveram alguns autores como Colombo (2006)⁶², no Paraná, assim como no Brasil, no decorrer do século XX tenha obtido um cunho prioritariamente pejorativo, entretanto não podemos homogeneizar as interpretações do uso do termo até a década de 1960, principalmente na linguagem jurídica.

No entanto, o termo que o Juizado de Menores utilizava para designar os meninos e meninas não alterava o fato de que, em nome da Justiça, propagada pelo

⁶² Neste sentido, Colombo (2006, p. 55) assinalou que até o século XIX o termo menor era usado para definir os limites de idade daqueles que não tinham emancipação dos pais ou não podiam assumir responsabilidades civis. Portanto, no Período Colonial brasileiro, nas Ordenações, o termo é associado à noção de idade. No Império, o termo menor além de representar a idade, também define a responsabilidade penal dos indivíduos pelos seus atos perante a lei (Código Criminal do Império de 1830). No início da República, a expressão menor consta dos pareceres e do vocabulário jurídico. Em seguida, sai do círculo jurídico e passa aos jornais e às revistas jurídicas, às conferências, sempre se referindo à criança material ou moralmente abandonada.

Código de Menores de 1927, a maioria desses sujeitos, não teria vaga em uma instituição de assistência e seria encaminhada para viver sob Termo de Responsabilidade e Guarda.

2.2 “Em nome da Justiça” – Sob Termo de Responsabilidade e Guarda

Grande parte das meninas e dos meninos que eram encaminhados ao Juizado de Menores, eram enviados de volta à família ou para colocação em outra família, sob Termo de Responsabilidade e Guarda. O valor atribuído ao TRG, pelos Juízes de Menores, faz com que seja surpreendente que alguns Autos não contenham a assinatura de um TRG, como foi o caso dos irmãos Carlos e Haroldo. Provavelmente a defesa do advogado convenceram o Dr. Francisco Cunha Pereira de que a mãe possuía idoneidade e estava em condições de educar as crianças e ninguém se preocupou com a assinatura da mãe. No mínimo, a mãe deveria ter assinado, um Termo de Entrega do Menor, onde se responsabilizasse pelo bom comportamento dos meninos, como aconteceu com o pai do menino Renato Pisseti.

No entanto, talvez pela demanda de trabalhos no Juizado de Menores ou pela impossibilidade de se conseguir a documentação, uma grande quantidade de Autos de Processos não contenham, além do TRG, também a documentação necessária, como por exemplo, o registro de nascimento ou certidão de idade.

O Termo de Responsabilidade e Guarda era assinado por uma pessoa responsável que conseguia comprovar que tinha idoneidade para educar a criança, quer seja uma pessoa da própria família, quer seja da família para a qual a menina ou o menino fossem encaminhados. Maria (PARANÁ, 1940), que como vimos anteriormente, foi encaminhada para a Escola de Reforma, não permaneceu na instituição por muito tempo. A menina foi desligada e encaminhada para a casa de Heloisa Kaled. O TRG foi assinado no dia 23 de setembro de 1940 e informava seu estado civil e seu endereço residencial. Heloisa era casada, residia na Rua Marechal Floriano Peixoto e estava fazendo uma promessa legal em que se encarregava sob as penas da lei, assumir a responsabilidade e guarda pela menina Maria, nos seguintes termos:

Ficando o ora responsável obrigado a fornecer aquele menor do quanto o mesmo vier a necessitar, para trazê-lo sempre em relativo conforto e bem estar-moral e mental, quer na escola que vier a frequentar ou na companhia

de quem andar e às vezes do ora responsável fazer, bem como assistir-lhe de médico e farmácia, quando destes recursos vier a precisar. (PARANÁ, 1940 – grafia original).

O Juizado de Menores tentava acompanhar o caso de todas as crianças, que eram encaminhadas para uma família, para verificar se o termo assinado estava sendo cumprido, assim, no dia 24 de outubro de 1940, o Comissário de Menores informou ao Juiz de Menores que, sob a responsabilidade de Heloisa, a menina Maria. “goza de ótimas condições moraes e materiaes, pois, tudo faz para que nada lhe falte” (PARANÁ, 1940 – grafia original). Diante disso, o Juiz de Menores, escreveu no Processo “arquite-se”, entretanto parece que a decisão foi precipitada, porque teria em breve que abri-lo novamente.

As possibilidades são as de que, o Comissário de Menores pode não ter averiguado detalhadamente o estado de Maria, ou que Heloisa forjou uma situação, onde, aparentemente, a menina estivesse “em ótimas condições Moraes e materiaes”, já que, dias depois, Heloisa apareceu, na sala do Comissário de Menores e declarou que a menina “fugiu de sua companhia há 20 dias, e como se trata de uma menor fugiona pede a V. Exa. A fineza de dar baixa do termo que se encontra em Cartório deste Juízo, por não mais lhe convir” (PARANÁ, 1940 – grafia original).

Heloisa demorou 20 dias para procurar o Comissário de Menores e pode ser que, apenas, tenha procurado devido ao Termo de Responsabilidade e Guarda que assinara. A mulher não demonstrou, no depoimento, qualquer apego à menina. Compreenderemos melhor a frieza de Heloisa, ao verificarmos que Helena França, do mesmo modo, foi retirada da Escola de Reforma, por Ana Rosa Castro, no 26 de fevereiro de 1940, assinando um Termo de Responsabilidade e Guarda igual ao que fora assinado por Heloisa. Entretanto, no dia 20 de março de 1940 escreveu ao Dr. Francisco Cunha Pereira e afirmou que a menina “que se encontrava sob a minha responsabilidade e guarda, conforme termo assinado no cartório desse Juízo, evadiu-se de minha residência na manhã de hoje, tomando rumo ignorado” (PARANÁ, 1940).

O fato dessas duas senhoras, assinarem Termo de Responsabilidade e Guarda por meninas, de idade entre catorze e quinze anos que, posteriormente, fugiram da residência de suas responsáveis nos apontam para os motivos da assinatura dos TRG e da fuga das meninas. Provavelmente, as mulheres que assinaram os Termos de Responsabilidade e Guarda, não queriam uma menina para educar, conforme o que estava prescrito no termo que assinavam. O que as famílias

queriam era alguém para realizar os serviços domésticos sem remuneração ou com uma remuneração mínima. Na contrapartida, o que as meninas queriam era uma família que cumprisse o que estava prescrito no TRG ou que as remunerasse pelos serviços que realizavam. Portanto, havia um contraste entre os desejos de meninas e meninos e os das famílias que assinavam o TRG.

Não podemos saber mais a respeito da fuga de Maria, porque a menina não foi mais encontrada perambulando pelas ruas da cidade. Entretanto, poderemos acompanhar Helena. O Comissário de Menores informou ao Juiz na mesma data de sua fuga que:

A menor [...], fugida da casa de sua responsável [...], apresentou-se na sala deste Comissariado, às 15 e meia horas e declarou-me que na casa onde se achava não quer mais continuar.
 Informo mais que encaminhei a referida menor para a casa do comerciante [...], estabelecido e residente à rua São Paulo. (PARANÁ, 1940).

O Termo de Responsabilidade e Guarda foi assinado por um comerciante, casado, no dia 25 de março de 1940. O Comissário de Menores não informou ao Juiz o motivo pelo qual a menina Helena não quis mais continuar na casa da senhora Ana Rosa, somente informou que já havia encaminhado para outra família.

Contudo, Helena não sucumbiria facilmente e no dia 23 de maio de 1940, estava sob a responsabilidade de Ângela Maria Silveira. Provavelmente, não quisera ficar na residência do comerciante, igualmente. A senhora Ângela Maria assinou o Termo de Responsabilidade e Guarda, porém no dia 29 de maio seria a vez da senhora Noela Sandrini assinar o documento.

A passagem de Helena pela residência de Noela foi veloz. No dia seguinte à sua ida para a nova residência, o Comissário de Menores informou ao Juiz que “a referida menor fugiu esta madrugada, carregando suas malas e roubando um lençol novo de sua responsável” (PARANÁ, 1940). Contudo no dia 12 de junho de 1940, um Termo de Responsabilidade e Guarda idêntico aos anteriores foi assinado por Augusto Bueno, casado e residente na Rua Visconde de Guarapuava. No entanto, dois dias após a assinatura, o homem, compareceu ao Juízo de Menores para que fosse dada baixa no termo que havia assinado. No depoimento, Augusto, afirmou que a menina não mais lhe convém, em virtude de “ter a mesma pedido passe para voltar ao Rio Grande do Sul, onde reside seus paes”. (PARANÁ, 1940).

Diante dessas circunstâncias, o Dr. Francisco Cunha Pereira solicitou, novamente, a busca e apreensão da menina. E dessa vez Helena foi encontrada em

uma pensão onde “o proprietário não tinha idoneidade suficiente para tê-la em sua casa” (PARANÁ, 1940). A menina foi encaminhada para outra família no dia dezessete de junho e fugiu novamente no dia cinco de agosto “arrombando a porta e abrindo um portão de ferro que dá para a rua e indo para rumo ignorado” (PARANÁ, 1940).

O Comissário de Menores, provavelmente aborrecido por mais uma vez ter que correr atrás da menina, dá o parecer de que “essa menor deve ser presa e recolhida na Escola de Reforma, por ser uma menor **perversa**”. (PARANÁ, 1940). No dia seguinte, o delegado de vigilância e investigações a apreendeu “por se encontrar vagando pelas ruas da cidade sem destino” (PARANÁ, 1940). A menina foi então mais uma vez encaminhada para a Escola de Reforma para lá permanecer “por tempo necessário a sua educação e regeneração de seus costumes de fugiona”. E quando o Juiz pediu informação sobre a menina, o Curador de Menores deu o parecer de que a menina deveria “permanecer recolhida à Escola de Reforma, até completar 21 anos de idade” (PARANÁ, 1940).

A atitude do Comissário de Menores de considerar que a menina era uma “perversa” parece ser comum nesse período, na medida em que Elaine Marina Bueno Bernal (2004, p. 42) assinala ao investigar o Serviço Social de Menores de São Paulo, no período de 1938 a 1960, que a criança e o jovem tanto poderiam ser considerados vítimas infelizes, como delinquentes, vadios ou perversos.

As inúmeras fugas da menina Helena e de muitas outras que eram encaminhadas, sob TRG ou para uma instituição de Assistência, apontam que havia resistência, por parte de meninas e meninos, aos encaminhamentos dos Juízes de Menores. Em relação à resistência Norberto Bobbio (1993) afirma que:

Enquanto contrária à obediência, a resistência compreende todo o comportamento de ruptura contra a ordem constituída, que ponha em crise o sistema pelo simples fato de produzir-se, como ocorre num tumulto, num motim, numa rebelião, numa insurreição, até o caso limite da revolução; que ponha o sistema em crise, mas não necessariamente em questão. [...] culmina essencialmente num ato prático. [...] não necessariamente violenta, pode chegar até o uso da violência (BOBBIO, 1993, p. 144).

O conteúdo do Termo de Responsabilidade e Guarda não explicita sobre que condições a criança viveria com a pessoa responsável, mas as contundentes fugas parecem indicar que as condições em que eram postas não estavam de acordo nem com o mínimo exposto no referido termo. As meninas e os responsáveis não relataram

em nenhuma ocasião que estavam frequentando uma escola. Helena ainda resistiria muitas vezes até atingir a maioridade no ano de 1947.

Mesmo com suas constantes fugas a menina parecia confiar na justiça do Juiz de Menores. Quando estava em situações piores do que esperava, recorria ao Juiz de Menores, se apresentando ao Comissário de Menores ou escrevendo uma carta, como fez em 1942 quando fugiu com uma “meretriz” para a cidade de Cambará.

A menina se arrependeu do que fizera e escreveu uma longa carta onde desabafou: **“Eu pesso au Senhor Juis que é pai das orfans que tenha pena de mim e me aranje um bom emprego [...] Senhor Dr Cunha mande me buscar quanto antes porque não poso mais viver assim (PARANÁ, 1940 – grafia original – grifos nossos).**

No trecho da carta de Helena, percebemos que para a menina, o Juiz de Menores era considerado o “pai das órfãs”, um benfeitor que poderia arranjar-lhe um bom emprego. Essa representação do Juiz de Menores como um grande benfeitor foi percebida na mesma medida por Arendt (2011)⁶³ em Florianópolis (SC) na década de 1930.

A carta da menina indicou que a assinatura de Termo de Responsabilidade e Guarda era considerado um emprego. Um bom emprego, quem sabe fosse o que tivesse algum tipo de remuneração. Assim, a menina demonstrou perceber que aquilo que o Juiz determinava que fosse cumprido em relação a sua educação e formação moral não aconteceria de fato nas famílias em que era colocada. No termo não havia nada que impedisse que crianças, principalmente as meninas de qualquer faixa etária fossem utilizadas como mão de obra nos serviços domésticos. Os meninos dificilmente eram encaminhados para uma família. No caso de Cosme Damião o Juiz de Londrina, expõe ao Juiz Privativo de Menores da Comarca de Curitiba que “este juízo, dentro de suas possibilidades, vem colocando menores em casa de família, porém, quando se trata de menores do sexo masculino, esta providência torna-se mais difícil” (PARANÁ, 1940).

⁶³ Arend afirma que para os pobres urbanos o Juiz de Menores talvez fosse percebido muito mais como um grande benfeitor do que como um progenitor, pois entre esses grupos sociais, grande parte dos pais não zelava pelos destinos de sua prole consanguínea. E, a noção de direitos sociais para as famílias pobres, construída a partir dos pressupostos do Estado de Bem-estar Social e da doutrina jurídica da proteção integral, passou a ser difundida, de forma mais ampla, no Brasil, somente após o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, na década de 1990 (ARENDT, 2011, p. 176).

O fato de os meninos dificilmente serem encaminhados pelo Juiz de Menores a uma família, não significa que eles não fossem posteriormente encaminhados de uma instituição para uma família, especialmente quando começavam a aprender uma profissão. No Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido a Assistente Social informou que:

Todas as colocações familiares foram feitas sob termo de responsabilidade assinado no Juizado de Menores desta capital. Os menores colocados foram: Walter Vieira, na família de dona Maria Joanides Miqueloto, residente em Paranaguá, no dia 12-3-1949. Na família de senhor Pedro Bonasscla, residente em Contenda – Paraná foi colocado no dia 17-2-1949 o menor Ari Aguida. Na firma Irmãos Contim desta capital no dia 15-1-1949 foi colocado o menor João Silvério Crispim (DGE, 1949).

A informação da Assistente Social, nos leva a perceber que tanto as famílias, como as empresas, viam os meninos que estavam no Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido como mão de obra barata. Nesta referida instituição, Silva (2009, p. 98) apontou que além de ser oferecido o curso primário, os meninos frequentavam cursos profissionalizantes, constituídos pelas oficinas de sapataria, alfaiataria, carpintaria, ferraria, horta e pomar, e posto zootécnico. Portanto, dependendo das ocupações das famílias seria conveniente ter sob Termo de Responsabilidade e Guarda um menino qualificado que não recebesse ou recebesse pouca remuneração pelo trabalho.

O grande interesse das famílias em inserir as crianças no trabalho é apontado por Luiz Cavalieri Bazílio (1998, p. 105-106), como algo recorrente ao longo da história do atendimento à infância e ao adolescente no Brasil. Em vários momentos da história foram formuladas diversas alternativas de atendimento que privilegiaram o trabalho como princípio educativo. Desde a fundação da "Escola de Aprendizes de Marinheiros", em 1873, houve uma relação de conflito, caracterizada pela clivagem dos interesses entre o poder judiciário, através do Juizado de Menores que se instituiu na década de 1920, e os empresários brasileiros que utilizavam a mão de obra infantil e juvenil de forma abundante.

O Termo de Responsabilidade e Guarda para alguns responsáveis, parecia ser somente uma burocracia a ser cumprida. As condições quando se tratava de devolver a criança para a família de origem poderia ser mais detalhada, como aconteceu com Jerônimo de Oliveira. O menino de 14 anos foi apreendido por ter

furtado uma bicicleta, que estava no pátio do Grupo Escolar Olinto Viana no Guabirota. As condições de entrega de Jerônimo para a sua mãe foram as de:

- a) Estudar e trabalhar comprovadamente neste juízo.
 - b) Não frequentar bares, bilhares, boates públicas e lugares suspeitos.
 - c) Recolher-se diariamente a sua residência, o mais tardar às 23 horas.
 - d) Não andar armado e não se embriagar.
- Quanto aos senhores pais, fazer cumprir as determinações acima (AUTOS, 1940).

As condições de entrega de Jerônimo, para sua mãe, estão mais detalhadas que o Termo de Responsabilidade e Guarda, assinado pelos responsáveis pelas meninas Maria e Helena. Percebemos que em relação aos estudos, os pais de Jerônimo tiveram que comprovar em Juízo que o menino estava estudando e trabalhando. Enquanto que os responsáveis legais pelas meninas ficaram com a responsabilidade pelo que elas viessem a necessitar na escola que viessem a frequentar, indicando muito mais possibilidade do que determinação e denotando maior preocupação com a educação escolar dos meninos que das meninas.

O fato de as condições do TRG ter maior ou menor detalhamento não significava que seria cumprido. A mãe de nossa já conhecida Julia, a pequena de oito anos, que cansada de perambular pelas ruas queria ir para a Escola Hermínia Lupion, no dia 27 de fevereiro de 1967, solicitou o desligamento da sua filha que se encontrava no Lar Escola Hermínia Lupion.

No dia primeiro de março de 1967, a mãe de Júlia, assinou um Termo de Responsabilidade e Guarda idêntico ao que os responsáveis por Maria e Helena haviam assinado em 1940. Percebemos que havia um modelo de Termo de Responsabilidade e Guarda, que qualquer responsável assinaria, entretanto em alguns casos aquele modelo não era utilizado e o Juiz optava por elencar as condições nas quais a menina ou o menino estava sendo liberado.

Para a liberação de Júlia, o Juiz de Menores não investigou se sua mãe tinha idoneidade para educá-la, tampouco perguntou à menina se de fato queria voltar para junto da mãe, bastou que a mulher comprovasse que era sua mãe para que a menina fosse enviada de volta para a família.

O Termo de Responsabilidade e Guarda assinado pela mãe de Júlia não foi levado em consideração pela família, já que no dia 4 de julho de 1968, o Dr. Haroldo Costa Pinto, Juiz de Menores de Curitiba, recebeu um ofício do Delegado de Proteção

ao Menor, encaminhando Júlia, devido a uma queixa de furto que recebera. A menina havia furtado diversos vidros de leite de colônia de um estabelecimento comercial. Somente diante desse episódio, o Comissário de Menores investigou o caso e informou, ao Juiz de Menores que a mãe da menina:

Não detém condições para manter sob sua guarda e posse a menor [...], sua filha. A requerente é amasiada com [...], vendedor de sorvetes ambulante. É ela dado ao vício da embriaguez e já teve sua filha a si entregue, mas não a cuidou tanto que a menor voltou a ser detida pela Polícia por prática de furto. A mãe não mantém vida regular e nem posses para cuidar da filha. (PARANÁ, 1967).

Depreendemos, dos elementos anteriores que temos a respeito da menina e das informações do Comissário de Menores, que Júlia estava desde a tenra idade na marginalidade, sendo educada nas ruas. Não parece que a mãe se preocupou ou mesmo tivesse consciência do que seria manter a menina “sempre em relativo conforto e bem estar-moral e mental, quer na escola que vier a frequentar ou na companhia de quem andar” (PARANÁ, 1967 – grafia original).

O Juiz de Menores indeferiu o pedido da mãe de ficar com a menina, somente em fevereiro de 1969. Em 03 de março de 1969, a menina foi internada novamente, onde havia pedido para ser encaminhada em 1967, no Lar Escola Hermínia Lupion. Provavelmente, a menina, agora com dez anos de idade, já acostumada a perambular, esmolar e furtar poderia ter dificuldades em se adaptar aos encaminhamentos do Lar Escola Hermínia Lupion. Lembremos que Júlia, em 1967 quisera ir para uma instituição que a retirasse das ruas e oferecesse uma educação escolar. O seu desejo fora realizado apenas momentaneamente, já que posteriormente a mãe a retirara da instituição e assinara um Termo de Responsabilidade e Guarda. O ano era de 1969 e a menina continuava “analfabeta” (PARANÁ, 1969).

A postura da maioria dos responsáveis, diante do Termo de Responsabilidade e Guarda que eram assinados, aponta que o documento não garantia que a criança recebesse uma educação que a apresentasse “sempre em relativo conforto e bem estar-moral e mental, quer na escola que vier a frequentar ou na companhia de quem andar” (PARANÁ, 1940). Bobbio (1992) nos auxilia na compreensão desse drama ao assinalar que:

Uma coisa é um direito; outra, a promessa de um direito futuro. Uma coisa é um direito atual; outra, um direito potencial. Uma coisa é ter um direito que é reconhecido e protegido; outra é ter um direito que deve ser, mas que, para

ser, ou para que passe do dever ser ao ser, precisa transformar-se, de objeto de discussão de uma assembleia de especialistas, em objeto de decisão de um órgão legislativo dotado de poder de coerção. [...] Parti da constatação da enorme defasagem entre a amplitude do debate teórico sobre os direitos do homem e os limites dentro dos quais se processa a efetiva proteção dos mesmos nos Estados particulares e no sistema internacional. Essa defasagem só pode ser superada pelas forças políticas. (BOBBIO, 1992, p. 83-84).

A forma como o Termo de Responsabilidade e Guarda era interpretado por quem o assinava pode ser compreendido pelo que está assinalado por Bobbio, já que havia uma enorme defasagem entre o que estava expresso no termo e o que acontecia de fato no interior das famílias com as meninas e os meninos desvalidos.

Parece que muitas meninas somente passam pelo Juizado de Menores para serem encaminhadas para uma família, sinalizando para a possibilidade de existir um acordo tácito entre Juizado de Menores, Instituição de Assistência e famílias, na medida em que implicitamente essas três instâncias sabiam das dificuldades em inserir todas as meninas desvalida em instituições de assistência e mesmo conscientes de que as famílias utilizavam as meninas em serviços, os Juizes de Menores e os Serviços de Assistência Social optavam pelas colocações familiares, por não haver outra alternativa.

Há circunstâncias em que as meninas eram levadas sob Termo de Responsabilidade e Guarda, provavelmente para prestarem serviços, com apenas 7 anos de idade, como foi a situação de Ana Conceição de Moura, que em 12 de fevereiro de 1940, com apenas sete anos foi retirada do Hospital de Crianças, onde havia sido internada por ordem do Juiz e entregue sob TRG, a um comerciante residente em Curitiba. O Comissário informou ao Juiz na mesma data que o requerente pela guarda da menina era “pessoa idônea, casado legalmente, comerciante, está em condições morais e materiais de bem cuidar e zelar pela educação da menor requerida e bem assim tratar de todo interesse futuro da mesma”. Entretanto, em 1º de março do mesmo ano, a menina já estava sob TRG de Eugênia Campos Siqueira, residente em Campo Largo. E parece que lá permaneceu, já que seu Processo foi arquivado sem que nada mais constasse sobre a menina.

Da mesma forma, Isabel Maria Henk, em 4 de janeiro de 1940, foi encontrada por um guarda civil perambulando pelas ruas da cidade à noite. O Delegado de Segurança Pessoal, apresentou a menina ao Juizado de Menores, com a informação de que era filha de Itamar e Gertrudes Henk, residentes em Santa Catarina. O Juiz

determinou que a menina fosse encaminhada à Escola de Reforma, na mesma data, e pediu informações sobre a menina ao Comissário de Menores. No dia 4 de abril a menina foi encaminhada sob TRG à Lecy Vieira Mourão. A informação do Comissário, em 6 de julho de 1940, é a de que a responsável pela menina “tudo faz para que não falte nada”. No entanto, em 15 de dezembro de 1940, a menina já estava sob TRG de Oscarina.

Assim como existiam meninas alvo da assinatura de vários TRG, haviam meninas e meninos que permaneciam vários anos residindo com um parente, uma pessoa conhecida da família ou mesmo um estranho, na informalidade, sem passar pelo Juizado de Menores, como se configurou a situação de José Luiz de Moura. O menino órfão de pai e mãe, com 9 anos de idade, depois de 5 anos na companhia de João Carlos Pedroso, foi legalmente entregue ao referido homem, após a sua solicitação ao Juiz de Menores, de que o nomeasse responsável legal pelo menino, que estava em sua companhia desde os 4 anos de idade.

Nessa mesma configuração, Hermínia Moreski, viveu na casa do tio por 10 anos e somente quando estava na véspera de se casar, o tio se encaminhou ao Juizado de Menores para solicitar a tutela da menina. Provavelmente, isso somente aconteceu porque a menina era menor de 18 anos de idade e precisava da autorização do responsável.

Mesmo que a maioria dos TRG não fossem considerados na prática pelas famílias, o Juiz de Menores, talvez porque o Código de Menores o obrigasse, se preocupava com a sua assinatura. Assim, quando percebia que havia algum TRG sem assinatura, providenciava para que o documento fosse assinado imediatamente, como aconteceu com Zélia Maria da Fonseca. A menina com 14 anos de idade, em 19 de fevereiro de 1945, foi apresentada pela DSP ao Juiz de Menores. O juiz indicou que a menina fosse encaminhada a uma família. A menina foi encaminhada a uma família e quando o Juiz percebeu que o TRG não foi assinado, solicitou ao Comissariado que providenciasse a assinatura do TRG, que foi assinado em 19 de março, por um funcionário do Banco do Brasil.

No Paraná diferentes segmentos da sociedade optavam por ter um menino ou uma menina sob Termo de Responsabilidade e Guarda. Os Autos de Processos nos indicam que era comum, uma família abastada ter meninos ou meninas sob TRG, para servi-los conforme as necessidades, como foi o caso dos meninos José Gaspar que no dia 4 de dezembro de 1945, com 13 anos de idade foi entregue sob TRG ao

advogado Clotário Portugal Filho; e Miroslau Cipriano que estava sendo criado por uma família e quando tinha 17 anos foi encaminhado por ordem do governador à Escola de Trabalhadores Rurais do Campo Comprido. Entretanto, quando o Juiz solicitou informações sobre o menino e não o encontraram, foi realizada uma investigação com o auxílio da DSP e o menino estava na residência do engenheiro David Carneiro, que assinou o TRG.

Essa atitude de pessoas consideradas “ilustres” levarem meninos e meninas sob TRG para suas residências não foi visualizada somente no Paraná, Arend (2011)⁶⁴ percebeu uma situação semelhante no Estado de Santa Catarina. E quanto mais prestígio social tivesse o responsável, mais respaldo teria nas informações do Comissário de Menores ao Juiz de Menores.

No entanto, não encontramos, nos Autos dos Processos, nenhum documento que comprovasse a idoneidade das pessoas que assinavam o TRG. Muitas vezes a pessoa que assinava o TRG não parecia ser abastada financeiramente, mas possuía uma rede de relações sociais que o tornava idôneo para assinar um TRG. Nessa mesma acepção, Arendt assinalou que até a década de 1930, em Santa Catarina:

Não encontramos, anexadas nos Autos, certidões de boa conduta dos guardiães expedidas pela Polícia ou por algum outro órgão público que pudessem comprovar a conduta idônea daquelas pessoas. Possivelmente, o Juiz de Menores e seus auxiliares avaliavam esse critério com certa flexibilidade a partir de contatos informais. Ainda, no que tange à questão da idoneidade, consideramos que “pesos e medidas diferentes” eram aplicados para os progenitores pobres e para os guardiães que, em sua maioria, eram oriundos de camadas sociais privilegiadas. Enquanto que os primeiros, como afirmamos, quando desejavam reaver seus filhos, precisavam com frequência comprovar, através de documentos, suas condutas morais consideradas honestas, o guardião parecia necessitar apenas estar inserido em determinadas redes sociais. (AREND, 2011, p. 268).

O fato de a maioria das famílias, consideradas idôneas, assinarem o TRG sem nenhum comprometimento com que estava prescrito, não significa que todas as famílias agiam da mesma forma. Parece que quando a família assinava um TRG por um recém-nascido havia uma preocupação mais contundente. Assim, em 24 de

⁶⁴ Arend (2011) ao pesquisar a situação das crianças abandonadas em Florianópolis (SC) assinalou que as famílias da elite, além de acolher os filhos e filhas dos pobres em seus lares para trabalharem nos serviços domésticos, também atuavam no sentido de fornecer proteção nos planos materiais e simbólicos a essa população. Membros dessas famílias, cujo principal expoente entre as décadas de 1930 e 1950, na cidade, era a linhagem dos Ramos, por sua vez compunham o quadro administrativo das Irmandades Católicas e de outras associações beneficentes da cidade controladoras da distribuição das benesses materiais que garantiam a sobrevivência dos pobres. (ARENDT, 2011, 156)

janeiro de 1940, Eulália Banack, viúva, da cidade de Ponta Grossa, assumiu o TRG, com a concordância da mãe, por uma recém-nascida chamada Ruth, que havia nascido em 17 de janeiro de 1940, na Maternidade Vitor Ferreira do Amaral.

Nessa circunstância, houve um grande comprometimento da responsável em cumprir com as prescrições do TRG, estabelecidas em Juízo, já que no dia 17 de fevereiro escreveu à Francisco Cunha Pereira informando que a pequena Ruth “que em 26 de janeiro, me entregaram no Hospital Vitor do Amaral faleceu em três de Fevereiro [...] fiz o que pude mais era tudo inútil.” (AUTOS, 1940).

Eulália anexou os comprovantes das receitas médicas, a fim de que realmente se percebesse que fez tudo o que estava ao seu alcance para salvar a criança. Percebemos, que os poucos dias de vida da criança foram suficientes para se criar um vínculo afetivo. Isso implica em considerar a possibilidade de que quando uma família levava um menino ou uma menina recém-nascida sob TRG era para realmente tratar como um filho ou uma filha.

No período de 1940 a 1969, muitas famílias assinaram um TRG, na maioria para atender as demandas de trabalhos familiares, inclusive na indústria e comércio, já que muitas famílias de industriais e comerciantes levavam meninas e meninos para viverem sob TRG, corroborando para o que foi apontado por Arendt, isto é, “a solução encontrada para resolver os problemas dos novos tempos era se utilizar da mão de obra disponibilizada pelo Juizado de Menores. (AREND, 2011, p. 286)

Nessas condições, uma cruel evidência, principalmente em relação às meninas, nas análises dos TRG é a de que no período de 1940 a 1969, diversas meninas que chegavam ao Juizado de Menores eram encaminhadas diretamente à casa de uma família que assinava o Termo de Responsabilidade e Guarda, o Processo era arquivado e nada mais constava sobre as meninas.

2.3 “O registro da existência” - Recebendo uma certidão de nascimento

As meninas e os meninos desvalidos que passavam pelo Juizado de Menores, nem sempre tinham uma certidão de nascimento. Quando o Juiz de Menores solicitou informações ao Comissário de menores sobre a menina Helena França, a informação foi a de que a menina parecia ter 17 anos, quando sabemos que, a menina naquela ocasião, poderia ter no máximo 14 anos de idade. Outro exemplo disso é a menina Nair Monteiro que viveu desde os dois anos, em uma instituição de assistência

mantida pelo Estado e administrada por Irmãs de Caridade, o Preventório Infantil Manoel Ribas, e até os 17 anos, não possuía certidão de nascimento. Assim, parece que não havia grande preocupação por parte das autoridades paranaenses com o registro de nascimento de meninas e meninos desvalidos.

No entanto, o estabelecimento dos registros de nascimentos já se fazia presente no Código Civil de 1916, o qual determinava que “serão inscritos em registro público: I. Os nascimentos, casamentos e óbitos” (Art. 12). Assim, percebemos que no Paraná, a ação das famílias pobres registrarem seus filhos, somente foi mais efetiva a partir de 1940.

A partir de 1940, uma das solicitações mais recebidas no Juizado de Menores era o pedido de registro de nascimento de um membro da família. Provavelmente, o valor cobrado pelo registro de nascimento era inacessível para as pessoas desprovidas de recursos financeiros e, a partir do ano de 1940, com o Decreto Lei 4.857 de 9 de novembro de 1939, houve pais e mães solicitando pedidos de registro de nascimento de filhos e filhas de diferentes idades, na medida em que se garantia no Art. 40 que: “não será, cobrado emolumento algum pelo registro civil das pessoas comprovadamente pobres, à vista do atestado da autoridade competente, passado mediante requisição do Juiz togado ou a pedido do Oficial do Registro” (BRASIL, 1939).

Evidenciamos, nas histórias aqui abordadas, que o fato de um menino ou uma menina não ter certidão de nascimento quando passava pelo Juizado de Menores poderia causar grandes problemas, na medida em que a única alternativa em se saber a idade provável destes sujeitos era a realização de um exame de certificação de idade, como o caso de Firmino Ramos. Em 2 de janeiro, o menino com supostamente 12 anos de idade foi encaminhado da Comarca de Palmeira para Curitiba. O relato é de que chegou de outro município, sozinho e estava vivendo no mato de “caridade pública, com péssimos costumes, chegando até a embriagar-se” (AUTOS, 1940).

O Juiz de direito da Comarca de Palmeira, expôs ainda que “não tendo o referido menor, domicílio nesta Comarca, onde ultimamente apareceu, não me é possível juntar a este ofício a sua **certidão de idade** e prestar outros esclarecimentos” (AUTOS, 1940 – grifos meus).

A certidão de idade era uma alternativa para que o Juiz de Menores pudesse considerar um menino ou uma menina que não tinham o registro de nascimento,

menor de 21 anos. A dificuldade era que muitas vezes os médicos davam o parecer sobre a idade aproximada do “menor”, dificultando as ações do Juiz.

Em 31 de janeiro, o Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas Viação e Agricultura, autorizou o internamento de Firmino Ramos na Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti”. E o menino permaneceu sem uma certidão de nascimento, provavelmente por não possuírem informações suficientes para poder registrá-lo.

O fato de uma menina ou um menino não ter a certidão de nascimento, implicava em correr o risco de ir para uma instituição, mesmo que já fosse maior de 21 anos. Mas o outro lado da história é o de que quando uma menina ou um menino, não queriam ser apreendidos, por vagarem pelas ruas da cidade, poderiam afirmar que já eram maiores de 21 anos e o envio para o Juizado de Menores iria depender de sua aparência. Outro aspecto a ser considerado é que um maior de 21 anos, quando apreendido por crime ou delito, poderia alegar que era “menor de idade”, a fim de não responder juridicamente por seus atos, já que “o critério idade era fator preponderante na definição da medida a ser determinada pelo Juiz” (CAMARA, 2010, p. 297), para que suas ações tivessem em conformidade com o Código de Menores de 1927.

Em um Auto de Processo, a Irmã Diretora e uma professora da Escola Maternal afirmaram ao Juiz que uma das meninas tinha 22 anos de idade, a fim de desligá-la da Escola e levá-la à prestação de serviços domésticos na casa da professora, mas o plano das mulheres não deu certo, porque não contavam com a perspicácia do Juiz que pediu à Irmã que encaminhasse provas da idade da menina.

Neste mesmo sentido, Ondina Pontes Machinski, tentou provar que era maior de 21 anos de idade. Em 16 de outubro de 1941, a menina que, supostamente, até aquele momento tinha 18 anos de idade e havia nascido na cidade de Irati, foi encaminhada para a Escola de Reforma. No entanto, em 23 de outubro uma suposta irmã da menina, Ester Machinski, se apresentou na sala do Comissariado informando que Ondina era maior de idade, tinha 22 anos e não havia motivo para que continuasse internada. Relatou também que queria levar a irmã com ela para Rio Negro, onde residia e que já tinha uma colocação em vista para que a irmã levasse uma vida honesta.

Quando o Juiz solicitou que o Comissário investigasse a situação e o informasse, o Comissário conversou com a Irmã Diretora a fim de ter o seu respaldo

e então comunicou ao Juiz que “esta está de acordo com a saída da moça porque crê ser ela maior de idade” (AUTOS, 1941). Assim, o Comissário confiou e respeitou a decisão da Irmã Diretora e o Juiz nessa ocasião concordou com o desligamento da menina da Escola de Reforma.

Não há evidências de que alguém tenha solicitado os documentos da menina, tampouco os da possível irmã. Se Marina realmente tivesse 22 anos de idade, não haveria motivo da suposta irmã ter assinado um TRG. Nesse período, evidenciamos uma determinada despreocupação não somente das classes populares, como também do Juizado de Menores com os documentos das pessoas. Não há como sabermos a idade correta da menina. Pode ser que realmente tivesse 22 anos, mas também há a possibilidade de ser um blefe para que o Juiz liberasse a menina. A idade de 22 anos seria a ideal para as meninas e os meninos que queriam viver em liberdade.

Mas não era somente a pobreza, o motivo que fazia com que uma criança não fosse registrada logo após o nascimento. Outro motivo era a desestruturação familiar, ocasionada pela irresponsabilidade de um dos pais, como no caso da menina Alice, de 3 anos de idade.

Em 4 de março de 1943, Natália Gaspareto, de 28 anos de idade e mãe das crianças Sueli (13 anos), Clóvis (12 anos), Elvis (8 anos) e Alice (3 anos), escreveu uma carta ao Juiz, enviada de São Paulo onde trabalhava como governanta. A carta foi datilografada, indicando que provavelmente a mãe foi assistida na escrita da carta. Relatou que há 14 anos era casada com Walter Gaspareto, que a abandonou para viver com outra mulher, sendo que Walter era infiel, desde 1938, e há cerca de três anos, havia arranjado uma namorada com a qual se comprometeu em casar. Mas, quando a família da namorada descobriu que Walter era casado exigiu que fosse morar com a namorada, em um lugar onde não os conhecessem. Depois que foi abandonada, morou com os sogros até arranjar emprego de governanta em São Paulo. Levou as meninas consigo e deixou os meninos com os sogros que não estavam em condições de manter os meninos que, segundo a mãe, nem na escola estavam.

Natália solicitou que o pai dos meninos pagasse uma pensão de Cr\$ 150,00 ao seu sogro que era pai de Waldemar, para o sustento e educação dos meninos, já que os sogros estavam vivendo com dificuldades. Solicitou também que Waldemar registrasse a menina Alice que ainda não havia registrado, afirmando que não iria

registrá-la porque a menina não era sua filha legítima, mas que os próprios pais de Walter eram testemunhas de que a menina era sua filha.

O avô dos meninos declarou, no dia 28 de maio de 1943, que as afirmações de Nadir eram verdadeiras, mas talvez para minimizar as despesas do filho, alegou que a importância da pensão poderia ser reduzida para Cr\$ 100,00 porque não necessitava de toda aquela importância.

O Juiz enviou uma carta precatória ao Juízo de Direito da 2ª Vara de Ponta Grossa para que Waldemar fosse intimado a atender as solicitações de Nadir. O oficial de Justiça de Ponta Grossa, em 7 de agosto de 1943, intimou Waldemar, que depois de tomar ciência do mandato “prometeu de enviar cem cruzeiros mensalmente para seu pai, manter seus filhos em Curitiba” (AUTOS, 1943).

O Juiz substituto, em Ponta Grossa, conclui a carta precatória, solicitando que fosse devolvida ao Juízo Privativo de Menores de Curitiba, entretanto não atentou para o fato de que a solicitação de registro da menina Alice não foi atendida. Contudo, provavelmente a menina foi registrada, tendo como pai Walter Gaspareto, na medida em que o Juiz de Menores de Curitiba, assinalou em 3 de setembro de 1943; “Defiro o requerido de fls. 2, mediante as providências legais”. Na folha 2 constava as solicitações de Natália.

Percebemos que, mesmo com o Decreto-Lei 4.857, havia muitas crianças que não eram registradas logo que nasciam. Havia grande quantidade de pedidos de registros de nascimentos de meninas e meninos, de diferentes idades, nos Autos de Processos. Outro aspecto a ser considerado é o fato de que ser registrado não significava que o que constava na certidão de nascimento eram as informações reais, como no caso de Julivete Martins.

Em 7 de outubro de 1941, o pai da menina solicitou o seu registro de nascimento. A menina havia nascido em 11 de junho de 1938. Junto ao pedido foi anexado um atestado de miserabilidade. O nome da menina na capa dos Autos estava Julivete, mas no atestado de miserabilidade preenchido pelo Delegado de Polícia estava Julia Ivete. O pedido de registro foi deferido pelo Juiz, mas não se sabe com que nome a menina foi registrada.

Percebemos que a anexação do atestado de miserabilidade era um requisito para que o registro de nascimento fosse realizado sem nenhum ônus para a família.

Em muitas situações, a certidão de nascimento somente era solicitada, quando o menino ou a menina precisavam do documento para o casamento, como na

circunstância de Joana Oliveira, que em 24 de setembro de 1941, solicitou a sua própria certidão de nascimento, para que pudesse se casar. A menina havia nascido em 29 de dezembro de 1924, em Piraquara e seus pais já estavam falecidos. Era empregada em serviços domésticos e recebia 40\$000 (quarenta mil réis) mensais, que segundo a menina, não era o suficiente para que pudesse pagar a sua certidão.

A situação de Joana não era uma exceção, outras meninas também passavam pelo mesmo problema. Lenir Prestes, tinha 14 anos e havia nascido em 28 de março de 1926. A solicitação de seu registro de nascimento foi feita pelo Sargento Reformado do Exército, Álvaro Ribamar Meireles de Araújo, indicando mais uma vez que havia muitas famílias que tinham meninas em sua residência sem que assinassem TRG, perante o Juízo de Menores. O sargento relatou que: “tendo em seu poder a menor [...], desejando registrá-la a fim de contrair matrimônio e como a mesma é paupérrima vem mui respeitosamente requerer a V. Exa. Se digne mandar registrá-la” (AUTOS, 1941).

Havia famílias que encaminhavam a solicitação de registro de nascimento de vários filhos. Em 28 de fevereiro de 1945, Miguel Vieira dos Santos, solicitou o registro de seus filhos de acordo com o Decreto-Lei nº 4.857 de 9 de novembro de 1939. Relatou que não era casado com sua mulher, mas que tinham quatro filhos que não estavam registrados. Desses filhos, a primeira havia nascido em 1929, a segunda em 1932, a terceira em 1935 e o quarto em 1940. Portanto, a filha mais velha já estava com 16 anos quando o pai solicitou os registros de nascimento.

A solicitação de registro de nascimento de seus quatro filhos, nos aponta para o fato de que muitos pais esperavam ter vários filhos para registrá-los e que possivelmente somente os estavam registrando devido a isenção de pagamento no Art. 40 do Decreto-Lei 4.857. Mas alguns pais que tiveram seus filhos a partir de 1940, do mesmo modo, demonstram que não se preocupavam em registrar os filhos, logo que nasciam. E mesmo com o Decreto, havia muitos pais, que demoraram alguns anos para registrá-los.

O pai dos quatro filhos, somente solicitou o registro de seus filhos, cinco anos após o Decreto. O fato de ser o pai, a solicitar os registros dos filhos, não significa que as mulheres não solicitassem certidões de nascimentos para seus filhos. Há nos Autos dos Processos uma considerável presença de mulheres que solicitavam registros de nascimentos de seus filhos e filhas, mesmo que a maioria dessas mulheres atestassem que eram viúvas, separadas ou solteiras, conforme a tabela 2:

TABELA 02: SOLICITAÇÕES DE REGISTROS DE NASCIMENTOS REALIZADAS POR MULHERES

Requerente	Data de nascimento do menino ou da menina	Data da solicitação
A mãe (solteira)	5/09/1924	26/02/ 1943
A mãe (viúva)	03/10/1923	26/02/ 1943
A mãe (solteira)	10/07/1927	18/03/1942
A mãe (solteira)	21/11/1930	19/03/1942
A mãe (viúva)	20/01/1929	18/03/1943
A mãe (separada)	12/12/1943	22/02/1943
A mãe (solteira)	28/05/1928	27/02/1945
A mãe (casada)	24/08/1930	26/02/1945
A tia (pais casados, mas falecidos)	06/10/1930	29/05/1941

FONTE: Elaborada a partir de informações dos processos do Juizado de Menores (AUTOS, 1941-1945)

As nove solicitações da década de 1940, nos apontam para a hipótese de que quem mais solicitava o registro de nascimento de filhos e filhas eram as mães, independente, de serem solteiras, viúvas, casadas ou separadas. Nos nove casos que foram escolhidos aleatoriamente, nenhuma solicitação foi por uma figura do sexo masculino, o que pode indicar que havia uma preocupação maior das mães e tias, do que dos pais ou outros membros masculinos, com o registro de nascimento de meninas e meninos.

A tabela 2, mostra que das nove mulheres que solicitaram certidões de nascimento para seus filhos, duas se identificaram como casadas, uma não forneceu o seu estado civil já que estava solicitando a certidão de nascimento de um sobrinho, quatro se identificaram como solteiras e duas como viúvas. Entretanto, Arend (2011) nos chama a atenção para o fato de que “parte desse grupo de mulheres, que se apresentava como viúvas, possivelmente havia engravidado a partir de relações de caráter fugaz, namoros desfeitos ou trabalhando como prostitutas” (AREND, 2011, p. 98) e optava por declarar que era viúva para não sofrer preconceito. Diante do número de mulheres que declaravam ser solteiras, talvez a situação das mulheres paranaenses da década de 1940 fosse diferente das catarinenses da década de 1930, porém há a possibilidade de que nem todas as paranaenses tivessem a coragem de

admitir que eram mães solteiras, naquele contexto em que o “discurso da mulher honesta”⁶⁵, ainda permeava as relações sociais.

A partir de 1945, houve também muitos encaminhamentos da Associação de Assistência à Criança do Paraná⁶⁶, solicitando que meninas e meninos fossem registrados, e posteriormente de outros órgãos públicos ou pessoas que atendiam meninas e meninos em situação de desvalia, pobres ou abandonados, como nos assinala o caso de Paulo Vicente.

A Irmã Carmem, assistente social no Albergue S. Luiza Marillac de Maringá compareceu em 6 de novembro de 1967 na Vara de Menores da Comarca de Curitiba para solicitar ao Juiz de Menores, providências em relação ao menino Paulo Vicente, com 3 anos de idade. Em suas declarações afirmou:

[...] que o menor achava-se internado em Maringá no Albergue onde a Irmã acima é Diretora, que a mesma veio a esta cidade providenciar tratamento para o menor, que o mesmo fez o tratamento médico necessário, estando agora bonzinho e necessitando de internação num dos abrigos para que possa ser iniciado na vida pré escolar. [...] alega ter sido o mesmo abandonado na Santa casa daquela localidade, de onde foi o mesmo encaminhado ao Albergue acima e finalmente, encontra-se nesta Vara de Menores, para os devidos fins. O menor em tela não é registrado (AUTOS, 1967).

O menino foi registrado e encaminhado ao Educandário Caetano Munhoz da Rocha. No entanto, havia também os casos em que a família, que assinava o TRG, solicitava o Registro de Nascimento, logo que constataavam que a criança não estava registrada. Nessa direção, temos o episódio de Teresa de Tal, que inicialmente não tinha um nome definido.

Em 07 de janeiro de 1941, a menina de 8 anos, foi entregue sob TRG, à Célia Gorgulho, residente na cidade de Ponta Grossa. A menina estava anteriormente com outra família e não constava nenhum TRG. No dia 11 de janeiro a menina foi entregue à Elza de Meira, residente em Curitiba, sob TRG, que em 12 de março de 1945 solicitou ao Juiz que registrasse a menina como Maria Augusta do Carmo, natural de

⁶⁵ Arend assinala que em Santa Catarina as Mulheres que haviam mantido relações sexuais durante o namoro ou em outro tipo de relacionamento preferiram declarar que eram viúvas e não mães solteiras, pois possivelmente tinham conhecimento sobre o discurso da mulher honesta que mediava as ações do Poder Judiciário catarinense na época (ARENDE, 2011, p. 99)

⁶⁶ Associação que atendia crianças pobres e abandonadas, vinculada ao Departamento Nacional da Criança (DNCr) e criada em 1945 (Curitiba, 1945).

Curitiba, filha de pais incógnitos e nascida em dia 21 de janeiro de 1933. O registro foi autorizado em 14 de março de 1945.

Diante da situação de muitos meninos e meninas desvalidos, pobres ou abandonados que não possuíam certidão de nascimento, visualizamos algumas iniciativas das famílias de origem, das famílias que assinavam o TRG e das instituições de assistência em proporcionar aos mesmos uma condição que lhes era de direito, desde o Código Civil de 1916, mas a problemática do descaso com as certidões de nascimento foi uma permanência, no mínimo até a década de 1960.

Em 1960, uma das estratégias dos proprietários de boates em relação às certidões de idades falsas era culpar as meninas, alegando que elas perdiam as suas carteiras de idade. A proprietária da “Boite Paraíso” afirmou na delegacia de Menores que: “Z.R., certa vez disse que havia perdido sua carteira de idade, motivo pelo qual extraiu nova no cartório de Registro, no que foi acompanhada por outra sua pensionista que serviu de testemunha.” (CORREIO DO PARANÁ, 1960, s/d, s/p). Porém, provavelmente, os próprios proprietários das boates ao perceberem que as meninas eram menores de idade, as instruíam a tirar uma nova carteira de identidade com idade falsa.

As Certidões de Idade falsas são recorrentes na História de meninas e meninos pobres ou abandonados no Paraná e algumas histórias tomaram proporções de notícia de jornal, como foi a história de Justina. No dia 31 de maio de 1960 o Jornal Correio do Paraná noticiou: “Com documento falso menor frequentava prostíbulo para sustentar mãe doente”. Nesta notícia foi relatado que:

[...] já se tornou corriqueiro o fato de menores frequentarem livremente, prostíbulos de Curitiba, bastando para isso estarem munidas de uma certidão de idade falsa. Esta irregularidade propagou-se enormemente nos últimos dias, como consequência de haver a Delegacia de Menores quase que paralisado totalmente a vigilância nesse setor, visto as casas correcionais não disporem de vagas para abrigar os menores delinquentes. [...] Enquanto a delegacia de Menores amainava suas atividades, a Delegacia de Segurança Pessoal e a de Costumes, continuavam a efetuar suas rotineiras rondas, mas, ao que parece, era de praxe fazer “vistas grossas” a tais irregularidades. Inexplicavelmente porém, na ronda efetuada pela Polícia na madrugada de ontem, resolveram deter uma das menores que se armam de documentos falsos para fazerem do lenocínio um meio de vida. Tratava-se de J.R.S., de 16 anos de idade, pensionista da casa de tolerância de Cecília de Tal, no bairro do Atuba. [...] Justina, que é órfã de pai, tinha que prover o sustento de sua mãe, Helena [...] Além de se encontrar impossibilitada de ganhar para o sustento, ainda necessitava constantes cuidados médicos, e remédios, que nem sempre eram conseguidos gratuitamente. Para isso a menor trabalhava como doméstica em uma casa de família, mas o que ali ganhava não era o suficiente para seus gastos, sendo ela muitas vezes obrigada a deixar de

comprar alimentos para adquirir medicamentos que sua mãe necessitava. [...] para aumentar a sua desventura Justina foi seduzida pelo seu namorado, Paulo Efigênio Cruz, vindo a saber, posteriormente, que ele era casado e pai de uma garotinha. Diante de tão cruciantes problemas, Justina, cuja história é igual a de tantas outras garotas de nossa Cidade Sorriso, não titubeou em aceitar a proposta que lhe fez Cecília, a proprietária da casa de tolerância onde a mesma foi encontrada. Para regularizar sua situação, Cecília pediu a sua pensionista de nome Odete, mais conhecida como “Polaca”, que servisse como testemunha falsa, para que uma certidão, com identidade falsa fosse retirado em nome de Justina. O documento foi retirado no Cartório da 1ª Zona da Capital, de registro Civil, no qual constava que Justina tinha 21 anos de idade. Em torno do caso foi instaurado inquérito policial na delegacia de Costumes, tendo já o escrivão Menotti expedido intimações à Cecília e Odete, a que prestem declarações. Justina foi encaminhada ao Juizado de Menores, donde será enviada à uma das Casas de Correção. (CORREIO DO PARANÁ, 31/05/1960, s/p).

A menina foi encaminhada ao Juizado de Menores, porém alguns meninos e meninas jamais chegaram ao Juizado de Menores e destes não poderemos contar suas histórias, mas daqueles que tiveram o prazer ou desprazer de passar pelo Juizado de Menores, conheceremos fragmentos de suas condições de sofrimento, bem como de que forma o Juizado de Menores lidava com os vilões e as vítimas de “atentados contra o pudor”, defloramentos, seduções e estupros de forma a cumprir com o Código de Menores de 1927 e “tratar, colocar, guardar, vigiar e educar os menores abandonados ou delinquentes”, para quem “a vida não era bela”.

3. “A VIDA NÃO É BELA” – EDUCAR AS “VÍTIMAS” E OS “VILÕES”

Isso começa de maneira simples: como o historiador, que, por seu ofício, está encarregado de dar a uma sociedade sua memória, seus laços com seu passado a fim de que possa viver melhor com seu presente, como o historiador pode dar conta do sofrimento? Como o trata? O que faz com as palavras encontradas que exprimem a dor, que sentido ou que recusa de sentido lhes dar e, sobretudo, como pode ou deve escrever essas suspensões trágicas da felicidade?

Arlete Farge

3.1 “Casando com o inimigo” - Viver com o abusador e “autor da infelicidade”

A chegada de Maria Clara no Juízo de Menores da Capital nos aponta que a situação de desproteção em que se encontravam alguns meninos e meninas no Estado do Paraná ocasionava o sofrimento advindo da violência e do abuso sexual.

Em 23 de outubro de 1939, a menina, foi encaminhada pelo Juiz de Direito e Menores da Comarca de Paranaguá para o Juizado de Menores da Capital. Ainda em Paranaguá foi aberto o processo de verificação do estado de abandono da menina. Em 18 de outubro, a menina declarou ao Juiz de Paranaguá que tinha treze anos de idade, era órfã de pai e mãe, não sabia ler nem escrever, seus pais faleceram quando era bem pequena e foi morar com a avó. Alguns anos depois a avó faleceu e a menina foi entregue a um casal que a tratava muito mal.

A menina relatou que um dia uma mulher de nome Emília esteve na casa do casal e a levou para Paranaguá na casa de Manoel Siqueira, com quem era amasiada. Emília era o tipo de mulher que, segundo a menina, “namorava todo mundo”. Maria Clara, afirmou ao Oficial Maior que tomava o depoimento, que certa vez, quando Emília estava ausente, Manoel Siqueira a agarrou dentro do quarto, a colocou sobre a cama e a violentou. A menina relatou que gritou, mas ninguém a acudiu e Manoel

lhe deu pancadas. Depois disso, a menina relatou que foi ao encontro de Emília e contou o que havia acontecido, mas a mulher nada falou a Manoel. E em outras ocasiões Manoel “fez cousas” com ela, sempre quando Otília estava fora de casa. Um dia Emília largou de Nestor, com o qual sempre brigava e Maria Clara ficou sozinha na casa com Manoel, o qual levou a menina para a casa de uma mulher chamada Josefina, casada com o Senhor Eurípedes Cunha; que depois de estar naquela casa, resolveu contar à Polícia o que Manoel lhe havia feito e foi ao Posto Policial. Afirmou que sabia costurar e cozinhar, nunca esteve em uma escola e que não sabia o que era “incômodo de mulher”, que não tinha “perdas de sangue pelo corpo todos os meses” (AUTOS, 1939, s/p).

O depoimento da menina aponta que, até aquele momento de sua vida, Maria Clara, foi criada por alguém que não era da sua família e que pouco se preocupou com o seu bem estar. A menina, mesmo antes de ter o seu corpo amadurecido para relações sexuais, já que ainda não havia tido a sua primeira menstruação, foi forçada a manter relações sexuais.

Após ouvir o depoimento de Maria Clara, o Oficial deu um parecer ao Juiz sugerindo que a menina fosse encaminhada ao Abrigo de Menores da cidade de Curitiba ou à Escola de Reforma, para permanecer ao menos até completar 16 anos de idade.

A menina, antes do depoimento ao Oficial Maior, passou por exame pericial e foi realizado o “Auto de exame de defloramento”. O exame foi realizado no Posto de Saúde da cidade de Paranaguá. A análise do “Auto de exame de defloramento” contido no processo de Maria Clara, foi realizado por dois médicos, no dia 02 de outubro de 1939, às 16h da tarde, no Posto de Saúde “Profilaxia”, onde estavam presentes também, o delegado, o escrivão e mais duas testemunhas, residentes na cidade. Podemos visualizar o constrangimento da menina perante seis figuras do sexo masculino.

O exame foi iniciado com o delegado deferindo aos peritos “o compromisso da Lei de bem e fielmente desempenharem sua missão, encarregando-os de procederem ao exame de defloramento” (AUTOS, 1939). Os peritos deveriam responder a oito quesitos:

Primeiro: se houve defloramento;
Segundo: se é recente;
Terceiro: qual o meio empregado;

Quarto: se houve cópula carnal;
 Quinto: se houve violência para fim libidinoso;
 Sexto: se foi empregada a força física ou outros meios que privassem a mulher de suas faculdades;
 Sétimo: se em virtude do meio empregado ficou a ofendida na impossibilidade de resistir e defender-se;
 Oitavo: se da violência carnal resultou a morte, perigo de vida ou alteração de saúde na ofendida. (AUTOS, 1939).

Diante dessas questões, os peritos responderam muito objetivamente. Vejamos: “Ao primeiro, sim; ao segundo, não; ao terceiro, membro viril em ereção; quarto, sim; quinto, sexto, sétimo e oitavo, respondemos negativamente.” (AUTOS, 1939, s/p).

Cumpre observarmos que, em 1939, os principais documentos que norteavam as ações no Juizado de Menores era o Código Penal de 1890 e o Código de Menores de 1927. Havia uma diferença conceitual nos termos estupro e defloramento no Código Penal de 1890. Ambos os atos eram considerados “crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”; também classificados como uma “violência carnal”:

Art.267. **Deflorar** mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude:
 Pena - de prisão celular por um a quatro annos.
 Art.268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta:
 Pena - de prisão celular por um a seis annos.
 § 1º Si a estuprada for mulher publica ou prostituta:
 Pena - de prisão celular por seis mezes a dous annos.
 § 2º Si o crime for praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será augmentada da quarta parte.
 Art.269. Chama-se **estupro** o acto pelo qual o homem abusa com violencia de uma mulher, seja virgem ou não.
 Por violencia entende-se não só o emprego da força physica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psychicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e em geral os anesthesicos e narcoticos (Brasil, 1890, - grifos meus).

Se por um lado o Código Penal deixava claro o que era um “estupro”, conceituando-o, o mesmo não acontecia com o termo “defloramento”. Entretanto, podemos interpretar o que estava exposto no Código Penal e assinalar que se o estupro era um ato em que o homem abusava com violência de uma mulher, virgem ou não. O defloramento era um ato em que o homem abusava de uma mulher menor de idade, portanto uma menina, se utilizando de sedução.

Utilizando-nos destes conceitos, analisamos o caso de Maria Clara. Vale relembarmos que a menina relatou, anteriormente, que havia gritado e Nestor a havia espancado no dia em que foi estuprada. No entanto, provavelmente já havia decorrido muito tempo para que tivesse sinais da violência praticada e como o ato se repetiu outras vezes a menina poderia ter consentido para não sofrer mais violência.

Após a chegada de Maria Clara ao Juízo Privativo de Menores da Capital, a menina foi encaminhada à Escola de Reforma na mesma data. Porém sua estadia na instituição foi rápida. No dia 02 de dezembro, do mesmo ano, o Juiz autorizou a menina de 13 anos a contrair matrimônio com Nestor Vieira e em 04 de dezembro de 1939, no bairro do Portão, às 13h, o Juiz Rodolpho Schelenker realizou o casamento entre Maria das Neves e Nestor Vieira. O fato de Maria ter relatado que Nestor lhe deu pancadas, no dia em que a “estuprou” não influenciou em nada a decisão do Juiz de Menores, corroborando para as afirmações de Michelle Perrot:

[...] ao ser julgado um crime de defloramento, estupro ou atentado ao pudor, resultante da quebra de uma norma jurídica sexual, emergiam os valores sociais mais amplos da sociedade, pois eram também na quebra de outras normas morais e sociais que se determinava a absolvição e condenação do réu. Ou seja, a conduta total do indivíduo é que iria, ou não, redimi-lo de um crime; não estavam em pauta apenas o que havia sido feito, mas aquilo que o acusado e a ofendida eram, poderiam ser ou seriam (PERROT, 1991, p. 187).

Portanto, para o Juizado de Menores o mais importante era não quebrar uma norma moral e social que era o casamento. O casamento poderia fazer de Nestor e Maria, respectivamente pai e mãe de família. Assim, o Juízo Privativo de Menores da capital enviou um ofício ao Juiz de Direito e Menores da Comarca de Paranaguá comunicando o casamento de Maria com Nestor e anexando a certidão de casamento. Para o delegado, o curador de menores, o “deflorador” e os dois juízes o problema estava resolvido. Para a menina talvez os problemas estivessem apenas começando... Nestor Vieira pode ter se casado com a menina somente para não ser processado por defloramento, já que a pena era de 1 a 4 anos.

Mas nem sempre o relato de uma menina evidência que não havia consentido no ato de defloramento. Para algumas meninas e o deflorador, o ato poderia ser uma forma de fazer com que os pais concordassem com o casamento. É o que parece ser o caso de Ana do Nascimento e Caetano José da Silva.

A menina foi deflorada e tudo ficou provado, conforme se exigia pelo Juízo Privativo de Menores, estando o processo de casamento dependente apenas de um empecilho: o consentimento da mãe. A mãe “se nega em cumprir tal exigência legal” (AUTOS, 1940, s/p). Assim, a menina foi deflorada pela pessoa com quem pretendia contrair matrimônio; foi submetida a exame e obteve da Delegacia de Segurança Pessoal o competente atestado para que se fizesse com urgência o seu casamento, a fim de ser evitada a instauração do respectivo inquérito; mas a mãe da menina se recusava em deixar a filha se casar.

Diante desse contratempo, provavelmente inesperado, o Juiz de Menores mandou intimar os pais da menina a prestarem declarações em 19 de janeiro de 1940, às 13 horas. A mãe, compareceu em dia e horário marcados e, afirmou que embora tivesse conhecimento de que a sua filha foi deflorada não desejava que sua filha se casasse, segundo o comissário, “visto ser esse homem sem profissão e não ser de sua vontade que esse matrimônio se realize, negando-se assim a dar o necessário consentimento à sua filha” (AUTOS, 1940).

O pai da menina, um lavrador de 64 anos de idade e morador do Bacacheri declarou que sabia que sua filha foi deflorada e que:

[...] estavam tratando dos papéis para o competente casamento, não tendo o mesmo sido realizado por faltar o consentimento da mulher do declarante; que não só o declarante, como a sua mulher querem evitar esse casamento, porque sabem que [...] é um homem sem profissão, analfabeto (AUTOS, 1940).

Percebemos que o fato do noivo ser analfabeto e sem profissão era o principal empecilho para que os pais aceitassem o casamento. Mas o fato dos pais da menina estarem separados a mais de quatro anos também poderia ter o seu peso. Os pais, principalmente a mãe da menina, que também era analfabeta, talvez não visse perspectiva para uma menina que casasse com um analfabeto.

Diante da insistência dos pais em não consentir no casamento, o Curador de Menores requereu, no dia 22 de janeiro de 1940:

- a) Que seja oficiado ao Exmo. Juiz de Paz do Distrito de S. Casemiro do Taboão, para o mesmo informar qual a idade da menor [a menina];
- b) Que [o pai] seja intimado para, dentro do prazo de 48 horas, apresentar provas das suas alegações, constantes do auto de declarações fl. 4;
- c) Que [a mãe] seja intimada para, também no prazo de 48 horas, dar razões da sua oposição ao casamento da referida menor (AUTOS, 1940).

A certidão de nascimento, emitida pelo Juiz do Distrito de São Casemiro do Taboão, nos permite saber que a menina nasceu, no dia 02 de julho de 1926, portanto contava com apenas 13 anos. E parece que a insistência do Curador de Menores deu resultado na medida em que chegou também para o Juiz o Termo de Consentimento dos pais para que o casamento se realizasse. No Termo de Consentimento ficou evidente a insatisfação dos pais quando se referiram ao deflorador como “autor da infelicidade daquela nossa filha” (AUTOS, 1940).

Mesmo contra a vontade dos pais, parece que houve uma conspiração para que o casamento se realizasse. Em nenhum momento foram tomadas as declarações da menina. E, em uma anotação do escrivão, em letra cursiva e ilegível para a maioria das pessoas, identificamos que os pais foram ludibriados para aceitarem o casamento. Em 26 de janeiro de 1940 o escrivão assegurou:

[...] havendo os mesmos dado o consentimento [...] tendo os mesmos declarado ser de seu desejo que o casamento, digo, que logo após o recolhimento, digo, após o casamento de sua filha, esta seja recolhida em um dos estabelecimentos sob a jurisdição deste Juízo” (AUTOS, 1940).

O texto está confuso e deve ter confundido os próprios pais da menina. Certamente, os pais somente assinaram o Termo de Consentimento na esperança de que após o casamento a menina fosse recolhida em uma instituição de assistência e isso jamais aconteceu.

O casamento de Maria Clara, Ana do Nascimento e de muitas outras meninas que foram defloradas, denota o valor do casamento para a sociedade e principalmente para o Juizado de Menores nos casos de defloramentos e corrobora para as afirmações de outros autores⁶⁷, como José Leopoldo Ferreira Antunes (1999, p. 43) de que “o casamento era uma instituição destinada a regular não o amor, o que seria um contrassenso, mas a integridade das famílias”.

O caso de Maria Clara não foi nada habitual, na maioria dos casos de defloramento os pais se resignavam diante do fato e concordavam com o casamento, como no caso dos dois casais que adentraram o Juizado de Menores para solicitar a realização de seu casamento.

⁶⁷ Entre outros autores, uma importante referência, é a dissertação de Eva Lúcia Gavrom (2002) intitulada: *Seduções e defloramentos: o controle normativo das práticas sexuais em Florianópolis*.

Em 16 de março de 1942, dois casais compareceram ao Juizado de Menores, solicitando a autorização para o casamento, devido ao ato de defloração que sofreram as meninas. O Código Penal em vigência não era mais o de 1890, mas o elaborado e aprovado em 1940, que entrou em vigor somente em 1942. No novo Código o termo de “defloração” foi substituído pelo de “sedução”. Portanto, a partir de 1942 os atos de estuprar e seduzir faziam parte do Título VI “dos crimes contra os costumes”, mas em capítulos diferentes. Os crimes contra a liberdade sexual faziam parte do capítulo I e se referiam ao estupro, ao atentado violento contra o pudor e ao atentado violento contra o pudor mediante fraude. O crime de sedução e corrupção de menores ficou no capítulo II “da sedução e da corrupção de menores”. Os termos estão apresentados do seguinte modo:

Estupro

Art. 213. Constranger mulher a conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça:

Pena - reclusão, de três a oito anos.

Atentado violento ao pudor

Art. 214. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal:

Pena - reclusão de dois a sete anos. [...]

Atentado ao pudor mediante fraude

Art. 216. Induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal:

Pena - reclusão, de um a dois anos.

Parágrafo único. Se a ofendida é menor de dezoito e maior de quatorze anos:

Pena - reclusão, de dois a quatro anos[...]

Sedução

Art. 217. Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança:

Pena - reclusão, de dois a quatro anos.

Corrupção de menores

Art. 218. Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de quatorze e menor de dezoito anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo:

Pena - reclusão, de um a quatro anos (BRASIL, 1940 – grifos nossos).

Os termos foram expostos no Código Penal de 1940, de forma clara e objetiva, e a maioria das meninas, dos meninos e das famílias que recorria ao Juizado de Menores, mesmo que fossem analfabetos, tinha conhecimento, mesmo que parcial, de que os atos assinalados acima, eram casos em que a Justiça precisava intervir.

Assim, o primeiro casal a adentrar a sala do Juizado, naquele dia, para requerer que o Juiz autorizasse o seu casamento, foi Dirceu Rodrigues, de 19 anos e Adelaide, de 15 anos de idade. Dirceu, certamente, estava muito preocupado e

declarou que “tem necessidade de contrair matrimônio com urgência, para evitar a ação criminal por defloração” (AUTOS, 1942). O Juiz solicitou a informação do Comissário que confirmou as afirmações do casal.

O segundo casal a se apresentar foi Jeremias Reinaldo dos Santos, com 25 anos e Luzia Maria Alencar, com 15 anos de idade. Apresentaram-se ao Juiz requerendo o consentimento para se casarem pelo motivo de “evitar a ação criminal por crime de defloração praticado pelo nubente”. (AUTOS, 16/03/1942). Ambos não sabiam ler, nem escrever. Na informação ao Juiz o comissário assinalou que a menina “foi deshonestada [...] e, este por sua vez deseja reparar o mal consorciando-se com a referida menor, sendo justo o que pede no presente requerimento”. (AUTOS, 1942)

No dia seguinte às solicitações de consentimento, o Juiz deferiu os pedidos e Jeremias deve ter sentido um grande alívio, na medida que era maior de 21 anos, e caso o Juiz considerasse necessário, poderia ser processado por crime de defloração.

Notamos que não havia um procedimento padrão para todos os casos de defloração ou sedução. Maria Clara e Ana do Nascimento realizaram “exame de defloração”, enquanto Adelaide e Luzia Maria não realizaram “exame de defloração”.

Percebemos que mesmo com a mudança do termo “defloração” no Código Penal, o termo continuou a ser utilizado pelos envolvidos nos processos, tanto pela população quanto pelo Juízo Privativo de Menores. Portanto, sedução e defloração à partir de 1957 foram termos utilizados como sinônimos.

Diante desses casos de deflorações ou seduições aqui assinalados, poderíamos considerar que todas as denúncias de deflorações ou seduições eram comprovadas e resultavam em casamento. No entanto, nem todos os casos eram resolvidos facilmente pelo Juiz de Menores.

Em 22 de fevereiro de 1945, o Delegado de Segurança Pessoal apresentou ao Juiz o casal Francisco Meira e Nádia dos Santos, pelo fato de a mãe da menina ter declarado que sua filha foi deflorada por Francisco. Ambos eram menores de idade e foram entregues a seus pais sob Termo de Responsabilidade e Guarda.

O Delegado informou ao Juiz que a menina de 14 anos foi apresentada na delegacia pela própria mãe sob a alegação de que “a mesma foi estuprada pelo menor [...], tome-se por termos as declarações desses menores, na presença de seus

responsáveis, submetendo-se os menores a exames respectivos de acordo com a Lei.” (AUTOS, 1945).

Notamos que em alguns momentos consta nos Autos que a menina foi deflorada e em outros que foi estuprada. Talvez seja uma confusão dos envolvidos no processo que não sabiam diferenciar os termos ou até mesmo um equívoco do escrivão.

Nas declarações a menina afirmou que foi deflorada por Francisco, no dia 17 de fevereiro, da seguinte forma:

[...] foi até o mato apanhar lenha e ali encontrou com o seu namorado [...]: que [...] convidou a declarante para manter relações sexuais com ele, sob promessa de casamento; que a declarante aceitou esse convite, tendo [...] mantido relações sexuais com a declarante deitados em um campo ali existente. (AUTOS, 1945).

Entretanto, Francisco em suas declarações negou que tenha deflorado a menina. Poderíamos ficar em dúvida quanto ao fato de quem estaria falando a verdade, mas o Juiz não poderia ter essa dúvida e solicitou que se realizasse o exame de Conjunção Carnal na menina, na mesma data.

Diante do exame realizado, os médicos legistas Ernani Simas Alves e Júlio Moreira, concluem que: “notou-se um ostio vaginal exíguo, e uma membrana hímen de forma anular íntegra, sem rupturas e sem caracteres de complacência” e “em vista da integridade do hímen, dão como prejudicadas as respostas aos quesitos propostos” (AUTOS, 1945- grafia original).

Neste sentido, algo pode ter acontecido que levou a menina a pensar que havia sido deflorada. Talvez a menina não soubesse o que era uma relação sexual ou a relação sexual poderia ter acontecido e o seu hímen continuado intacto.

Assim, os exames médicos eram primordiais para o Juiz de Menores acreditar ou não que o defloramento aconteceu de fato. Percebemos que a maioria das meninas envolvidas em casos de defloramento realizaram exame de “conjunção carnal”. E, neste sentido, consideramos que as meninas paranaenses, dependendo do Estado de seus órgãos sexuais, sofriam preconceito por parte dos médicos, assim como assinalou também Esteves (1989)⁶⁸ em relação à situação das meninas no Rio de Janeiro.

⁶⁸ Esteves (1989) assinalou que no início do século XX, no Rio de Janeiro, as meninas defloradas ou estupradas “além da violência que sofriam nos exames médico-legais, possuir vagina dilatada, seios

A solução de algumas questões referentes a sexualidade não foram encontradas explícitas, tampouco implícitas nos Autos, a preocupação dos médicos e do Juízo Privativo de Menores era apenas com o fato de a menina possuir ou não um hímen. Assim, no caso de Nádia, a menina pode ter sido molestada sexualmente e continuar com o hímen intacto. No entanto, não descartamos na mesma proporção, a possibilidade de a menina ter a imaginação fértil, gostar do menino e diante de um fato relatado por alguma pessoa de sua convivência, resolveu criar aquela história com a finalidade de se casar com a pessoa que idealizara.

Havia casos de possíveis defloramentos ou seduções em que aconteciam embates entre as famílias dos envolvidos no processo de defloramento. Em 6 de fevereiro de 1957, Luiza e Haroldo, ambos com 17 anos, foram apresentados ao Juiz pela Delegacia de Segurança Pessoal. Haroldo foi acusado de ter deflorado a menina, mas negou. A menina estava grávida de 5 meses e isso ficou provado no “Exame de Conjunção Carnal”.

Por um lado, o pai de Haroldo lutou para provar que a menina não era de boa índole e “já tinha sido perdida por um homem casado” (AUTOS, 1957, s/p). Por outro, a menina tentou provar que não manteve relações sexuais com outros homens.

Para agravar a situação da menina, sua certidão de nascimento estava com a data de que havia nascido em 1929, dando oportunidade ao pai do menino de questionar o fato de a menina ser menor de idade. Foi necessário que o pai de Luiza levasse a “Certidão de Batismo” e testemunhas para comprovar que houve um equívoco no cartório e que a menina, realmente havia nascido em 1939, para assim poder fazer a retificação de idade solicitada pelo Juiz.

Depois de cinco anos de embate entre as famílias, onde algumas testemunhas declaravam que a menina era “pervertida” e outras que a menina era “moça de família”, o crime de sedução e defloramento não ficou provado. Em nenhum momento foi investigado a paternidade da criança, uma vez que não consta no processo que Haroldo tenha negado ter tido relações sexuais com Luiza. O resultado da investigação aconteceu somente em maio de 1962, quando o filho de Luiza já estava com 4 anos. O menino continuou sem pai... Não havia em 1957 uma forma de

flácidos, grandes e pequenos lábios também flácidos, tornou-se sinal de ser muito “afeita” a contatos sexuais ou a de ter perdido a virgindade há muito tempo. Os corpos das mulheres eram considerados atestados de sua moralidade. As partes sexuais flácidas levantavam para os juristas suspeitas de prostituição e afastavam a hipótese de terem precedentes normais, dificultando a punição do suspeito. Com o corpo flácido, as ofendidas infringiam outras normas.” (ESTEVES, 1989, p. 64-65).

uma menina provar quem era o pai de seu filho. Nessa direção, para a década de 1950 no Paraná são válidas as percepções de Esteves (1989) em relação ao início do século XX no Rio de Janeiro:

[...] nos crimes de amor, as ofendidas se tornavam, mais que os acusados, o centro de análise dos julgamentos. Os juristas avaliavam se mereciam, ou não, sofrer o crime; se os comportamentos e os atos facilitavam e justificavam a ocorrência de uma agressão. A transformação da ofendida em possível culpada correspondia à posição da mulher como principal alvo da política sexual: sua conduta tornou-se objeto de conhecimento científico (médico e jurídico) e construíram-se verdades universais em relação a ela". (ESTEVES, 1989, p.41).

Luiza foi transformada em culpada e o seu filho, provavelmente passou toda a vida sem pai. No entanto, na maioria dos casos de defloramentos, o casal admitia que houvesse acontecido o defloramento conforme a “moral e os bons costumes” das famílias da época, isto é a menina foi seduzida pelas promessas de casamento da figura masculina.

E foi nestes termos que em 4 de janeiro de 1945, Maria Cecília com 16 anos de idade e Antônio Pereira com 15 anos de idade foram apresentados ao Juiz pelo Delegado de Segurança Pessoal. Ambos declararam que tiveram “conjunção carnal” em um domingo, no dia 2 de janeiro, sob promessa de casamento feita por Antônio, em um campo existente nas imediações do “Moinho Paranaense”.

O delegado comunicou que o “exame de conjunção carnal” na menina e o de o estado, físico, mental e moral do menino seriam realizados oportunamente. E Maria Cecília e Antônio foram entregues sob Termo de Responsabilidade e Guarda aos seus pais.

Em 18 de abril os pais foram intimados a comparecerem perante o Juiz, acompanhados de Antônio e Maria Cecília, provavelmente para a realização dos referidos exames. Mas o caso já estava resolvido, os pais apresentaram a certidão de casamento dos filhos e o processo foi arquivado em abril de 1946. Assim, um menino de 15 anos se casou com uma menina de 16 anos. E em breve acompanharemos outro aspecto da vida do casal.

Mas, havia os casos em que o suposto defloramento nem ao menos era investigado. Em 2 de janeiro de 1939, a menina Rita de Cássia Vieira, de 17 anos de idade, que sabia ler e escrever foi até a delegacia e relatou que foi deflorada pelo

noivo, na cidade onde morava com seus pais e que o mesmo fugiu da responsabilidade. Então, foi morar com uma parenta em Curitiba.

Mas o caso não foi investigado e a menina foi enviada para a casa de uma família, de onde fugiu e voltou para a casa dos pais em Campo do Tenente. Assim, como alguns defloramentos foram polêmicos no Juizado de Menores, outros, nem ao menos foram levados em consideração.

A forma como as meninas defloradas ou estupradas eram assistidas após o Juizado de Menores tomar ciência de suas situações, deixa transparecer uma concepção de educação específica. Para as mulheres educadas na moral e nos bons costumes⁶⁹ o casamento era a única alternativa após serem defloradas ou estupradas. Para as que não conseguiam comprovar que foram defloradas ou estupradas ou simplesmente não queriam casar, a ação educativa do Juizado de Menores seria encaminhá-las para que fossem regeneradas.

3.2 “Sem escolha” - Desvalida estuprada, deflorada ou seduzida: não casar, ser estigmatizada, assumir a maternidade sozinha ou tirar prontuário para meretriz

Quando Maria Clara saiu da casa da família onde estava e se dirigiu para o Juízo Privativo de Menores, no dia 18 de outubro de 1939, provavelmente já sabia que Manoel teria de se casar para não ser preso. A opção de denunciar Manoel pode ter sido muito bem pensada, na medida em que nesse período ainda se tinha um grande estigma em relação à virgindade da mulher e a menina poderia acreditar que seria uma chance de o casamento a deixar em condições de uma “dona de casa”⁷⁰ respeitável. No entanto, nem todas as meninas defloradas ou seduzidas conseguiam ou queriam se casar.

Nessa perspectiva, em 7 de novembro de 1939, entrou na Delegacia de Segurança Pessoal as meninas, Sara de Freitas e Doroti Mendonça, decididas a

⁶⁹ Neste sentido, Pesavento (1990) aponta que “em razão dessa concepção de mulher como ‘alma da família’, estabeleceu-se uma rígida moral que entendia o casamento como caminho natural, “mas antes de chegar lá, era preciso vigiar as jovens e preservar a virgindade das moças, coibindo namoros” (PESAVENTO, 1990, p. 74).

⁷⁰ As ideias de Michelle Perrot (1991, p. 143) se referindo ao século XIX são válidas para esse contexto paranaense na medida em que assinala que a “dona de casa” entre as classes populares urbanas é uma personagem maior e majoritária. Majoritária porque consiste na condição da maioria das mulheres que vivem maritalmente, casadas ou não, sendo o casamento o estado civil mais geral e normativo, principalmente quando elas têm filhos.

tirarem “prontuários de meretrizes”⁷¹. Rago (1991, 116-117) nos dá uma noção do que eram esses “prontuários” ao assinalar que nas Delegacias havia um Livro de Registro das prostitutas, que foi criado no final do século XIX, em que se exigiam informações pessoais dessas mulheres, como nome, idade, nacionalidade, profissão e residência. E mesmo depois que a proposta “regulamentarista” foi arduamente criticada pela sociedade e pelas autoridades, o fichamento das meretrizes na Delegacia de Costumes continuou a ser prática corrente.

No entanto, a intenção das meninas Sara e Doroti de conseguir um “prontuário de meretriz”, não foi concretizada, na medida em que o delegado desconfiou que as meninas não tivessem idade suficiente para tal atividade e as encaminhou ao Juizado de Menores.

No Auto de Declarações de Sara há a afirmação de que seu nome era Sara de Freitas, tinha 22 anos de idade, era natural de Descalvado, no Estado de Minas Gerais, tinha pai e mãe vivos e sabia ler e escrever. Declarou também, que residia na cidade do Rio de Janeiro e que há catorze dias a menina e sua prima, de nome Doroti Mendonça, espontaneamente embarcaram para Curitiba na companhia da família de Aristides Soares que era conhecida de ambas. Segundo a menina, Aristides era mecânico, e ficaram na cidade com sua família cerca de três dias, mas a família seguiu para o Rio Grande do Sul. Informou também que ficou hospedada na Pensão Floriano, junto com Doroti, por três ou quatro dias e depois se mudaram para o “Curitiba Hotel”.

Já a menina Doroti Mendonça, afirmou ter 20 anos de idade, ser natural do Rio de Janeiro e com pai e mãe já falecidos. Declarou também que sabia ler e escrever. E que a família do viajante comercial, com quem vieram, havia seguido para São Paulo.

Percebemos que Doroti tentou dar as mesmas informações de sua suposta “prima”. Entretanto, parece que uma das duas esqueceu os detalhes do combinado já que enquanto Sara afirmou que a família que as trouxera seguiu para o Rio Grande do Sul, Marli afirmou que o destino da família foi São Paulo. Da mesma forma se

⁷¹ O termo utilizado nos Autos advém do fato de que, conforme Ripari (2014), no final do século XIX, as primeiras campanhas de combate ao “mal venéreo”, foram focadas na regulamentação sanitária que tinha como alvo principal as prostitutas. Este modelo foi inspirado na regulamentação europeia que previa o controle médico obrigatório e regular das meretrizes francesas, assim foram criados junto ao Serviço de Profilaxia Rural de Curitiba, o Dispensário Anti-sifílico de Curitiba (1918) e em 1919, um acordo entre o mesmo Serviço acima e a polícia local criou o Serviço Higiênico-policia das Meretrizes onde eram recenseadas e identificadas todas as prostitutas, por meio de notificação compulsória e caderneta de identidade especial com registro no Estado e tratamento gratuito. (p. 3)

contradisseram quando Sara afirmou que a profissão de Aristides era de Mecânico e Doroti afirmou que o homem era viajante comercial. Provavelmente, o Juiz percebeu as contradições e as duas meninas foram encaminhadas à Escola de Reforma.

Os Autos dos Processos das duas meninas, possibilitam assegurar que a vida de Sara e Doroti, antes de chegar ao Juizado de Menores, foi intensa. Há cartas anexadas da correspondência de Sara com um soldado do exército. O homem fez declarações de amor, mas afirmou que não possuía condições financeiras para ficar com a menina, porque como soldado não teria condições de sustentá-la. E deu conselhos para que a menina trabalhasse honestamente para ganhar a vida.

O Juiz Francisco Cunha Pereira, provavelmente, ficou intrigado com as declarações das meninas e dias depois resolveu tomar novas declarações de ambas. Nas novas declarações, as meninas mudaram as afirmações, anteriores, diante do Juiz e do escrivão.

Doroti declarou se chamar Lourdes Menezes, ter dezesseis anos de idade, ser natural de Sertãozinho, no estado de São Paulo, ter pai e mãe e saber ler e escrever. Afirmou que saiu da casa de seus pais sem motivo nenhum e em seguida seguiu em companhia de Fátima de Souza Alves, que era o verdadeiro nome de Sara, para a cidade de Bandeirantes onde ficaram apenas dois dias e seguiram para a capital paranaense. Em Curitiba, hospedaram-se conforme já haviam relatado, primeiro na “pensão Floriano” e em seguida no “Curitiba Hotel”.

Mas dali em diante as declarações não eram para retificar o que já haviam afirmado, mas para acrescentar novas informações. Doroti relatou que em Curitiba conheceu o soldado do exército João Gomes nos primeiros dias do mês de novembro e que o soldado esteve em sua companhia na pensão Rio Branco onde a “desvirginou”. Afirmou também que não esteve com nenhum outro homem e que foi à delegacia a conselho do dono da pensão, o Horácio, que também as aconselhou a dizer à Polícia que já tinham 21 anos de idade.

O dono da pensão teria dito à Doroti que deveria afirmar que era separada do marido e prima de Sara. Declarou também que seus pais estavam separados e sua mãe trabalhava em casa de uma família. E que as declarações prestadas por ela e por Sara, anteriormente, eram falsas, na medida em que acreditavam que se mentissem iriam embora.

Diante das declarações das meninas o Juiz, em dezembro de 1939, enviou um ofício ao Juiz de Menores da capital do Estado de São Paulo solicitando

informações “a respeito da atuação social, moral e econômica dos pais das referidas menores” (AUTOS, 1939).

Em janeiro de 1940 o juiz de Menores de Curitiba recebeu uma carta do pai de Fátima, afirmando que:

[...] tendo chegado de viagem e me achando imponente de recurso para ir até ahi para tratar pessoalmente da situação de minha filha venho solicitar a sua Excelencia para concervar minha filha internada nesta escola de Reforma ate no proximo mez de janeiro o qual só lá é que eu poço contar com recurso suficiente para mim dirigirme ahi (AUTOS, 1940 - grafia original).

Em março de 1940 o pai voltou a escrever ao Juiz, informando que estava desempregado e que gostaria que o juiz mantivesse sua filha em “internamento definitivo [...] até a idade regulamentar para ver si ate la ella cria um pouco de juízo” (AUTOS, 1940 – grafia original).

Mesmo as meninas afirmando que foram “desvirginadas”, tiveram que passar pelo exame de “conjunção carnal”. Após o exame e as informações colhidas pelo Comissário de Menores o promotor considerou que ficou provado que as meninas se entregaram à prostituição e o Juiz determinou, em maio de 1940, que deveriam permanecer recolhidas à Escola de Reforma até atingirem a maioridade.

Mas parece que o pai de Fátima mudou de ideia e, em maio de 1941, escreveu uma autorização na qual permitia que seu filho, irmão da menina, que era soldado do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo retirasse a irmã, do Juizado de Menores.

Não há como sabermos ao certo a idade das meninas. O pai afirmou na autorização que a menina tinha no momento 16 anos de idade, mas em 1939 a menina já afirmava que tinha 16 anos de idade. Enfim, em 12 de maio de 1941, Fátima, voltou para São Paulo, na companhia de seu irmão.

Da mesma forma, em dezembro de 1941, a mãe de Lourdes solicitou o “desinternamento” de sua filha e a menina foi liberada para voltar com a mãe para São Paulo.

Não podemos afirmar que as duas meninas realmente voltaram para a casa de suas famílias. É no mínimo estranho que repentinamente as famílias que se diziam sem condições para tirar as meninas da Escola de Reforma, consigam vir até Curitiba e concluir o processo. Vale considerar que não há nenhum registro dos documentos das pessoas que retiraram as meninas. Cogitamos a possibilidade de que houvesse

uma rede de prostituição de meninas, bastante articulada, que conseguia ludibriar o Juizado de Menores.

Para as meninas que não viam a prostituição como uma alternativa para as suas vidas depois de serem defloradas ou seduzidas e encontravam-se grávidas e sem ter como provar quem era o pai da criança, restava ter que assumir a maternidade sozinha, como já vimos no caso de Luiza. E em situação semelhante também ficou Antônia Rodrigues, mãe da menina Maria Rita.

A filha de Antônia nasceu, no dia 1º de abril de 1933, na Maternidade Vitor Ferreira do Amaral. A mãe da menina, em 30 de dezembro de 1939, seis anos depois, foi até o Curador de Menores e declarou:

1º) – Que em 1932, achava-se empregada em uma casa de respeitável família do Portão, quando chegou a conhecer o sírio [...], que lhe fez a corte e com promessa de casamento seduziu-a, vindo desse ato criminoso, nascer uma criança;

2º - Que, quando do seu estado de gravidez foi internada na Maternidade Vitor do Amaral, tendo o dilivrance no dia 1º de abril de 1933, da criança que batizou-a com o nome de Maria de Lourdes;

3º) Que, depois desse fato o seu namorado e pai da criança, [...], abandonou-a furtando-se covardemente a registrar a menor;

4º) Que, desde então, a requerente e sua filha perambulam sem destino, vivendo de emprego em emprego, onde pudesse ganhar honradamente o pão e o sustento para a pequenina, até que, agora, novamente encontrou o seu sedutor estabelecido com uma loja de calçados à Rua José Bonifácio, com a denominação de “Casa Principal”;

5º) Que imediatamente foi falar-lhe para que desse uma pensão, por pequena que fosse, à sua filha e procurasse regularizar a sua situação, tão somente, no tocante à sua filha, pois não poderia ficar abandonada na sarjeta da vida, sem lar, sem nome e sem pão, tendo o Supdo. Num gesto revoltante e covardemente, que bem demonstra o caráter putrefato de um pai desnaturado, declarado que não conhecia o sangue de seu sangue, como sua filha;

6º) Que completamente desiludida resolveu a Supte. vir bater nas portas da justiça de sua terra para pedir amparo.

E assim, vem requerer a V. Exa. De acordo com a Lei nº 2.380, de 2 de abril de 1925, que se digne mandar intimar o referido [...], a dar-lhe uma pensão para o sustento de sua filha menor, bem como resguardar a mesma menor para que futuramente não venha a sofrer as consequências do destino. Outrossim, pede a assistência do Exmo. Snr. Dr. Curador de Menores, por ser a Supte. Miserável, não podendo constituir advogado para o acompanhamento do referido processo.

A Supte. pede e confia que V. Exa. lhe fará a necessária e imprescindível JUSTIÇA! (AUTOS, 1939).

Diante das declarações da mãe da menina, o Curador de Menores requereu do Juiz que se “digne a mandar intimar Ebraim Malluf e o suposto pai foi intimado a comparecer em Juízo, no dia 17 de janeiro, às 9h.

No Auto de Declarações Ebraim afirmou que tinha 40 anos de idade, era casado, comerciante e não sabia ler e escrever. Declarou que:

[...] não conhece a mulher de nome Francisca Ferreira, havendo naturalmente engano dessa senhora, quando se referia ao nome do declarante; - que talvez o declarante conheça aquela senhora de vista, mas afirma que com a mesma nunca manteve relações sexuais. (AUTOS, 1940).

Diante das declarações de Ebraim, a mãe de Maria Rita foi notificada a apresentar provas dos fatos narrados. Entretanto, como aquela mãe poderia apresentar provas de que Ebraim era o pai da menina, depois de 6 anos? Que falta fez o “teste de paternidade” para os filhos e filhas, como os de Luiza e Antônia, em 1940. O processo foi arquivado e a menina continuou sem pai...

Se por um lado, era difícil para as meninas defloradas ou seduzidas provarem quem era o pai de seu filho ou filha, surpreendentemente, por outro, era fácil para o homem provar que era o pai de uma criança, como no caso de Renan de Aguiar.

Em 6 de outubro de 1941 foi aberto o processo de Renan de Aguiar. Um mês antes o Juizado de Menores havia recebido um ofício da parte do pai do menino, João Ronaldo de Aguiar, expondo o seguinte:

1º - Que há cinco anos mais ou menos o Supte. Recolheu ao seu lar a mulher de nome [...], que alegando haver sido abandonada pelo seu marido [...] pedia que lhe fosse dado agasalho;

2º - Que com o decorrer do tempo, o convívio mútuo sob o mesmo teto entre aquela e o Supte., que é solteiro, redundou em uma afeição mútua, passando então a viverem maritalmente, na mais ampla cordialidade, sem que nada faltasse ao seu bem estar, que, apesar de modesto, era farto.

3º - Que desta união nasceu um filho de nome Renan, contando atualmente dois anos de idade completos e que motivado por essa aliança ilegal, não lhe foi possível registrá-lo como seu filho;

4º - Que há quatro meses, mais ou menos [...], sem motivos plausíveis, talvez levada pela tara do seu primeiro lar, abandonou o Supte. Levando, clandestinamente, o seu filho sem mais preambulo;

5º - Que o Supte. Na doce esperança de que [...] voltasse novamente ao lar, foi deixando os dias correrem lentamente, na esperança de ser hoje o dia de sua volta e na desilusão de um amanhã, até que soube que a Supda. [...], levou a registro, no Cartório de Registro Civil do Distrito do Portão, o nome de seu filho Renan, fazendo a declaração de ser ela solteira e dando o nome de Renan [...], com 3 meses de idade;

6º - Que [...] além de praticar crime previsto na Consolidação das Leis Penais, pela falsa declaração de seu estado civil, do nome e idade suposta de seu filho, procurou roubar do Supte. O seu pátrio poder.

7º - Que jamais teria permitido a mulher casada legitimar em seu nome o filho adulterino.

8º - Que o Supte. Não prescinde dos seus direitos sobre o seu referido filho, que conta dois anos de idade e não seis meses, conforme foi registrado criminalmente.

Diante do exposto, vem o Supte., pedir e requerer a V.Exa. que se digne ordenar as medidas necessárias para a elucidação dos fatos acima narrados e, depois de preenchidas as formalidades legais seja ordenada a apreensão

do menor, a entrega competente ao Supte. Para viver em companhia da mãe do requerente que é uma senhora idosa e moralmente idônea. Por ser um ato de inteira Justiça o Supte. Pede e espera favorável deferimento. (AUTOS, 1941).

Diante das declarações do pai, o Juiz solicitou que o Comissário se informasse sobre o caso e que fossem juntados os documentos. Romualdo providenciou a certidão de casamento de Neuci e a certidão de nascimento do menino.

Nas informações do Comissário (AUTOS, 1941) foi exposto que o pai do menino estava em condições morais e materiais de ter o menor seu filho Renan. Era funcionário público estadual, trabalhando no Matadouro Municipal, recebendo 300\$000 mensais, era bem quisto e bom funcionário. Já quanto à mãe, relatou que trabalhava como empregada doméstica, era pobre, vivia na companhia da mãe e de uma sobrinha em uma casa de tábuas, em um quarto, em que a dona da referida casa era uma mulher doente, paralítica que vinha sendo cuidada pela avó do menino que pagava um aluguel de 26\$000. O Comissário também informou que “o requerente é o verdadeiro pai de Renan que constatei ser verdade com a parteira Snra. [...], residente na Rua Piquiri, desta cidade”. (AUTOS, 1941).

Em 11 de Novembro de 1941, Neuci fez a entrega de seu filho ao pai. E em 20 de Novembro, o pai assinou o Termo de Responsabilidade e Guarda pelo seu filho. Para uma menina deflorada ou seduzida não bastava afirmar em Juízo quem era o pai da criança, mas para o pai de uma criança bastava contar com a declaração de uma parteira.

Quando o Juizado de Menores não levava em consideração uma queixa de defloração, como já vimos anteriormente, havia a justificativa de que estava seguindo o Código Penal, entretanto não há nos Códigos Penais, tanto de 1890 quanto de 1940, nenhum Artigo que reitere essa justificativa. E assim, quando Joana Carvalho, em 1945 foi até a Delegacia de Segurança Pessoal denunciar o defloração ou a sedução praticada por um cabo da Força Aérea Brasileira, sua denúncia não foi levada em consideração pelo fato de a menina ser menor e não ter na cidade representante legal.

Portanto, considerar ou não um estupro ou defloração iria depender da vontade de Comissários de Menores e Juízes de Menores, principalmente quando a menina não tinha nenhum responsável que a protegesse e a denúncia fosse contra uma pessoa considerada “idônea”, como um cabo da Força Aérea Brasileira.

Mas se por um lado, parece que o Juizado de Menores havia perdido o controle da situação de meninas que eram exploradas sexualmente no decorrer das décadas de 1940 e 1950, os jornais paranaenses estavam atentos a esses casos. Assim, em 14 de abril de 1960, o Jornal Correio do Paraná estampou na primeira página uma notícia que serviria para qualquer período desta pesquisa: “QG DE ESCRAVAS BRANCAS NA BOITE PARAISO: CARTÓRIO EXPEDIA FALSAS CERTIDÕES ÀS MENORES” e deixou explícito o fato de que “um agente do Juizado de Menores facilitou à proprietária da Boate Paraíso, situada no Alto da Rua XV de Novembro, a extração de certidões de idade falsas, para quatro menores inquilinas daquele prostíbulo” (CORREIO DO PARANÁ, 14/01/1960, p. 01).

E dias depois o Correio do Paraná voltou a falar no assunto ao noticiar: “3 mil cruzeiros: corretivo inexplicável aos senhores da escravidão branca em Curitiba”. Nessa notícia, apontou mais uma boate com a presença de meninas menores com certidões falsas, onde assinalou:

Depreende-se das declarações prestadas, que as menores em questão vinham sendo exploradas pelo proprietário do estabelecimento, encadeando de início uma série de flagrantes e irregularidades além das já qualificadas acima. Trabalho noturno da menor sem autorização judicial em ambiente nocivo à moralidade, venda de bebidas alcóolicas, corrupção de menores, facilitação à prostituição etc... O que vem sujeitar o responsável do estabelecimento às cominações legais do Código Penal (1960, s/d, s/p).

O Jornal expõe o ofício enviado pela Delegacia de Menores ao Delegado Regional do Trabalho em que é citado o decreto-lei 5.452 de 1º de maio de 1943 (Consolidação das leis do Trabalho), O Código de menores de 1927 e o Código Penal de 1940. E provavelmente os jornalistas já estavam indignados por antecipação por pressupor que a condenação dos “senhores da escravidão branca” seria de apenas três mil cruzeiros.

Há evidências de que algumas autoridades, que deveriam proteger as meninas desvalidas da corrupção e do abuso sexual, conspiravam contra o Código de Menores, na medida em que as meninas poderiam ser abusadas na própria delegacia. Neste sentido, o Jornal Correio do Paraná relatou que em dada ocasião:

Às 10 horas de domingo, aproximadamente, o Sr. João Francisco Alves, ferroviário, da Chefatura de Polícia, telefonou para a Delegacia de Menores, notificando-a que, no pátio da R. V.F.S.C., encontrava-se uma menor vadiando em companhia de maus elementos. [...] havendo conduzido a menor M.I. B. (13 anos de idade) grávida de aproximadamente dois meses.

Mais tarde, uma hora após a detenção, um amigo do ferroviário – conhecedor do caso – encontrou com a menor numa das ruas de nossa Capital, alegre e lampeira. Curioso, perguntou-lhe como havia a mesma conseguido ser posta em liberdade em tão pouco tempo, tendo a mesma respondido: - “eu fiz tudo o que os homens queriam e eles me puseram na rua”. – Inclusive a garotinha – cinicamente – relatou tudo o que tinha se passado no interior da Delegacia de Menores com os mínimos detalhes, o que é por demais asqueroso para aqui ser transcrito (CORREIO DO PARANÁ, 1960, s/d, s/p – grafia original).

A ideia de que a menina também era culpada daquela situação está presente no discurso do Jornal, na afirmação, no final da denúncia de que: “hoje será interrogada a menor M.L.B. (que também não é boa bisca) a fim de serem definitivamente esclarecidos os fatos” (CORREIO DO PARANÁ, 1960, s/d, s/p).

Nessa direção, da mesma forma que os jornais eram um veículo que denunciava os abusos contra as meninas, algumas vezes demonstravam preconceito e discriminação em relação a situação de desvalia em que se encontravam. Assim, a denúncia que foi intitulada “Seviciada na Delegacia de Menores: policiais satisfazem seus instintos” demonstra muito mais o interesse do Jornal em fazer sensacionalismo com o fato dos policiais seviciarem uma menina na delegacia do que com a situação de uma menina de 13 anos, estar grávida e perambulando pelas ruas, provavelmente sendo explorada sexualmente.

A ideia de que a menina também era culpada de estar naquela situação, por ter relatado “cinicamente”, “o que é por demais asqueroso” e não ser “boa bisca” minimiza no âmbito do discurso as responsabilidades dos adultos envolvidos na exploração da menina.

De certa forma, os discursos do Jornal, ao minimizar as responsabilidades dos adultos envolvidos na marginalização da menina, a culpam por viver nas ruas, estar grávida e suscetível de ser abusada sexualmente, como se fosse uma escolha. No entanto, havia situações em que uma criança, mesmo no âmbito doméstico era vítima da violência sexual de um adulto, de uma forma desumana e cruel...

3.3 “Um flagrante libidinoso” – A violência sexual contra meninas e meninos

Em 12 de fevereiro de 1940, às 9h30 da manhã, uma mãe entrou na sala do Comissário de Menores, Eugênio Silva, acompanhada de seu filho, Júlio Monteiro. O menino havia nascido em 2 de novembro de 1933, portanto tinha 6 anos. O Comissário informou ao Juiz que a mãe declarou que:

[...] apanhou em flagrante ato libidinoso o indivíduo [...], solteiro, operário, com 30 anos de idade, natural de Paranaguá, que trabalha na Confeitaria “Aya”, na rua 15 de Novembro, desta cidade, o qual levou esse seu filho menor à privada da casa da reclamante e si praticou aquele ato imoral com seu filho, sendo que isso o repelente indivíduo já o fez por mais vezes, mas, desta vez a queixosa sondou e apanhou o mesmo em flagrante delituoso. Desconfia a queixosa devido a um corrimento sanguíneo no ânus, que seja alguma moléstia contagiosa contraída daquele nojento indivíduo (AUTOS, 1940).

O Comissário completou ainda que:

A queixosa é viúva e pede justiça para que seja punido o ato indecoroso daquele indivíduo para com seu filho, sendo que esse indigno já tem passagens pelo Gabinete policial. A reclamante é de ocupação doméstica, empregada na casa do negociante [...], residente no Seminário. O menor poderá ser ouvido e como é desenvolvido contará tudo com os menores detalhes. Este menor frequenta o Grupo Escolar de D. Pedro II (AUTOS, 1940).

O comissário também informou que havia uma testemunha do caso, Aurélio da Silva, vizinho da vítima. E em 13 de fevereiro o Juiz encaminhou o caso para a Corregedoria Geral da Justiça. Não conseguimos acompanhar o caso na Corregedoria para saber que punição recebeu o violentador⁷². No entanto evidenciamos que nenhuma medida foi tomada para proteger o menino. Em nenhum momento foi utilizado o termo “estupro” para caracterizar a ação cometida pelo abusador.

Júlio Monteiro, sofreu uma violência sexual que não foi denominada de “estupro” nos Autos. Talvez, o fato de o menino não ter um hímen isentava o agressor de ser considerado um estuprador, considerando a vultuosa importância que os Juízes e médicos davam para o hímen de uma menina.

Diante das declarações da mãe temos várias questões que deveriam fazer parte das indagações do Juizado de Menores para que o Código de Menores de 1927 fosse cumprido. Onde e com quem aquela mãe deixava o menino quando estava no trabalho? Se o ato libidinoso já havia acontecido outras vezes, por que a mãe não denunciou antes? Por que o violentador tinha acesso à casa do menino? O menino era “desenvolvido”, não teria comentado no Grupo Escolar sobre a violência sofrida?

O processo de Júlio Monteiro foi arquivado e nada mais sabemos da vida do menino, mas acompanhemos como seria os encaminhamentos do Juizado de

⁷²No período pesquisado ainda não se utilizava o termo “pedófilo”.

Menores no caso de uma menina, também com apenas seis anos de idade, em 1966. Para tanto, percorreremos fragmentos da vida de Sueli Pedroso...

Em 28 de setembro de 1966, Jair Marcondes, morador da Estrada Velha de Araucária, compareceu na Delegacia de Proteção ao Menor para registrar uma queixa contra Jarbas dos Santos, de 17 anos de idade, por ter estuprado sua filha Jussara Marcondes de apenas 6 anos de idade. No histórico da Delegacia de Proteção ao Menor, consta que a menina foi seduzida por Jarbas. Os termos sedução e “estupro” foram utilizados como sinônimos na papeleta de serviço.

A ocorrência foi apresentada ao Juízo de Direito da Vara Privativa de Menores que promoveu uma acareação entre a menina de 6 anos, seu irmão, também, menor, e o provável autor do estupro, no dia 5 de outubro de 1966. Estavam presentes na acareação além do Juiz, o escrivão de Menores, o Curador de Menores e o Promotor Público.

Na acareação Jarbas negou a autoria do estupro, alegando que:

[...] nesse dia, ou seja, no dia do fato, quinta-feira passada esteve durante todo o dia trabalhando na pintura de uma casa de propriedade do Sr. Celso de Tal; Que a casa fica há uns quatro quilômetros do local onde residem os menores inclusive a vítima; Que porém trabalha em feitura de valetas para o sr. Darci de Tal, e para ir ao serviço passa por uma picada nas proximidades da casa da vítima (AUTOS, 1966).

A pequena vítima de 6 anos afirmou que:

[...] fora levada a um mato, [...] e por este violentada; Que [Jarbas], chamou a declarante e pediu que fosse com ele até pinheirinho, e então deu dinheiro a seu irmão [...], para que este fosse embora e levou a declarante para o mato, tirou suas calcinhas e lhe fez mal, machucando-a muito; Que a declarante quando estava sendo violentada em face das dores chorou tendo [Jarbas], aqui presente, tapado seus olhos e boca (AUTOS, 1966).

Os detalhes da dor e do sofrimento da menina foram ouvidos e escritos pelo escrivão, mas mesmo assim é possível ouvir a fala da menina e entrar no lugar que Farge (2011, p. 16) denominou de “moradas vivas da História”, onde não se trata a partir daqui de acreditar que, graças a essa fala, detemos de fato o real, a realidade, mas de escutar o desafio de, através desse relato da menina, entrar em uma dessas moradas vivas da história, onde “as palavras formam fraturas num espaço social ou imaginário particular”.

Do relato da menina emanam palavras de sofrimento que nos remetem às dores e lágrimas da menina durante o ato de violência que na concepção de Farge (2011, p 16) são “ditos de sofrimento”.

Nessa mesma direção, o irmão da menina, declarou que:

[Jarbas], aqui presente foi a pessoa, sem qualquer dúvida, que fez mal a sua irmã Sueli, tendo lhe dado um dinheiro para que fosse embora; Que, [Jarbas] ainda disse ao declarante que se contasse a qualquer pessoa o acontecido ele mataria os dois e mostrou uma faca (AUTOS, 1966).

A declaração do pai da menina, no dia seguinte, demonstrou bastante indignação e finalizou garantindo que “seus filhos são muito bem cuidados, não são criados soltos; que o declarante ficou chocado com o acontecido e pede Justiça ao MM. Juiz de Menores” (AUTOS, 1966).

Nas palavras do pai evidenciamos a dor e o sofrimento diante da violência sofrida pela filha, como também a preocupação com a possibilidade de que o Juizado de Menores considerasse que os seus filhos não estavam sendo bem cuidados.

Diante das declarações, o acusado foi encaminhado para “exame pericial para a verificação de haver praticado ato sexual com a menor vítima” (AUTOS, 1966). Assim, em 6 de outubro, foi realizado um exame em José e o Juiz de Menores o encaminhou para a Escola Professor Queiroz Filho, provisoriamente, até que recebesse o resultado dos exames realizados.

Evidenciamos que o exame realizado em José em nada contribuiu com a investigação, na medida em que foi efetivado um exame de “lesões corporais”. No “Laudo de exame de lesões corporais”, realizado em José os médicos afirmaram que “não surpreenderam os peritos quaisquer sinais objetivos de lesões no examinado, especialmente nas suas partes genitais” (AUTOS, 1966). Entretanto, não poderia mesmo, ter sinais de lesões corporais, que demonstrassem que Jarbas havia estuprado uma menina de seis anos, oito dias após a violência.

Já o “Laudo de Exame de Conjunção Carnal” foi realizado em Jussara, no dia 30 de setembro, dois dias após a violência, e revelou que esse fragmento de sua história de vida, assinala também a história do sofrimento de crianças que tiveram sua infância invadida pelos horrores da violência sexual. A análise dos peritos apontou que:

Colocada em posição ginecológica, verifica-se ausência de pelos pubianos, grandes e pequenos lábios normalmente desenvolvidos. Afastadas e

distendidas as formações labiais, constatamos a existência de rotura completa da peça himenal e ferida extensa no períneo (infectada). Constatase ainda a existência de equimose na região perianal e fissuras no reborbo do esfíncter anal. Respostas aos quesitos: - ao primeiro – sim; ao segundo – as roturas sangrantes falam em favor de conjunção carnal recente; ao terceiro – sim; ao quarto – sim; ao quinto – violência presumida em face da idade da paciente; ao sexto – solicitam os peritos o prazo de trinta dias para após a realização de um novo exame, responder a este quesito; ao sétimo – não; ao oitavo – ignoram os peritos (AUTOS, 1966).

A descrição das feridas provocadas pela violência sofrida pela menina, nos remetem ao fato de que “a violência e a barbárie desconcertam, enquanto os discursos sobre elas, sejam históricos, sociológicos ou mesmo filosóficos, deixam-nos insatisfeitos” (FARGE, 2011, p. 25), na medida em que nenhum discurso médico ou jurídico presente no Código de Menores de 1927 e no Código Penal de 1940 deram conta de amenizar o sofrimento de uma menina de 6 anos que sofreu um estupro.

Percorramos o outro lado da história...

Conhecemos o lado da história de um pai que queria justiça para sua filha que foi estuprada, porém, temos também a história de uma mãe que, convictamente, afirmou que seu filho era inocente. Adília dos Santos assegurou que:

[...] afirma com toda convicção de que seu filho não foi o autor de tão bárbaro crime, eis que o mesmo sempre teve exemplar comportamento, é trabalhador e nunca praticou qualquer deslize em sua vida [...] tanto a requerente como seus familiares já insistiram com o menor e ele, como em Juízo, sempre negou a autoria, alegando estar sofrendo punição injusta (AUTOS, 1966).

Por mais que tenhamos maior evidência de que quem falou a verdade foram Jussara e seu irmão, o fato é que para o Promotor Público não ficou provado que o menino era o autor do crime, na medida em que uma das testemunhas alegou que o menino estava trabalhando para ele naquela data, e solicitou que o Juiz desligasse o menino da Escola Professor Queiroz Filho e o entregasse à sua mãe mediante um Termo no qual constassem as “costumeiras e aconselháveis condições” (Autos, 1966).

Perante as declarações da testemunha, as solicitações da mãe e as alegações do Promotor Público, o Juiz de Menores determinou o desligamento de Jarbas, em 8 de novembro de 1966, mediante a assinatura do TRG, acrescido de algumas outras condições que a mãe se comprometeria em fazer cumprir:

- 1-Continuar estudando e procurar ocupação honesta;
- 2-Recolher-se cedo a sua residência, ou seja até 22,30 horas;
- 3-Não frequentar bares, bilhares, campos de futebol ou qualquer outro local onde se exponham a venda bebidas alcoolicas;

4-Não andar com pessoa de má reputação, devendo sua genitora ser cientificada das pessoas que são seus amigos;

5-Não mudar-se de residência sem que seja este Juízo cientificado.

6-Comparecer neste Juízo, mensalmente até dia 5, e comprovar seu bom comportamento.

Quanto a genitora – Maria de Lima

Fazer com que seu filho cumpra fielmente as condições acima e participar a este Juízo qualquer infração que o menor praticar (AUTOS, 1966 – grafia original).

E assim, Jarbas foi liberado para voltar para a casa de sua família e alguns meses depois sua mãe solicitou que fosse dada baixa no Termo de Liberdade Vigida⁷³ sob a qual se encontrava seu filho, já que havia completado 18 anos e comprovado mensalmente o seu bom comportamento. O pedido foi deferido pelo Juiz de Menores e a certidão de nascimento de Jarbas foi liberada em 5 de maio de 1967.

Se por um lado o Juiz de Menores cumpriu o prescrito no Código de Menores de 1927 em relação ao possível “vilão”, quanto à pequena Jussara restaram-lhe as implicações de ser vítima de um estupro aos 6 anos de idade.

3.4 “Sem perdão” - A prática de delitos e crimes: ser um “menor” desvalido é mais perigoso que ser um “menor” assassino com família

Um dos fatores que culminava no internamento de um menino em uma instituição que tivesse como objetivo a reeducação era a prática de delitos e crimes. De acordo com o tipo de ação praticada, os meninos poderiam ser julgados por crimes e condenados a ficar internados em uma instituição por um tempo mais longo. Mas, não havia uma regra preestabelecida em relação ao tempo de permanência dos meninos quando praticavam um crime. E mesmo quando o Juiz de Menores fixava um

⁷³O Código de Menores de 1927 (BRASIL, 1927) aponta em seu Art. 92 que a Liberdade Vigida consiste em ficar o menor em companhia e sob a responsabilidade dos pais, tutor ou guarda ou aos cuidados de um patronato e sob vigilância do Juiz, de acordo com os preceitos seguintes: 1. A vigilância sobre os menores será executada pela pessoa e sob a forma determinada pelo respectivo juiz. 2. O juiz pode impor as menores as regras de procedimento e aos seus responsáveis as condições, que achar convenientes. 3. O menor fica, obrigado a comparecer em juízo nos dias e horas que forem designados. Em caso de morte, mudança de residência ou ausência não autorizada do menor, os pais, o autor ou guarda são obrigados a prevenir o juiz sem demora. 4. Entre as condições a estabelecer pelo juiz pode figurar a obrigação de serem feitas as reparações, indenizações ou restituições devidas, bem como as de pagar “as custas” do processo, salvo caso de insolvência provada e reconhecida pelo juiz, que poderá fixar prazo para ultimização desses pagamentos, tendo em atenção às condições econômicas e profissionais do menor e do seu responsável legal. 5. A vigilância não excederá de um ano. 6. A transgressão dos preceitos impostos pelo juiz é punível: a) com multa de 10 a 100\$ aos pais ou autor ou guarda, si da sua parte tiver havido negligência ou tolerância pela falta cometida; b) com a detenção do menor até oito dias; c) com a remoção do menor.

período, no caso da insistência da família em retirar o menino da instituição e da comprovação de que estava regenerado, geralmente conseguia voltar para junto da família.

Nessas condições, reencontramos aqui Antônio Pereira que, em 4 de janeiro de 1945, quando tinha 15 anos, havia se apresentado na Delegacia de Segurança Pessoal por ter deflorado Maria Cecília, perante promessas de casamento, e o casamento foi autorizado pelo Juiz de Menores.

O seu Processo havia sido arquivado, em abril de 1946, quando os pais apresentaram sua certidão de casamento. Entretanto, em 15 de janeiro de 1947, o menino foi novamente apresentado pela DSP por ter se envolvido em uma briga com os irmãos.

A briga se iniciou com um dos irmãos, pelo fato do irmão estar em sua casa, bebendo cerveja com seu sogro, na sua ausência. Mas, posteriormente outros dois irmãos avançaram contra o menino, que pegou uma faca para assustar os irmãos, vindo a ferir um deles que acabou falecendo pelos ferimentos produzidos.

Os irmãos eram todos maiores de idade e provavelmente quiseram constranger o irmão mais novo. O fato de Antônio ter apenas 16 anos, não beber, não fumar, ser trabalhador, casado e com um filho de 3 meses, bem como as declarações de toda a família em sua defesa, fizeram com que fosse liberado sob TRG dos pais.

As declarações da família e de conhecidos durante todo o processo foram primordiais na decisão do Juiz de Menores, que proporcionou à Antônio a volta ao lar. As investigações e as declarações fizeram parte de um “inquérito”⁷⁴ sobre o indiciado, que era uma “forma jurídica”⁷⁵ de um procedimento para avaliar o potencial de periculosidade do acusado, de forma que fosse a melhor “forma de verdade”⁷⁶.

⁷⁴ Para Foucault (2002) o inquérito “é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício do poder que, por meio da instituição judiciária, veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade e de as transmitir. O inquérito é uma forma de saber-poder. É a análise dessas formas que nos deve conduzir à análise mais estrita das relações entre os conflitos de conhecimento e as determinações econômico-políticas” (Foucault, 2002, p.78).

⁷⁵ Para Foucault as formas jurídicas e, por conseguinte, sua evolução no campo do direito penal é o lugar de origem de um determinado número de formas de verdade, na medida em que o que chamamos de “inquérito (enquête) – inquérito tal como é e como foi praticado pelos filósofos de século XV ao século XVIII, e também por cientistas, fossem geógrafos, botânicos, zoólogos, economistas – é uma forma bem característica da verdade em nossas sociedades” (Foucault, 2002, p. 12).

⁷⁶ De acordo com Foucault (2002), encontramos a origem do inquérito em uma prática política e administrativa, mas também na prática judiciária. Sendo que “foi no meio da Idade Média que o inquérito apareceu como forma de pesquisa da verdade no interior da ordem jurídica”. Com a intenção de “saber exatamente quem fez o quê, em que condições e em que momento”, foi que “o ocidente elaborou as complexas técnicas do inquérito que puderam, em seguida, ser utilizadas na ordem científica e na ordem da reflexão filosófica” (Foucault, 2002, p. 12).

Portanto, mesmo tendo assassinado o irmão, a verdade considerada pelo Juiz de Menores, se baseou nas afirmações das testemunhas e da família de que o crime foi em legítima defesa. O menino não foi encaminhado para nenhuma escola de regeneração ou reeducação, apontando para o fato de que a família tinha um papel primordial no destino dado aos meninos que praticavam um crime ou um delito.

No entanto, nos casos em que a família não intervinha, o menino permanecia em uma instituição, como é o caso de Daniel Luiz que fugia recorrentemente das instituições para onde era encaminhado. Porém se para o menino era fácil se evadir das instituições, para a Delegacia de Proteção ao Menor, talvez não fosse tão fácil reencontrá-lo.

Mas após uma fuga, a sorte conspirou à favor da DPM, diante do fato de que a Delegacia de Homicídios enviou o menino para o delegado da DPM que o apresentou ao Juiz de Menores, Luiz Silva e Albuquerque, em 27 de fevereiro de 1969, agora sob a suspeita pelo fato de ter participado de um homicídio em que foi vítima uma mulher conhecida pela alcunha de “Gaúcha”.

Mesmo com as fugas recorrentes do menino, era a primeira vez que era acusado de um crime. A morte da mulher aconteceu na favela localizada às margens do Rio Belém, nas seguintes condições:

Segundo as informações de testemunhas, a vítima achava-se visivelmente alcoolizada, e após discutir com o menor [...], acima qualificado, pelo fato de que a mesma [havia] mandado o referido menor comprar bebida alcóolica, e, tendo este se negado, discutiram, tendo então a vítima saído em perseguição do referido menor empunhando uma faca que não foi localizada, ocasião em que o menor, com uma ginga de corpo, ao aproximar-se do Rio Belém, a vítima devido ao seu estado alcóolico, perdeu o equilíbrio, vindo a cair à margens do referido rio, ocasião em que seccionou quase que totalmente o tornozelo esquerdo em um caco de vidro, cortando a veia da perna, morrendo devido à forte hemorragia (AUTOS, 1969).

Portanto, o possível homicídio, parece que foi um acidente. Assim, o menino foi reinternado na Escola de Trabalhadores Rurais do Campo Comprido (ETRCC), entretanto fugiu novamente. E quando em 30 de abril de 1969 foi reencontrado, junto com o encaminhamento do menino, foi a sugestão do delegado de que Daniel Luiz fosse encaminhado para uma escola do interior do Estado, já que em suas fugas vinha praticando pequenos furtos.

Percebemos que quanto mais o menino demonstrava reiterar os delitos, maior era a preocupação em afastá-lo da sociedade, o internando em uma Escola distante.

Assim, Daniel foi reinternado na mesma Escola e detido novamente, alguns dias depois, juntamente com outros três meninos, todos foragidos da ETRCC.

O menino não se submetia aos encaminhamentos das instituições e praticava inúmeras fugas, sempre acompanhado de outros meninos. Para Daniel Luiz não havia obstáculo que o impedisse de fugir de uma instituição “sempre levando outras crianças consigo” (SILVA, 2009, p. 129).

As denúncias dos furtos, realizados pelos meninos que passavam pelo Juizado de Menores, poderia ser desde uma bicicleta até um metro. E poderia ser praticado por um ou vários meninos, como no caso dos roubos das lâmpadas elétricas, das ruas da cidade de Curitiba, que foi realizado por um grupo de meninos. Mas, havia os casos em que os atos praticados pelo menino, parecia os de um profissional do crime, como aponta as informações dos Autos sobre Ferdinando Lima do Prado.

Ferdinando tinha 15 anos e foi encaminhado pela Regional de Polícia de Apucarana à Delegacia de Proteção ao Menor de Curitiba que o encaminhou ao Juiz, Aurélio Feijó, em 9 de março de 1967. A sentença de Apucarana foi a de que o menino fosse internado. O menino foi internado na Escola para menores “Professor Queiroz Filho” de onde se evadiu em 11 de maio de 1967.

Em 2 de junho de 1967, o Juiz solicitou ao Delegado a busca, apreensão e apresentação de Ferdinando ao Juiz de Menores. Mas parece que não foi nada fácil cumprir essa ordem do Juiz. O menino foi apreendido em Apucarana somente em 11 de abril de 1969 quando o Juiz de Menores de Curitiba era Luiz Silva e Albuquerque. Entretanto, em 14 de abril Francisco já estava novamente na Escola “Professor Queiroz Filho” em Piraquara.

Em 23 de abril do mesmo ano, o Juiz de Direito da Comarca de Marilândia do Sul, Joel Pugsley, informou ao Juiz de Menores de Curitiba que o menino havia sido capturado naquela Comarca e que o “referido menor tem revelado ser portador, ainda de comportamento anti-social, havendo inclusive tirado nova certidão de nascimento e título de eleitor com outra idade, no período em que estava fora da Escola” (AUTOS, 1969).

Diante das informações do Juiz de Marilândia, Ferdinando foi encaminhado para a penitenciária, mas chegando lá, as autoridades alegaram que como não tinham alojamento para menores, o menino deveria voltar à Escola Professor Queiroz Filho. Na Escola foram realizados vários exames atestando a periculosidade e crueldade de Ferdinando. Vale considerar, que em um dos laudos foi apontada a questão de que a

foto apresentada nos Autos não se parecia com o menino. E a análise da foto permite considerar que a pessoa do retrato, provavelmente não era Ferdinando, na medida em que parece ser uma pessoa bem mais velha. Portanto, provavelmente o menino estava utilizando documentos falsos.

Já o caso de João Cardoso, permite reiterar mais uma vez que era comum, quando um menino praticava um homicídio, a alegação da família de que foi em “legítima defesa”. Assim, em 18 de setembro de 1941, o Juízo de Direito da Comarca de Cornélio Procópio encaminhou o menino João Cardoso, com 15 anos de idade, solicitando o seu recolhimento na Escola de Reforma, pelo período de um ano.

O menino havia sido condenado por ter assassinado a esposa de um desafeto da família, por engano, quando atirou contra o homem. As declarações do Processo são contraditórias, entretanto a defesa alegou que o menino praticou o crime em legítima defesa de sua mãe, pois o desafeto já havia assassinado o pai do menino e havia avançado contra a sua mãe, com a intenção de matá-la. A situação relatada foi a de que “então o menor, que se levantava da cama, pois se achava doente, alertado pelos gritos de seus irmãos, armando-se de uma espingarda, vendo o perigo que corria sua mãe, desfechou um tiro contra [Mariano], atingiu mortalmente a mulher deste” (AUTOS, 1941).

O menino, segundo os Autos era de “constituição física raquítica” e ficaria internado pelo prazo mínimo, devido aos “atenuantes já citados e dados os antecedentes pessoais do menor, o seu bom caráter e qualidades morais, abonados pelas provas testemunhal e pericial” (AUTOS, 1941).

O menino não foi encaminhado à Escola de Reforma, mas à Escola de Pescadores “Antônio Serafim Lopes”, na Ilha das Cobras. No entanto, em fevereiro de 1942 foi absolvido pelo Tribunal de Apelação do Estado, porque seu ato foi considerado “defesa legítima de outrem” (art.32, inciso 2º da Consolidação das Leis Penais). E assim o menino viajou de Curitiba para Cornélio Procópio, mas com uma passagem de 2ª classe...

Algumas confusões, resultantes de brigas de meninos, poderiam ocasionar o envolvimento da família e dos vizinhos, como no episódio de Jonas Santos da Silva e Alberto Camargo.

Em 9 de dezembro de 1942, os meninos brigaram na rua e as mães interferiram. O delegado de polícia do 3º Distrito resolveu instaurar inquérito e chamar os meninos e suas mães para prestarem declarações. Foram designados dois

Curadores de Menores para acompanhar cada um dos meninos. Após as declarações dos meninos, das suas mães e dos vizinhos o caso foi apresentado pelo DSP ao Juiz, Francisco Cunha Pereira.

Jonas tinha certidão de nascimento, mas Alberto foi submetido a exame médico para verificação de idade. O Promotor opinou pelo arquivamento dos casos e o Juiz deferiu o requerido, em 31 de agosto de 1943. Não consta que os responsáveis assinaram TRG. Provavelmente, aqueles meninos continuaram brigando quando se encontravam nas ruas do bairro onde moravam, já que a implicância entre ambos parecia ter começado quando eram muito pequenos.

Os fatos referentes aos irmãos Pedro Machado e João Machado apontam que um dos delitos mais praticados pelos meninos eram os furtos. Assim, em 12 de fevereiro de 1943 os meninos, possivelmente de 13 e 15 anos, já que não tinham certidão de nascimento, foram encaminhados pelo DSP para o Juiz de Menores. A queixa foi apresentada por Daniel Delavecchia por terem roubado “milho e outras cousas”. Os meninos foram encaminhados pelo Interventor Federal à Escola de Pescadores, antes da decisão do Juiz de Menores.

O Juiz de Menores, seguia os encaminhamentos em conformidade com o Código de Menores de 1927 e o Código Penal de 1940, entretanto o Interventor, provavelmente tenha recebido reclamações de alguma pessoa influente e determinou a internação dos dois irmãos.

Os meninos declararam que roubavam a mando de Lauro Bertolini que os ensinou a roubar animais e até deu um revólver para que o menino de 12 anos matasse um dos irmãos mais velhos. Mas, diante dessa e de outras acusações, o possível mandante negou todas.

Em 21 de fevereiro de 1946 o diretor da Escola de Pescadores, Antônio Alves Guimarães, solicitou ao Juiz que autorizasse o desligamento e concedesse a liberdade ao menino Pedro Machado pelo fato de “o mesmo estar regenerado, demonstrando visível arrependimento de seus atos, tendo cessado por completo a sua periculosidade”. O menino estava na instituição desde abril de 1943. O parecer do promotor foi o de que o menino fosse liberado, mas que não deveria ser entregue aos pais, mas a outra pessoa. Pedro foi entregue sob TRG a Antônio Volpi em 17 de setembro de 1946. E nada mais constou nos Autos sobre Pedro, tampouco sobre seu irmão...

Percebemos que nos encaminhamentos do Juizado de Menores referentes à educação dos meninos que cometiam algum tipo de delito ou crime havia escassa preocupação com a instrução. E apesar de haver o Código de Menores de 1927 e o Código Penal de 1940 para nortear os direcionamentos, a falta de vagas nas instituições fazia com que alguns meninos, logo que apresentassem sinais de arrependimento e “regeneração” fossem enviados de volta para a sua família, ou para uma família substituta, como no caso de Pedro.

No entanto, havia meninos que eram vítimas de atos de crueldade, praticados por outro menino, e nenhuma medida socioeducativa era tomada, como o caso de Waldir Jerônimo, de apenas quatro anos de idade.

Em 21 de dezembro de 1942 o irmão de Waldir, residente em Marumbi, na Serra do Mar, Joaquim Jerônimo, prestou uma queixa contra Clodoaldo Petreski, que havia arremessado um pelotão com uma cetra no rosto de seu irmão, produzindo um ferimento grave que resultou no internamento do menino no Hospital de Crianças de Curitiba. No Laudo de Exame de Lesões Corporais ficou evidente que o pequeno Waldir corria perigo de vida.

O Comissário informou ao Juiz, em 22 de fevereiro de 1943, que o menino faleceu. Clodoaldo também havia ferido outro menino, no qual foi realizado exame de lesões corporais, mas ficou comprovada, apenas, uma agressão leve no couro cabeludo. Mesmo diante da reincidência do menino, o processo foi arquivado devido ao menino ter menor de 14 anos. Nenhuma medida socioeducativa foi tomada pelo Juizado. Clodoaldo que estava prestes a completar 14 anos de idade foi entregue à sua mãe sob TRG. No Termo assinado pela mãe não havia nenhuma cláusula específica para que o menino compreendesse a gravidade de seus atos. O TRG assinado foi igual ao de um menino ou uma menina que não havia praticado nenhum tipo de delito ou crime.

Em algumas situações as ações relacionadas com meninos que praticavam algum delito, tinham a intervenção por parte do Interventor Federal de forma inadequada e eram revistas pelo Juizado de Menores, como no caso de Paulo Ferreira Martins, que em 15 de março de 1943 foi apresentado pela DSP ao Juizado de Menores, por ter furtado 17 sacos de estopa.

Talvez, o Juiz de Menores tenha dado pouca importância ao caso e se delongado em resolvê-lo, o que ocasionou a insatisfação do dono dos “sacos de estopa”, que com a ajuda do Comissário de Menores pediu a intervenção do

Interventor Federal. Dessa forma, o Comissário de Menores informou ao Juiz em agosto de 1943, que o menino havia sido apresentado ao Interventor Federal para ser internado em uma das Escolas de Trabalhadores do Estado.

No entanto, parece que o ocorrido não agradou o delegado, que em 10 de fevereiro de 1944, provavelmente insatisfeito pelo fato de o Comissário encaminhar o menino direto ao Interventor, na medida em que que isso era de competência do Juiz de Menores, encaminhou uma Portaria na qual assinalou:

Tendo o menor [...] cometido furtos nesta Capital, submeta-se o menor a exames de verificação de idade e de constatação de saúde física, mental e moral, encaminhando-se o mesmo ao Juízo de Menores, nos termos de que preceitua o artigo 5º do Decreto-Lei 6.026 de 24 de novembro de 1943 (AUTOS, 1944).

Observamos que o artigo do Decreto citado pelo delegado é o que deveria ser seguido pelo Comissário de Menores:

Art. 5º Quando se tratar de menor até 14 anos, a autoridade policial, logo que tiver conhecimento da ocorrência, fará apresentar o menor e as testemunhas ao Juiz competente.

§ 1º O Juiz ouvirá, imediatamente, o menor, o pai ou responsável e as testemunhas, com intervenção do Ministério Público, se estiver presente.

§ 2º A seguir, o Juiz decidirá verbalmente e de plano.

§ 3º Se o Juiz não puder decidir imediatamente resolverá sobre o destino provisório do menor, proferindo a decisão definitiva no prazo de cinco dias.

§ 4º O escrivão registrará, em livro especial, a qualificação do menor, do pai ou responsável e das testemunhas, o fato e a decisão do Juiz. Em casos especiais, o Juiz poderá mandar lavrar auto, contendo o resumo das declarações prestadas (BRASIL, 1943).

O referido Artigo evidencia que os encaminhamentos relativos ao menino eram de competência do Juiz de Menores e, portanto, o Comissário não deveria ter conduzido o menino para que o Interventor Federal decidisse o seu destino. Neste sentido, parece que havia um embate entre as decisões, provavelmente, políticas do Interventor Federal e os encaminhamentos do Juizado de Menores, que seguia as legislações vigentes. Provavelmente, o Comissário acreditou que as decisões do Interventor seriam respeitadas pelo Juizado de Menores e querendo resolver logo o problema, o encaminhou a quem acreditava que tivesse o máximo poder. Enganou-se o Comissário.

Em 28 de agosto de 1944, o promotor requereu que se procedesse como determinava o Decreto-Lei nº 6.026 de 24 de novembro de 1943 e o Juiz deferiu o

requerimento do Promotor. Em 2 de outubro de 1945, o menino foi entregue aos seus pais sob TRG.

O fato de o Comissário ter ignorado o Artigo 5º do Decreto de novembro de 1943 até poderia ser compreensível já que o menino foi apreendido em março de 1943, porém este Artigo apenas reiterava o que já estava prescrito no Código de Menores de 1927⁷⁷.

Ainda que, o Código de Menores de 1927 seja genérico em relação a maioria de suas prescrições, o fato acontecido com Emanuel Costa Pontes e sua irmã ilustram as diferenças de encaminhamentos socioeducativos, a depender da idade e do sexo do menor de 21 anos que cometia um crime ou uma contravenção. Dessa forma, em 12 de fevereiro de 1957, o Juiz de Direito da Comarca de Ribeirão do Pinhal, Lauro Lima Lopes, enviou um ofício encaminhando o menino Emanuel, com 18 anos, para ser internado na “Escola de Recuperação para Menores do Canguiri”.

O Juiz de Ribeirão do Pinhal relatou que foi aplicada ao menino a medida prevista no artigo 2º, letra b, do Decreto-Lei nº 6.026, de 24 de novembro de 1943⁷⁸. O Juiz de Menores de Curitiba, James Portugal, determinou que Emanuel fosse internado na instituição indicada pelo colega magistrado.

O motivo do envio de Emanuel para a “Escola de Recuperação para Menores do Canguiri”, foi que no dia 11 de outubro, por volta das 17 horas, nas proximidades de sua residência desferiu em seu pai alguns golpes com uma escavadeira de ferro, depois do mesmo já estar gravemente ferido por tiros de revólver desfechados por uma irmã de Emanuel. E, posteriormente, o pai faleceu devido aos ferimentos recebidos.

⁷⁷O Código de Menores de 1927 em seu capítulo VII que aborda sobre os “menores delinquentes” expõe no Art. 68: O menor de 14 anos, indigitado autor ou cúmplice de fato qualificado crime ou contravenção, não será submetido a processo penal de espécie alguma; a autoridade competente tomará somente as informações precisas, registrando-se sobre o fato punível e seus agentes o estado físico, mental e moral do menor e a situação social, moral e econômica dos pais ou tutor da pessoa sob cuja guarda viva. E ainda no §3º complementa que: Se o menor for abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser, a autoridade o internará em uma escola de reforma, por todo o tempo necessário à sua educação, que poderá ser de três anos, no mínimo e de sete anos, no máximo (BRASIL, 1927).

⁷⁸De acordo com o Art. 2º do Código de Menores de 1927 são as seguintes as medidas aplicáveis aos menores de 14 a 18 anos: a) se os motivos e as circunstâncias do fato e as condições do menor não evidenciam periculosidade, o Juiz poderá deixá-lo com o pai ou responsável, confiá-lo a tutor ou a quem assuma a sua guarda, ou mandar interna-lo em estabelecimento de reeducação ou profissional e, a qualquer tempo, revogar ou modificar a decisão; b) se os elementos referidos na alínea anterior evidenciam periculosidade o menor será internado em estabelecimento adequado, até que, mediante parecer do respectivo diretor ou do órgão administrativo competente e do Ministério Público, o Juiz declare a cessação da periculosidade (BRASIL, 1927).

O Juiz de Direito assinalou que a irmã de Emanuel, também menor, figurava como indiciada no inquérito policial. No entanto, não parece ter havido qualquer encaminhamento relacionado à menina. Quanto ao menino, o Juiz ressaltou que:

Evidentemente, a razão está com o Dr. Promotor Público quando diz que o menor [...], na agressão que praticou contra seu pai – apesar de já saber-se que a morte deste não resultou dos ferimentos que ele produziu – demonstrou ser um elemento portador de alto teor de periculosidade, como também demonstrou pelos seus atos posteriores à infração, ser dotado de sangue frio e completamente despido de espírito auto-crítico; mas, ainda, isento dos melhores sentimentos que dele poderiam fazer um homem de bem [...] não sentiu qualquer remorso do ato que praticou [...] logo após ver tombar por terra aquele que lhe dera a vida, ir revirar-lhe os bolsos para deles retirar todo o dinheiro que lá estavam, sem preocupar-se da existência ou não de vida daquele corpo inerte (AUTOS, 1957).

Ficou evidente no relato que o promotor e o Juiz já haviam tomado o lado do pai naquele caso. O golpe desferido por Emanuel não foi o que provocou a morte do pai, mas os tiros desferidos por sua irmã. Parece que o que estavam julgando não foi o assassinato de um pai, mas os sentimentos de Emanuel em relação ao seu pai. Não houve uma reflexão sobre os motivos que fizeram com que o pai tenha sido alvo de tiros desferidos pela filha e de golpes dados pelo filho, provavelmente no desespero de que o pai levantasse novamente. Assim, em 16 de fevereiro Emanuel foi internado na “Escola de Recuperação de Menores do Canguiri” e o Juiz determinou: Arquite-se!

No entanto, o encaminhamento de Emanuel para a referida instituição não agradou a família e os vizinhos do menino. Em 20 de maio de 1947, Osmar Cordeiro, um motorista residente em Ribeirão do Pinhal, compareceu ao Juízo Privativo de Menores e declarou perante o Juiz, o Curador de Menores, o Promotor e o escrivão que:

[...] conhece a muito tempo o menor [...], podendo afirmar tratar-se de bom elemento, a que nunca soube ter o referido menor praticado qualquer ato que desabone a sua conduta, que pode afirmar com plena segurança de que o referido menor é muito trabalhador e dedicado e obediente [...] sabe que o referido menor agiu em legítima defesa; que conhece a família do referido menor e sabe que o mesmo fez muita falta em sua casa, pois sabe que sua mãe vivendo de trabalhos domésticos não ganha o suficiente para manutenção de sua família, sendo que o referido menor contribui para sustento da família; que sendo o filho mais velho, é quem vem tomando conta dos negócios de sua mãe, de sua propriedade; que acredita que sua mãe pode tomar conta do referido menor e assumir toda responsabilidade sobre o mesmo, certa de que o referido menor a compensará por esse ato de reconhecimento (AUTOS, 1957).

A mãe do menino, em 20 de maio de 1957, também prestou declarações e assegurou ao Juiz de Menores que:

[...] o procedimento do referido menor em casa, sempre foi bom; que nunca fez nada que desabonasse a sua conduta exemplar de um bom filho; que se viu envolto no delito que consta do processo que tem curso neste Juízo, por motivos inerentes a sua vontade [...] está muito arrependido de se ter envolvido em dito incidente; que esteve seu filho na Escola primária, sabendo ler e escrever [...] deseja tirar seu filho de onde está internado pois que tem muita necessidade do mesmo em casa, e que assume toda a responsabilidade sobre o mesmo, comprometendo-se a cumprir todas as ordens e determinações deste respeitável Juízo. (AUTOS, 1957)

Após as declarações de Osmar e da mãe do menino, o Juiz de Menores, em 24 de maio de 1957, enviou um ofício solicitando informações ao Diretor da “Escola de Recuperação de Menores do Canguiri” quanto ao comportamento de Emanuel e a sua idade. No dia seguinte, o subdiretor da Escola respondeu ao ofício afirmando que:

[...] presentemente, com 18 anos e 6 meses de idade e, quanto ao seu comportamento durante todo o tempo que aqui acha-se internado (mais de 3 meses), pode ser taxado de ótimo, servindo de exemplo para os outros menores. [...] ao desligamento desse menor, pode ser feito a qualquer momento desde que esse MM. Juizado se digne autorizá-lo (AUTOS, 1957).

Diante da informação do subdiretor da Escola, o Juiz de Menores, determinou a cessação da periculosidade do menino e, em 27 de maio de 1957, sua mãe assinou o TRG, o levando de volta ao lar... E a irmã que desferiu os tiros, jamais saiu de seu lar.

Percebemos que no Paraná os Juízes eram mais condescendentes com as meninas que cometiam um crime ou contravenção do que com os meninos. Mas esse fato não era característico somente do Paraná, Arend (2011) assinalou que em Santa Catarina na década de 1930 “a maioria dos inquéritos sociais encontrados nos Autos dizia respeito somente aos infantes do sexo masculino”, na medida em que o Juiz de menores “não transformava as infrações cometidas pelas meninas ou pelas jovens em processo crime” (AREND, 2011, p. 214).

Emanuel ficou apenas dois meses internado, porém havia casos em que um simples furto era motivo para que o menino ficasse vários anos interno em uma instituição, como aconteceu com Antônio Simões de Oliveira. O menino foi encaminhado à Escola de Pescadores “Antônio Serafim Lopes”, por ter realizado um pequeno furto, em 29 de novembro de 1945. O diretor da escola solicitou o seu

desligamento, somente, em 26 de julho de 1949, comunicando que Antônio foi alistado pela Junta de Alistamento Militar da Comarca de Paranaguá e ingressaria no Exército Nacional. Antônio, na opinião do diretor estava:

[...] completamente regenerado, apto a ganhar a vida honradamente, estando portanto, em condições de ser liberado. [...] esta diretoria opina para que o mencionado aluno seja com brevidade desligado, em virtude de estar internado 3 (três) anos e 8 (oito) meses, e mesmo se trata de um ótimo menor e muito serviçal (AUTOS, 1949).

O fato da família não ter se interessado pelo destino do menino fez com que ficasse internado por 3 anos e 8 meses por causa de um pequeno furto. E, provavelmente, somente foi liberado porque ingressaria no Exército Nacional.

Para algumas famílias, o fato de o filho estar internado em uma instituição poderia ser a melhor alternativa para sua educação. Nestes casos, o menino teria que esperar até completar 18 anos quando poderia ir para o exército.

Se algumas famílias se conformavam rapidamente com a apreensão de seus filhos, outras, indignadas, contratavam um profissional para liberar o filho o mais rápido possível, indicando que a condição socioeconômica e o interesse da família eram determinantes no tempo em que um menino poderia ficar apreendido. Nestes termos, temos a situação dos irmãos, Carlos e Haroldo Marques.

Em 19 de janeiro de 1940, o Delegado de Segurança Pessoal, apresentou ao Juiz Privativo de Menores, os dois meninos, com 9 e 10 anos, respectivamente que, segundo o delegado, vinham praticando pequenos furtos na capital paranaense. O delegado indicou que os meninos fossem recolhidos na Escola de Reforma.

Entretanto, cinco dias depois, Manoel Magalhães de Abreu na qualidade de assistente judiciário da Mãe dos meninos fez uma exposição⁷⁹ dos fatos e algumas solicitações, concluindo:

⁷⁹O assistente judiciário expôs: 1º Que a Polícia civil desta capital, por suspeita de furto, prendeu, incommunicável, por cinco dias, os menores: Cláudio e Hildebrando de Oliveira, respectivamente, de 9 e 10 anos de idade.

2º Que ditos menores são filhos da assistida do suplicante, conforme Portaria da Comissão de Assistência Judiciária, inclusa.

3º Que o requerente no cumprimento da determinação recebida impetrou uma ordem de habeas corpus, a favor daqueles menores, dirigida ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal desta capital, de vez que, pela prisão e custódia dos pacientes, menores de 14 anos de idade, se dava, precisamente, a violência e coação policiais por abuso de poder.

4º A polícia, ante a ordem impetrada, e o pedido de informações, não pode continuar a praticar a violência, pelo que, se viu compelida a fazer apresentar, os referidos menores, a V.Exa.

[...] pelo exposto, estando a assistida em pleno gozo de seus direitos oriundos do pátrio poder, e dadas as idades de seus filhos, vem, ella suplicante, por seu assistente, pedir e requerer a entrega dos menores acima aludidos, preenchidas as formalidades legais, e com as cautelas que V. Exa. julgar por bem determinar (AUTOS, 1940).

Diante das alegações do assistente judiciário, que estava em conformidade com a legislação vigente, o Juiz de Menores Francisco Cunha Pereira fez a entrega dos meninos à sua mãe. E no dia 30 de janeiro de 1940 o juiz determinou: “Arquive-se”!

Carlos e Haroldo tinham uma mãe com interesse e condição financeira para retirá-los o mais rápido possível de uma instituição que acreditava não ser adequada para os seus filhos, entretanto muitos meninos eram deixados por sua família, definitivamente, como vimos no caso de Antônio, ou temporariamente, como veremos no caso de Laurindo Neves.

Em um dia do mês de dezembro de 1945, Laurindo, um menino de 15 anos de idade, moreno, sem instrução e faxineiro, estava passando por uma das ruas de Curitiba quando viu um cavalo de cor “tordilho branco” e imediatamente o pegou pelo cabresto e o levou, provavelmente, muito feliz, até a Praça Tiradentes com a intenção de vendê-lo. Entretanto, assim que o menino chegou à praça foi preso por um investigador que o interrogou sobre a procedência do animal.

O menino, possivelmente assustado, confessou no mesmo instante que o havia encontrado na rua e o pegado para si. Dessa forma, foi levado junto com o animal para a DSP e apresentado por furto em obediência ao artigo 4º do feito pelo Decreto Lei 6.026 de 24 de novembro de 1943⁸⁰. A queixa havia sido do proprietário

5º Que, V. Exa., como sempre, no louvável intuito de proteger a infância, e pelas informações fornecidas pela Polícia, e outras colhidas, resolveu determinar o internamento dos aludidos menores na Escola de Capatazes, nesta cidade.

6º No entanto, data vênica, o suplicante quer ponderar (056) a V. Exa. Que os menores em questão não são as pessoas que informaram ser, e que sua progenitora, a assistida do suplicante, é senhora idônea, trabalhadora, honesta e capaz de ter sob sua internados.

7º Que o Sr. Urbano de Tal, que pelo telefone prestou informações a V. Exa., não disse a verdade, inclusive quanto a sua profissão, - pois, não é mais do que um simples proprietário de farmácia, e sem relações de amizade com a família da assistida (AUTOS, 1940- grafia original).

⁸⁰ De acordo com o artigo Art. 4º: Logo que tiver conhecimento da prática, por menor de 14 a 18 anos, de fato considerado infração penal, a autoridade policial iniciará investigações e fará apresentar o menor ao Juiz competente. § 1º O Juiz, depois de ouvir o menor e o pai ou responsável, resolverá sobre o seu destino provisório e marcará prazo para a terminação das investigações policiais.

§ 2º Recebidas e autuadas as investigações, o Juiz mandará abrir vista do processo ao Ministério Público, pelo prazo de cinco dias.

§ 3º A seguir, o Juiz determinará as diligências que devam ser feitas, marcando o prazo respectivo.

do animal, que provavelmente, satisfeito levou o cavalo de volta. Quanto ao menino, foi encaminhado para realizar exame de estado físico, mental e moral.

O laudo do exame de estado físico, mental e moral, realizado pelo instituto médico legal, em 7 de janeiro de 1946 e encaminhado pelo DSP ao Juiz, Eduardo Xavier da Veiga, apontou que “o examinado apresenta caracteres de déficit, de inteligência constitucionais, expressos em estigmas de degeneração física, e infantilismo nas atitudes e compreensão” (AUTOS, 1946).

Nestas condições, o menino foi encaminhado para a Escola de Pescadores “Antônio Serafim Lopes”, na Ilha das Cobras em Paranaguá. Ao lado do nome do menino, no Termo de Declarações realizado no dia 26 de abril, na Escola de Pescadores Antônio Serafim Lopes, na Ilha das Cobras, está escrito em letras maiúsculas, entre parênteses “indivíduo com tendência para o mal” (AUTOS, 1946).

Diante disso, o laudo do exame de estado, físico, mental e moral, não foi levado em consideração como previa o Código de Menores de 1927 em seu Art. 69, § 1º⁸¹, segundo o qual deveria ser dado tratamento de saúde ao menino que tivesse qualquer tipo de alienação ou deficiência mental.

Não consta que ninguém tenha procurado por Laurindo até que em 20 de dezembro de 1946, nove meses depois, a mãe escreveu ao Diretor da EPASL, solicitando informações sobre o filho. E em três de janeiro de 1947 o diretor respondeu a carta da mãe, Aurora Neves, nos seguintes termos:

[...] de fato o marginado acha-se internado nesta escola desde 23 de janeiro de 1946.

Procedimento: - presentemente o seu filho [...] tem tido ótimo comportamento, estando em condições de voltar ao seio de sua família.

Desligamento: - para o mencionado menor ser desligado desta escola, V.S. deverá ir ao Juizado de Menores dessa Capital e procurar informar-se de que forma deverá redigir o requerimento ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Menores, no sentido de obter a liberdade de seu filho (AUTOS, 1947).

A mãe seguiu as instruções do diretor da EPASL e seis dias depois se dirigiu ao Juizado de Menores, onde solicitou o desligamento de seu filho, informando que recebeu uma carta do diretor em que se colocou como favorável ao seu desligamento.

§ 4º Completadas as diligências, o Juiz ouvirá novamente o menor e, conclusos os autos, decidirá no prazo de cinco dias (BRASIL. 1943).

⁸¹ O § 1º do Art. 69 do Código de Menores de 1927 expõe que: “se o menor sofrer de qualquer forma de alienação ou deficiência mental, for epilético, surdo-mudo, cego ou por seu estado de saúde precisar de cuidados especiais, a autoridade ordenará seja submetido ao tratamento apropriado (BRASIL, 1927).

Em informação ao Juiz, o Comissário de Menores relatou que a mãe de Laurindo não morava com o homem que o menino mencionou como sendo o seu pai, porque Miguel Caetano a abandonou e também desertou do corpo de Bombeiros. Afirmou que o pai do menino é Antônio Martins, que os abandonou quando o menino tinha um ano e nunca mais os procurou.

Perante estas informações do Comissário, o Juiz solicitou novamente declarações da mãe, que compareceu ao Juizado em 29 de maio de 1947, às 14h, na sala de audiência. Perante as indagações do Juiz, a mulher informou que tinha 35 anos de idade, era solteira, doméstica, residente à Avenida Iguazu, sabia ler e escrever e declarou:

Que por ocasião do recolhimento do menor seu filho [...] à Escola da Ilha das Cobras, a declarante não se encontrava nessa Capital, mas, sim, na cidade de Paranaguá, onde fôra a passeio; - que somente após o seu regresso de Paranaguá é que a declarante veio a saber daquele recolhimento, por intermédio de uma sua irmã; que soube igualmente que a causa desse recolhimento fôra ter Leocádio furtado um cavalo, ignorando, porém, de quem; - que seu filho [...] nenhuma outra falta cometeu, a não ser a que acima apontou; [...] que a declarante trabalha por dia, no serviço de limpeza de casa de família desta cidade (AUTOS, 1947).

A mulher não explicou o motivo de ter levado nove meses para procurar o filho. Provavelmente a mãe teve muita dificuldade de acesso ao menino devido às suas condições sociais e à dificuldade de compreender como agir com a documentação para retirar o filho daquela situação. Mas a mãe conseguiu o seu objetivo, na medida em que, em 14 de julho de 1947, o menino, que segundo o laudo médico não compreendeu que tomar para si um cavalo que passava na rua era um furto, foi entregue sob TRG a sua mãe, depois de ter passado um ano e seis meses internado na estigmatizada escola da Ilha das Cobras.

Esse e outros casos de meninas e meninos que ficavam muito tempo internados, sem que a família os procurasse, sinaliza que no Paraná da década de 1940 a situação era semelhante à de Santa Catarina na década de 1930, diante das assinalações de Arend (2011) de que:

Para as populações pobres, obter tais documentos oficiais demandava grandes esforços: compreender qual deveria ser o teor daquele “papel” e por que este era importante naquele contexto; ausentar-se do trabalho e dirigir-se às repartições públicas; solicitá-los diretamente aos seus patrões, às autoridades ou a quem pudesse interceder em seu nome; pagar as custas da emissão dos mesmos, etc. (AREND, 2011, p. 106).

Compreendemos que o que determinou a internação de Laurindo na EPASL foi o fato de nenhum responsável ter se interessado pelas condições do menino. Quando a mãe solicitou que o menino fosse desinternado e comprovou que tinha condições de educá-lo, conseguiu levá-lo consigo.

Na análise dos Autos dos Processos percebemos que havia encaminhamentos específicos para os meninos, a depender da ação que praticaram. No caso dos meninos que foram acusados de assassinar seus pais, foram encaminhados de suas cidades para o Juizado de Menores da Capital, apenas para cumprir a medida regenerativa ou reeducativa. Foram julgados pelo Juiz de Direito e seus processos encaminhados para o Juiz de Menores. Mas mesmo que o Decreto-Lei se referisse aos meninos de 14 a 18 anos que praticassem infrações penais, o Juiz de Menores levava em consideração na liberação ou não dos meninos para suas famílias muito mais o interesse da família pela regeneração do infrator do que o grau de periculosidade do ato. A infração praticada poderia ser considerada em menor ou maior grau de periculosidade, dependendo da forma como a família reagia ao acontecimento. Portanto, podemos considerar que no Paraná a periculosidade estava associada à condição de desvalia. Meninos que não tinham o apoio da família para a regeneração ou reeducação permaneciam nas instituições por um longo período, mesmo que somente tivesse se apropriado de um cavalo que vagava pelas ruas.

Os meninos maiores de 14 anos que cometiam um crime eram julgados pelo Juiz de Direito e ficavam presente nas audiências, já os meninos menores de 14 anos não participavam de um julgamento. Neste sentido havia uma grande diferenciação entre o tratamento que recebiam os “menores abandonados” e os “menores infratores”, assim como assinalou, Arend (2011, p. 109)⁸². No entanto, um menino menor de 14 anos que não era julgado pelo Juiz de Direito, mas encaminhado para reeducação pelo Juiz de Menores poderia ficar mais tempo em uma instituição do Estado, pela possibilidade de aumento da periculosidade, de um menino que não tinha o apoio da família. Portanto, podemos considerar que era válido para o contexto paranaense, no período pesquisado, as ideias de Foucault (2002):

⁸² Arend (2011) assinala que na década de 1930, em Santa Catarina “os procedimentos que envolviam os Autos de Processos Crimes eram diferentes dos imputados aos Autos de Abandono Administrativo de Menores, uma vez que os jovens acusados de cometer infração compareciam às audiências onde as testemunhas eram inquiridas” (ARENDT, 2011, p. 109).

Toda a penalidade do século XIX passa a ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer.

Assim, a grande noção da criminologia e da penalidade em fins do século XIX foi a escandalosa noção, em termos de teoria penal, de periculosidade. A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam (Foucault, 2002, p.85).

Ao considerar que um menino que havia assassinado o pai, mas possuía uma família estruturada socialmente, era menos perigoso para a sociedade do que um menino desvalido que havia se apropriado de um cavalo, as ações do Juizado de Menores julgavam não somente o que os meninos haviam feito, mas o que poderiam fazer de prejudicial para a sociedade se ficassem livres. Ser considerado uma “vítima” ou um “vilão” social não dependeria somente do ato que praticara, mas das interpretações do Juiz de Menores, frente ao contexto social e familiar em que viviam.

Os meninos considerados delinquentes e também pobres e desvalidos tinham maiores dificuldades em sair da instituição de regeneração ou reeducação do Estado e alguns permaneciam até os 21 anos de idade. Assim, o Estado tinha lugares específicos para (re) educar meninas e meninos a depender da idade, do sexo e dos motivos que chegavam ao Juizado de Menores.

4. “LUGARES DO ABANDONO” – EM OUTRA FAMÍLIA, NA FAMÍLIA DE ORIGEM E NA INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA: EM BUSCA DA ESCOLARIZAÇÃO

Passa, criança... Segue o teu destino.

Além é o teu encontro.

Estarás sentado, curvado, taciturno.

Sete “homens bons” te julgarão.

*Um juiz togado dirá textos de Lei
que nunca entenderás.*

- Mais uma vez mudarás de nome.

*E dentro de uma casa muito grande
e muito triste - serás um número.*

Cora Coralina

4.1 “Um lugar de servidão” – Meninas e meninos para outra família educar:

Diante de uma família que não conseguia manter um filho ou uma filha e do número insuficiente de vagas nas instituições mantidas pelo Estado, o Juiz de Menores encaminhava o menino ou a menina para uma família que fosse considerada “idônea” sob TRG.

O fato de que a assinatura do Termo de Responsabilidade e Guarda punham as meninas e os meninos, em condições de servidão fica evidente quando Helena França, no dia 8 de junho de 1943 saiu da casa de seu novo responsável e se dirigiu ao Juizado de Menores para relatar que a família com a qual estava vivendo era pobre e não tinha condições de sustentá-la, tampouco de pagá-la.

As declarações da menina são reiteradas pelo depoimento do responsável que se diz tipógrafo, com ganho escasso e suficiente apenas para o sustento da família. E o próprio responsável indicou uma pessoa que poderia empregá-la e pagá-lhe um salário.

A colocação de uma menina ou de um menino na casa de uma família, na maioria dos casos, não retratava a bondade de famílias que por generosidade optavam por cuidar e educar uma criança que estivesse em completo estado de abandono.

A saga da menina, Helena França, nos aponta que muitas dessas crianças eram levadas às famílias, sob TRG, para trabalharem em serviços domésticos, como servas, sem uma remuneração específica. Assim, em 04 de outubro de 1943, Helena se encontrava no Juizado de Direito da Lapa, depois de ter passado pela casa de outra família e pela Escola de Reforma (localizada no Asilo São Vicente de Paulo). O Juiz de Direito da Lapa, Francisco F. Beltrão, enviou nessa data a seguinte carta para o Juizado de Menores de Curitiba:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex. que a autoridade policial desta cidade localizou numa casa de pensão de meretrizes a menor Helena França, de 15 anos de idade, a qual alegou ter se foragido no dia 24 de setembro último do Asilo São Vicente de Paula, sob a jurisdição de V. Ex. Referida menor foi apreendida e em seguida entregue provisoriamente aos cuidados de uma família desta cidade, até ulterior deliberação de V. Ex. Tal menor, interrogada por este Juízo, mostra-se com ânimo de reiterar sua fuga daquele asilo, caso seja lá novamente internada, dizendo preferir empregar-se em casa de família, solicitando sejam remetidas suas malas de roupas que deixou no asilo. A menor conduziu-se a esta cidade em companhia de uma meretriz que a encontrou em Curitiba, em um caminhão. Aguardando a deliberação de V. Ex. apresento a reiteração de meus pretextos de alto apreço e distinta consideração (AUTOS, 1943).

A carta nos dirige para o fato de que a menina, de 15 anos, queria trabalhar e receber uma remuneração, quer seja, em uma família que a remunerasse, quer seja, em uma pensão de meretrizes. Helena estava disposta a fugir novamente, caso fosse encaminhada para a Escola de Reforma, situada no Asilo São Vicente de Paula. A menina não se intimidaria em fugir novamente se esse fosse o único mecanismo que restasse para ir contra a ordem estabelecida. Helena não queria uma família ou uma instituição que a abrigasse e ditasse regras, sem nenhuma remuneração.

Em resposta à carta do Juiz de Direito da Lapa ao Juizado de Menores de Curitiba temos a afirmação de que Helena “é maior de idade e não está mais na jurisdição deste Juizado de Menores”. Entretanto, não podemos saber se a menina, realmente, era maior de idade, na medida em que as informações colhidas, a respeito de Helena, pelo Juizado de Menores, eram bastante contraditórias. Em dado momento, até o nome da menina foi questionado quando o Delegado de Polícia de Farroupilha (RS) encarregado de investigar a vida da menina informou ao Juizado de Menores de Curitiba que a menina se chamava Ana França e era de uma família de seis mulheres onde todas eram meretrizes por serem de uma família paupérrima e não terem outra forma de subsistência.

Vale lembrarmos que, em investigações anteriores já se havia afirmado que a menina se chamava Helena França. Provavelmente, a família tinha seis filhas desvalidas e quando indagada sobre as mesmas, não sabia a quem estavam se referindo. Neste sentido, a real identidade dessa menina pode nunca ter sido revelada.

O fato é que mesmo com a resposta de que Helena já havia atingido a maioridade, provavelmente ainda era “menor” de idade, já que o seu Processo foi arquivado somente no dia 03 de março de 1947. Porém, para Helena, a resposta do Juizado de Menores de Curitiba, pode ter significado a chance, que tanto almejava, de tomar o rumo da própria vida empregando-se em uma casa de família que pudesse pagar a remuneração desejada ou decidindo-se pela vida de meretriz. Que a decisão por um desses dois mundos, nos quais a menina parece que sempre esteve inserida, seja a parte dessa História que cada um de nós possa se incumbir de decidir...

A situação de servidão, principalmente das meninas, no interior das famílias que assinavam o TRG foi percebida por Pedro (2011) ao assinalar que:

Muitas dessas crianças morriam cedo, desnutridas, doentes. Outras eram “dadas a criar”. Algumas tinham sorte, eram “adotadas” pelas famílias que as abrigavam; outras crianças, **especialmente as meninas, tornavam-se “criadas de servir, chamadas às vezes de “filhas de criação”** [...]. A cama onde dormiam, as poucas roupas, a comida e, às vezes, até os materiais para escola, eram considerados como “pagamento” pelo trabalho que faziam. **Tratava-se de um modo de servidão** (PEDRO, 2011, p. 18).

Essa condição de servidão em que se encontravam as meninas que eram liberadas da instituição de assistência às casas das famílias, sob TRG, parece ser uma situação em que a instituição, o Juizado de Menores e as famílias tinham como principal objetivo de educação para as meninas a formação para os serviços domésticos. Porém, percebemos que algumas resistiam e contestavam as colocações familiares, contundentemente, de forma a lutar pelos seus próprios interesses. Nessa dimensão, Arend (2011) aponta que “as filhas dos pobres urbanos, nos anos de 1930 e 1940, pareciam não poder escapar da sina do labor, porém algumas, a partir de determinada idade, labutavam para empregar os resultados de suas jornadas de trabalho diário segundo os seus interesses” (AREND, 2011, p. 319).

Em condições semelhantes, alguns meses antes da provável primeira passagem de Helena França pelo Juizado de Menores, foram encaminhadas de Guarapuava para Curitiba, no dia 16 de outubro de 1939 duas meninas: Mariana de Assis e Jussara de Tal.

As duas meninas foram encaminhadas para a Escola de Preservação na mesma data, contudo, o TRG por Mariana foi assinado somente dois meses depois que a menina estava com outra família.

Jussara ficou na instituição até 29 de janeiro de 1940, quando também foi encaminhada para uma família. A saída da menina da instituição foi endossada pela Irmã Diretora que informou ao Juiz de Menores que o possível responsável estava em "condições morais e materiais de bem zelar e cuidar da educação da menor requerida" (AUTOS, 1940).

Se por um lado, Jussara não mais apareceu nas páginas de seu processo no Juizado de Menores, Mariana teve uma trajetória muito parecida com a de Helena. Circulou entre famílias e a Escola de Reforma, até o ano de 1943, quando foi enviada para uma família e seu processo foi arquivado. A pessoa que assinava o Termo de Responsabilidade e Guarda era sempre descrita pela Irmã responsável pela instituição como pessoa idônea e capaz de educar a menina. Durante o período de 16 de outubro de 1939 a 13 de outubro de 1943 a peregrinação de Mariana foi intensa, conforme o Quadro n.9:

Data	Local
16/10/1939	Escola de Preservação
16/10/1939	Enviada para a Família 1
13/12/1939	Enviada para a Família 2
11/03/1940	Enviada para a Família 3
07/06/1940	Enviada para a Família 4
27/06/1940	Enviada para a Família 5 onde cometeu furto em 09/07
10/07/1940	Enviada para a Família 6
11/07/1940	Enviada para a Família 7
05/09/1940	Enviada para a Família 8
04/01/1941	Enviada para a Família 9
10/01/1941	Enviada para a Família 10
04/03/1941	Escola de Reforma
20/04/1942	Enviada para a Família 11
12/10/1943	Apresenta-se ao Juizado de Menores

13/10/1943	Enviada para a Família 12
------------	---------------------------

QUADRO n.9: FAMÍLIAS PARA ONDE MARIANA FOI ENCAMINHADA

FONTE: Elaborado a partir de informações contidas nos processos do Juizado de Menores (AUTOS, 1939-1943).

O quadro n.9 nos indica que o primeiro encaminhamento do Juiz de Menores direcionado à menina foi à Escola de Preservação, entretanto, possivelmente, devido à superlotação Mariana foi encaminhada para uma casa de família.

Durante suas passagens por 12 famílias, somente em uma família, a quinta, a menina cometeu um delito e foi levada para o Juizado de Menores pela família. Identificamos que o período de maior permanência da menina foi de 1 ano e 2 meses na Escola de Reforma, onde saiu somente porque foi enviada para a casa da família 11, o que provavelmente não era o seu desejo, já que permaneceu nessa família apenas alguns dias.

Quando Mariana se apresentou ao Juizado de Menores, levou consigo outra menina que também estava sob TRG da mesma família e ambas pediram para serem encaminhadas a um Abrigo.

O pedido das meninas para que fossem encaminhadas para um “Abrigo” aponta para o fato de que a situação que enfrentavam na casa das famílias “idôneas” e “ilustres” da sociedade curitibana da época, como juízes, advogados, médicos, jornalistas e professoras, na maioria dos casos, não era nada agradável.

O desejo de Mariana de ir para um Abrigo não foi atendido, e no dia seguinte, a menina já estava sob TRG de outra família. Enfim, depois de quatro anos circulando pelas casas de famílias, resistindo e contestando talvez a menina estivesse cansada e restou-lhe a submissão, mas pode ser que, finalmente, tenha encontrado uma família que a tirou de sua condição de desvalida.

Assim como Mariana, outras meninas resistiam aos encaminhamentos do Juizado de Menores. Maria Paula em 8 de janeiro de 1940, com aproximadamente 17 anos de idade, e órfã de pai e mãe, foi apresentada ao Juizado de Menores por ter se evadido da casa do tutor, residente em Piraquara. A menina relatou que não desejava mais viver na companhia do tutor e foi encaminhada para a residência de outra família sob TRG. Mas não permaneceu nessa família e, em 11 de janeiro outro TRG foi assinado por um médico. Porém no dia 25 de março já estava sob TRG de um comerciante.

Contudo, evadiu-se da casa do comerciante e às 4h30 da manhã do dia 28 de março, a menina apresentou-se ao Comissariado de Menores alegando que não queria mais ficar na casa do seu responsável. Como estava fora do expediente o comissariado encaminhou a menina para a casa da irmã do Dr. Lauro Lopes⁸³. E, finalmente, parece que a menina se sujeitou e o processo foi arquivado.

Percebemos que o horário em que os meninos e as meninas mais conseguiam efetivar as suas fugas era durante a noite, provavelmente enfrentavam menos obstáculos diante do sono de seus responsáveis.

Há raras situações em que a família de origem se preocupava com o rumo da vida do filho inserido em outra família, como foi o caso de Victor Mileski. O menino de 10 anos estava com uma família em São Paulo sob a aquiescência da mãe. No entanto, em 10 de janeiro de 1941, a mãe solicitou o menino de volta. O Juizado de Menores investigou e solicitou que o menino fosse reencaminhado para Curitiba.

O menino voltou bem cuidado e trazendo uma carta bastante preocupada do casal com quem estava residindo, o que parece ter deixado a mãe tranquila a ponto de solicitar que o menino voltasse para a companhia do casal. Neste caso, percebemos que havia famílias que não queriam a criança somente para auxiliar em um serviço, inclusive se preocupando com a sua escolarização.

Em muitas situações estar sob TRG de uma família era uma opção dos próprios meninos ou meninas. Mesmo que depois se arrependessem, como aconteceu com Marilena.

Em 24 de setembro de 1941, um cirurgião dentista, brasileiro, casado e residente em Curitiba foi até o Juizado de menores requerer que o Juiz se dignasse a nomeá-lo responsável por Marilena Kenski. A menina, com aproximadamente 18 anos de idade, era natural de Papagaios Novos, no município de Palmeiras e declarou ao Juiz que tinha pai e madrasta, mas que era maltratada pela madrasta e por esse

⁸³ Não há informações precisas sobre Lauro Lopes. De acordo com a Wikipédia (2014) Lauro Sodré Lopes nasceu na capital paranaense no ano de 1898 e realizou todos os seus estudos em sua cidade, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da antiga Universidade do Paraná (atual UFPR) em 1919. Recém-formado, foi nomeado promotor público em Santa Catarina, exercendo este cargo até 1924 quando solicitou exoneração para dedicar-se à advocacia. Em 1929 retornou a sua cidade natal, pois foi nomeado, novamente para a promotoria pública de Curitiba. Além da promotoria, também exerceu os cargos de curador de órfãos, ausentes e interditos, chefe de polícia e foi professor universitário. Em 1945 foi eleito deputado federal pelo Paraná, ocupando esta cadeira em outros três mandatos. No dia 25 de junho de 1954 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná e entre 1961 e 1962 foi presidente desta instituição. Faleceu em Curitiba no dia 7 de março de 1964.

motivo pediu ao pai que a deixasse vir para Curitiba na companhia da família do dentista que já conhecia, onde se sentia bem e não desejava sair de lá.

Diante das declarações da menina, o Juiz autorizou que o dentista assinasse o TRG por Marilena. No entanto, parece que a saída da menina da casa do pai não foi conforme o seu relato, na medida em que no dia 19 de setembro o Juiz havia recebido um ofício do Delegado de Segurança Pessoal afirmando: “Tenho a honra de apresentar a V. Exa. a menor Marilena Kenski, que fugiu da casa de seus pais, residentes em Papagaios Novos, município de Palmeira, a fim de que V. Exa., tome as medidas que achar acertado” (AUTOS, 1941).

Deste modo, o cirurgião dentista não foi espontaneamente pedir que o Juiz o nomeasse responsável por Marilena, mas provavelmente a família levou para sua residência a menina fugida ou até mesmo a convenceu a vir para Curitiba. No entanto, não parece que o Juiz tenha solicitado a presença do pai da menina a fim de esclarecer os fatos. E o Comissário de Menores, Eugênio Silva, já havia, mais uma vez, tomado o seu lado, na medida em que mesmo diante do ofício do Delegado de Palmeira, informou ao Juiz, no dia 14 de outubro de 1941, que a menina:

[...] veio a esta cidade com prévia autorização paterna e em virtude de sua madrastra lhe dar maus tratos e não a querer mais em sua companhia sendo que por esse motivo veio ficar com a família do Dr. Manoel Brasil que já é sua conhecida desde os tempos em que a mesma residia em Papagaios Novos, sendo que está muito satisfeita e é tratada com muito carinho e respeito (AUTOS, 14/10/1941).

A satisfação da menina, relatada pelo Comissário, não durou muito tempo, na medida em que em 26 de fevereiro de 1942, por volta das 13h, Marilena fugiu da residência do cirurgião-dentista levando consigo as suas roupas. O responsável foi até o Juizado de Menores na mesma data e comunicou que:

[...] diante da fuga, obrigo-me, como responsável, a fazer a presente comunicação para que Vossa Excelência mande tomar as providências que o caso exigir e deixar sem efeito o termo de responsabilidade acima referido, porquanto deixo de ser desde esta data e hora responsável” (AUTOS, 1942).

Algo que contrariava as intenções da menina aconteceu para que mudasse de ideia depois de 4 meses. Uma das hipóteses é a de que a menina esperasse receber um salário e isso não tivesse acontecendo, na medida em que nas suas primeiras declarações afirmou ao Juiz que “disse ao seu progenitor que desejava sair de casa a fim de se empregar em casa de alguma família [...] ingressou então na casa da

família do dentista” (AUTOS, 1941). Talvez tenha se arrependido e voltado para a casa da família, diante do fato de que nada mais consta sobre a menina nos Autos de Processos.

Já o caso de Amélia Souza não foi nada parecido com o de Marilena que passou pela casa de somente uma família sob TRG. Amélia iniciou sua passagem por diversas famílias a partir de 17 de outubro de 1941, quando estava com 14 anos de idade. Analisemos o Quadro n.10:

Data	Encaminhamento
17/10/1941	Família 1
29/10/1941	Família 2
07/11/1941	Família 3
19/01/1942	Família 3
02/02/1942	Família 4
11/09/1941	Família 5
28/09/1942	Escola de Reforma
11/09/1945	Família 6

Quadro n.10: FAMÍLIAS PARA ONDE AMÉLIA FOI ENCAMINHADA

FONTE: Elaborado a partir de informações dos processos do Juizado de Menores (AUTOS, 1941-1945)

O quadro n.10 nos auxilia a identificar a passagem da menina por 6 famílias. A família 2 devolveu a menina e pediu que fosse dado baixa no TRG assinado pelo fato de a menina “não gostar de cuidar de crianças” (AUTOS, 1941).

Compreendemos que o objetivo daquela família ter se responsabilizado pela menina era ter uma pessoa que a servisse e gostasse de cuidar das crianças.

A família 4 diz respeito a um estudante, solteiro. A menina fugiu de sua residência no dia 26, apenas 24 dias depois da assinatura do TRG. O Comissário relatou que “o s.r. Amauri não sabe esclarecer o motivo que levou a menor [...] a cometer tal ato, porquanto a referida menor sempre foi muito obediente e cuidadosa.” (AUTOS, 1942).

Notamos que não havia nenhuma preocupação do Juizado de Menores em colocar uma menina de 14 anos sob TRG de um estudante solteiro. Talvez a menina tenha se sentido constrangida com alguma atitude do estudante e resolvido evadir-se.

Porém, pode ser que o fato de estar sob TRG de um estudante solteiro não fosse o motivo da fuga da menina, na medida em que se evadiu da residência da Família 5 também. Provavelmente, Amélia não queria ser uma serva em casa de uma família, diante de que o Comissário informou ao Juiz que Amélia “foi recolhida à Escola de Reforma [...] por haver fugido da residência da senhora Ligia Renard e andar perambulando pelas ruas da cidade e não desejar ir para casa de família” (AUTOS, 04/01/1943).

Portanto, as informações do Comissário deixam claro a intenção da menina de não ir para a casa de uma família que assinasse um TRG. Talvez porque já soubesse que o documento não seria cumprido.

No entanto, o desejo da menina foi respeitado apenas por dois anos. No dia 11 de setembro de 1945 a menina foi encaminhada para a 6ª família. E lá deve ter permanecido por muito tempo já que o seu processo foi arquivado.

Para Amélia, o melhor lugar para ser educada seria a Escola de Reforma. A menina não fugiu da Escola de Reforma e permaneceu em estado de sujeição por 3 anos até ser encaminhada para a residência da última família.

Se para Amélia o melhor lugar para estar, depois de passar por diferentes casas de família, era a Escola de Reforma, para Lara Santos Lima, a casa da família, a quem a mãe lhe entregara, seria sua melhor opção. A menina foi apresentada em Juízo, em 12 de fevereiro de 1957, quando estava com 10 anos de idade, por solicitação do casal Gilson Pereira e Matilde Rodrigues Pereira que queria assumir TRG sob a mesma. A menina relatou:

[...] que a mãe da declarante entregou a declarante para D. [...] criar; que está muito contente na casa onde se encontra; que não pretende voltar com sua mãe; que a mãe da declarante mora em Cornélio Procópio; que o pai da declarante é falecido há muito tempo; que a mãe da declarante ficou três dias nesta cidade a-fim-de internar a declarante, mas ela não conseguiu; que a declarante presta serviços leves em casa de D. [...], onde diz estar muito satisfeita; que a declarante tem mais três irmãs, junto com sua mãe em Cornélio Procópio; que a sua mãe para poder se sustentar lava roupa para fora; que a declarante tem uma irmã que mora com seu tio em São Paulo (AUTOS, 1957, s/p).

O casal fez declarações muito parecidas em que afirmava que em fevereiro a mãe de Lara entregou a menina para ambos, na casa onde residiam. A mãe da menina alegou ao casal que era muito pobre e não poderia educar e criar a menina, já que possuía mais sete ou oito filhos, porém já tinha dado quase todos a pessoas que os

quisessem para criar. Matilde assinalou que a mãe da menina comunicou que morava em Cornélio Procopio e que verificou “pela indumentária” que era pessoa muito pobre.

Em relação ao motivo de a mãe da menina a ter entregado ao casal e não ao Juizado de Menores, Matilde declarou que “dita mulher alegou, então que encontrou muita dificuldade no Juizado para poder internar sua filha, razão porque teve necessidade de procurar uma família a fim de fazer entrega da menor” (AUTOS, 1957, s/p).

Provavelmente, quando a mãe de Lara foi até o Juizado de Menores já estava determinada a deixá-la, mas devido à falta de vagas nas instituições de assistência, resolveu que era melhor para a menina ficar em outra família que ter que voltar para sua própria família e viver na miséria. Entendemos, pelas declarações da menina e da família que assinou o TRG, que ambos estavam satisfeitos com aquele arranjo. A menina de apenas 10 anos estava satisfeita por ter saído de uma situação de provável miséria e o casal estava satisfeito por ter encontrado uma menina que os auxiliasse nos serviços domésticos e no cuidado com três crianças, pois Rosa declarou também que tinha um filho e mais dois sobrinhos que eram apresentados como filhos.

O Serviço de Colocação Familiar era realizado pelo Juizado de Menores, Pelo DAS, pelas instituições de assistência e havia também um Serviço de Colocação Familiar da Capital, vinculado ao DECcr, considerado pelo governador como profilático:

Esta modalidade específica de amparo à criança, que se acha em funcionamento desde 1948, com os melhores resultados, não se restringiu somente a essa finalidade, mas intensificou, ainda, a profilaxia do abandono. Em 1957, 67 crianças foram beneficiadas, das quais 43 colocadas em lares estranhos, 3 internadas em abrigo, 19 recuperadas na própria família e 2 entregues ao Juizado de Menores (PARANÁ. 1958, p. 179).

Os apontamentos do governador nos levam a considerar que muitos meninos e meninas poderiam ser colocados em famílias, pelo próprio Estado, sem passarem pelo Juizado de Menores. Talvez isso explique o fato de encontrarmos, principalmente as meninas nos Autos dos Processos do Juizado de Menores, por terem fugido de famílias não parentais com as quais residiam, sem terem assinado um TRG. Havia também a possibilidade da própria família entregar o menino ou a menina para outra família criar.

Porém, não há nenhuma pista de que em algum momento da História Paranaense houve algum tipo de auxílio financeiro do Estado para as famílias que

tinham um menino ou uma menina sob TRG, como aconteceu em Florianópolis (SC), de acordo com Arend (2011, p. 194)⁸⁴.

Mesmo sem nenhum auxílio pecuniário, havia tanto interesse no Serviço de Colocação Familiar, no Paraná, em todo o período pesquisado, que segundo o governador (PARANÁ, 1958, p. 180) havia uma Sub-Agência⁸⁵ de Colocação Familiar em Ponta Grossa, criada na década de 1950.

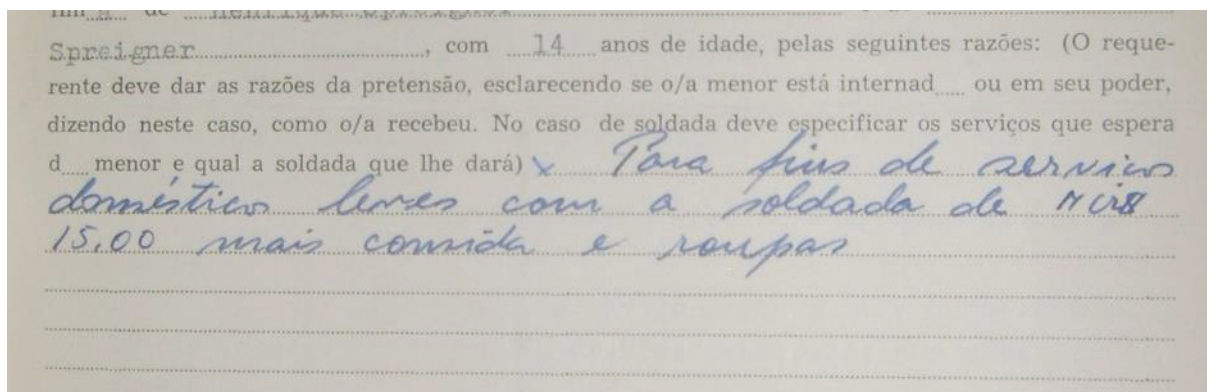


Figura 6 - Termo de comprometimento em pagar uma soldada em 1966
FONTE: Juizado de Menores (AUTOS, 1966)

Nos Autos da década de 1960, meninos e meninas continuaram a ser encaminhados sob TRG para as famílias, em colocações familiares. Mas já aparece a opção de estar com o menino ou a menina sob “soldada” (Figura 6), que era um valor que os responsáveis deveriam depositar na Caixa Econômica Federal em nome do menino ou da menina para que pudessem retirar, após os 18 anos. No entanto, os valores que deveriam ser depositados, nem sempre estavam na CEF quando o Juizado de Menores, solicitava os comprovantes de depósito, como no caso de Nair Monteiro, em 1957. Portanto, a soldada, poderia ser apenas um engodo para a exploração de uma menina ou um menino que por viver na miséria, a visualizavam como a solução para a sua sobrevivência. Neste sentido, havia muitas famílias que se encaminhavam ao Juizado de Menores para garantir a sobrevivência de seus filhos e filhas.

⁸⁴ Arendt (2011, p. 194) assinalou que em Florianópolis (SC) para solucionar os problemas de meninas e meninos desvalidos foi oferecido pelo Estado um auxílio pecuniário às famílias de comprovada idoneidade, até ser construído o Abrigo de Menores.

⁸⁵ De acordo com o governo paranaense a instituição funcionou anexo ao Hospital Infantil “Getúlio Vargas”, desde a sua criação em fevereiro de 1949, prestando suas atividades em favor da população daquele município, com os seguintes resultados: Colocação Familiar – 65, Processos – 161, Internamentos para colocação – 58, Serviço Médico – 127 (PARANÁ, 1958, p. 180).

No entanto, o fato de meninas e meninos passarem pelo Juizado de Menores não diminuía a possibilidade de serem explorados, na proporção em que mesmo, legalmente garantidos pela assinatura de um TRG, poderiam ser empregados tanto nos serviços domésticos, como nas ruas.

4.1.1 “Um lugar de exploração” – Em famílias que assinavam o Termo de Responsabilidade e Guarda

O fato de uma criança de 10 anos que estava sob Termo de Responsabilidade e Guarda de uma família, ser utilizada nos serviços domésticos e no cuidado de crianças menores, como foi o caso de Amélia, consistiu em uma ação bastante corriqueira, no período de 1940 a 1969, e aceita pela sociedade e pela justiça. No entanto, havia meninas e meninos que eram explorados fora do ambiente doméstico-familiar o que resultava em reações da sociedade que pressionava o Delegado, o Comissário de Menores e o Juiz de Menores a investigar a situação.

Nessas condições encontramos Alice de Jesus, no dia 8 de outubro de 1941, “aparentando ter 10 anos de idade, com cabelos castanhos crespos, olhos castanhos escuros e cor morena clara” (AUTOS, 1941) que foi detida na Praça Zacarias por um guarda civil por pedir esmolas. O Delegado de Segurança Pessoal apresentou a menina ao Juizado de Menores e relatou que Celina Blanco, a possível responsável, declarou que:

[...] a menor lhe foi entregue a 6 anos, por uma tia da mesma, que ia entregá-la ao Juizado de Menores, com mais duas irmãs, para ficarem internas no Abrigo de Menores. Que ultimamente tem faltado as aulas, e que ontem furtou de uma residência particular 8 cactus, e que após praticar o furto fugiu, sendo então detida pela D.V.I. por indicação do queixoso (AUTOS, 1941).

Diante das declarações de Celina, a menina lhe foi entregue, no dia 9 de outubro, sem que fosse realizada nenhuma investigação. O Comissário informou em 17 de outubro que a mulher “sob cuja responsabilidade e guarda está a mesma, goza de ótimas condições morais e materiais fazendo tudo para que nada lhe falte”. (AUTOS, 1941).

As informações do Comissário parecem ser de praxe, não pudemos evidenciar que de fato o Comissário se deslocava até as residências e analisava as reais condições de cada menino ou menina que estava sob TRG, na medida em que em 7

de novembro a menina foi apresentada ao Juiz, novamente, pelo Delegado de Segurança Pessoal por “andar pedindo esmolas nas ruas da cidade, em nome do Asilo de Órfãos”. A Delegacia de Segurança Pessoal informou ao Juiz aquilo que deveria ser informado pelo Comissário de Menores, isto é que a menina era tutelada por Lucio Toller que residia na companhia de sua amásia na Rua Brigadeiro Franco, 833.

Perante essa informação, o Comissário parece que se empenhou em investigar a vida da menina e informou ao Juiz que a menina:

[...] é natural de Blumenau, Estado de Santa Catarina, nascida no dia 13 de abril de 1931, cor morena clara, de religião católica, filha de pais ignorados. A avó [...], vendo que a sua filha maltratava a referida [...], pegou-a para sua companhia e por sua vez, devido ao estado de pobreza entregou sua neta a mulher [...] que a pegou com a idade de 3 anos e criou até a presente data. A menor em apreço tem sua madrinha [...], diretora do Grupo Escolar Xavier da Silva, desta Capital (AUTOS, 1941).

A informação dos Autos é de que a menina era alfabetizada, sinalizando que, possivelmente, realmente frequentou ou frequentava o Grupo Escolar. Porém, percebemos que as informações do delegado, de Celina e do Comissário possuem poucos pontos em comum. E ainda mais, parece que a delegacia se empenhou mais em averiguar os fatos do que o Comissário de Menores, diante do fato de que o delegado, solicitou ao Juiz de Menores, que fornecesse à Delegacia uma “certidão das declarações que porventura tenha prestado nesse Juízo, a menor” (AUTOS, 1942), indicando que o que a menina pensava e falava tinha relevância para alguém. Porém, mesmo com a solicitação do delegado, em nenhum momento aparece as declarações da menina nos Autos.

Não há a voz dessa menina e de muitas outras meninas e meninos nos Autos dos Processos. Assim, em muitos casos, não podemos saber o que pensavam e o que diriam a respeito dos fatos.

O empenho do delegado é tanto que ele mesmo, na companhia de dois inspetores, presenciou a menina esmolando na rua e informou ao Juiz:

[...] quando passávamos pela Rua C, Carão, notamos que uma menor pedia dinheiro aos transeuntes, pela referida rua; interrogamos a dita menor a qual nos disse que era órfã e que morava em um quarto de uma pensão situada nas esquinas das ruas C Carrão e P. C. Cavalcanti, em companhia de uma mulher. Me dirigi à referida pensão e aí fui informado de que a mulher se diz tutora da menor [...] e que reside em um dos quartos da referida pensão. A menor acima já foi observada por Inspectores desta Delegacia, quando

praticava a falsa mendicância em uma das igrejas desta cidade, motivo porque fiz conduzir a mesma a vossa presença (AUTOS, 1942).

Com esta informação do delegado, entendemos que se na década de 1920 era comum as crianças pobres esmolarem pelas ruas, conforme evidenciou Camara (2010, p.45)⁸⁶, nas décadas subsequentes, no Estado do Paraná, encontramos não somente crianças esmolando por sua própria família, mas por outras pessoas que assumiam a criação e posteriormente assinavam o TRG com a intenção de explorá-las. O ato de esmolar poderia ser a única alternativa da criança para burlar a carência e a fome, mas alguns exploradores, como Celina e Lúcio, usavam meninas e meninos desvalidos para conseguir dinheiro de maneira fácil.

No caso de Alice de Jesus, todo o empenho do delegado resultou na ação do Juiz de Menores, Francisco Cunha Pereira, de encaminhar a menina à Escola de Reforma, em 17 de abril de 1942. Alice se sujeitou à decisão do Juiz de Menores, já que em 7 de agosto de 1942 permanecia recolhida na Escola de Reforma.

No entanto, Celina não desistiu de maneira tão simples, houve uma tentativa da mulher em continuar com a menina. Em dia 26 de julho de 1943, Oscar Mendes enviou uma solicitação ao Juiz em que solicitava:

[...] de pleno acordo com a Snra. [...] desejando ter a referida menor sob sua responsabilidade e guarda e em sua residência, é este então para requerer a V. Exa. Se digne assim consentir, desligando-a daquela Escola e em seguida entregando-a ao requerente mediante as formalidades legais (AUTOS, 1943).

Diante da solicitação, o Comissário Bello, indicou o indeferimento do pedido, na medida em que acreditava que a menina “está muito bem onde está” (AUTOS, 1943). E as atitudes da menina indicam que, realmente, estava melhor na Escola de Reforma do que com os responsáveis, na medida em que não realizou nenhuma fuga. Mesmo que, provavelmente, não fosse difícil para uma menina que vivia nas ruas, furtava e esmolava, ter destreza para fugir da instituição, caso fosse o seu desejo.

No entanto, provavelmente, para infelicidade da menina, Oscar Mendes solicitou reconsideração por parte do Juiz para o seu pedido de ter a menina sob sua Responsabilidade e Guarda.

⁸⁶De acordo com Camara (2010, p.45) “alternando-se entre estados de pobreza e de completa miséria, a infância desvalida foi compelida à prática da mendicância, do subemprego, dos pequenos furtos e dos expedientes eventuais e incertos a fim de compor a renda familiar baixa e irregular”.

A solicitação foi muito bem redigida, possivelmente, por uma pessoa contratada para aquela finalidade e utilizou um discurso que parecia desconsiderar que o Juizado conhecesse a história da menina. Diante do deferimento, subsequente, do Juiz de Menores, fica evidente que não havia preocupação do Juizado de Menores em ler todo o Processo e dar um parecer onde se pensasse verdadeiramente no bem estar da menina.

O requerente era um operário que, deve ter sido orientado por Celina a tirar a menina da Escola de Reforma, talvez diante de um acordo onde teria algum lucro. A solicitação de Oscar não coincide com as declarações anteriores do delegado, do Comissário de Menores e até mesmo de Celina. O homem alegou que a menina foi entregue a ele a mais de 10 anos pela própria mãe e que era tratada como filha desde aquela data. Afirmou:

Por, intrigas ou despeitos de inimigos gratuitos, a referida menor foi entregue a esse Juízo que a encaminhou à Escola de Reforma, onde atualmente se encontra.

Com referência à educação que poderá receber naquele estabelecimento não há a menor objeção quanto a sua realidade, porém data vênica, nunca será tão esmerada e tão necessária quanto aquela que o Supte. promete e se responsabiliza a lhe dar.

Diante do exposto e a necessidade de uma criança ter um lar, onde encontre carinho e afeto, mormente na idade onde a personalidade se faz e que deve ser moldada nos mais profundos sentimentos de humanidade, o Supte. pede e espera que V. Exa. Reconsideração do despacho exarado e lhe seja permitido a assinar em cartório desse Juízo o competente Termo de Responsabilidade para retirar a menor e leva-la para seu lar (AUTOS, 1943).

Na presença destes argumentos, o próprio Comissário que anteriormente sugeriu o indeferimento da solicitação, sugeriu o seu deferimento. O que importou não foi toda a história de vida da menina, mas o discurso do requerente que propositadamente, estava em conformidade com o discurso jurídico⁸⁷, alicerçado teoricamente no Código de Menores de 1927 e no Código Penal de 1940.

Já o Comissário de Menores, Eugênio Silva, se preveniu e solicitou ao requerente que indicasse qual Colégio a menina iria frequentar, onde Oscar havia se casado e com quem vivia. E informou ao Juiz que somente se ficasse provada a

⁸⁷Para Camara (2011, p. 19), no século XX, “a preocupação com a infância colocou-se no cerne de diferentes discursos e práticas, dentre as quais o discurso elaborado pelo jurídico voltou-se para a produção de parâmetros tutelares e educativos, dedicando-se a compreender como se fomentou, em diversos países, a elaboração de instrumentos legais de atuação sobre as crianças”. (Grifos meus)

idoneidade de Oscar, poderia a menina ser desligada da Escola de Reforma e entregue ao requerente na forma da Lei.

Na Escola de Reforma a Irmã diretora declarou que a menina “ainda não está boa na sua regeneração” (AUTOS, 1943), indicando que não estava de acordo com a saída da menina da instituição.

As precauções do Comissário Eugênio Silva e a oposição da Irmã Diretora não foram suficientes para que o Juiz de Menores indeferisse o pedido, diante de um discurso tão sedutor, de “tutelar e educar”, encaminhado em nome do requerente, pela guarda da menina. E assim, em 24 de maio de 1943 a menina foi entregue ao pintor, Oscar Martins, sem que nenhum documento solicitado pelo Comissário Eugênio Silva, fosse anexado ao processo. E a menina Alice de Jesus, desapareceu dos Autos...

Alice de Jesus foi utilizada para esmolar, mas outra forma de explorar uma criança sob TRG era no serviço doméstico para terceiros. Em 21 de janeiro de 1941, Anita Reis de Souza, de 12 anos de idade, natural de Campo do Tenente⁸⁸, foi entregue a Auridina Campos Torres, sob TRG. No TRG consta o nome do pai e da mãe da menina e não há a informação de que era órfã.

A menina, antes de ir para a residência de Auridina, foi entregue por um cabo da Força Policial já que não a queria mais pelo motivo de “ser desobediente, teimosa e fugiona” (AUTOS, 1941). O relato do cabo, do motivo pelo qual a menina estava sob sua responsabilidade, é de que a família da menina morava na Lapa, não a queriam e não estavam em condições de cuidá-la e educá-la por serem pobres.

Esse relato indica que muitas famílias pobres entregavam seus filhos e filhas para outras pessoas criarem, indiscriminadamente, talvez por acreditarem que seriam mais bem cuidadas na outra família, talvez porque manter aquele filho em casa era aumentar a fome, a pobreza e a miséria.

Mas a menina também não permaneceu na casa de Auridina, e em 20 de novembro de 1941, foi entregue a Judite Leal que tentou explorar a menina, diante do episódio de que em 6 de abril de 1942, Estela Baruk fez a seguinte declaração ao Juizado de Menores:

[...] tendo necessidade de uma empregada, telefonou para a Agência de empregadas sendo então atendida pela mulher [...], que lhe levou uma menor de nome Ana Rezende, que estava sob a jurisdição desse Juízo, tendo a mesma assinado o respectivo Termo de Responsabilidade e Guarda em Cartório desse Juizado de Menores, dizendo que queria empregar-la e o

⁸⁸A cidade de Campo do Tenente fica próximo da cidade de Curitiba, no Estado do Paraná.

dinheiro deveria ser entregue a ela [...] pois disse que se encarregaria de tomar conta do dinheiro da menor.

Acontece que somente agora é que a requerente veio a saber que a menor era do Juizado, sendo que recebia mensalmente a importância de 30\$000 além de roupas etc. porém [...] alegando que a menor ganhava muito pouco foi busca-la para empregar em outra casa, no que a menor não concordou pois diz que é muito bem tratada e não quer sair.

Em vista do que acima ficou exposto a requerente vem mui respeitosamente solicitar a V. Exa. Se digne autorizar o respectivo termo de guarda pela menor em apreço (AUTOS, 1942).

Judite foi intimada a comparecer ao Juizado de Menores e o Comissário informou que “segundo parecer [...] vem explorando referida menor em benefício próprio, alugando-a ora para uma família ora para outra” (AUTOS, 1942). O Juiz pediu providências para que a menina fosse entregue ao seu responsável legal. Porém, talvez por não conseguirem localizar a mãe rapidamente, dois dias depois a menina já estava sob TRG de Eugênia Sodré.

Ficou evidente, nas histórias dessas meninas que muitas pessoas levavam uma menina sob TRG para aumentar os seus lucros. Portanto, além da exploração das meninas desvalidas na prostituição, conforme vimos no capítulo anterior, também eram exploradas na mendicância, no serviço doméstico domiciliar e no serviço doméstico para terceiros.

A mãe de Anita, que residia em Campo do Tenente e não sabia ler nem escrever, demorou dois meses para ser localizada e, somente, em 3 de junho de 1942, a filha lhe foi entregue.

A trajetória dessas meninas nos indicou que a exploração era um aspecto muito presente na educação das meninas, entretanto, a exploração não estava presente somente na vida das meninas. Os meninos também eram alvos desse tipo de exploração.

Nessa direção, encontramos em 12 de fevereiro de 1943, o menino Miguel Caldas da Silva, com 11 anos de idade que foi apresentado ao Juiz de Menores, Francisco Cunha Pereira, pela Delegacia de Segurança Pessoal. O Delegado relatou que o “Engenheiro Civil [...], maltratava e surrava o menor [...] que estava sob sua guarda, pois não tem parentes neste Estado” (AUTOS, 1943).

O menino foi levado à inspetoria da Guarda Civil e ficou à disposição do Juiz de Menores. Porém, em 15 de fevereiro de 1945, um propagandista comercial, solicitou ao Juiz que lhe entregasse o menino mediante as formalidades legais. Relatou que trouxe consigo, o menino que se encontrava abandonado da cidade do

Rio Preto, no Estado da Bahia. O Comissário investigou e informou ao Juiz que o propagandista:

[...] é pessoa idônea, casado legalmente, comerciante, residente, à Avenida Cândido de Abreu, nº 140, que vem criando o menor [...], que lhe foi entregue pela mãe do requerente no momento de sua visita na cidade da Baía, onde reside a mesma (AUTOS, 1945).

Na mesma data da solicitação do propagandista, o menino lhe foi entregue sob TRG sem nenhuma outra investigação.

Em 20 de março o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba enviou ao Juiz de Menores uma cópia da denúncia oferecida contra o engenheiro civil, por ter infligido o artigo 136 do Código Penal vigente, que se refere aos maus tratos, segundo o qual é crime:

Art. 136. Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina:

Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos (BRASIL, 1940).

Diante da denúncia, provavelmente, o Curador de Menores, percebeu que o engenheiro civil explorava o menino sob a aquiescência do propagandista e requereu que o menino fosse retirado de sua guarda. Assim também como, intimou o homem a apresentá-lo ao Juizado de Menores, às 13h do dia 5 de maio de 1943. Assim, em data e horário marcados, o propagandista declarou que embora tenha assinado o TRG, o menino não lhe foi entregue, mas encaminhado pelo Interventor Federal à Escola de Trabalhadores Rurais “Augusto Ribas” em Ponta Grossa.

Evidenciamos que as determinações do Juiz não garantiam que os encaminhamentos fossem realizados, conforme as suas determinações. Em 7 de outubro de 1947, o propagandista, provavelmente, pressionado por sua mãe, solicitou o desligamento do menino da Escola de Trabalhadores. Sua declaração é a de que:

[...] tendo a senhora [...], mãe do requerente, criado até a idade de 12 anos, o menor [...], recolhido à Escola Rural “Augusto Ribas” em Ponta Grossa, por motivos disciplinares, acontece que esse menor ali se encontra recolhido há

sete anos, seguramente, e como o suplicante atualmente acha-se em condições de mantê-lo em companhia de sua família, vem por meio deste, requerer de V. Excia. se digne mandar desligar o mesmo daquele estabelecimento e entregar ao suplicante, observadas as formalidades legais” (AUTOS, 1947).

As declarações do propagandista, possuem pontos destoantes dos que constam nos Autos: o menino não foi internado por motivos disciplinares e tampouco já estava na Escola de Trabalhadores há sete anos. Mas o Curador de Menores ainda não havia se convencido e informou ao Juiz que acreditava que “é mais interessante para o menino, permanecer na Escola onde se encontra” (AUTOS, 1947). E opinou pelo indeferimento do pedido.

O Juiz solicitou que o propagandista fosse informado do parecer do Curador. Quando foi informado do parecer, o homem insistiu que sua mãe, que era madrinha do menino, o queria de volta à Bahia e anexou nos Autos três cartas de sua mãe.

Finalmente, diante das cartas da suposta madrinha do menino, o Juiz substituto, Eduardo Xavier da Silva, deferiu o pedido do propagandista. E em 26 de novembro de 1947, o TRG foi assinado, novamente, pelo mesmo homem.

Não sabemos se o menino permaneceu na família do propagandista ou se foi devolvido à madrinha, entretanto o processo movido contra o responsável deve tê-lo coagido a não explorar explicitamente o menino, na medida em que Miguel não voltou a passar pelo Juizado de Menores.

A história das explorações e dos maus tratos em relação aos meninos e meninas, muitas vezes começava na tenra idade, como nos aponta a trajetória de Ademir Coelho Prestes.

O menino foi apresentado pelo Juiz da Comarca de Araucária, ao Juizado de Menores de Curitiba, no dia 26 de fevereiro de 1947. Ademir foi criado desde os 4 anos por Nestor de Castro Pires. Na Delegacia de Polícia de Araucária, o menino declarou que “há muito vem sendo maltratado pelo seu patrão, e que ainda ontem ele viu-se surrado pelo mesmo, sem mais nem menos, tendo ficado ferido no nariz, em consequência” (AUTOS, 1947). Já Nestor, afirmou que:

[...] uma vez ou outra, tem se visto na contingência de castigar tal menor que vem sendo criado como filho, castigos esses motivados por consequentes desobediências e gênio rebeldíssimo de tal menino, - o que é público e notório por toda a vizinhança da zona em que mora, acrescentando que o ferimento havido no nariz [...] foi causado por ele próprio, [...] ao saltar um portão, em fuga, para não se deixar pegar pelo seu pai adotivo” (AUTOS, 1945).

Perante as declarações do menino e de Nestor, observamos que os relatos não convergiram na mesma direção. Se por um lado, o menino se referiu a Nestor como um patrão e descreveu o seu ferimento como resultado da violência de Nestor, por outro, Nestor se referiu ao menino, perante o Juizado de Menores, como filho adotivo e justificou o ferimento, como resultado de um acidente provocado pelo próprio menino.

As declarações de Nestor não convenceram o Juizado de Menores e, em 27 de fevereiro, o menino foi entregue sob TRG à Alaor Ribas Marques. Entretanto, o menino tinha outros planos, e cinco dias depois, o recente responsável compareceu ao Juizado de Menores da Capital informando que o menino “apesar de bem tratado, tendo recebido roupas e tudo o de que necessitava [...] ausentou-se pela manhã de ontem, enquanto se dormia em casa, ignorando-se o seu paradeiro” (Autos, 1945).

E a fuga dá ares de que foi efetiva, mesmo com o deferimento do Juiz de Menores para a apreensão do menino, Ademir não mais apareceu nos Autos. Não há nenhuma informação sobre qual seria o motivo da fuga do menino, se foi maltratado novamente ou se simplesmente queria a sua liberdade.

Se as fugas de meninos e meninas já aconteciam quando, aparentemente eram somente explorados, mas não maltratados, a violência sofrida aumentava o nível de resistência dos mesmos. E a violência poderia não ser somente física, na proporção em que em muitos casos era o sentimento de revolta contra a violência moral que movia o ato de resistir, através das fugas.

Nessa acepção, em 29 de novembro de 1939 o Comissário de Menores informou ao juiz que a menina Brida Lachowski saiu da casa de Dona Teresinha Macharini, alegando que iria ao casamento de sua irmã em Rio Negro e logo voltava. Mas a menina não voltou.

Ao indagar sobre o seu paradeiro, o Comissariado soube que a menina estava em casa de Geraldo Geisel, um negociante, dono da “Casa de Presente”, em Rio Negro.

O Comissário fez questão de informar que “a referida menor é de cor clara, filha de pai incógnito e de [...] já falecida” (AUTOS, 1939). E de acordo com o Comissário “trata-se de uma menor que está em risco de se perverter, pois que é dada a namoros e ingênua, urge meritíssimo Dr. Juiz recambiar e recolher na Escola de Preservação até a sua completa regeneração” (Autos, 1939).

Diante dessas informações, em 26 de dezembro a menina foi apresentada ao Juiz de Menores e encaminhada à Escola de Reforma. Entretanto, no dia 27 de dezembro, o senhor Lauro Luft, residente em Rio Negro e cunhado da menina, assinou um Termo de Responsabilidade e Guarda.

Ao que tudo indica a menina queria ficar em Rio Negro, porque lá era a sua cidade natal, lá estava a sua família e após o casamento da irmã, o cunhado assumiu a responsabilidade pela menina.

Se por um lado Brida, parecia sofrer e se sentir como uma escrava por não ter uma pessoa da família que pudesse assinar o seu TRG, Olívia Jasinski, de 16 anos de idade, não queria retornar para a casa de sua mãe.

A mãe da menina compareceu à Vara de Menores, em 6 de setembro de 1967, para solicitar que a filha que entregara a um casal há quatro anos lhe fosse entregue. Porém, Odair Flores, com quem a menina estava residindo afirmou que Olívia:

[...] foi-lhe entregue pelos próprios responsáveis. A menor acha-se perfeitamente integrada ao seio da família do declarante e deseja continuar nesta. Tanto o declarante, como sua esposa estão satisfeitos com a menina e solicita a sua permanência em sua companhia, pois a própria menor não deseja dali sair (AUTOS, 1967).

A menina prestou declarações, na mesma data que a sua mãe e reiterou as declarações de Odair, afirmando que “não deseja retornar ao convívio de sua genitora, preferindo permanecer sob responsabilidade do senhor” (AUTOS, 1967).

Em seguida, uma hora depois, a esposa de Odair, prestou declarações e também reiterou o que foi afirmado pelo esposo, assinalando que “tanto o seu marido como seus três filhos pequenos estão perfeitamente satisfeitos com a menor [...], que por sua vez também não deseja sair de sua companhia” (AUTOS, 1967).

O casal assinou o TRG em 8 de novembro de 1967. E em 16 de novembro de 1967 a declaração do pai de Olívia demonstrou que os pais se conformaram rapidamente com a decisão do Juiz e já haviam mudado de ideia. O pai se declarou:

[...] satisfeito com o resultado final do presente caso, isto é, que sua filha [...] permaneça na companhia e sob a responsabilidade do senhor [...] e sua esposa, em cuja companhia [...] encontra-se presentemente. O declarante conhece bem o senhor [...] e sabe que o mesmo é pessoa de bons princípios e possuidor de recursos financeiros suficientes para manter a menor em referência. A esposa do declarante está de pleno acordo com a permanência da filha naquela companhia (AUTOS, 1967).

Percebemos que a menina não queria voltar para a casa dos pais, provavelmente, porque não queria viver na pobreza e talvez até fosse maltratada pelos próprios pais. No entanto, a mudança repentina de ideia dos pais pode ser em decorrência de um possível acordo com a família, no qual receberiam algum tipo de auxílio material.

Deste modo, assim como tinham famílias que insistiam em ficar com um menino ou uma menina, que estava sob a sua responsabilidade, havia casos em que meninas e meninos eram levados e devolvidos, sem a demonstração de nenhum vínculo ou afeto por parte das famílias que se desfaziam das crianças, conforme as suas necessidades. Essa falta de afeto por parte da família que assinava o TRG foi percebida também por Arend (2011, p. 235-236) no contexto de Florianópolis (SC). Portanto, tanto no Paraná quanto em Santa Catarina, era comum, quando um menino ou uma menina provocava algum dissabor, algumas famílias optavam por livrar-se deles, mesmo que os tivessem criado desde a tenra idade.

Nessas circunstâncias, em 10 de janeiro de 1940, Marina Stalin, de 8 anos de idade, filha de pais falecidos foi entregue a uma família de Santo Antônio da Platina sob Termo de Responsabilidade e Guarda. Contudo, nove meses depois, a menina já se encontrava na companhia de outra família. O Comissário informou ao Juiz que a menina encontrava-se aos cuidados da senhora Leila Chevalier e que notou que a mesma estava bem e contente, na companhia da referida senhora, que era casada, pessoa idônea, em condições de manter e educar a menina e que tudo fazia para que nada lhe faltasse.

Diante desta informação empolgada do Comissário de Menores, é compreensível que o Juiz de Menores tenha confiado na veracidade dos fatos e determinado em 24 de setembro do mesmo ano: archive-se!

Na maioria das tantas histórias de meninas e meninos relatadas nos Autos dos Processos do Juizado de Menores, percebemos que havia grande afã do Juiz em determinar o arquivamento de um processo, sem investigar se a situação da menina ou do menino já estava resolvida. E o caso da pequena Marina, não foi diferente. Em 5 de outubro a senhora Leila, que estava residindo em Jacarezinho (PR), escreveu ao Juiz e o comunicou que a menina, por ela retirada do Juizado de Menores, foi entregue, no dia 30 de setembro, ao Juiz Dr. Guilherme da Mota Correia que a colocou em outra família.

Leila não relatou o motivo de ter se livrado da menina, mas descreveu a situação com frieza, ao terminar a carta afirmando “para desencargo de responsabilidade venho a V. Excia. Fazê-lo ciente de tal” (AUTOS, 1940). Parece que depois de 9 meses de convivência com uma criança de 8 anos não se criou nenhum vínculo afetivo.

Algumas famílias deixavam o filho ou a filha no Juizado de Menores com a intenção de voltar para retirá-los quando a situação financeira melhorasse. Um exemplo dessa condição é a menina Letânia Rodrigues que foi internada na Escola de Preservação.

De acordo com o Comissário de Menores, a menina era natural de Riozinho, no Estado do Paraná, tinha cor morena, nasceu em dia, mês e ano ignorados, aparentava ter 5 anos de idade e era filha de Luiz e Dolores Rodrigues.

A menina foi internada com a justificativa: “por se encontrarem com falta de recursos e se acharem em estado de pobreza e bem como o de sua família para educar e prover o necessário conforto da referida menor” (AUTOS, 1940).

A mãe da menina declarou ao comissário “ser vontade sua, ao melhorar de situação, requerer a este Juízo a retirada de sua filha” (AUTOS, 1940), demonstrando que tinha intenção de voltar para retirá-la logo que sua situação financeira melhorasse.

O Juiz solicitou que fossem tomadas novas declarações da mãe da menina. Provavelmente, devido às dificuldades de deslocamento da mãe, não foram tomadas novas declarações e o Curador de Menores, substituto, Alberto de Carvalho Seixas, solicitou que:

[...] de conformidade com as disposições dos artigos 26, nº. II, e 56 do Código de Menores, se digne de declarar abandonada a menor [...], determinando que a mesma permaneça recolhida à Escola de Preservação, até completar sua educação e instrução” (AUTOS, 1940).

Diante da situação de abandono da menina, em 10 de outubro de 1940, o Juiz de Menores, provavelmente devido à escassez de vagas nas instituições de assistência, solicitou ao Comissário de Menores, que se informasse a respeito de uma pessoa que estivesse interessada em tomar a menina sob TRG.

O Comissário Eugênio Silva informou que o pretendente a responsável era Mario Cortez, “casado, comerciante estabelecido em Balsa Nova, onde reside, notei tratar de uma pessoa idônea que está em condições morais e materiais de bem cuidar

e zelar pela menor [...] indicada pela Irmã Diretora da Escola de Preservação feminina” (AUTOS, 1940).

Mesmo com a declaração da mãe, de que quando melhorasse de situação iria retirar a menina da Escola de Preservação, o Juiz encaminhou Letânia para a residência de Mário Cortez, em Balsa Nova, no dia 10 de outubro. No mesmo dia em que o Juiz de Menores solicitou as informações, o Comissário respondeu, sinalizando para a possibilidade de que o Comissário não tenha averiguado pessoalmente as condições de Mário, mas simplesmente confiado nas informações da Irmã Diretora.

O Juiz também solicitou ao Comissário que investigasse o desejo da menina. O Comissário afirmou: “verifiquei que a mesma manifestou desejo de ir para a companhia do senhor [...] e sua esposa” (AUTOS, 1940).

Desse modo, não podemos identificar qual era o real desejo da menina. Poderia realmente querer sair da escola de Preservação ou foi pressionada pela Irmã Diretora que acreditava que a menina estaria em condições de ser desligada e desta forma deixaria uma vaga para que outra menina se “regenerasse”.

Assim, em 25 de março de 1941 o Juiz mandou arquivar os Autos do Processo de Letânia. Mas a história dessa menina no Juizado de Menores não terminaria aqui... Em 17 de julho de 1942, o Comissário de Menores interino, Carlos Bello, informou ao Juiz que Mário compareceu na sede do Juízo de Menores da Capital e apresentou a menina: “com aproximadamente 10 anos de idade, órfã de pai e mãe, e que estava em sua residência sob TRG, porém como não mais deseja em sua companhia solicita seja dada a respectiva baixa de responsabilidade” (AUTOS, 1942).

Percebemos que a menina estava sendo tratada como órfã e que a idade não estava de acordo com a idade inicial, já que inicialmente a menina tinha mais ou menos 5 anos de idade e havia se passado apenas dois anos! Não há nenhuma informação do motivo que teria levado o responsável, depois de dois anos, não a querer mais, tampouco sobre um possível vínculo afetivo entre a família e a menina.

Os inúmeros equívocos que constatamos nos Autos dos Processos, sinaliza para a evidência de que possivelmente não havia condições estruturais ou talvez interesse e tempo hábil, para que o Juizado de Menores tomasse ciência de todas as informações sobre um Processo, o que implicava em maiores dificuldades para meninos e meninas que dependiam do Juizado de Menores para determinar o seu destino.

Nada do que hoje percebemos, ao analisar o Processo da menina, foi refletido pelos membros do Juizado de Menores e tampouco todos os fatos chegaram ao conhecimento do Juiz de Menores.

Em 17 de julho de 1942, Letânia, simplesmente foi encaminhada sob Termo de Responsabilidade e Guarda para a residência de Milena de Freitas do Carmo, solteira e residente no bairro do Bacacheri, com a informação de que a menina tinha 8 anos de idade. No dia 29 de julho, o Comissário informou aquilo que já percebemos que deveria ser de praxe, isto é, que a menina “goza de ótimas condições moral e materiais” (AUTOS, 1942).

Em 7 de agosto de 1942 o Juiz solicitou outra vez o arquivamento dos Autos. No entanto, no dia 16 de outubro a menina já estava em Antonina (PR), na residência de Dulce Gonçalves. Não há nenhuma justificativa da saída da menina da residência anterior. E mais uma vez, no dia 29 de outubro, o Comissário informou ao Juiz que a menina “goza de ótimas condições moral e material” e que a responsável está “fazendo de tudo para que nada lhe falte” (AUTOS, 1942). E o Juiz, do mesmo modo, escreveu: “Arquive-se”!

No entanto, em 13 de março de 1944, a menina foi encaminhada para a família de Fabiana Boscoli Maldonado, em 30 de março para a residência de Ana Maria Goltz e em 29 de junho para a residência de Adália Werner Ferrarini. E após o envio de Letânia para essa última residência, a menina somente reapareceu, nos Autos do Juizado de Menores de Curitiba, cinco anos depois, em um ofício enviado pelo Juiz de Menores da cidade de São Paulo, Ulisses Dória, em 4 de maio de 1949. E nesse momento as informações iniciais sobre a menina já estavam completamente modificadas, de forma que foi assinalado que:

Encontra-se sob proteção deste Juízo a menor [...], de cor branca, com 16 anos de idade presumíveis, natural de antonina, Estado do Paraná, de filiação ignorada.

Ainda, consta do processo que dita menor foi registrada por esse digno Juízo. Assim sendo, tenho a honra de solicitar os bons ofícios de V.Exa., no sentido de serem prestados esclarecimentos a respeito dessa menor, enviando-se, também, uma certidão do seu registro de nascimento (AUTOS, 1949).

As informações sobre a menina foram completamente modificadas, até o seu nome foi alterado e a certidão de nascimento não foi encontrada, já que o Juiz da cidade de São Paulo assinalou que não constava nenhuma certidão de nascimento da menina nos Autos.

Diante destas informações o mesmo Juiz solicitou que fosse intimada Adália Werner Ferrari, a última pessoa que assinou o Termo de Responsabilidade e Guarda, em Curitiba, a prestar declarações. A intimação feita pelo Juiz Manoel Ribeiro de Campos, que solicitou o comparecimento da mulher no Juízo de Menores de Curitiba, dia 23 de junho de 1949, às 13h, Adália declarou:

Que é verdade ter a declarante assinado, neste Juizado termo de responsabilidade e guarda pela menor [...] no ano de mil novecentos e quarenta e quatro; que essa menor permaneceu poucos dias na companhia da declarante, pois foi logo apresentada neste Juizado pela declarante, que fez entrega dessa menor; - que essa menor, apesar de possuir cerca de dez anos, durante os poucos dias que permaneceu na companhia da declarante, demonstrou ser possuidora de um gênio mau, e ser muito teimosa; - que a declarante pode afirmar que por ocasião de lhe ser entregue aquela menor, por este Juizado, não foi entregue à declarante nenhuma certidão de nascimento da sobredita menor (AUTOS, 1949).

As declarações de Adália atribuem à menina a característica de ter “gênio mau” e o comportamento de “muito teimosa” com a finalidade de justificar o fato de não ter ficado com a menina. Entretanto, nada parece lhe ter sido perguntado que explicasse o fato de a menina que deveria estar em sua companhia estar na cidade de São Paulo. Percebemos que em alguns casos, as pessoas que assinavam o TRG se desfaziam de meninos e meninas, passando oralmente a responsabilidade para outra pessoa, sem se dar conta da seriedade que deveria ter as ações direcionadas aos que tinham sob sua responsabilidade.

Em 06 de julho o Juizado de Menores de São Paulo foi informado das declarações da mulher e parece que da parte do Juizado de Menores de Curitiba nada mais se fez. A menina, provavelmente com 14 anos de idade, continuaria agora em São Paulo, sua trajetória de menina desvalida... E tudo isso começou com uma mãe deixando a menina, temporariamente, internada na Escola de Reforma, com a intenção de retirá-la quando tivesse condições financeiras. Talvez essa mãe tivesse procurado pela menina e não mais a encontrado.

Algumas famílias acreditavam que o fato de o filho ou a filha estar sobre a Responsabilidade e Guarda de uma família com melhores condições financeiras o protegeria das dificuldades da pobreza. Entretanto, em alguns casos, era no interior dessas famílias que o menino ou a menina mais viriam a sofrer, como já vimos em alguns casos anteriores.

Alguns fragmentos da história de vida de Ana Cristina Moreira delineia perfeitamente o sofrimento a que uma menina poderia estar sujeita quando estava sob TRG de outra família.

Em 12 de janeiro de 1940, a menina foi encaminhada pelo Juízo de Direito da Comarca de Jaguariaíva para o Juizado de Menores de Curitiba. A menina foi declarada em estado de abandono. O Juiz de Direito informou ao Juiz de Menores, Francisco Cunha Pereira, que “trata-se de uma menor de péssimos antecedentes, de conducta incorrigível, como posso atestar, depois de ter procurado por todos os meios encaminhá-la convenientemente, tendo-a entregue aqui aos cuidados de várias famílias idôneas” (AUTOS, 1940).

Em Curitiba, a menina foi encaminhada para a residência de Alzira Monteiro de Castro, que assinou o TRG no dia 12 de janeiro de 1940. Em 16 de janeiro a menina foi apresentada ao Juizado de Menores e encaminhada à Escola de Reforma.

Nada constava nos Autos, até aquele momento, sobre uma possível gravidez da menina. Surpreendentemente, em 23 de julho a menina estava sob TRG de outra família e uma carta escrita por uma mulher ao Juiz de Menores, em letras formosas e legíveis, indicou que a:

[...] esposa de [...] vem respeitosamente, requerer lhe seja entregue sobre sua responsabilidade, a menor [...] e seu filhinho recém-nascido”. No caso de se tornar a mesma, indisciplinada, promete participar a Vossa Excelência para que sejam tomadas as devidas providências (AUTOS, 23/07/1940).

A carta estava assinada por Acácia Rudnicki e não podemos desconsiderar o fato de que o interesse poderia ser pelo recém-nascido. A informação do Comissário é a de que a requerente era:

[...] pessoa idônea, casada legalmente, está em condições morais e materiais de bem cuidar e zelar da menor [...] e de seu filhinho, menor esta que foi enviada pela Irmã Diretora da Escola de reforma, onde se encontrava internada, para a maternidade “Vitor do Amaral”, que necessita enviar a referida Irmã Diretora o seu desligamento daquela, comunicando a entrega à requerente (AUTOS, 1940).

Notamos que a menina já estava grávida quando foi encaminhada do Juizado da Comarca de Jaguariaíva à Curitiba. Ana Cristina, segundo o Juiz, foi encaminhada às famílias idôneas, mas não podemos considerar a idoneidade de todos os membros

destas famílias, se foi na residência de uma dessas famílias consideradas “idôneas” de Jaguariáiva que a menina engravidou.

Em nenhum momento foi investigado a paternidade da criança. Simplesmente, em 24 de julho, a menina e seu filhinho, nascido no dia 11 de julho, foram encaminhados para a residência de Acácia. A qual, provavelmente, somente tinha interesse em servir como intermediária de uma família que queria ficar com o recém-nascido. No entanto, em 30 de julho a menina foi novamente encaminhada à Escola de Reforma e em 14 de agosto o seu filho recém-nascido estava sob TRG de Maura Marcondes. Parece que a decisão do Juiz foi irrevogável e nada mais constou nos Autos sobre o recém-nascido.

Ana Cristina permaneceu submissa, na Escola de Reforma, até fevereiro de 1942, quando foi enviada para a residência de um advogado. Em 12 de maio de 1942 diante da informação do Comissário de que a menina “goza de ótimas condições moral e material” (AUTOS, 1942) o Juiz determinou o “arquite-se”!

Mas, infelizmente, a trajetória de Ana Cristina no Juizado de Menores ainda estaria muito longe de se findar. Em 12 de outubro de 1942, a menina foi encaminhada para a residência de um estudante de medicina, solteiro e residente na Rua Riachuelo. Isso assinala mais uma vez, que para o Juizado de Menores, não havia nenhum problema, que um estudante de medicina, que morava sozinho, levasse sob TRG uma menina. Possivelmente, era menos oneroso para a família, que mantinha o estudante, ter uma menina sob TRG que realizasse os serviços domésticos do que contratar uma pessoa adulta. Contudo, foi no mínimo ingênuo por parte dos profissionais do Juizado de Menores, enviar a menina para a casa do estudante. No Juizado de Menores, não se previa que poderia resultar em complicações ter uma jovem menina morando sozinha com um jovem estudante de medicina.

Inicialmente, parece que tudo deu certo, já que em 26 de outubro o Comissário de Menores, Eugênio Silva, informou ao Juiz que a menina “goza de ótimas condições moral e materiais” (AUTOS, 1942) e que o responsável está “fazendo tudo para que nada lhe falte” (AUTOS, 1942). No entanto, em 12 de janeiro de 1943 o Comissário informou ao Juiz de Menores que o estudante de medicina “trouxo de volta a menor [...], pelo motivo que a referida menor é muito vagarosa para o serviço, motivo pelo qual solicita baixa do referido termo assinado em Cartório de Juízo” (AUTOS, 1943).

Percebemos que somente três meses depois de assinar o TRG, o responsável devolveu a menina com a justificativa de que era muito vagarosa. Contudo, como

havia muitas famílias que queriam uma menina para os serviços domésticos, na mesma data em que foi devolvida, a menina foi encaminhada para a residência de Marcos de Almeida Oliveira, casado e ferroviário, sob TRG.

Diante disto, em 27 de janeiro, o Comissário deu aquela informação de praxe, que já conhecemos, de que a menina “goza de ótimas condições moral e material” e o responsável estava “fazendo de tudo para que nada lhe falte” (AUTOS, 1943). Assim, após a informação do Comissário, o Juiz mais uma vez ordenou: archive-se! Não percebeu o Juiz que a história ainda estaria longe de terminar.

Em 9 de julho de 1943 a menina foi apresentada pelo Delegado de Segurança Pessoal ao Juízo de Menores. O delegado informou ao Juiz, que a menina, com 15 anos de idade, declarou que na residência do atual responsável era maltratada pela cunhada do mesmo. E que realmente “pelas condições que a menor apareceu nesta Delegacia demonstrou não ser ali bem tratada, pois nem roupas possui”. O delegado ressaltou ainda que “dado o seu estado, essa menor merece melhor trato, pois onde se encontrava não tinha o necessário conforto para a sua saúde” (AUTOS, 1943).

A história de vida de muitos meninos e meninas desvalidos, até aqui, nos remete a uma situação bastante incômoda para a História de meninos e meninas desvalidos no Paraná, no período de 1940 a 1969, já que nos indica que os encaminhamentos a eles direcionados, poderiam resultar em tratamentos semelhantes aos dispensados aos escravos, no século anterior, na medida em que a escravidão diz respeito à um: “Estado ou condição de escravos; servidão; submissão; falta de liberdade [...]. Regime social em que se sujeita o indivíduo, explorando suas forças para fins econômicos” (LUFT, 2000, p.290).

Ana Cristina esteve submissa, servindo as famílias sem nenhuma remuneração, privada de sua liberdade e provavelmente sendo abusada sexualmente, já que o “estado” a que se referia o delegado, e que não foi dito explicitamente, era o de que a menina, de apenas 15 anos, estava grávida novamente. Notemos que em 1940, quando a encontramos pela primeira vez, a menina estava grávida e teve um menino, em 11 de julho de 1941, que foi encaminhado para uma família que queria um recém-nascido.

A cunhada do responsável, Marta Correa da Fonseca, de 27 anos foi intimada para prestar declarações, a respeito dos fatos e assinalou que:

[...] tendo o casal [...] se separado, no mês de maio último, a menor [...] passou a morar definitivamente com os progenitores da declarante, em casa de quem também passou a morar a mulher do senhor [...], que é irmã da declarante; - que não é verdade que a menor em apreço tivesse recebido maus tratos por parte não só da declarante, como também de pessoas de sua família; que ao contrário, sempre era dita menor muito bem tratada não só por parte da declarante, como também por parte daquelas pessoas; - que por ocasião da separação do casal, o senhor [...] levou não só diversas peças de roupas pertencentes à sua mulher, tendo também levado outras peças pertencentes à menor (AUTOS, 1943).

Na declaração, a cunhada, tentou encontrar desculpas para justificar o episódio de a menina estar muito mal vestida. Possivelmente, deixá-la aos farrapos, era do mesmo modo uma estratégia da família para que a menina não fugisse.

A referida cunhada do responsável ainda assegurou que:

[...] não só a declarante, como também a sua irmã, [...] sabendo que a menor [...] encontrava-se em estado de gravidez, estavam procurando confeccionar o enxoval, para a mesma poder ser internada na Maternidade, por ocasião de dar a luz; - que em data de anteontem, dia sete, a declarante e sua [...], compareceram neste Juizado a fim de comunicarem que a menor [...] havia se evadido de sua residência; - que não houve motivo algum, para que dita menor fugisse da residência da declarante; - que a declarante, logo que a menor foi para a casa do senhor [...], notou que a menor frequentemente punha sangue pelo nariz, motivo por que levou ao Doutor Vitor do Amaral Filho, que constatou que tal fato era motivado em virtude de estado de gravidez em que se encontrava dita menor e não devido espancamento ou maus tratos por ela recebidos, pois a menor em apreço contou a declarante que na casa onde se encontrava anteriormente era muito mal tratada, costumando a senhora do Senhor [...], dar pancadas na cabeça dessa menor; - que a irmã da declarante, [...], ultimamente havia falado na Maternidade, para o internamento da menor [...] nesse estabelecimento (AUTOS, 1943).

No depoimento, Marta tentou justificar as dificuldades da menina, como não ocasionados por sua família. A falta de roupas era devido ao fato de o cunhado ter levado tudo e os problemas de saúde eram advindos da gravidez ou maus tratos que recebeu em outra residência. No entanto, algo nos chama muito a atenção: a gravidez da menina era retratada com naturalidade. Nenhum dos envolvidos questiona a gravidez. Quando o estudante de medicina devolveu a menina ao Juizado de Menores, justificando que a menina era lenta para o trabalho, certamente já sabia que Maria Joana estava grávida e talvez até fosse ou soubesse quem era o responsável.

O episódio era incoerente com o que os juristas esperavam ao elaborarem o Código de Menores de 1927. Uma menina que teve um filho aos 13 anos, estava novamente grávida aos 15 anos e as duas gravidezes aconteceram quando estava sob Termo de Responsabilidade e Guarda de pessoas “idôneas”. Isso sinaliza para a

afirmação de que as prescrições dos TRG não eram postas em ação. Havia uma grande distância entre o que estava prescrito no documento e o que acontecia de fato no interior das famílias.

Diante das circunstâncias, a menina foi encaminhada à Escola de Reforma. E em 19 de setembro de 1943, nasceu sua filha, Ceres Moreira. Mas, desta vez, a menina ficou com a criança e permaneceu na Escola da Reforma nos anos seguintes, de forma que em 24 de abril de 1946, foi encaminhada uma solicitação ao Juiz para que mandasse registrar a menina Ceres. O registro foi solicitado de acordo com o Decreto-lei 4.857 de 9 de novembro de 1939. O pedido foi deferido e a pequena Ceres foi registrada, tendo como mãe Ana Cristina Moreira, 16 anos de idade.

A história de vida de Ana Cristina e de outras meninas aqui relatadas no interior de famílias nas quais o Juizado de Menores acreditava que seriam cuidadas e educadas, nos leva a considerar que o melhor lugar para a educação das meninas desvalidas parece ser as instituições de assistência.

Devido à falta de vagas havia um grande esforço do Juizado de Menores e das instituições de assistência em encaminhá-las para as casas de família. Entretanto, a maioria dessas famílias queria uma criada, uma agregada, uma empregada, mas raramente uma menina para cuidar e educar. Ana Cristina engravidou duas vezes, possivelmente de um membro das próprias famílias que assinavam o TRG. O TRG possuía orientações do que o responsável deveria proporcionar aos meninos e meninas, mas isso ficava muito mais no campo da prescrição do que da realização.

Ana Cristina parecia estar satisfeita na Escola de Reforma, entretanto em 2 de dezembro de 1947, o Comissário de Menores informou ao Juiz que de acordo com a Irmã Diretora da Escola da Reforma, uma professora da Escola Maternal queria levar a menina, que segundo a Irmã, estava com 22 anos de idade e em condições de ser desligada.

A professora deve ter solicitado à Irmã uma menina que pudesse realizar os serviços domésticos, em sua casa e a Irmã indicou Ana Cristina que, possivelmente devido ao tempo em que estava na instituição, se apresentava, na concepção da Irmã, em condições de ser desligada. Entretanto, talvez propositadamente, para que o Juiz liberasse a menina, a idade que corretamente seria 17 anos, estava constando como 22. Devido aos antecedentes históricos da menina, talvez a Irmã soubesse que o Juizado somente a liberaria, quando tivesse mais de 21 anos.

Houve várias solicitações para que a menina fosse desligada, entretanto não consta nos Autos que Ana Cristina tenha sido encaminhada para a casa da professora. Houve a solicitação do Juiz à Irmã Diretora para que encaminhasse o documento onde constasse a idade da menina, mas não há indicação de que a Irmã tenha respondido. Provavelmente, a tentativa de ludibriar o Juizado de Menores não foi bem sucedida e a Irmã Diretora resolveu se conformar com a menina na instituição.

Ficou evidente, na tentativa de encaminhar Ana Cristina para a casa de uma família, que era muito difícil para as meninas, permanecerem em uma instituição de assistência quando poderiam ser aproveitadas em serviços domésticos.

Nessas condições, encontramos Alfonsa Pires de Barros e Paula Magalhães que chegaram juntas ao Juizado de Menores, mas tiveram destinos muito distintos. Em 24 de setembro de 1941, as duas meninas foram apresentadas ao Juizado de Menores, pelo Delegado de Segurança Pessoal. Ambas eram de Rio Negro (PR) e, portanto, foram encaminhadas pelo Juiz de Direito da Comarca de Rio Negro. Entretanto, em 25 de setembro, por não existirem vagas na Escola de Reforma, as meninas foram encaminhadas para casas de famílias consideradas idôneas.

Alfonsa não titubeou, fugiu antes de a família responsável assinar o TRG. O ofício, encaminhado pelo Juiz de Direito de Rio Negro, informava que a menina tinha 15 anos de idade, tinha pai e mãe, mas encontrava-se em estado de abandono. Segundo o Juiz de Direito, a menina “já tendo sido vítima de estupro e que hoje se entrega a pratica de atos contrários à moral e bons costumes.” (AUTOS, 1941).

Possivelmente, a menina que já havia sofrido violência sexual, estava estigmatizada em Rio Negro e não confiava nas ações do Juizado de Menores, optando pela fuga.

A menina Paula, igualmente com 15 anos de idade, foi apresentada como filha de pais incógnitos. A menina passou por várias famílias até outubro de 1943, conforme o Quadro n.11:

Data	Encaminhamento para uma família/profissão do responsável
25/09/1941	Família 1 (professora)
04/10/1941	Família 2 (comerciante)
16/10/1941	Família 3 (não relatado)
20/10/1941	Família 4 (não relatado)

10/11/1941	Família 5 (industrial)
02/03/1942	Família 6 (funcionário da Caixa Econômica Federal)
29/04/1942	Família 7 (ferroviário)
29/10/1943	Família 8 (não relatado)

Quadro n.11: Famílias para onde Paula foi encaminhada

FONTE: Elaborado a partir de informações dos processos do Juizado de Menores (AUTOS, 1941-1943)

Nas passagens da menina por 8 famílias, somente a Família 3 a devolveu, sem nenhuma justificativa. Paula concretizou apenas uma fuga, da residência da Família 5 em que o TRG fora assinado por um industrial. Diante dos pedidos de informações, do Juiz de Menores, ao Comissário de Menores, sobre a presença da menina em cada família, o Comissário realizava as informações de praxe, alguns dias depois que a menina era encaminhada para uma família. E o Juiz solicitava o arquivamento do processo, diante de cada informação do Comissário. No entanto, não está escrito “arquite-se” no final do processo da menina. Possivelmente o Juizado de Menores acreditava que em breve a menina estaria de volta.

Conforme já asseguramos, nos Autos dos Processos há os nomes de muitas famílias “ilustres” que tinham um menino ou uma menina sob TRG, mas também existiam pessoas “ilustríssimas” que mediavam a saída das crianças das instituições para que ficassem sob TRG de uma família.

Esse tipo de mediação, está expresso na situação de Maria Teresa dos Santos que tinha 12 anos de idade, quando seu Processo foi iniciado. Era natural de Bocaiúva (PR) e o nome de seus pais era ignorado. Em 25 de junho de 1947, a menina foi apresentada ao Juizado de Menores por furto. E como houvera a intermediação de Anita Ribas na saída da menina da Escola da Reforma, o Juiz de Menores intimou a esposa do outrora Interventor Federal Manoel Ribas para depor.

Anita Ribas foi intimada a prestar declarações em 19 de março de 1948, às 14h, mas não assinou a intimação. O Comissário somente em 1º de setembro de 1948 informou que deixou de intimar Anita Ribas pelo fato dela se encontrar na Itália. Não sabemos se a viagem de Anita Ribas teve alguma relação com o fato de ser intimada a depor no Juizado de Menores, mas sua viagem foi no mínimo providencial.

Quando a menina foi apresentada pela primeira vez ao Juizado de Menores, em fevereiro de 1942, o seu nome estava como Maria Teresa “de Tal”⁸⁹ e, posteriormente, como Maria Teresa Lisboa dos Santos, demonstrando mais uma vez a escassa preocupação com a documentação das crianças que passavam pelo Juizado de Menores. A circulação da menina, que passou pela residência de 15 famílias, sob TRG, está expressa no Quadro n. 12:

Data	Encaminhamento/ocupação do responsável
24/02/1942	Família 1 (doméstica)
28/02/1942	Família 2 (advogado)
13/03/1942	Família 3 (ferroviário)
25/03/1942	Família 4 (não foi relatado)
25/04/1942	Família 5 (doméstica)
04/05/1942	Família 6 (comerciária)
21/07/1942	Família 7 (doméstica)
11/08/1942	Família 8 (advogada)
02/10/1942	Família 9 (comerciário)
07/01/1944	Família 10 (não consta)
17/04/1944	Família 11 (não consta)
26/04/1944	Escola de Reforma
01/08/1946	Entregue ao seu progenitor (não consta)
?	Escola de Reforma
07/01/1947	Família 12 (não consta)
04/02/1947	Família 13 (não consta)
1947	Família 14 (não consta)
06/08/1948	Família 15 (funcionário da Secretaria de Agricultura)

QUADRO n.12: FAMÍLIAS PARA ONDE MARIA ARACI FOI ENCAMINHADA

FONTE: Elaborado a partir de informações dos processos do Juizado de Menores (AUTOS, 1942-1948)

⁸⁹ Conforme já assinalamos anteriormente, era comum nos documentos institucionais o uso do termo “de Tal” para designar o desconhecimento do sobrenome real das pessoas.

No quadro n. 12 visualizamos que a menina passou por 15 famílias. Apenas em uma ocasião foi entregue ao seu pai, e foi encaminhada à Escola de Reforma por duas vezes. Mas o seu destino final foi a Família 15.

A peregrinação da menina foi intensa. Em 7 de outubro de 1943, o Comissário Eugênio Silva informou ao Juiz que o responsável estava “fazendo de tudo para que nada lhe falte” e a menina “goza de ótimas condições morais e materiais” (Autos, 1942).

De posse da informação do Comissário, o Juiz solicitou que “em face da informação, archive-se”! Mesmo com toda a experiência, o Juiz ainda solicitava o arquivamento, logo após a informação do Comissário, na maioria dos processos. É possível que o Comissário, diante do grande número de solicitações de informações por parte do Juiz, somente telefonasse ou se informasse com terceiros não informando o estado real em que se encontravam as meninas e os meninos que estavam sob TRG.

Em 7 de janeiro de 1944, quando a menina já estava com 14 anos de idade, o Delegado de Segurança Pessoal a apresentou ao Juiz informando que “a mesma se achava em via pública, com atitudes indecorosas com um praça do Exército” (AUTOS, 1944). A informação do Delegado de Segurança Pessoal não é a de que um “praça do exército” estava em atitudes indecorosas com uma menina de 14 anos.

O “praça do exército” não foi intimado a prestar declarações, já que havia a possibilidade de estar praticando o crime previsto no capítulo II do Código Penal Brasileiro que aborda a sedução e corrupção de menores nos seguintes termos:

Sedução

Art. 217. Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança:

Pena - reclusão, de dois a quatro anos.

Corrupção de menores

Art. 218. Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de quatorze e menor de dezoito anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo:

Pena - reclusão, de um a quatro anos (BRASIL, 1940).

O delegado não relatou nas minúcias qual era o ato indecoroso, tampouco se preocupou em esclarecer se o soldado era um sedutor ou corruptor de menores, simplesmente levou a menina mais uma vez para o Juizado de Menores.

Em 10 de janeiro de 1944, a menina foi devolvida por ser doente e o responsável admitiu que não tivesse condições de tratá-la. O Juiz indicou que a menina fosse recolhida na Santa Casa de Misericórdia. E quando o Juiz pediu informação ao Comissário sobre a menina o relato é de que a menina não foi internada por falta de vagas, mas a Irmã Diretora a enviou à casa de uma conhecida sua. Quando o Comissário encontrou a residência, a menina já havia tomado um rumo que não foi possível ao Comissário encontrá-la. No entanto, mais breve do que a menina deveria imaginar e não tão demorado quanto o Juiz de Menores deve ter imaginado, a menina foi reencontrada.

Assim, em 17 de abril, somente três meses depois, o Delegado de Segurança Pessoal apresentou a menina ao Juiz de Menores “por se achar perambulando pelas ruas da cidade” (AUTOS, 1944). No entanto, sete dias depois, fugiu da residência da responsável que relatou ignorar o seu paradeiro. Foi encontrada em 26 de abril pela DSP e enviada à Escola de Reforma.

Em 1º de agosto de 1946, o Juiz determinou que a menina fosse entregue ao seu progenitor, no entanto parece que a menina voltou para a Escola de Reforma, já que, em 7 de janeiro de 1947, uma senhora afirmou que “teve entendimento com a Irmã Diretora da Escola de Reforma e esta a apresentou a menor [...], que declarou que deseja ir para a sua companhia” (AUTOS, 1947).

Parece que a vontade de que a menina fosse para a casa de uma família era muito mais da Irmã Diretora que da própria Maria Teresa. E a impetuosidade da menina continuou... Em 3 de fevereiro de 1947, saiu da casa do responsável para ir para a casa de um tio, porém não chegou à casa do suposto tio. E ao ser recolhida e enviada novamente para o Juizado de Menores, estava presente no comissariado um senhor que se propôs a assumir o TRG sob a menina e caso a menina não se agradasse se comprometeu a levá-la novamente ao Juizado.

Provavelmente, a menina não se agradou, já que em junho de 1947, estava na residência de outro senhor, onde cometeu um furto e foi apresentada ao Juizado de Menores. A menina declarou que se arrependeu de ter realizado o furto e que a única coisa de que não se arrependeu foi de ter ido à Escola de Reforma, indicando que preferia estar na Escola de Reforma que em casa de família.

O estado de pobreza e abandono impôs à Maria Teresa situações de sofrimento, assim como acontecia com outras meninas em condições semelhantes e

até mesmo piores, como é o caso de Rosa Maria de Lemos que foi apresentada em 19 de fevereiro de 1943 pela DSP ao Juiz de Menores.

A menina estava, supostamente, com 16 anos, era órfã de mãe e pai e morava em Santa Felicidade, na residência de Adolfinia Trevisan, onde relatou que estava sendo maltratada. Assim, em 22 de fevereiro de 1943, Rosa Maria foi encaminhada para a residência de um funcionário Público, casado e no dia 9 de abril de 1944, o Comissário forneceu ao Juiz as informações de praxe de que a menina estava em ótimas condições. Porém, Rosa Maria não permaneceu muito tempo na referida família, na medida em que o Comissário informou ao Juiz, em 1944, que a menina:

[...] foi internada à Escola de Reforma pelo fato de andar perambulando pelas ruas e praças desta cidade, tendo estado em diversas casas de boas famílias não parando em parte alguma. Seria conveniente que ela permanecesse na referida escola por todo o tempo necessário a sua educação (AUTOS, 1944).

O parecer do Juiz foi de que a menina permanecesse “recolhida por todo o tempo necessário a sua educação” (AUTOS, 1944). No entanto, em 20 de setembro de 1944 o Comissário de Menores informou ao Juiz que um grande industrial de São Paulo estava em Curitiba para conseguir “duas menores”.

Assim, o Comissário foi até a Escola de Preservação Feminina, junto com o industrial e sua esposa e se entenderam com a Irmã Diretora. A Irmã apresentou ao casal a menina Júlia Torres, de 10 anos de idade, que não havia passado pelo Juizado de Menores, na medida em que a Irmã do Hospital das Crianças a havia internado na instituição.

A mãe de Júlia já havia falecido e o pai estava em lugar incerto. A menina já estava na instituição desde o dia 20 de agosto de 1942. Portanto, já fazia mais de dois anos que a menina estava na Escola de Preservação, sem o conhecimento do Juizado de Menores.

O casal queria duas meninas, mas não escolheu a outra na Escola de Preservação, foi procurá-la na Escola de Reforma e lá a Irmã Diretora apresentou ao casal a menina Rosa Maria. Dessa forma, o casal assinou o TRG pelas duas meninas. No entanto, em junho de 1945, o industrial escreveu ao Juiz de Menores, oficializando a devolução de Rosa Maria, que foi novamente, encaminhada para outra família em Curitiba.

É provável que Rosa Maria não tenha se sujeitado aos direcionamentos relativos a sua presença naquela família. Nada consta nos Autos sobre o que o casal de industriais pretendiam fazer com as meninas. Certamente, não era para tratá-las como filhas. Assim, diante do tratamento recebido naquela família, a menina deve ter contestado e resistido, implicando na sua volta ao Juizado de Menores.

Mesmo com a evidência, diante das inúmeras fugas, de que o envio de meninas e meninos para as casas de famílias, resultava no retorno da maioria deles para o Juizado de Menores, do decorrer de todo o período de 1940 a 1969, independente do menino ou da menina serem encaminhados ao Juizado de Menores por um Juiz de Direito, por uma delegacia, por uma instituição de Assistência, pelo DAS, pelo IAM ou por qualquer pessoa física ou jurídica, as colocações familiares eram uma das principais alternativas do Juiz de Menores. Nessa direção o governo em 1967 assinalou que:

Além do trabalho educacional executado com vistas a propiciar condições aos menores desamparados para se integrarem efetivamente à sociedade o Instituto de Assistência ao Menor prestou assistência a 278 menores com defeitos físicos, concedendo-lhes aparelhos ortopédicos, e entregou óculos a 145 menores, forneceu mantimentos a 1.327, garantiu despesas escolares e de moradia a 61, forneceu leite a 894, aveia a 468, e **colocou 404 menores em casas de famílias** (PARANÁ, 1967, 121-122 – grifos nossos).

No entanto, a atitude desses 404 meninos e meninas, certamente, não foram somente de sujeição e passividade.

A partir das histórias de meninos e meninas que eram encaminhados sob TRG para outra família, que não era a sua de origem, compreendemos que perante as estratégias do Juizado de Menores que os encaminhava para uma família e de uma família que assinava o TRG com o objetivo de ter uma menina ou um menino para utilizar em algum tipo de trabalho, havia a tática de meninas e meninos em contestar e resistir.

A “estratégia”, utilizada pelo Juizado de Menores e pelas famílias, a que nos referimos diz respeito ao que foi assinado por Michel de Certeau (1990):

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico (CERTEAU, 1990, p. 46).

Certeau (1990) ao se referir à “tática”, utilizada por meninas e meninos, manifesta que:

Denomino, ao contrário “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho. [...] Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões” (CERTEAU, 1990, p. 46 e 47).

Diante dos conceitos de estratégia e tática, apontados por Certeau e interpretados por Vidal (2008, 284)⁹⁰, compreendemos que o Juiz de Menores e as famílias que assinavam o TRG, ocupavam o lugar de figuras fortes de poder na relação com as meninas e os meninos desvalidos, de forma a se utilizarem de estratégias para submetê-los aos seus encaminhamentos. Contudo, diante dessas estratégias os meninos e as meninas se utilizavam de táticas, para resistir aos encaminhamentos, quando o tempo fornecia oportunidades para que determinado acontecimento se transformasse em uma ocasião de fugir.

4.2 “Em família” - Filhas e filhos para educar

Renato, o menino que chegou um dia depois do Natal de 1939, ao Juizado de Menores, foi para a casa sem que seu pai tivesse que assinar um Termo de Responsabilidade e Guarda. O pai apenas teve que comprovar que tinha idoneidade para educá-lo e se responsabilizar perante o Juiz pelo bom comportamento do menino. No entanto, isso deve ter ocorrido pelo fato de ser a primeira vez que encontraram o menino perambulando pelas ruas da cidade e o fato não voltou a se repetir.

⁹⁰Para Vidal (2008, p.284) quando Certeau utiliza o termo estratégia, está se referindo a arte dos fortes que implica na existência de um sujeito de querer e poder, instalado em um lugar suscetível de ser concebido como próprio e, simultaneamente, a base de partida de ações visando a uma exterioridade de alvos. Por próprio, Certeau elucida que devia se entender a vitória do lugar sobre o tempo. Nessa mesma direção, segundo Vidal, Certeau utiliza “tática” para se referir a arte dos fracos, circulando num espaço que lhe era sempre alheio. Por não possuir um lugar próprio, movia-se no interior do campo inimigo, tendo como aliado apenas o tempo, as possibilidades oferecidas pelo instante em que a vigilância do poder falhava.

A pobreza, a miséria, a orfandade e a omissão de alguns pais ocasionavam desestruturas familiares que implicavam em um grande fluxo de meninos e meninas no Juizado de Menores.

A família de Renato nos aponta que algumas famílias, cujos filhos ou filhas eram levados para o Juízo Privativo de Menores, se empenhavam no cuidado para que isso não voltasse a acontecer, na medida em que fazia parte do discurso da época acreditar que “raramente uma criança, levada ao furto e à vagabundagem, deixa atrás de si uma família normal e pura” (MOTTA FILHO, 1936, p. 41).

Em uma direção semelhante, Perrot (1991) salienta a importância dos laços familiares, para algumas famílias ao assegurar que “a família é um ‘ser moral’ que se diz, se pensa e se representa como um todo. Percorrem-na fluxos que conservam sua unidade: o sangue, o dinheiro, os sentimentos, os segredos, a memória.” (PERROT, 1991, p.187). No entanto, nas famílias das meninas e meninos desvalidos a realidade era diferente.

Os Autos dos Processos do Juizado de Menores, indicam que muitas famílias tinham dificuldades em cuidar e educar os seus filhos, sobretudo, quando viviam em situação de pobreza. E isso é uma das evidências de muitos autores⁹¹ que abordam a História da Família. Os pais de Helena França quando foram procurados pelo Comissário de Menores demonstraram não se importar com o destino da menina. Nessa dimensão, as meninas e os meninos desvalidos, que possuíam ou não uma família, à partir de quando eram considerados abandonados, não pertenciam mais às suas famílias. O poder sobre a vida de meninas e meninos desvalidos era do Juizado de Menores e a responsabilidade era do Estado, na mesma dimensão assinalada por Perrot (1991) na qual:

[...] o filho não pertence apenas aos pais: ele é o futuro da nação e da raça, produtor, reprodutor, cidadão e soldado do amanhã. Entre ele e a família, principalmente quando esta é pobre e tida como incapaz, insinuam-se terceiros: filantropos, médicos, estadistas que pretendem protegê-lo, educá-lo, discipliná-lo.” (p. 148)

Contudo, em algumas situações mesmo que os pais quisessem que o Estado ou outra família assumisse a responsabilidade por seus filhos, a contestação dos

⁹¹ Para aprofundamentos, entre outras obras, analisar as produções de: ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978; MINUCHIN, Salvador – Famílias: Funcionamento & Tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 25-69; e SARACENO, Chiara – Sociologia da Família, Lisboa: Estampa, 1997.

meninos e das meninas fazia com que os pais tivessem que ficar com o filho ou a filha, como é o caso de Edília Parolim.

A menina de 14 anos de idade, foi encaminhada pelo Juiz de Menores à Escola de Reforma. Porém, alguns dias depois, o Comissário de Menores, Eugênio Silva, informou ao Juiz que a menina havia fugido da Maternidade Vítor do Amaral e que foi apreendida na casa de seus pais, pelo Delegado de Polícia de Campo Largo que a encaminhou, acompanhada de seus pais, ao Comissário que levou a menina de volta à Escola de Reforma.

O Comissário informou também, que “o pai deseja retirá-la e que virá se entender com Vossa Excelência a respeito” (AUTOS, 1940). Assim, em 1º de março o Curador de Menores, Alberto de Carvalho Seixas, requisitou ao Juiz que mandasse tomar declarações da menina e de seus pais. Mesmo que o pai tivesse afirmado ao comissário que iria se entender com o Juiz, o que consta nos Autos é a declaração da mãe. A mãe declarou que:

[...] vem respeitosamente requerer a Vossa Excelência que se digne mandar que a mesma menor lhe seja entregue, para viver em sua casa, visto que a requerente é casada, e seu marido aufere de seu trabalho de operário o suficiente para manutenção e encaminhamento dos seus filhos, e ademais porque a referida era de bons costumes, tendo ultimamente empregada. Acontece que inexperiente e sem conhecer essa capital deixou a casa de família onde estava empregada e aceitou oferta de melhor emprego apenas pelo desejo de ganhar melhor ordenado. (AUTOS, 1940)

Em nenhum momento, nos Autos, ficou expresso o que a menina estava fazendo na Maternidade Vítor Ferreira do Amaral. Há apenas a informação de que a menina havia fugido de lá, entretanto o motivo de uma menina de 14 anos, ser internada em uma maternidade, não é dito. Nas declarações da mãe, há a afirmação de que a menina era de bons costumes até que mudou de emprego, mas o que “não foi dito” tem o poder de nos dar várias hipóteses: a menina poderia ter estado grávida e ter sofrido um aborto; ter tido um bebê e abandonado na maternidade; ter engravidado de um membro da família na qual trabalhava e a criança ter ficado com a família.

Uma informação do Comissário de Menores, ao Juiz, nos dá pistas de que uma dessas nossas hipóteses pode ser correta, já que afirmou que a menina “conforme sindiquei com a irmã Diretora, está muito enferma necessita tratar-se em sua própria

residência” (Autos, 1939), indicando a possibilidade de que a menina poderia ter tido complicações pós-parto ou pós-aborto.

O Comissário, investigou as declarações da mãe, e informou ao Juiz que de fato a mãe de Edília, estava em condições de assumir a responsabilidade sob a menina “cuidar e zelar pela educação de sua filha”, na medida em que “é pessoa idônea, casada legalmente e residente em Campo Largo” (AUTOS, 1940).

Diante dessa situação, em 4 de março de 1940, a menina foi desligada da Escola de Reforma e entregue a sua mãe. Para Edília, independentemente da situação de pobreza de seus pais, o melhor lugar para viver seria perto de sua família. Porém, a maioria das meninas que passavam pelo Juizado de Menores não ficavam isentas de serem encaminhadas para a casa de uma família, mesmo que fosse uma determinação de um Juiz, como foi o caso de Maria Isabel.

Em 12 de março de 1942, a menina foi apresentada ao Juizado de Menores de Curitiba pelo Juízo de Direito da Comarca de Jacarezinho (PR). Era órfã de mãe e o pai, momentaneamente, não estava em condições de ficar com a menina. No ofício o Juiz de Jacarezinho assinalou que “a referida menor **não deverá ser entregue a outra pessoa, a não ser ao pai**, que irá buscá-la quando estiver em condições” (AUTOS, 1942 – grifos nossos).

A menina foi encaminhada à Escola de Preservação pelo Governador de Estado que interveio na situação à pedido do Juiz de Jacarezinho que, provavelmente, já soubesse que quando a menina estivesse no Juizado de Menores, fatalmente não ficaria isenta de ser encaminhada para a casa de uma família, e a intenção era de que a menina ficasse em uma instituição, até que o pai pudesse assumir a responsabilidade por sua filha.

Entretanto, o pedido do Juiz de Jacarezinho não foi respeitado por muito tempo. Provavelmente, a Irmã Diretora acreditou que depois de quase um ano e meio, o pai não viria mais buscar a sua filha e solicitou ao Juiz, o envio da menina para a casa de uma família. E assim, sob a aquiescência do Juizado de Menores, em 10 de agosto de 1943, a menina foi encaminhada sob TRG, à Isolda Castro, e um mês depois o seu Processo foi arquivado. Se algum dia aquele pai voltou para procurar sua filha, não mais a encontrou na Escola de Preservação.

No caso de Maria Isabel, ter um pai que voltaria para retirá-la da Escola de Preservação somente adiou, mas não impediu o seu encaminhamento para a casa de uma família que assinou um TRG. Normalmente, o Juiz de Menores, concordava com

a assinatura do TRG por uma pessoa da própria família, que tinha interesse em assiná-lo. Mas, em alguns casos, o Juizado de Menores, negava a assinatura do TRG, pela pessoa da família, por acreditar que não era uma pessoa “idônea”.

Neste sentido, em dia 31 de outubro de 1939, o Delegado de Segurança Pessoal da capital paranaense apresentou ao Juiz de Menores, Odete de Alencar, afirmando que a menina era órfã de pai e mãe, procedente da cidade de Castro (PR) e se encontrava em poder da família do carcereiro da Repartição de Polícia, porque somente contava com uma tia, a qual não poderia ser entregue, em virtude de não se tratar de pessoa “idônea”.

O fato de suspeitarem de que a tia da menina não era uma pessoa idônea, fez com que a menina ficasse temporariamente na residência do carcereiro até que fosse encaminhada sob TRG para a residência de outra família.

A menina foi encaminhada, sob TRG, para a família de um comerciante, casado. Porém, possivelmente, a menina esperou somente o momento oportuno para se utilizar de uma tática para ir contra a estratégia do Juiz de Menores e da família que havia assinado o TRG. Em 29 de janeiro, o responsável compareceu ao Juizado de Menores e afirmou que a menina “abandonou a casa do suplicante, há dias, voluntariamente, ignorando o seu paradeiro” (AUTOS, 1940).

A tática da menina, provavelmente fazia parte de um plano, para ficar com sua tia. Assim, a tia pediu a tutela da sobrinha, mediante uma declaração, onde três pessoas assinaram como testemunhas de sua idoneidade. O Comissário de Menores investigou e, finalmente, afirmou que a tia era pessoa idônea e estava em condições de cuidar da menina até que ela se aprontasse para o casamento com um cabo da Polícia Militar que seria realizado no prazo de dois meses.

O Juiz de Menores solicitou a apreensão de Odete, em 30 de janeiro de 1940. E a menina, misteriosamente apareceu. Foi encontrada, apreendida e entregue a sua tia sob Termo de Compromisso de cuidar de sua sobrinha até o casamento com o cabo. Provavelmente, a menina fugiu e foi para a casa da tia, aparecendo somente quando o Juiz concordou que a tia assumisse a responsabilidade pela sobrinha.

Nessas circunstâncias, provavelmente, o que determinou a entrega da menina à sua tia, foi a declaração de que Odete estava noiva e iria se casar com um cabo da Polícia Militar. Não sabemos se realmente a menina iria se casar, ou se foi uma tática de tia e sobrinha que entraram em um acordo com o cabo, com a finalidade de se livrarem dos encaminhamentos do Juizado de Menores.

Diante disso, Arend (2011) percebeu que em Florianópolis, na década de 1930, a figura masculina possuía maior respeitabilidade perante o Juiz. Dessa forma:

[...] em grande parte dos processos as testemunhas arroladas pelo Juiz de Menores [...] eram do sexo masculino, sabiam ler e escrever, afirmavam ter uma profissão e tinham mais de 25 anos. Para as autoridades judiciárias, certamente o depoimento de homens com esse perfil, isto é, o “pai de família e provedor”, auferia maior legitimidade às ações da instituição. Eram notificados, com maior frequência, para depor nos casos de abandono administrativo de menor respectivamente os parentes, os vizinhos, os conhecidos ou, então, os que moravam na mesma localidade e “havia ouvido falar” sobre o que se passava (AREND, 2011, p. 53).

A tia de Odete, somente conseguiu a guarda da menina quando comprovou a sua idoneidade, mediante três testemunhas idôneas, mas havia casos em que a família solicitava a intervenção do Interventor Federal, para conseguir a autorização, para ficar com o membro da família, menor de 21 anos, como foi o caso de Sofia Ferreira Marcondes.

Em 24 de janeiro de 1941, a menina foi recolhida no Juízo Privativo de Menores e não há a indicação nos Autos de para qual instituição foi encaminhada. No entanto, em 13 de fevereiro do mesmo ano, o Comissário de Menores informou ao Juiz que Eugênia Valverde declarou que desejava assumir a responsabilidade pela “menor” Sofia Ferreira Marcondes. Segundo o Comissário a “declarante é pessoa idônea, professora, casada e residente à Rua Emiliano Perneta” (AUTOS, 1941).

O Juiz concordou com as informações do Comissário, desde que a liberação fosse efetivada mediante um Termo. No mesmo dia, o Termo de Responsabilidade e Guarda foi assinado e o Juiz encaminhou um ofício à Irmã Diretora da Escola de Preservação, solicitando o desligamento da menina e a entrega à Senhora Eugênia. No entanto, a resposta do Comissário não foi nada habitual:

Informo a V. Exa. Que me dirigi na escola de Preservação, no Portão e entendendo-se com a Irmã Diretora e esta mostrou-me os arquivos das menores desligadas, onde encontrei o desligamento da menor [...], em 20 de fevereiro de 1941, por ordem do Interventor Manoel Ribas que fez entrega a progenitora [...], por ocasião que esta embarcava no dia seguinte para São Paulo onde foi residir em companhia de sua filha (AUTOS, 1941).

Não há indicação de nenhuma investigação para apurar os fatos. O Interventor Federal, Manoel Ribas, se envolveu na liberação da menina para a mãe e, dessa vez, o fato foi aceito com naturalidade. Se por um lado, a família de Sofia recorreu ao

Interventor Federal para ficar com a menina, por outro lado, a família de Jair Gomes, o encaminhou ao Juizado de Menores, a fim de que fosse punido por mau comportamento.

Assim, em 3 de janeiro de 1940, foi iniciado o processo de Jair, no Juizado de Menores. O menino tinha 17 anos de idade, foi encaminhado pelo Juízo de Direito da Comarca de Siqueira Campos e apresentado no Juizado de Menores da Capital pelo seu cunhado. De acordo com a informação do Juiz de Siqueira Campos o menino:

[...] cujos instintos de criminalidade, começam a se desenvolver, como abusar do dinheiro dos pais, praticar atos obscenos, etc. O progenitor do referido menor, [...], solicitou a este Juízo, a interferência perante V. Exa. Da internação do referido menor, na Escola de Reforma (AUTOS, 1940).

Porém, o menino não foi encaminhado à Escola de Reforma, mas à Escola de Pescadores “Antônio Serafim Lopes” na Ilha das Cobras. Possivelmente, o menino dava muito trabalho à família, na medida em que o pai somente solicitou o seu desligamento e o desentranhamento da sua certidão de nascimento em 23 de dezembro de 1940. E fez isso, provavelmente, porque já tinha outro destino para o filho, na medida em que declarou ao Juiz que “deseja encaminhá-lo nas fileiras do Exército Nacional” (AUTOS, 1940).

A resposta da promotoria em 24 de dezembro é a de que: “não se atribuindo ao menor [...] a prática de qualquer ato criminoso certo, esta Promotoria nada tem a opor ao pedido retro” (AUTOS, 1940). E assim, o menino foi entregue ao pai na mesma data e os AUTOS foram arquivados, no dia do Natal.

Neste sentido, ficou evidente que o menino somente foi internado na Escola de Pescadores, para atender um pedido de sua família que queria puni-lo por mau comportamento. O Juiz atendeu ao pedido de outro Juiz e Jair ficou quase um ano internado na Ilha das Cobras, somente como medida punitiva por parte da família.

O caso de Jair indica que mesmo com escassez de vagas nas Escolas para meninos desvalidos do Estado, dependendo da pessoa que solicitasse o pedido de internamento, o Juizado de Menores atendia a solicitação. Provavelmente, o cunhado de Jair tinha uma rede de relações que fez com que o pedido da família fosse aceito, mesmo que a família não fosse pobre e o menino não fosse abandonado.

O acontecimento de uma família não conseguir cuidar e educar um menino ou uma menina poderia levar o pai ou a mãe a abandonar o filho ou a filha de forma

imprevista e irreversível. Um fragmento da vida de Amália Pereira do Amaral esboça essa situação.

Em 31 de outubro de 1939, a menina foi enviada pelo Juízo de Direito e Menores de Rio Negro para Curitiba. A menina tinha sete anos e não era órfã. Foi julgada abandonada. A mãe a abandonou na residência de Manoel Kachinski, sob o pretexto de que faria uma viagem, mas logo voltaria. Provavelmente, a família que era conhecida da mãe da criança, jamais imaginou que a mulher não voltaria. Mas decorreu mais de um ano e a mãe não apareceu. Diante do não regresso da mãe, a família apresentou a menina ao Juiz de Rio Negro. Após comprovado o seu estado de abandono a menina foi encaminhada para o Juizado de Menores da Capital. O motivo que levou à destituição de o pátrio poder foi o de que:

[...] ignorando-se seu paradeiro atual; Atendendo além disso que a mãe da referida menor, [...], manteve nesta cidade uma conduta reprovável e atentória dos bons costumes, conforme referem as testemunhas; atendendo a que o pai da menor em questão, [...] se encontra também desaparecido sem interessar-se pelo destino de sua filha e dispensar-lhe os necessários cuidados, se é que, de fato, não já faleceu, conforme refere a primeira testemunha; atendendo a que o desaparecimento da mãe da menor data de um ano mais ou menos (AUTOS, 1939).

O motivo que teria levado Manoel a apresentar a menina ao Juizado foi o fato de que havia fugido duas vezes de sua casa. O Juiz considerou a menina abandonada de acordo com “o artigo 395, n. II e III do Código Civil e o art. 32, n. IV e V do Código de Menores” (AUTOS, 1940).

Diante da comprovação, de que a menina foi abandonada pela mãe, o Juiz de Direito e Menores da Comarca de Rio Negro determinou que a menina fosse recolhida na Escola de Preservação, na Capital do Estado. Não há indícios da presença da menina na Escola de Preservação. No entanto, em 3 de novembro de 1939, uma família assinou o Termo de Responsabilidade e Guarda sob a menina. E em março de 1941 o seu processo foi arquivado.

Os motivos pelos quais a mãe de Amália abandonou a filha, provavelmente, não foram os mesmos de a mãe de Margarida de Jesus da Cruz.

Em 19 de janeiro de 1940, Alzira Correa assumiu o TRG sob a menina Margarida. Mas parece que não permaneceu muito tempo por lá, já que em 14 de fevereiro de 1940, foi encaminhada à Escola de Reforma. No entanto, a história da menina no Juizado de Menores já havia iniciado em 8 de janeiro de 1940, quando o

Comissário informou ao Juiz que a mãe da menina, apresentou-se no Comissariado, acompanhada de sua filha Margarida de Jesus da Cruz, alegando:

Ser pobre e não podendo mais com a vida da mesma, entrega ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Menores para providências. Notei que a menor fica em estado completo de abandono, pois que a mesma é de cor morena, filha de [...], já falecido e de [...], esta residente em Santo Antônio de Campo Magro, município de Tamandaré. A família dessa menor são todos pobres e não querem a mesma, devido ser má de gênio (AUTOS, 1940).

A menina margarida não foi enviada à Escola de Reforma, pelo motivo de que não havia vaga na instituição, foi encaminhada à residência de uma mulher viúva sob Termo de Responsabilidade e Guarda. O comissário informou ainda que a mãe da menina entregou a certidão de nascimento da filha e que há testemunhas que conhecem a mãe e a filha.

Mas parece que a menina realmente possuía um temperamento nada habitual para os padrões da época, já que a responsável, a levou de volta ao Juizado de Menores por “não poder suportar o gênio péssimo da referida menor”. (AUTOS, 1940).

A informação do Comissário em relação a menina nos dá algumas pistas do que se compreendia por “gênio péssimo”:

Trata-se de uma menor de cor morena, quer viver a sua vontade, analfabeta, fugiona, não obedece ninguém, não pára em parte alguma e enfim é de um gênio muito mau, e devido a esses procedimentos que a mãe não quer saber mais de sua filha, devido não poder mais com a vida da mesma (AUTOS, 1940).

Diante dessa informação, com vaga ou sem vaga, o Comissário informou ao Juizado de Menores que a menina se encontrava recolhida na Escola de Reforma à disposição do Juiz. E, para dar mais sustentabilidade às palavras da mãe, da viúva que havia assinado o TRG e às suas próprias, o Comissário indicou duas pessoas para dar depoimentos sobre os acontecimentos.

E assim Ana Torres Klein, casada e com 20 anos de idade e Ângelo Torres Mendes, casado e com 42 anos de idade, provavelmente irmãos, foram intimados a prestar declarações sobre o caso. Ana declarou que:

Conhece não só a menor [...] como também a progenitora [...] e por isso sabe que esta senhora procurou internar aquela menor na Escola de Reforma, por ser a mesma uma menor incorrigível e desobediente; que além disso dita menor costuma frequentar casas de mulheres de vida fácil; [...] sabe que era desejo da senhora [...] levar sua filha em sua companhia para aquele lugar, a

fim de lhe auxiliar na lavoura, mas que [...] não concordou com isso, motivando o internamento dessa menor à escola de Reforma (AUTOS, 1940).

Neste mesmo sentido, Ângelo revelou que:

Conhece há muitos anos a senhora [...] e sabe que e a mesma possui uma filha [...], a quem o depoente também conhece; que sabe que esta menor está completamente pervertida, por isso que soube que a mesma ultimamente vinha frequentando casas de mulheres de vida fácil; que sabe que a progenitora de dita menor empreendeu todos os esforços no sentido de levar a sua filha em sua companhia para o município de Campo Largo, onde reside, não concordando, porém Rosa com isso [...] a senhora [...] é uma mulher trabalhadora e vive com honestidade (AUTOS, 1940).

As duas testemunhas enfocaram, de um lado, o fato da menina ser incorrigível, desobediente, completamente pervertida e frequentadora de casa de mulheres de vida fácil. Por outro lado, ambas, isentaram a mãe de qualquer responsabilidade, afirmando que Benedita queria que a filha tivesse vida honesta trabalhando na lavoura com a família, já que era uma mulher trabalhadora e honesta.

Diante das declarações das testemunhas, em 26 de março de 1940, o Curador requereu do Juiz novas declarações de mãe e filha. E, no dia 29 de abril do mesmo ano, o Juiz solicitou o desligamento da menina da Escola de Reforma para ser encaminhada para outra família, a residência de um senhor, residente em São Joãozinho, município de Tijucas, em Santa Catarina sob TRG.

Porém, cinco meses depois, em 19 de setembro de 1940, a menina se evadiu da residência do responsável. E somente se teve notícias de Margarida, em 7 de agosto de 1944, quatro anos depois, quando a mãe solicitou ao Juiz a liberação da Certidão de Nascimento da filha para que pudesse tirar a carteira profissional. Como a menina havia nascido em 1923 estava com 21 anos de idade. Portanto, não havia mais o que o Juizado de Menores pudesse fazer para a “regenerar”, restava somente liberar o documento da menina.

Margarida não se importou que sua família não a quisesse, por não estar dentro dos padrões de bom comportamento estabelecidos para uma menina, e voltou para onde provavelmente jamais queria ter saído. A mãe parece ter se conformado com aquela filha de “gênio péssimo”.

Desse modo, perante as estratégias do Juiz, da família que assinara o TRG na expectativa de ter uma menina para os trabalhos domésticos e de sua própria família

que não a queria, venceu a tática de uma menina que provavelmente, queria ficar com sua família, somente não queria trabalhar na lavoura. Queria ser livre...

A mãe de Amália a deixou para fazer uma viagem e nunca mais retornou. A família de Margarida não a queria por ter “gênio péssimo”, mas a história de Lorena nos aponta outra situação.

Em 4 de dezembro de 1939, Lorena de Albuquerque foi apresentada ao Juizado de Menores e encaminhada, imediatamente, à Escola de Preservação. A mãe solicitou que a menina fosse internada em uma Instituição de Assistência por não estar em condições, temporariamente, de cuidar da filha. Lorena tinha somente quatro anos.

Alguns dias depois a mãe, Leonor de Albuquerque, apareceu no comissariado e se declarou em condições de cuidar de Lorena, pois estava trabalhando em casa de uma família. Após as devidas investigações, exatamente três meses depois de ser internada na Escola de Preservação, a menina foi entregue à sua mãe.

Provavelmente, não foi o fato de a mãe ter pedido para deixar a menina temporariamente na Escola de Preservação que a protegeu de ser encaminhada para a residência de uma família, mas o motivo de ter apenas quatro anos de idade. Geralmente, uma menina de quatro anos não era atrativa para as famílias que queriam uma criança para auxiliar nos serviços domésticos. E assim, quando a mãe retornou à instituição conseguiu levar a filha consigo, exatamente como planejava.

No entanto, nem sempre os planos de uma mãe tinham o resultado esperado. Madalena Machinski foi entregue pela mãe, ao Juizado de Menores, em 21 de novembro de 1945, para ser encaminhada à Escola de Preservação, entretanto a menina foi enviada para casa de uma família, em 12 de fevereiro de 1946.

Provavelmente, a mãe deixou a menina, no Juizado de Menores, com a esperança de que permanecesse na Escola de Preservação, na medida em que em 25 de março de 1947, quando soube que a menina estava em casa de uma família, compareceu ao Juizado de Menores e declarou ao Comissário de Menores que:

[...] deixou internada na Escola de Preservação sua filha [...] foi retirada da referida Escola pela família do Snr.[...] e ele declara que vinha trazer de volta, por ser muito pequena e deseja uma maior, e estando presente na sala deste comissário a mãe da referida menor que deseja levá-la para sua companhia [...] A declarante está em condições de poder criar e educar sua filha (AUTOS, 1945).

Diante da declaração da mãe, a menina voltou à companhia materna, mas sob TRG. A situação da menina Madalena Machinski e de outras crianças em situações semelhantes, nos aponta para o fato de que a desestruturação familiar, ocasionada principalmente pelo falecimento de um pai ou de uma mãe, levava pais e mães a admitir que não conseguiriam educar meninas e meninos ainda muito pequenos, como foi o caso de Luiz José Marcondes, de 7 anos de idade.

Em 29 de janeiro de 1940, o menino foi apresentado ao Juizado de Menores por ser órfão de pai, e a mãe não ter condições de dar o necessário à “manutenção e educação” (1940) de seu filho. O Comissário informou ao Juiz que o menino era de nacionalidade brasileira, de cor clara, nascido a 21 de outubro de 1933, na cidade de Jaguariaíva. Quanto a causa do internamento, declarou que “o motivo de seu internamento se justifica, ser pobre e não poder cuidar da educação desse seu filho que é muito desobediente, gaseia escola, e ser muito peralta e tem mais para cuidar” (AUTOS, 1940).

A justificativa do internamento do menino, foi aceita pelo Juiz de Menores e assim, em 22 de julho de 1940, o Juiz determinou que o menino permanecesse recolhido “por todo o tempo necessário a sua educação”. Entretanto, não há a informação do nome da instituição para onde o menino foi encaminhado e, somente em julho de 1941, foi solicitado que o menino fosse submetido a exame para constatação de seu estado físico, moral e mental. Entretanto, nos Autos, nada mais constou sobre o menino.

Diante das histórias de meninas e meninos desvalidos, inseridos em famílias pobres, não podemos desconsiderar o fato de que uma boa condição financeira da família, não protegeria meninas e meninos da condição de desvalidos, inseridos em uma instituição de assistência, caso a família resolvesse que o melhor destino para o filho ou a filha era o Juizado de Menores. Nessas categoria de desvalidos, encontramos Mauro Passeti e as irmãs Inês Domingues Rossi e Ana Cecília Rossi

Lauro Basseti, aparentando ter 17 anos de idade, foi encaminhado em 11 de janeiro de 1940, à Escola de Pescadores “Antônio Serafim Lopes” na “Ilha das Cobras”. O menino foi apresentado pela Delegacia de Segurança Pessoal ao Juiz de Menores. A informação do Comissário era a de que:

[...] trata-se de um menor, de cor clara, aparentando 17 anos de idade, avesso aos estudos, desobediente aos pais, briguento, malandro, gosta de rua e não gosta de trabalho, já praticou pequenos furtos, o que seus pais solicitou o seu

internamento na escola da Ilha das Cobras, onde é lugar seguro. Notei que esse menor deve permanecer na referida Escola, até se regenerar os seus propósitos e bem como instruir-se, melhor tornar-se útil à sociedade (AUTOS, 1940).

O diretor da Escola de Pescadores, em 19 de setembro de 1940, enviou uma carta ao Juiz, Francisco Cunha Pereira afirmando que o menino “cumpre pena de 90 dias, conforme sentença proferida por V. Exa., em ofício desse Juizado” (AUTOS, 1940).

Em 1º de outubro de 1940 o Juiz solicitou que fosse emitido um alvará de soltura do menino da Escola de Pescadores “Antônio Serafim Lopes”. Entretanto, provavelmente, a família pediu que o menino permanecesse por mais algum tempo na instituição, pelo fato de que no despacho do Juiz foi “determinado que o menor deverá permanecer recolhido na Escola da Ilha das Cobras, pelo espaço de mais noventa dias, findo os quais, deverá o mesmo ser entregue ao seu progenitor” (AUTOS, 1940). A decisão do Juiz de menores indica que no caso de Mauro, o internamento na Escola de Pescadores era uma punição por mau comportamento, identificado pela própria família que não conseguia educar de acordo com os padrões de bom comportamento da época.

Nessa mesma condição, em 22 de outubro de 1945, a menina Inês, com 10 anos de idade e sua irmã Ana Cecília, com 7 anos de idade, foram encaminhadas pelo Juiz Privativo de Menores, Francisco Cunha Pereira, à Escola de Preservação. Em 4 de janeiro de 1946, o Juiz solicitou informações sobre as meninas ao Comissário. Porém somente em 22 de julho o Comissário respondeu à solicitação, assinalando com referência à mãe das meninas que “soube este Comissário, por pessoas que a conhecem que a mesma tem meios de criar e educar as suas referidas filhas, e, diante disto a mãe das menores em apreço prontificou-se a vir a Curitiba a retirá-las, sob pena de abandono” (AUTOS, 1946).

De posse desta informação do Comissário, o Juiz solicitou que a mãe das meninas prestasse declarações a respeito de suas filhas. A mãe compareceu na sede do Juízo de Menores, somente em novembro de 1946 e declarou ao comissário que “vai requerer o desligamento das referidas menores suas filhas e levá-las em sua companhia, pois, reside em Paranaguá” (AUTOS, 1946).

No entanto, a mãe das meninas não as levou de volta à Paranaguá, as meninas foram entregues a pedido da mãe para a Irmã Diretora do Instituto Nossa Senhora

das Mercês, uma instituição católica privada. Mas, antes de retirá-las da Escola de Preservação, os pais assinaram TRG.

O registro dos encaminhamentos das meninas foram bastante confusos. O nome da Escola Nossa Senhora de Lourdes e do Instituto Nossa Senhora das Mercês foram confundidos e ora aparecia um nome no processo, ora outro. De exato, podemos afirmar que, no dia 30 de abril de 1948, as meninas já estavam no Instituto.

Contudo, a passagem da menina Inês, pela Escola de Preservação, não foi destituída de um ato de contestação. Em 6 de junho de 1947 o Comissário solicitou ao Juiz que com urgência, ordenasse as necessárias providências para a apreensão de algumas meninas que fugiram da Escola de Preservação, entre os nomes elencados estava o de Inês Rossi. Vejamos a TABELA 3:

TABELA: 3 CARACTERÍSTICAS DAS MENINAS QUE FUGIRAM DA ESCOLA DE PRESERVAÇÃO EM 6 DE JUNHO DE 1947

Nome	Idade	Características
Ana Paula Florêncio	17 anos	Morena, natural de Antonina, mãe residente em Curitiba
Inês Rossi	11 anos	Branca, natural de Paranaguá, pais residentes em Paranaguá
Úrsula Vargas	15 anos	Morena, natural de Curitiba, pai residente em Curitiba

FONTE: Elaborada a partir de informações dos Autos de Processos do Juizado de Menores (AUTOS, 1947)

A fuga, na companhia de duas outras meninas maiores que eram naturais de Curitiba e deveriam conhecer as ruas da cidade, foi a tática de Inês, diante da estratégia dos pais de as enviarem para uma instituição de assistência às meninas desvalidas, mesmo tendo condições financeiras para educá-las na própria família ou em uma instituição privada. Talvez o fato de alguns pais que tinham condições financeiras abandonarem seus filhos em uma instituição de Assistência fizesse com que, a partir de 1945, em algumas situações o Juizado de Menores solicitasse o Atestado de Miserabilidade dos pais.

4.2.1 “Uma família nada perfeita” - Meninos e meninas maltratados, explorados e espancados

Para alguns meninos e meninas ficar longe da família poderia ser a melhor opção, na medida em que muitos pais e mães maltratavam, exploravam e espancavam seus filhos e filhas. Em 1940, o menino Arnaldo Luiz Weyden, de 12 anos de idade foi espancado pela mãe, mesmo quando já estava sob Termo de Responsabilidade e Guarda de seu avô.

Da mesma forma, a menina Genésia Ernesta Milankovitch, de 14 anos de idade, foi retirada da mãe e do padrasto por ser maltratada. A menina foi apresentada pela Delegacia de Segurança Pessoal ao Juiz de Menores, em 5 de novembro de 1940. O motivo de a menina ser apreendida era que a mãe e o padrasto, “além de maltratar a menor [...], ainda pronunciavam, na presença da menor, palavrões obscenos, cooperando para a má educação da mesma” (AUTOS, 1940).

A menina foi encaminhada para a casa de Adalberto Fernandes de Moura, por não existir vaga no Abrigo feminino. E, em 6 de novembro de 1940, Adalberto assinou o TRG e o Processo foi arquivado, em 26 de novembro de 1940. Provavelmente, a menina, depois do sofrimento na própria família, se resignou facilmente, em auxiliar nos serviços domésticos, em uma família onde não fosse maltratada.

A menina Ernesta era maltratada pela família, mas havia os casos em que a menina ou o menino, era explorado pela família que o obrigava a pedir esmolas, como o pequeno João Paulo.

Assim, na manhã do dia 19 de fevereiro de 1943, o menino de 6 anos, filho de João Caetano, residente no Pilarzinho, foi apresentado pela DSP ao Juiz de Menores. E, de acordo com o Delegado de Segurança Pessoal, “trata-se de um menor que está sendo viciado na mendicância, pois não frequenta Escola e vive em verdadeiro estado de abandono pelas ruas da cidade, não obstante ter pais vivos com quem reside.” (AUTOS, 1943).

O Comissário informou ao Juiz, em 1º de março de 1943, que o menino foi internado no Asilo São Luiz, mas que por determinação do Interventor Federal foi entregue a sua progenitora. O Juiz de Menores Substituto, Ildefonso Marques, não contestou a decisão do Interventor e solicitou o arquivamento do Processo. Assim, mais uma vez, mesmo que fosse de competência do Juizado de Menores o destino de meninas e meninos desvalidos, houve a interferência do Interventor Federal que

foi aceita, aparentemente, sem nenhuma objeção explícita, mesmo que fosse em defesa de uma mãe que explorava o filho de seis anos.

Além dos maus tratos e da exploração, muitas famílias eram omissas, em relação aos filhos, permitindo que fossem agredidos por outras crianças, como o trágico caso de Aurora do Rocio Torres. A menina, de 5 anos de idade, em 28 de janeiro de 1943, foi ferida por uma borracha em combustão pelo vizinho José Marcos Pereira, com 9 anos de idade, que não frequentava uma escola. A borracha em combustão queimou profundamente o rosto da menina e a deixou com uma deformação.

A idade do menino foi avaliada pelos médicos e não foi apresentada a certidão de nascimento, indicando que talvez o menino não tivesse registro de nascimento. O Processo foi arquivado pelo fato do menino ter apenas 9 anos.

A pequena Maria das Dores ficou com uma deformação na face que levou consigo pelo resto de sua vida, entretanto os pais das crianças nem ao menos assinaram um TRG. O menino José Marcos não tinha certidão de nascimento e brincava com materiais combustíveis. Nada é dito sobre o fato das duas crianças não estarem sendo bem cuidadas.

A situação de Maria das Dores e José Marcos indica que havia crianças que estavam completamente desvalidas no interior de uma família. Mas há também casos em que não podemos assegurar que realmente a criança estava sendo maltratada, como nos casos de disputa da guarda da criança, como era a condição de Salete.

Em 13 de dezembro de 1945, Conceição Neves, a mãe de Salete que estava com 8 anos de idade, solicitou que a filha que estava residindo com os tios, em Mandirituba desde a idade de 1 ano, lhe fosse devolvida, já que havia solicitado pessoalmente a devolução ao tio, mas o homem se recusou a devolver a menina.

A mãe afirmou que a menina estava sendo maltratada e que queria que a filha residisse em sua companhia em Curitiba, onde morava com um comerciante estabelecido com casa de móveis, já que era separada há 8 anos.

O tio enviou um abaixo assinado de moradores de Mandirituba no qual constava que as pessoas de sua família: “tratam com todo o carinho a essa menina, não maltratam de modo algum, tenham como sua própria filha não podendo ninguém alegar qualquer coisa sobre a criação e educação da referida menina” (AUTOS, 1945). No abaixo-assinado constava a assinatura de seis pessoas, entre elas a do Subdelegado de Polícia de Mandirituba. Diante de uma mãe separada que mora

amasiada com um comerciante e um tio que enviou um abaixo-assinado com a assinatura de pessoas idôneas, o Juiz de Menores não teve dúvida. Manteve a menina na família do tio.

No mesmo sentido, na década seguinte, o irmão de Lauro Selmer da Cruz solicitou a sua guarda, alegando que o menino estava sendo maltratado pela madrasta. O irmão de Lauro, Funcionário dos Serviços do Rio Iguaçu, residente em Porto Amazonas, solicitou ao Juiz que lhe entregasse seu irmão de 16 anos que o seu pai deixou abandonado na companhia de uma “ex-amante”.

O irmão mais velho garantiu que o irmão mais novo estava passando por constrangimento moral e que até do Ginásio foi retirado pela referida mulher que se recusava a atender as solicitações da diretoria do Ginásio para que o menino comparecesse ao exame.

O caso de Salete e Lauro, se configura em situações nas quais há uma disputa pelo menino ou pela menina, em que os fatos podem ser distorcidos. A mãe de Salete e o irmão de Lauro utilizavam-se de justificativas que acreditam que convenceriam o Juizado de Menores a retirarem os tutelados de seus responsáveis, como a denúncia de maus tratos, o constrangimento moral e a retirada da escola.

Do mesmo modo, em 21 de março de 1966, as irmãs Zara e Ana Lucia Falcão de 4 e 7 anos, respectivamente, foram encaminhadas pela DPM, que as havia encontrado perambulando pelas ruas, ao Juiz de Menores Aurélio Feijó. A menina mais velha relatou no Juizado de Menores que:

Seu genitor é ébrio contumaz e em data de 19 do corrente, em uma das bebedeiras do pai, o mesmo expulsou a declarante e sua irmãzinha de 4 anos de idade [...] de casa, passando ambas a perambular pelas ruas da cidade, sendo em consequência apreendida por elementos da Delegacia de Proteção ao Menor, para os devidos fins (AUTOS, 1966).

O relato da menina foi registrado pelo escrivão em palavras formais, mas mesmo assim, podemos imaginar o sofrimento de duas meninas de 7 e 4 anos que são expulsas de casa pelo pai. A menina relatou também que seu pai se chamava José Luiz Falcão e sua mãe Ana Maria Pereira. No entanto, nada se fala sobre a mãe nos Autos. Mas, surpreendentemente, a decisão do Curador foi “pela entrega das menores a seus progenitores, sob termo, pois foram advertidos” (AUTOS, 1966) e o Juiz de Menores “acolheu o parecer do Curador”. Porém, inexplicavelmente, quem

assinou o TRG pelas meninas foi Maria de Fátima de Souza. E nada mais consta sobre as duas pequenas.

As histórias dos sofrimentos de meninas e meninos na família onde eram colocados ou no interior de suas próprias famílias, documentadas nos Autos dos Processos, indicam o motivo de muitos deles, demonstrar preferência por viver em uma instituição de assistência.

4.3 “Um lugar de (des) esperança” – Instituições para regenerar e reeducar

No dia 03 de novembro de 1967 os irmãos, Gilson e Amadeu de Souza Santos, de seis e sete anos de idade, respectivamente, chegaram ao Educandário Caetano Munhoz da Rocha. As suas entradas na instituição se deram devido a um encaminhamento do “Juízo de Menores”. Os meninos foram considerados em completo estado de abandono. Na entrevista inicial, o pai, que “aparentemente”, encontrava-se muito doente, “disse que não tem meios de manter os filhos e que foi abandonado pela mulher há mais de cinco anos. Irá esse cidadão internar-se em Hospital dessa Capital” (AUTOS, 1967). Nas declarações do pai dos meninos, em audiência, afirmou que:

[...] é procedente de Cruzeiro do Oeste, neste Estado, onde trabalhava, que, atualmente está nesta Capital, pois ficou muito doente não tendo possibilidade de trabalhar mais na lavoura; Que, está parado no Albergue Noturno [...], e irá internar-se em algum Hospital, pois sofre dos rins e reumatismo, moléstia que lhe atacou os pés e pernas; Que, não tem meios e nem parente que possa ficar com seus filhos menores – [...] – que pela doença do declarante estão em estado de abandono de fato. Que pede o internamento dos filhos até que possa recebê-los de volta (AUTOS, 1967).

Diante do relato do pai, o Juiz os encaminhou, provisoriamente ao Educandário, quiçá porque acreditasse que o pai iria se recuperar e retirar os meninos da instituição, na medida em que “nota-se que o mesmo, apesar de manter amor pelos dois filhos não poderá mantê-los face seu precário estado de saúde” (PARANÁ, 1967).

Assim, os meninos, foram internados no Educandário Caetano Munhoz da Rocha. Isso deve ter deixado os meninos parcialmente satisfeitos, já que estariam longe do pai, mas estariam juntos. Entretanto, o destino dos meninos na instituição seria bem diferente. Amadeu permaneceria na instituição e se submeteria a todos os encaminhamentos até ser transferido para outra instituição em 1971. Não foi possível

identificar no livro de entradas e saídas do Educandário Caetano Munhoz da Rocha para que instituição o menino foi enviado, entretanto é possível sabermos que em 1975 ele estava na Fundação Casa do Adolescente (FUCA), diante do fato de que em 23 de janeiro de 1975 o Juiz de Menores recebeu um ofício da FUCA pedindo a liberação do registro de nascimento do menino, porque seria necessário à matrícula escolar.

Amadeu já estava com quinze anos, e desde os sete estava inserido em uma instituição de assistência em estado de sujeição aos encaminhamentos a ele destinados. Não consta no Arquivo do Juizado de Menores e no livro registro do Educandário Caetano Munhoz da Rocha nenhuma fuga. A sujeição de Amadeu demonstra que o menino era disciplinado em relação aos encaminhamentos institucionais. Essa postura de muitos meninos e meninas, quando inseridos em uma instituição é assinalada por Foucault:

A disciplina fabrica, assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma “capacidade” que ela procura aumentar, e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 1987, p. 128).

Possivelmente, a sujeição de Amadeu era na esperança de que o pai retornasse para buscá-lo, entretanto, não há nenhum registro de que isso tenha acontecido. Já o irmão caçula Gilson evadiu-se do Educandário no dia 30 de setembro de 1970. A Irmã Elza enviou um ofício ao Juiz comunicando a sua fuga e solicitando a sua busca e apreensão no dia 05 de outubro de 1970, mas provavelmente a sua resistência teve um êxito inesperado até mesmo para o menino, porque não consta mais nenhuma passagem de Gilson pelo Juizado de Menores. Há a possibilidade de que a sua resistência o tenha levado ao encontro do pai, o que a sujeição de Amadeu não conseguira.

Em 1969, além de Amadeu e Gilson, havia 248 meninos que foram encaminhados ao Educandário Caetano Munhoz da Rocha. A faixa etária variava entre 06 e 12 anos e havia apenas 01 menino com 13 anos de idade.

A partir da análise dos Autos dos Processos nos anos de 1940 e 1969 percebemos que o destino das crianças variava conforme a idade, o sexo, o gênero e o motivo da presença da criança no Juizado de Menores. A maioria dos meninos e

meninas do Estado do Paraná era encaminhada para instituições localizadas na Capital, entretanto havia casos em que eram encaminhados para instituições de outras cidades paranaenses, onde se localizavam as escolas rurais, geralmente os meninos acima de 12 anos, mas isso não era uma regra.

Como exemplo do aumento do número de desvalidos e cotejamento entre o número de meninas e meninos que eram encaminhados para as instituições de assistência, para as famílias de origem e para as famílias substitutas, trazemos o movimento de meninas e meninos nos anos de 1948 e 1949, apresentados no Quadro n. 13:

LOCAL		1948	1949
Instituições de Assistência subordinadas à Secretaria de Saúde e Assistência Social	Abrigo Provisório para menores Abandonados de Santa Felicidade	199	263
	Abrigo de Menores do Portão - Escola de Preservação	101	142
	Escola de Reforma	104	108
Famílias	Casa dos Pais	104	199
	Casa dos parentes	007	003
	Casa de estranhos	091	082
Outras instituições, incluindo CFPMCC		342	386
TOTAL		948	1183

Quadro n.13: Movimento de Menores nos anos de 1948 e 1949, de acordo com a Secretaria de Saúde e Assistência Social.

FONTE: Elaborado com base em informações da Diretoria Geral da Educação (PARANÁ, 1950).

É possível considerarmos, a partir do Quadro 10, que as Instituições de Assistência, mantidas pelo Estado do Paraná, no período de 1948-1949, eram apenas três. E, indica também que, os principais lugares ocupados por meninas e meninos que passavam pelo Serviço Social do Juizado de Menores, eram as instituições mantidas pelo Estado, quer seja vinculada à Secretaria de Saúde e Assistência Social, quer seja vinculada à Secretaria da Agricultura, que está denominada no Quadro n.13, como *outras instituições*. No entanto, sabemos, pelas fontes analisadas, que somente os meninos eram encaminhados para as instituições vinculadas ao Ensino Agrícola.

Em 1942, o governo apresentou um quadro com as instituições vinculadas ao Ensino Agrícola, conforme o exposto, no quadro n.14:

	Denominação da escola	Localização/município	Capacidade	Ano de instalação	Número de matrículas
01	Escola de Trabalhadores Rurais do Canguirí	Piraquara	85 alunos	1936	65
02	Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti”	Curitiba	60 alunos	1937	60
03	Escola de Trabalhadores Rurais “Augusto Ribas”	Ponta Grossa	110 alunos	1938	110
04	Escola de Trabalhadores Rurais “Olegário Macedo”	Castro	100 alunos	1938	90
05	Escola de Trabalhadores Rurais “Getúlio Vargas”	Palmeira	100 alunos	1940	100
06	Escola de Trabalhadores Rurais de “Rio Negro”	Rio Negro	60 alunos	1940	60
07	Escola de Trabalhadores Rurais de Campo Comprido	Curitiba	30 alunos	1941	30
08	Escola de Trabalhadores Rurais de “Ivaí”	Ipiranga	60 alunos	1942	60
09	Escola de Trabalhadores Rurais de “Três Bicos”	Reserva	60 alunos	1942	60
10	Escola de Pescadores “Antônio Serafim Lopes”	Paranaguá	75 alunos	1936	80
11	Escola de Pescadores de “Guaratuba”	Guaratuba	60 alunos	1940	60

Quadro n.14 – Escolas de trabalhadores rurais e pescadores criadas e mantidas pelo estado no ano de 1942

Fonte: Adaptado de Paraná, 1942, p. 48

O Quadro n.14, nos mostra uma situação de provável tranquilidade, em relação a capacidade de alunos e o número de matrículas nas instituições vinculadas ao Ensino Agrícola, na proporção em que somente na Escola de Pescadores “Antônio Serafim Lopes”, o número de matrículas foi maior que a capacidade da instituição. Porém, observamos que os encaminhamentos de meninos, realizados pelo Juizado de Menores, era um dos motivos das instituições estarem com sobra ou falta de vagas.

Neste sentido, se por um lado, a instituição vinculada ao Ensino Agrícola que mais aparece nos Autos dos Processos do Juizado de Menores é a Escola “Antônio Serafim Lopes”, por outro as escolas de Trabalhadores Rurais “Olegário Macedo”, “Getúlio Vargas”, “Rio Negro”, “Ivaí”, “Três Bicos” e a Escola de Pescadores de “Guaratuba”, raramente aparecem ou não aparecem nos Autos dos Processos.

Os motivos dessas instituições não receberem meninos desvalidos não ficam evidentes, possivelmente, eram por questões estruturais, no entanto esse é um aspecto que demandaria uma pesquisa específica.

As alterações na nomenclatura das instituições, bem como a extinção de algumas, aconteciam, tanto nas vinculadas ao Departamento de Assistência Social, quanto nas do Departamento de Ensino Superior Técnico e Profissional. Portanto, em 1956, o governo informou em sua mensagem de governo que “o corpo discente da Escola de Pesca da Ilha das Cobras foi transferido para a ETR ‘Gil Setin Ferreira’ de Ivaí. Na verdade, apenas 50% dos alunos foram transferidos; os demais foram desligados por autorização Judiciária” (PARANÁ, 1956, p. 41).

Na informação do governo está assinalado que a ETR de Ivaí havia mudado de nome, a ETR “Antônio Serafim Lopes”, não somente era conhecida pelo nome de “Escola de Pesca da Ilha das Cobras”, como também, estava fechada. Portanto, possivelmente, o número de meninos que circulavam pelas ruas das cidades aumentou, porque era praticamente improvável que 50% das famílias estivessem em condições de os acolher e manter no âmbito familiar.

No ano de 1951, o governo do Estado, mencionou o movimento de meninas e meninos, em cinco instituições do Estado, que atendiam a infância desvalida, conforme a TABELA 4.

TABELA 4 - MOVIMENTO DE INTERNADOS EM INSTITUIÇÕES DO ESTADO, DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DESVALIDA, EM CURITIBA, DURANTE O ANO DE 1951

Especificação	Existentes em 1º de janeiro de 1951	Matriculados durante o ano	Desligados no mesmo período	Existentes em 1º de dezembro de 1951
- Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade	66	82	68	80
- Abrigo de Menores do Portão	164	129	134	159
- Centro de Formação Profissional para Menores do Campo Comprido	126	93	50	169
- Escola de Reforma	90	88	86	92

Fonte: Adaptada de Paraná, 1952a, p. 277

Diante da tabela 4, notamos que o número de internos nas instituições de assistência à infância, mantidas pelo Estado, no ano de 1951, aumentou, consideravelmente, no decorrer do ano, com exceção do Abrigo de Menores do Portão, no qual diminuiu cinco internos.

Ao cotejar a tabela 4, que apresenta o ano de 1951, com o quadro n. 13, que expõe os anos de 1948-1949, observamos que em 1948 e 1949, o governo não classifica a Escola de Trabalhadores Rurais do Campo Comprido como uma instituição de Assistência subordinada à Secretaria de Saúde e Assistência Social, mesmo que esta já atendesse os meninos desvalidos desde o ano de 1941. Somente, com a mudança do Departamento de Assistência Social para a Secretaria de Trabalho e Assistência Social, o governo considerou a instituição, como de Assistência. Portanto, os números mostrados pelo governo, de internos desvalidos em instituições, estavam muito além dos expostos, na medida em que os meninos desvalidos poderiam estar nas Escolas de Trabalhadores e Pescadores, conforme o assinalado no quadro n.13.

Portanto, havia uma distinção entre as instituições que atendiam meninas e meninos, mantidas pelo Estado, de acordo com o seu vínculo com o Departamento de Assistência Social ou com o Departamento de Ensino Superior Profissional e Agrícola.

Nessa acepção, as meninas estavam somente nas instituições de assistência mantidas pelo Estado e vinculadas à Assistência Social. Já os meninos, estavam tanto

nas Instituições vinculadas à Assistência Social, quanto nas instituições de Trabalhadores e de Pescadores, vinculadas ao Ensino Profissional e Agrícola. Mas, provavelmente, pela mudança nas Secretarias que resultou no fato de todas as instituições que atendiam “menores” ficarem na Secretaria dos Negócios do Trabalho e Assistência Social, em 1956, o governo já mostra no Movimento dos estabelecimentos para “Menores” do ano de 1955, com a inclusão tanto do Centro de Formação Profissional para Menores do Campo Comprido, quanto da Escola Profissional para menores de Pirai do Sul.

TABELA 5 - Movimento dos estabelecimentos para menores da secretaria dos negócios do trabalho e assistência social, subordinados à divisão de serviço social de organização da comunidade do departamento de serviço social no ano de 1955

ESTABELECIMENTOS	QUANTIDADE DE INTERNOS
Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido	133
Educandário Santa Felicidade	104
Escola Profissional para Menores de Pirai do Sul	80
Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha	141
Educandário Nossa Senhora das Dores	111
Lar Escola "Hermínia Lupion"	360
TOTAL GERAL	929

Fonte: Adaptada de Paraná, 1956.

A quantidade de internos, assinalada na Tabela 5, é o número de internos atendidos pelas instituições vinculadas ao Departamento de Assistência Social, mas temos que considerar outras instituições, onde também estavam inseridos os meninos desvalidos, como as Escolas de Ensino Rural, conforme o quadro n.15:

	ESCOLA	CIDADE
1	E.T.R. “Ernesto Luiz de Oliveira”	Foz do Iguaçu
2	E.T.R. “Assis Brasil”	Clevelândia
3	E.T.R. “Agrônomo Hintz”	Faxinal de Catanduvas
4	E.T.R. “Augusto Ribas”	Ponta Grossa
5	E.T.R. “Olegário Macedo”	Castro
6	E.T.R. “Gil Setin Ferreira”	Ivaí
7	E.T.R. “Franklin D. Roosevelt”	Santo Antonio da Platina
8	E.T.R. “Arlindo Ribeiro”	Guarapuava
9	E.P. “Marcílio Dias”	Guaratuba
10	E.A. “Getúlio Vargas”	Palmeira
11	E.A. “Lisímaco Ferreira da Costa”	Rio Negro

Quadro n.15: Escolas de ensino rural em funcionamento no ano de 1958:

FONTE: Elaborada a partir de informações de PARANÁ, 1958, p. 54.

As informações do governo, em relação às instituições que atendiam, principalmente os meninos, é bastante fragmentada. Parece que o próprio governo não tinha controle da situação do atendimento aos meninos desvalidos.

No entanto, no decorrer das décadas, e com a criação do Instituto de Assistência ao Menor (IAM) o governo, passou a denominar todas as instituições que atendiam meninas e meninos desvalidos, como Instituições de Assistência. Assim, no ano de 1967, elencou 13 instituições que assistiam as meninas e os meninos desvalidos, no Estado do Paraná, conforme o quadro n.6, que está exposta no capítulo 1 e que reproduzimos aqui:

	INSTITUIÇÃO	CIDADE
01	Centro de Formação para Menores de Campo Comprido	Curitiba
02	Lar Escola Hermínia Lupion	Curitiba
03	Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha	Curitiba
04	Educandário Nossa Senhora das Dores	Curitiba
05	Casa do Pequeno Jornaleiro	Curitiba
06	Casa do Menor Trabalhador	Curitiba
07	Instituto de Recuperação de Surdos-Mudos	Curitiba
08	Escola para Menores Marcílio Dias	Guaratuba
09	Escola para Menores Bernardo Barbosa Milleo	Piraí do Sul
10	Escola para Menores de Tibagi	Tibagi
11	Escola para Menores de Arapoti	Arapoti
12	Escola para Menores de Mallet	Mallet
13	Instituto São Francisco Xavier	Cerro Azul

Quadro n.6: Instituições de assistência às meninas e aos meninos desvalidos no estado do Paraná vinculadas ao IAM no ano de 1967 (Capítulo 1)

FONTE: Elaborada a partir de informações de Mensagem de Governo (PARANÁ, 1967, p. 121).

O governo mencionou as instituições vinculadas ao Instituto de Assistência ao Menor, que deveriam atender os meninos desvalidos. No entanto, os Autos dos Processos, também nos apontam outros nomes de instituições para onde as meninas e os meninos foram encaminhados no período de 1940 a 1969, na medida em que, no decorrer de 29 anos, foram criadas, transformadas, renomeadas e fechadas, muitas das instituições mencionadas até aqui.

O grande número de meninas e meninos, que eram encaminhados para o Juizado de Menores, e destes às instituições que atendiam meninas e meninos desvalidos, nos apontam que os lugares da criança desvalida, quando não era entregue de volta para a própria família, eram as instituições de assistência ou a casa de outra família. No entanto, na maioria dos casos o Juiz justificava o encaminhamento de meninas e meninos para uma família que assinava o Termo de Responsabilidade e Guarda pelo fato de que não havia vaga na instituição de assistência.

Neste sentido, se por um lado, durante todo o período de 1940 a 1969, sucessivamente, existiu a justificativa do envio de meninas e meninos para colocações familiares, sob TRG, pelo motivo de não haver vagas nas instituições, por outro, o Juizado de Menores contribuía com a falta de vagas, ao realizar algumas apreensões arbitrárias, como a de Antônio Medeiros de Souza.

Nessa perspectiva, em 7 de novembro de 1939 o pai do menino Antônio Medeiros de Souza, solicitou ao Juiz que autorizasse a soltura de seu filho, que havia sido apreendido pela Polícia Civil, no dia 5 de novembro, segundo o pai, sem motivo que o justificasse. No dia seguinte, o Comissário de Menores informou ao Juiz que:

[...] o requerente é pai do menor [...] que foi internado na Escola do Canguiri [...] seu filho conta 7 anos de idade e quatro meses e ignora o motivo de sua prisão pela polícia e já falou com os Delegados de Polícia e não foi atendido o que acho que o requerente está em condições de bem cuidar e zelar pela educação de seu filho. O requerente reside em Irati, casado no religioso, operário ganhando a diária de 74000 (AUTOS, 1939).

Mesmo diante da informação de um Comissário de Menores de Curitiba, o Juiz de Menores encaminhou uma solicitação ao Comissário de Irati para que investigasse o caso. O Comissário de Irati informou que “o requerente está em condições de cuidar de seu filho menor, nada havendo contra o mesmo, não este Comissariado encontrado qualquer justificativa que desse lugar ao internamento do mesmo em estabelecimento desse Juízo” (AUTOS, 1939).

O motivo que levou as autoridades a, rapidamente, conseguirem uma vaga, para um menino de 7 anos e com família, em uma instituição de assistência, em um momento em que as vagas estavam bastante escassas, não fica evidente. Há a possibilidade de o menino e o pai terem se perdido um do outro pelas ruas de Curitiba e o menino ter realizado um pequeno furto para saciar a fome já que nos Autos do Processo há um indício de o menino de 7 anos ter cometido um delito, na medida em

que o promotor escreveu: “não estando o menor a que se referem estes autos sujeito a qualquer processo penal, eis que é menor de 14 anos, a Promotoria nada tem a opor ao pedido” (AUTOS, 1940).

E assim, o menino voltou para sua casa com o pai em Irati e seu processo foi arquivado em 26 de julho de 1940, sem nenhuma consequência para os responsáveis pelo seu internamento. Assim, o acontecimento de um menino de 7 anos, ficar internado em uma Escola como a do Canguiri, longe de sua família que residia em Irati e ficou 8 meses envolvida em um Processo em Curitiba, em um período em que os deslocamentos eram morosos e cansativos, sugere as dificuldades de algumas famílias para reaver seus filhos e filhas quando por algum motivo eram levados para o Juizado de Menores.

Deste modo, se por um lado, havia famílias que tinham que provar que eram miseráveis para conseguir deixar os filhos no Juizado de Menores, por outro, havia as famílias que tinham os seus filhos apreendidos, desnecessariamente, e precisavam provar que não os abandonaram, para ter os filhos de volta.

As responsabilidades por essa e outras arbitrariedades, em relação aos meninos e as meninas que “perambulavam” pelas ruas da cidade, eram do Juizado de Menores, mas igualmente do Estado. A intenção tanto do Juizado de Menores quanto do Estado era de regenerar e reeducar, em instituições de assistência. Portanto, para liberar um menino ou uma menina de uma instituição do Estado, havia a necessidade de um parecer do responsável pela instituição de que estavam totalmente regenerados ou reeducados.

Nessa dimensão, as instituições de amparo à infância pobre e abandonada no Paraná, até o ano de 1962, estavam sob a responsabilidade do Departamento de Assistência Social (DAS) e a partir do ano de 1962, passaram a cargo do Instituto de Assistência ao Menor (IAM). Silva (2009) assinala que esse fato não significa que esses órgãos conseguiriam suprir as necessidades materiais das instituições sob sua responsabilidade, e Bernal (2004, p. 29-30) aponta que a partir de 1940, houve uma expansão, em todo o Brasil, de instituições de assistência em caráter público e privado. E os convênios entre público e privado possuíam a finalidade de suprir a falta de verbas para a construção de novos estabelecimentos para amparar a infância pobre e abandonada.

Nos encaminhamentos do Juizado de Menores, não havia diferenciação entre as meninas encaminhadas à Escola de Reforma ou à Escola de Preservação, a

especificidade se deu somente na nomenclatura. Mas, em relação aos meninos, havia a tentativa de segmentação, ao tentar enviar apenas os que estavam em estado de abandono para Abrigos ou Educandários. Os que apresentavam além do estado de abandono, também a prática de algum delito ou crime, deveriam ser enviados às Escolas de Trabalhadores e Pescadores, mas com a escassez de vagas, os meninos eram colocados de forma indiscriminada, onde houvesse vagas ou estivesse menos lotado. Portanto, o que acontecia na prática, nas instituições que acolhiam menores no Estado do Paraná, não corrobora com as afirmações de Marcos Cezar de Freitas (2002), ao assegurar que os asilos ou orfanatos seriam escolas de preservação, das crianças ainda não pervertidas e as escolas de reforma ou reformatórios fariam o levantamento moral e a reeducação das “já viciosas, inseridas na vagabundagem e na mendicância das ruas”.

No entanto, mesmo que a nomenclatura das Escolas para meninas desvalidas não diferenciasse o tipo de menina que seria encaminhada para determinada instituição, no período pesquisado, aconteceram alterações na nomenclatura das instituições e no modo de conceber a educação de meninas e meninos desvalidos, que implicaram, do mesmo modo, na utilização de alguns termos que foram se alterando no decorrer das décadas.

Como arquétipos dessas alterações, trazemos a passagem de quatro instituições de assistência à denominação de Educandário.

4.3.1 Educandários públicos paranaenses: instituições para educar

O centenário da emancipação política do Paraná, em 19 de dezembro de 1953, já não mais encontraria a Escola de Reforma, o Abrigo do Portão e o Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade, entretanto se depararia respectivamente com o Educandário Nossa Senhora das Dores, o Educandário Caetano Munhoz da Rocha e o Educandário Santa Felicidade. O termo “educandário” era considerado moderno pelo governo do Estado do Paraná que considerou a organização dos Educandários como uma ação que estava “dentro dos ensinamentos oriundos da prática e técnica moderna” (PARANÁ, 1953b, p. 242-243).

No Paraná, a mudança no nome dessas instituições parece ter a intencionalidade de consolidar práticas educativas que favorecessem a educação e o desenvolvimento de meninas e meninos de uma maneira mais efetiva. A partir da

década de 1950, no Paraná, as ações foram de substituir denominações de cunho pejorativo, como “abrigo”, “escola de reforma” e “preventório” pelo termo “educandário”. A intenção seria que as instituições não tivessem a finalidade somente de abrigar, reformar, ou se precaver, mas de “educar”.

Entretanto, o termo “educandário”, começou a ser utilizado no Brasil, do início do século XX, para designar qualquer tipo de instituição que tinha dentre suas finalidades, educar. De maneira que podemos encontrar esta designação em instituições privadas e públicas.

No Tratado de Leprologia⁹² (BRASIL, 1950) aparece a designação de educandário para várias instituições que foram criadas para abrigar e educar os filhos de leprosos que não podiam mais cuidar de seus filhos. Provavelmente essas instituições foram criadas como preventórios, na medida em que o Ministério da Educação e Saúde assinalou: “Apresentamos a seguir, a relação dos referidos preventórios, fazendo um pequeno histórico de cada um deles” (BRASIL, 1950, p. 133). Neste sentido, o quadro n. 16, evidencia que, juntamente com a preocupação de cuidar da saúde de filhos de pessoas contaminadas, com doenças como a lepra e a tuberculose, estava a preocupação com o cunho educativo dessas instituições.

Instituição	Nº de crianças	Estado/Cidade	Situação
1) “Educandário Gustavo Capanema”	54 (1942)	Amazonas/ Manaus	Construída
2) “Educandário Eunice Weaver”	Indeterminado	Pará/Belém	Construída
3) “Educandário Santo Antônio”	100 (1941)	Maranhão/São Luiz	Construída
4) “Educandário Eunice Weaver”	Indeterminado	Ceará/Maranguape (à 20km de Fortaleza)	Construída
5) “Educandário Oswaldo Cruz”	13 (1942)	Rio Grande do Norte/Natal	Construída
6) “Educandário Eunice Weaver”	14 (1942)	Paraíba/ Fazenda Rio do Meio (a 7 km de João Pessoa)	Construída
7) “Instituto Guararapes”	52 (1942)	Pernambuco/Bairro da Várzea (a 6 km de Recife)	Construída
8) “Preventório Alzira Bley e Granja Eunice Weaver”	125 (1942)	Espírito Santo/Cariacica	Construída

⁹²O “Tratado de Leprologia” publicado pelo Serviço Nacional de Lepra em 05 volumes foi constituído pelas monografias premiadas em concursos promovidos em 1942 e 1943, os quais abrangeram os diversos capítulos do estudo da leprologia.

9) "Educandário Vista Alegre	87 (1942)	Rio de Janeiro/ São Gonzalo (a 11 km de Niterói)	Construída
10) "Preventório Recanto Feliz"	Indeterminado	Distrito Federal/ Catumbí	Construída
11) "Educandário Santa Catarina"	Indeterminado	Santa Catarina/São José (a 6 km de Florianópolis)	Construída
12) "Educandário Curitiba"	32 (1942)	Paraná/Curitiba (a 6 km do "campo de aviação")	Construída
13) "Amparo Santa Cruz"	88 (1942)	Rio Grande do Sul/Belém Velho (a 12 km de Porto Alegre)	Construída
14) "Educandário Carlos Chagas" Situado a 2 km. de Juiz de Fora	Indeterminado	Minas Gerais/ a 2 km de Juiz de Fora	Construída
15) "Educandário Olegário Maciel"	Indeterminado	Minas Gerais/ a 8 km de Varginha	Construída
16) "Educandário Getúlio Vargas"	Indeterminado	Mato Grosso/ a 4km de Campo Grande	Construída
17) "Educandário Sta. Margarida	Inexistente	Território do Acre/ Rio Branco	Em construção
18) "Educandário Padre Damião"	Inexistente	Piauí/ a 2km de Parnaíba	Em construção
19) "Educandário Eunice Weaver"	Inexistente	Alagoas/ próximo à cidade de Maceió	Em construção
20) "Educandário São José"	Inexistente	Sergipe/ a 3 km de Aracajú	Em construção
21) "Educandário Afrânio Azevedo"	Inexistente	Goiás/ a 1k de Goiânia	Em construção
22) "Educandário Eunice Weaver"	Inexistente	Bahia/ Fazenda Águas Claras (a 15 km de Salvador)	Em construção

Quadro n.16 :Instituições de prevenção da transmissão de doenças para filhos de infectados, enumeradas pelo Ministério da Educação e Saúde em 1950.

FONTE: Tratado de Leprologia (BRASIL, 1950, 133-136)

O quadro n.16 permite que evidenciemos que, das 21 instituições elencadas como preventórios, apenas três não possuíam a nomenclatura de Educandário, e destas apenas uma ainda possuía a nomenclatura de Preventório. Nesta direção, as ideias de Santos (2006)⁹³, Bittencourt (2006)⁹⁴, Assis (2005)⁹⁵, Colombo (2006)⁹⁶ e

⁹³Santos (2006) assinala que a modernização foi a propulsora da passagem do Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina, administrado pela Ordem Marista, a "Educandário".

⁹⁴Bittencourt (2006) evidencia que o Asilo de Órfãos fundado em 1889 passou a denominar-se Associação Casa da Criança de Santos a partir de 1956 já que a intenção seria que as instituições para o abrigo de menores desvalidos fossem uma expressão da modernidade.

⁹⁵Assis (2005) nos dá pistas de que o termo educandário era utilizado para designar instituições com finalidades educativas diferenciadas na medida em que utiliza o termo para mencionar instituições educativas da "campanha nacional de educandários gratuitos" (CNEG).

⁹⁶Colombo (2006) auxilia na identificação de que algumas instituições, em períodos diferenciados passaram a denominar-se "educandário", como no caso da Escola para Menores Professor Queiroz Filho. Inicialmente foi denominada de Escola de Reforma do Canguiri, passou a denominar-se Escola

Silva (2009)⁹⁷ corroboram para a afirmação de que a partir da década de 1950 houve maior preocupação com o atendimento direcionado às meninas e aos meninos desvalidos e consequentemente com a nomenclatura das instituições de assistência à infância desvalida, a intenção, provavelmente, era evidenciar já na denominação da instituição as suas finalidades.

Nessa acepção o termo “Educandário” não foi utilizado apenas pelas instituições públicas que atendiam meninas e meninos desvalidos, mas para qualquer instituição que educasse. E mesmo as instituições que não tinham em suas nomenclaturas o termo “Educandário”, muitas vezes, eram assim denominadas, informalmente, nas fontes investigadas.

A mudança no nome das instituições paranaenses no início da década de 1950 não é eventual. O termo, já utilizado no tratado de Leprologia no início da década de 1940 deveria ser considerado moderno e o centenário da emancipação política do Paraná necessitaria encontrar educandários mantidos pelo Estado do Paraná, pelo menos na capital, já que o governo federal já mantinha uma instituição de assistência às crianças desvalidas, filhas de leprosos, o Educandário Curitiba⁹⁸.

No Paraná, no período de 1940 a 1969 existiram quatro instituições públicas, mantidas pelo Estado, que já existiam na década de 1940 e que tiveram em suas nomenclaturas a designação “Educandário” a partir da década de 1950.

para Menores Professor Queiroz Filho e, somente, passou a denominar-se Educandário São Francisco, em 1992.

⁹⁷Silva (2009, p.110) assinala que a mudança na denominação de “Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade” para “Educandário Santa Felicidade” não se restringiu apenas à alteração do nome, uma vez que relevantes remodelações seriam efetuadas na instituição.

⁹⁸O Educandário Curitiba no período pesquisado não foi mantido pelo governo do Paraná, mas pelo governo federal. Isso pode explicar o fato de uma instituição pública de assistência à infância, ainda na década de 1940, apresentar a denominação de Educandário. O Quadro anterior corrobora para a ideia de que em âmbito nacional já se tinha conhecimento das modernas designações para as instituições de assistência. A instituição foi criada para atender os filhos de leprosos, principalmente do Leprosário São Roque, por iniciativa da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, nacionalmente, sob a “inteligente, segura e contínua direção da Senhora Eunice Weaver” (BRASIL, 1950, p. 132). Esta federação dirigiu seus esforços, sem descuidar dos outros problemas da campanha, para a criação de preventórios, destinados ao abrigo de filhos dos lázaros, um dos pontos mais importantes da campanha já que era uma das medidas mais úteis e eficientes que poderiam ser utilizadas para educar as crianças, “que amanhã, constituirão úteis elementos humanos para a prosperidade da Nação” (p.133) Em conformidade com o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN, 2010, p. 08) a lei n. 610, de 13 de janeiro de 1949, instituía que todos os doentes de lepra fossem separados do convívio dos familiares e que seus filhos fossem levados para Preventórios/Educandários. Os filhos dos doentes, mesmo os que nasciam nas colônias, imediatamente após o nascimento eram levados para Preventórios ou Educandários. Esta lei foi revogada apenas pela Lei nº 5.511 de 15 de outubro de 1968.

De Abrigo de Menores a Educandário: Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha⁹⁹

O Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha de acordo com Silva (2009) iniciou suas atividades em 1926, no bairro do Portão, com a denominação de Abrigo de Menores do Portão ou Escola de Preservação para meninas. Conforme a mensagem do governador, apresentada no ano de 1952, referente ao ano de 1951, o "Abrigo de Menores do Portão" foi o primeiro estabelecimento de caráter assistencial criado exclusivamente para meninas. Foi construído 25 anos antes, pelo Estado – isto é, em 1926 –, todo em madeira, destinado a receber crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, órfãs ou em abandono moral de todo o Estado do Paraná.

De acordo com as mensagens de governo do período de 1947 a 1962, esta instituição foi administrada pelas religiosas da Congregação de "São Vicente de Paulo" e ocupava uma área de oito alqueires, mas parece que sua estrutura estava precária, já que se reivindicavam reformas radicais ou até mesmo a construção de um novo estabelecimento.

Devido às dificuldades de triagem prévia, as meninas eram internadas diretamente na instituição, quando não havia a indicação do Juizado de Menores para a "Escola de Reforma". A administração da instituição foi realizada pelas "irmãs de caridade" mediante contrato com a Congregação, na base "per capita", isto é a instituição receberia do governo do estado uma verba de acordo com o número de meninas que estivessem na instituição.

A capacidade da instituição seria de 100 meninas, entretanto abrigou até 160 meninas. Quanto aos resultados desse abrigo o governo expõe que:

Apesar dos esforços e da dedicação das Assistentes Sociais destacadas para orientar tecnicamente a Obra; apesar da grandeza dos atributos morais e do desempenho decidido das religiosas administradoras do Estabelecimento, nem sempre tem sido atingido o melhor resultado na recuperação das menores aí internadas. Estamos certos, todavia, de que do trabalho persistente daquelas Religiosas e das Assistentes, principalmente da perfeita harmonia e da integral colaboração da administração das Obras, com os elementos técnicos do Departamento de Assistência Social, resultará a reeducação das menores, para a felicidade pessoal das mesmas e para o bem de nossa sociedade (PARANÁ, 1952, p. 276-277).

⁹⁹A caracterização das instituições de assistência no final desse capítulo tem o objetivo de que o leitor conheça alguns aspectos das mesmas, para compreender as análises que serão realizadas no próximo capítulo. Como a estruturação da Tese ainda está em construção, provavelmente essas informações serão incorporadas de outra forma no texto.

Na passagem de abrigo de menores do sexo feminino para Educandário Doutor Caetano Munhoz da Rocha o Estado e a Congregação de São Vicente de Paulo sempre estiveram juntos na educação das crianças. Posteriormente a instituição passou a atender somente meninos.

De Preventório Infantil para filhos de tuberculosos a Educandário: Educandário Manoel Ribas

Em 26 de novembro de 1936 após a estada do Interventor Manoel Ribas na cidade de Castro, anunciava-se a construção de um “preventório” na Vila Rio Branco, perto do “Campo de Aviação” em um terreno doado pela prefeitura. Os motivos para a escolha da cidade de Castro, de acordo com o relator do Castro Jornal, eram que:

O clima privilegiado de Castro, a excelência de nossas águas, são os fatores primordiais que levaram o governo estadual a escolher o nosso município para nele instalar o preventório contra a tuberculose, obra incontestavelmente de grande valor de grande alcance social (CASTRO JORNAL, 28/11/1936).

Portanto, a finalidade da instituição seria abrigar filhos de tuberculosos (FIGURA 7), meninos e meninas, e prestar-lhes atendimento médico e odontológico.



Figura 7 - CRIANÇAS EM TRATAMENTO NO PREVENTÓRIO INFANTIL MANOEL RIBAS
FONTE: *Castro Jornal*, 12/04/1941

A preocupação com os filhos de tuberculosos não acontecia somente no Brasil, mas também em outros países como Argentina, Uruguai, EUA e Espanha. Lis (2004, p. 246) assinala que na Espanha, já em 1914 vinham funcionando “Escolas ao Ar Livre” nos sanatórios dedicados às crianças tuberculosas ou pré-tuberculosas.

De acordo com os jornais do período, o “Preventório Infantil Manoel Ribas” (FIGURA 8) foi inaugurado em setembro de 1939 e sua denominação seria uma homenagem ao interventor federal, Manoel Ribas, considerado um benfeitor nas notícias do Castro Jornal.



Figura 8 - PREVENTÓRIO INFANTIL MANOEL RIBAS (1939)

Fonte: Castro Jornal 20/04/1939

Diante da Figura 8 e da descrição do Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha, pode-se admitir que para os padrões do período, tem-se que concordar com a afirmação de que o Preventório Infantil Manoel Ribas “é uma edificação moderníssima, situada no bairro ‘Vila Rio Branco’, não muito distante do centro da cidade e construído dentro das necessárias exigências técnicas”. (Castro Jornal, 12/04/1941).

Entretanto, parece que houve dificuldades na administração da instituição, já que o primeiro diretor, Dr. Dagoberto Pusch, nomeado em 1938, antes mesmo da

inauguração do Preventório, foi exonerado em julho de 1940 e o cargo foi assumido por Homero de Mello Braga¹⁰⁰.

Por que um cidadão curitibano seria nomeado diretor de um preventório no interior do Estado? Será que Homero Braga conseguiu cumprir suas funções?

Parece que Homero Braga conseguiu cumprir suas funções por um curto período, na medida em que em 31 de outubro de 1940 seria nomeado um novo diretor para a instituição: o Dr. Libânio Estanislau Cardoso que foi exonerado somente em janeiro de 1945.

A partir de 1945 houve constantes mudanças na direção da instituição, privilegiando os médicos, e provavelmente o cargo dependeria de quem estivesse no governo, sinalizando para o fato de que essas dificuldades consistiriam muito mais em arranjos de ordem política do que problemas na administração.

No entanto, as Irmãs Franciscanas estavam presentes na instituição já na sua inauguração, responsabilizando-se pelos cuidados com as crianças. Posteriormente, assumiram a direção da instituição, entretanto continuaria existindo um diretor médico, ao menos até a década de 1960. Em 1963 o diretor médico do Preventório Infantil Manoel Ribas era o Dr. Bernardo Pusch Jr.

É imprescindível notar o status que deveria ter o diretor médico do Preventório Infantil Manoel Ribas, diante do fato de que, em todas as edições do Castro Jornal há uma propaganda da clínica particular do médico que estava na direção da instituição. Curiosamente, quando muda o diretor médico do Preventório, altera-se também a propaganda no jornal. Parece que quem assumisse a direção do Preventório, teria também o direito a uma propaganda da sua clínica médica particular no Castro Jornal.

As crianças que chegavam à instituição receberiam o ensino primário no próprio Preventório¹⁰¹. A educação das crianças ficava a cargo das Irmãs

¹⁰⁰De acordo com a Sociedade Paranaense de Pediatria, Homero de Mello Braga nasceu em Curitiba, Paraná, no dia 17 de dezembro de 1907. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Paraná, em 1929, especializando-se em Pediatria e genética humana. No ensino e na clínica pediátrica sua carreira profissional adquiriu uma notoriedade ainda maior. Toda sua longa vida no magistério transcorreu na Universidade Federal do Paraná (1944-1977). Na década de 1940, organizou o programa de rádio “Hora da Mulher”, transmitido pela Rádio Clube Paranaense, onde prestava informações sobre a saúde da mulher e da gestante. Foi cronista nos periódicos “A Tarde”, “O Dia” e “Gazeta do Povo”. Faleceu em 15 de setembro de 1985. Foi homenageado pela Sociedade Paranaense de Pediatria, sendo indicado como patrono da Cadeira 18 da Academia Brasileira de Pediatria.

¹⁰¹ A instituição passou a denominar-se Educandário Manoel Ribas em oito de abril de 1974, pelo Decreto 5.279 e a administração ficou a cargo das Irmãs de São José.

Franciscanas e era ministrado em uma escola isolada, anexa ao educandário (FIGURA 9). A instituição era pública e mantida pelo governo do Estado.



Figura 9 - A ESCOLA ANEXA AO PREVENTÓRIO, CRIANÇAS QUE A FREQUENTAVAM E PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO
FONTE: Castro Jornal, 12/04/1941



Figura 10 - CRIANÇAS E PROFISSIONAIS SAINDO PARA PASSEIO (1941)
FONTE: Castro Jornal, 12/04/1941

Diante do amplo espaço a ser explorado pelas crianças, eram realizados passeios pelo entorno (FIGURA 10). Entretanto, as crianças também se ocupavam com diferentes atividades, como a limpeza, a manutenção, a horticultura e a agricultura.

Mesmo que a instituição recebesse os mesmos encaminhamentos que as instituições que já tinham em sua nomenclatura o termo “Educandário”, e que fosse denominada dessa forma, somente passou a ter legalmente a denominação de “Educandário Manoel Ribas”, em oito de abril de 1974, pelo Decreto 5.279 e a administração ficou a cargo das Irmãs de São José.

De Escola de Reforma para meninas a Educandário: Educandário Nossa Senhora das Dores

A Escola de Reforma, de acordo com Silva (2009), funcionava no mesmo prédio do Asilo São Vicente de Paulo¹⁰² que foi inaugurado pelo governador Caetano Munhoz da Rocha, no dia 30 de outubro de 1926. Em 1950, a escola apresentava condições insalubres, na medida em que “a parte do prédio a ela destinada, é situada nos porões do edifício, 'em local de área, e iluminação deficientes', sua capacidade normal é de 60 alunos, porém, abriga mais de 100 menores” (PARANÁ, 1951, p. 57).

Diante deste contexto, Silva (2009) assinalou que na Escola de Reforma eram visualizadas crianças que viviam presas em um porão em condições insalubres, e o fato era de conhecimento do Departamento de Assistência Social, que insinuava uma determinada insatisfação. Todavia, esse fato, era também de ciência daquele que poderia fazer algo para alterar aquela situação, o governador do Estado. Nessa direção, Venâncio (2004, p. 42), verifica que o problema da criança abandonada, no período de 1941-1964, passou a ser visto como de “segurança nacional”, havendo ampliação das instituições correccionais de menores infratores, sem estrutura para atender adequadamente essas crianças.

¹⁰²De acordo com a Fundação de Estudos das Doenças do Fígado Koutoulas Ribeiro (Funef), o Asilo São Vicente de Paula foi inaugurado pelo governador Caetano Munhoz da Rocha no dia 30 de outubro de 1926. Era, à época, um centro de mendicância que chegou a atender mais de 600 pessoas, de crianças a idosos. Até 2004 esteve sob a administração da Congregação das Irmãs Passionistas. Em 1967 o público masculino foi transferido para outra instituição ficando o Asilo destinado somente a mulheres com mais de 60 anos. A partir de 2004 a Fundação Educacional Itaquí assume o Asilo e o transforma no Centro de Integração do Idoso São Vicente de Paulo atendendo idosos com mais de 60 anos portadoras de necessidades especiais ou não, dando atenção integral aos dispositivos do Estatuto do Idoso. Atualmente o Centro do Idoso abriga quase 200 idosos.

A manifestação do governador, nesse período, quando em referência a "Escola da Reforma", parece desconhecer a situação real da instituição, pois os relatórios apresentados pela Secretária dos Negócios do Trabalho e Assistência Social (SNTAS) diferem das informações do governo. Para ele, a "Escola da Reforma" seria um "estabelecimento destinado às menores do sexo feminino internadas mediante sentença dos Juízes de Menores, [...] anexa ao 'Asilo São Vicente de Paula'" (PARANÁ, 1950, p. 267). Haveria, então, a omissão de que "anexa" se refere ao porão da instituição.

Porém, no Plano de Obras do governo é mostrada a imagem da construção de um novo pavilhão para a "Escola de Reforma" (Figura 11).

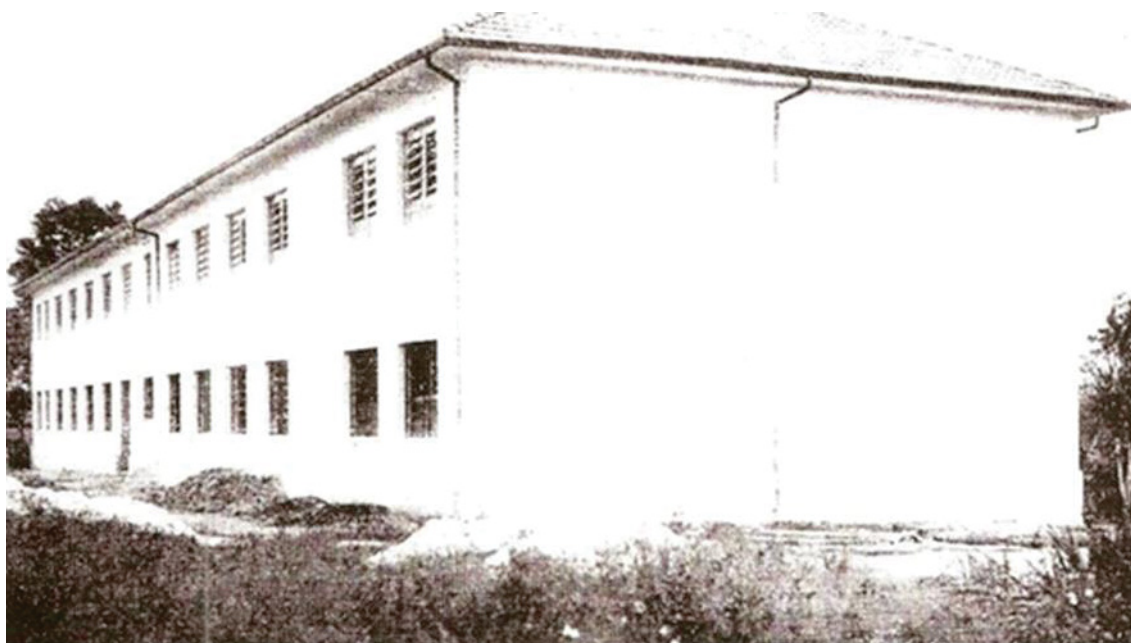


Figura 11 - ESCOLA DE REFORMA (1952)
Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

Inicialmente, parece que a passagem de Escola de Reforma para Educandário Nossa Senhora das Dores não ocasionou mudanças significativas na vida das meninas. De acordo com as mensagens apresentadas à Assembleia legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1956 (PARANÁ, 1956, p. 178) e de 1960 (PARANÁ, 1960, p. 176) pelo Senhor Moysés

Lupion, Governador do Paraná, o Educandário Nossa Senhora das Dores seria destinado à recuperação de “menores transviadas” e funcionaria no mesmo edifício do Asilo São Vicente de Paulo, seria, então, uma obra correcional para moças, onde existiria um berçário para acomodar as filhas das mães solteiras.

O Estado admite na década de 1960 que os resultados no Educandário Nossa Senhora das Dores estavam nulos e que a presença das Irmãs de Caridade estava cada vez mais deficitária.

De Abrigo Provisório a Educandário: Educandário Santa Felicidade ¹⁰³

De acordo com Silva (2009) em 1947 instala-se no cenário curitibano o Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade. Logo na sua instalação é possível discernir o caráter de improvisado e provisoriedade nos encaminhamentos direcionados à infância abandonada. A instituição seria instalada no prédio que, originalmente, foi planejado e construído para acomodação do Posto de Higiene e Saúde do Bairro de Santa Felicidade. No entanto, de acordo com o documento intitulado “A concretização do plano de obras do governador Moysés Lupion”¹⁰⁴, de 1950, o posto não chegou a ser inaugurado, visto que em seu lugar seria instalado pelo governo o “Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade”, com a finalidade de internar e educar “menores” do sexo masculino encaminhados pelo Juízo de Menores da Capital.

Silva (2009) aponta que essa primeira fase da instituição, iniciada em 1947 foi caracterizada pelo apontamento de muitos problemas, pelo Serviço de Assistência Social. A culpa pela provisoriedade foi atribuída às iniciativas, organizadas pelo Serviço de Assistência Social, que não teve o êxito esperado. A vida da criança interna parecia permeada muito mais de atendimento médico-higiênico e de preparação para o trabalho do que pedagógico.

Até o ano de 1952 a instituição abrigou crianças pobres e abandonadas em caráter provisório, pois elas deveriam ser submetidas a uma triagem e encaminhadas

¹⁰³Parte das análises aqui expostas advém da pesquisa de mestrado intitulada “Abrigar o Corpo, cuidar do Espírito e Educar para o trabalho: Ações do estado do Paraná à infância do 'Abrigo provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade' ao 'Educandário Santa Felicidade'” (Curitiba, 1947-1957) defendida em 2009, pela presente autora.

¹⁰⁴De acordo com o Senado Federal, Moysés Lupion nasceu no dia 25 de março de 1908, na cidade de Jaguariaíva, no Estado do Paraná, e faleceu no dia 22 de agosto de 1991. Foi governador do Paraná nos períodos de 1947 a 1951 e de 1956 a 1961; e senador de 1955 a 1956.

à outra instituição em caráter permanente, até atingir a maioridade. Posteriormente, em 1953, passou a denominar-se “Educandário Santa Felicidade” e atender crianças de 0 a 7 anos¹⁰⁵, já não mais em caráter provisório. A criança ficaria na instituição até os 7 anos, quando seria encaminhada a outra instituição, provavelmente o educandário Caetano Munhoz da Rocha.

As imagens do Abrigo Provisório para Menores abandonados de Santa Felicidade e do Educandário Santa Felicidade (Figuras 12 e 13) denotam que na fachada da instituição houve poucas modificações na passagem de Abrigo para Educandário. A única alteração visível na fachada é uma cruz onde posteriormente foi o nome da instituição.

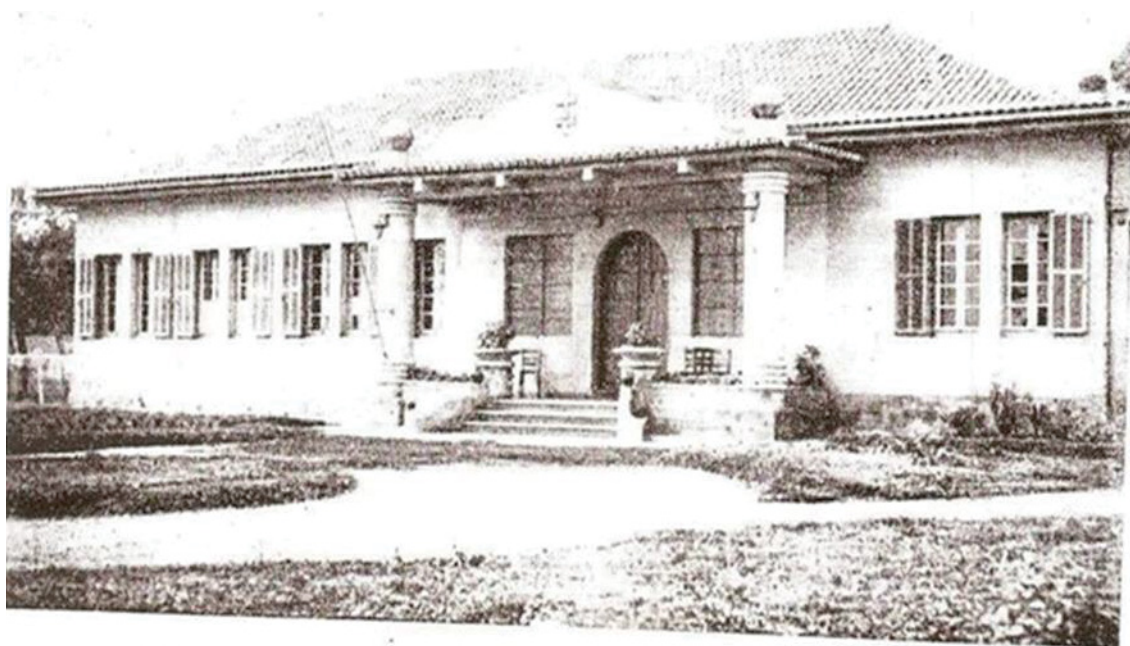


Figura 12 - ABRIGO PROVISÓRIO PARA MENORES DE SANTA FELICIDADE (1951)
Fonte: Biblioteca Pública do Paraná.

¹⁰⁵Não há consenso nos documentos investigados quanto à idade das crianças atendidas. Alguns se referem a 6 anos, outros a 7 anos, porém, segundo os relatórios da instituição, a faixa etária atendida deveria ser de 0 a 7 anos.



Figura 13 - EDUCANDÁRIO SANTA FELICIDADE (SEM DATA)

Fonte: Acervo da Secretaria da Criança e da Juventude.

Em 1957, o Educandário Santa Felicidade passou a ser administrado pela “Província Brasileira das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo”¹⁰⁶, porém, em 1969, a administração ficou sob a responsabilidade de uma congregação religiosa paraguaia. Mas em 1970 retorna na administração a “Província Brasileira da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo”, até o ano de 1987, quando o Estado reassumiu a administração da instituição.

De acordo com o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP (1997), a instituição encerrou suas atividades em 1997, sob a justificativa de que as crianças seriam mais bem atendidas num local com melhores acomodações. E, desta forma, as crianças do Educandário Santa Felicidade foram transferidas para o Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha¹⁰⁷.

¹⁰⁶De acordo com o texto “Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo”, a Companhia da “Província Brasileira das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo” foi fundada no século XVII por São Vicente de Paulo e Santa Luísa de Marillac. É conhecida na Igreja pelo nome de Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Servas dos Pobres. A Companhia das Filhas da Caridade é uma sociedade de vida apostólica em comunidade, que assume os conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência, conforme suas constituições e estatutos, para servir corporal e espiritualmente os pobres, vendo neles a pessoa de Jesus Cristo crucificado. Chegaram à Curitiba em 1904 e atuaram em diversas instituições de amparo à infância pobre e/ou abandonada.

¹⁰⁷No dia 5 de novembro de 1997, foram encaminhadas cópias dos ofícios da Presidência do IASP para juízes e promotores, referentes à mudança do Educandário Santa Felicidade para o Educandário Caetano Munhoz da Rocha.

A caracterização de quatro educandários públicos paranaenses permite assegurar que neles estavam presentes o Estado e a Igreja Católica, na educação de meninas e meninos desvalidos. Neste sentido Ralph Della Cava (1974) assinala que o aspecto crucial da subsistência do catolicismo na sociedade brasileira é atribuído à sua qualidade de religião oficial “de facto” do Estado, da nação e das elites dominantes. Com exceção do período da República Velha (1889-1930), o Estado Brasileiro – a despeito de sua ideologia - aceitou esse arranjo e garantiu à Igreja Católica Romana um conjunto de privilégios de que nenhuma instituição brasileira particular, religiosa ou de qualquer outro tipo, gozou. Apesar das acusações de radicalismo da parte da direita católica política, os objetivos da CNBB no período de 1954-1964 foram desenvolvidos em sua maior parte, em harmonia com as metas do estado brasileiro, independentemente dos indivíduos momentaneamente no poder.

No que diz respeito à presença médica nos educandários e no controle de algumas questões educacionais Gondra (1998) percebe isso, como uma tradição que evidencia o caráter triunfalista de que se reveste a educação no Brasil, pois em diferentes períodos, a educação é considerada, às vezes, como o único remédio para as crises. E diante dessa visão redentora da educação, forja-se que a educação higienicamente constituída, seria o antídoto para curar uma população marcada pelas doenças e, principalmente, pela ignorância e pela pobreza.

4.3.2 Fragmentos do cotidiano – A vida nas instituições

Mesmo que as instituições de assistência devessem estar subordinadas ao Juizado de Menores, algumas conseguiam manter crianças às margens da sociedade e da justiça por um período bastante longo. Algumas meninas e meninos chegavam ao Juizado de Menores depois de viverem uma grande parcela da vida em instituições de assistência, sem nenhum registro no âmbito jurídico. O registro de Nair Monteiro no Juizado de Menores se iniciou somente no ano de 1957 quando a Irmã Diretora da instituição solicitou o seu desligamento para ficar sob a responsabilidade de Maria Bruno Henke.

Maria Bruno era funcionária pública e trabalhava como orientadora no Lar Escola “Hermínia Lupion”. Assim, assinou o Termo de Responsabilidade e Guarda e se comprometeu em remunerar a menina com CR\$ 300,00 mensais.

Nas declarações que a menina prestou ao Juiz, afirmou que completou o curso primário e nasceu na cidade de Castro, não sabendo se foi registrada ou não. Declarou também que as Irmãs relataram que ela tinha dois anos de idade quando foi entregue ao Preventório Infantil na cidade de Castro. A menina permaneceu no Preventório Infantil Manoel Ribas até o ano de 1956 quando foi entregue no Hospital Nossa Senhora das Graças para ser encaminhada para a Escola “Hermínia Lupion”.

Perante o Juiz de Menores e o escrivão, Maria Bruno afirmou que a menina tinha 15 anos, já a Irmã assegurou que ela tinha 16 anos. Assim, identificamos nas afirmações das duas mulheres e em outras histórias aqui abordadas, aquilo que foi assinalado por Chalhoub (1989, p. 37), isto é: “não é possível saber quem está narrando aquilo que acha que realmente viu acontecer e quem está conscientemente torcendo os fatos no sentido de atingir determinados resultados”.

Nair não possuía certidão de nascimento, portanto não há como sabermos se essa era a idade real ou era a idade que a Irmã e Maria Bruno imaginavam que seria melhor relatar ao Juiz para que a menina fosse liberada para trabalhar, já que a futura responsável pela menina tinha dois filhos pequenos e certamente, como veremos adiante, queria a menina para auxiliar no cuidado com a casa e as crianças. Nair viveu desde os dois anos à margem do Juizado de Menores e do mundo que existia fora da instituição de assistência.

A passagem de meninas e meninos por uma instituição que recebesse meninas e meninos desvalidos quer fosse vinculada à Secretaria de Assistência Social ou à Secretaria de Agricultura poderia ser instantânea ou procrastinada. No caso de Nair foi uma passagem procrastinada, já no caso de Bráulio Claudino Martins a situação foi outra.

Em 6 de novembro de 1939, foi encaminhado um ofício do Juiz de Araucária para o Secretário da Viação, Obras Públicas e Agricultura solicitando uma vaga em um dos estabelecimentos da capital paranaense. Em 22 de novembro foi enviado um ofício da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura, ao Juiz de Menores, Dr. Francisco Cunha Pereira, autorizando a matrícula do menino na Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti”.

Na informação do dia 20 de setembro do Comissário de Menores ao Juiz há o relato de que Balbina Ferreira de Souza, professora de Araucária, no qual declarou que o menino era órfão de pai e mãe, tinha 11 anos de idade e foi conduzido à Curitiba por Carlos Nickel de Avencal do Estado de Santa Catarina. Mas que ao chegar em

Curitiba fugiu e foi para Araucária, onde se ofereceu a uma senhora que penalizada o aceitou, mas mais tarde viu que o gênio do “menor” era impossível de suportar e o levou para o Juizado de Menores que o encaminhou à Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti”, e posteriormente à Escola do Canguiri, de onde também fugiu.

A professora também declarou que depois que o menino fugiu da escola do Canguiri foi à Araucária e retornou à casa da queixosa, que solicitou a sua volta para a Escola da Reforma. Porém, o menino que esteve doente, mas logo se reestabeleceu, queria ir para a casa do senhor João Woiticoski, o qual prometeu ficar com o menino. Contudo, a professora não estava de acordo com esse plano do “menor”, mas com seu internamento na Escola onde se encontrava.

Diante disso, o menino voltou ou ao menos deveria ter voltado para a Escola do Canguiri, mas provavelmente pouco tempo lá ficou, já que em outubro de 1940 foi encaminhado novamente pela Delegacia de Polícia de Araucária para o Juizado de Menores de Curitiba. Junto com o menino foram encaminhadas também duas meninas irmãs e filhas de um viúvo. O motivo do encaminhamento das meninas é que “andam até altas horas da noite só pelas ruas da cidade, não obedecendo seu pai” (AUTOS, 1940).

A decisão do Juiz foi a de que o menino e as meninas fossem encaminhados à guarda de uma família idônea, por não existirem vagas nas instituições. Não há mais notícias das meninas nos Autos. Provavelmente, foram enviadas de volta para a casa do pai. Já Bráulio parece que conseguiu o seu intento, foi encaminhado para a casa de João Woiticoski, o comerciante de Araucária. E o seu processo foi arquivado em fevereiro de 1941.

Para Bráulio as instituições de assistência foram lugares de passagens efêmeras, o seu objetivo provavelmente era estar sob a responsabilidade do comerciante que devia ter prometido ao menino empregá-lo no comércio.

A dificuldade de conseguir vagas para o contingente de meninos que passavam pelo Juizado de Menores nas instituições da Secretaria da Viação, Obras Públicas e Agricultura ficou evidente nos ofícios trocados entre o Juizado e a referida Secretaria. Em 26 de outubro de 1939, o Juízo Privativo de Menores registrou nos Autos o envio de oito ofícios para o secretário da Viação, Obras Públicas e Agricultura com a finalidade de conseguir vagas para alguns meninos, conforme o quadro n. 17

Ofício/Data	Nome	Idade	Motivo	Resultado
335 10/07/1939	Affonso Anselmo	10 anos	Órfão de pai e a mãe não se encontrava em condições de zelar pela sua educação e manutenção	Não recebeu resposta e entregou o menino a uma tia viúva sob Termo de Entrega
342 11/07/1939	Francisco	11 anos	Órfão em completo estado de abandono	Não recebeu resposta.
386 04/08/1939	Eremildes	12 anos	Órfão de mãe em completo estado de abandono e progenitor demente que se encontrava em lugar incerto.	Encaminhado para a escola de trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti” em 30/08/1939
406 18/08/1939	Alcides da Luz	18 anos	Órfão sem recursos para sua manutenção	Encaminhado para a Escola de Trabalhadores Rurais “Augusto Ribas” em Ponta Grossa em 24/08/1939
461 26/09/1939	José Correa	7 anos	Órfão de pai e abandonado pela mãe	Não recebeu resposta.
477 11/10/1939	Alexandre Batistela	13 anos	Órfão em completo estado de abandono	Encaminhado à Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti” em 13/10/1939
492 23/10/1939	Pedro Musselin	Menor	A mãe viúva solicitou o seu internamento por não dispor de recursos suficientes à sua manutenção e alegou que já se entendeu com o Secretário a esse respeito	Não recebeu resposta.
495 25/10/1939	Antonio Machado de Assunção	13 anos	Órfãos em completo estado de abandono	Encaminhados à escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti” em 04/11/1939
	André Alves de Oliveira	10 anos		

Quadro n.17: Ofícios registrados nos Autos em outubro de 1939, encaminhados pelo juízo privativo de menores ao secretário da Viação, Obras Públicas e Agricultura solicitando vagas
 FONTE: Elaborada a partir de informações dos processos do Juizado de Menores (AUTOS, 1939)

Visualizamos no quadro n. 17 que as oito solicitações do Juiz resultaram em: um encaminhado à Escola de trabalhadores Rurais “Augusto Ribas” e três encaminhamentos à Escola de Trabalhadores Rurais “Carlos Cavalcanti”. Portanto,

50% dos meninos que precisavam de uma vaga em uma instituição vinculada à Secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura não conseguiram vagas.

Percebemos que quanto mais o Juizado de Menores acreditasse que o menino precisasse ser reeducado, mais insistiria em interná-lo em uma Escola Rural. Qual seriam os encaminhamentos de reeducação em uma Escola Rural?

A partir de um relatório do Diretor da Escola Antônio Serafim Lopes apresentado ao Juiz Francisco Cunha Pereira e ao Diretor do Departamento de Agricultura, Sandoval Ribeiro Ribas foi possível conhecermos um pouco do contexto dos meninos internados na temida Escola da Ilha das Cobras. Acompanhemos o Quadro n.18:

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Qtd. de meninos no último dia do mês	59	62	64	70	51	49	51	50	52	54	54	53

Quadro n.18: Fluxo de meninos na Escola de Pescadores “Antonio Serafim Lopes” em 1939

FONTE: Elaborado a partir de informações dos processos do Juizado de Menores (AUTOS, 1939)

Os dados do Quadro n. 18 nos permitem considerar que havia em média 56 meninos por mês, internados na Escola de Pescadores. O mês em que a escola teve o maior número de meninos foi o de abril e o mês em que teve o menor número foi o de junho, sinalizando para o fato de que talvez o inverno fizesse com que os meninos saíssem menos à rua para perambular ou praticar delitos.

A Escola de Pescadores “Antônio Serafim Lopes” era pública e mantida pelo Estado, entretanto, percebemos que havia internos específicos que pagavam pensão ao Estado para permanecer na instituição. O Relatório do diretor ao Juiz expõe que:

Aos 15-8-1939, por ordem do Exmo. Snr. Interventor Federal, Snr. Manoel Ribas, foi recolhido nesta Escola, para tratamento de saúde, o menor Júlio Silva. Aos 30-8-1939, por ordem do Exmo. Snr. Dr. Secretário, deu entrada nesta Escola, como pensionista pagando a mensalidade de 70\$000, para a sua estadia, o Snr. Rubens Stouterau. [...] Em 20-10-1939, por ordem do Exmo. Snr. Dr. Secretario, deu entrada nesta Escola, como pensionista o Snr. Eugênio Voss, pagando a mensalidade de 70\$000, para a sua estadia (AUTOS, 1940).

O relatório do diretor ao Juiz aponta para o fato de que o Interventor e o Secretário enviavam, por algum motivo, pessoas para passarem uma temporada na Escola mediante pagamento de uma quantia em dinheiro. Não há indícios de

nenhuma justificativa para que estas pessoas fossem encaminhadas para viverem no meio dos meninos desvalidos. O fato é que em novembro de 1940 mais dois senhores deram entrada na escola mediante o pagamento de mensalidade.

Na Escola de Pescadores os meninos realizavam tarefas agrícolas: plantavam, colhiam e pescavam. Vejamos os Quadros n.19 e n.20:

Produto	Quantidade
Aipim	2000 kg
Batata doce	1500 kg
Abóbora	500 unidades
Milho	900 kg
Arroz com casca	2250 Kg
Cachos de banana	1080
Repolho e outras hortaliças	600

Quadro n.19: Produtos colhidos na escola de pescadores “Antonio Serafim Lopes”, em 1939.

FONTE: Elaborado a partir de informações dos processos do Juizado de Menores (AUTOS, 1939)

Produto	Quantidade
Pés de banana maçã	194
Pés de banana rosa	26
Pés de banana roxo-branco	20
Pés de banana pratinha	50
Pés de banana caturra	50
Aipim	3000
Batata doce	1500
Semente de arroz	300 kg
Pés de abóbora	500
Pés de cana-de-açúcar	1000
Pés de uvas rosa e bregerão	38

Quadro n.20: Produtos plantados na escola de pescadores “Antonio Serafim Lopes”, em 1939.

FONTE: Elaborado a partir de informações dos processos do Juizado de Menores (AUTOS, 1939)

Os Quadros n.19 e n.20 nos permite considerar que os meninos da Escola de Pescadores não tinham tempo para o ócio, plantavam uma quantidade considerável de alimentos que eram utilizados para o consumo na instituição e também para vender. Além da agricultura os meninos lidavam com uma pequena quantidade de animais, conforme o quadro n.21:

Mortos	Produzidos	Retirados	Recebidos
1 novilha da raça Jersey	1 carneiro Jersey	2 touros da raça holandesa	1 touro da raça Jersey
	8 leitões	7 vacas de raça holandesa	4 vacas da raça Jersey
		1 novilha mestiça holandesa	2 novilhos da raça Jersey
		1 tourinho mestiço holandês	1 terneira da raça Jersey
		2 terneiros da raça holandesa	

Quadro n.21: Animais existentes na escola de pescadores “Antonio Serafim Lopes”, em 1939.
 FONTE: elaborado a partir de informações dos processos do juizado de menores (autos, 1939)

A pequena quantidade de animais, provavelmente era apenas para suprir as necessidades da Escola, na medida em que o investimento maior era na atividade que dava identidade à Escola de Pescadores, a pesca. Na TABELA 7 podemos visualizar a quantidade de pesca conseguida pelos meninos.

TABELA 6: QUANTIDADE DE PESCA CONSEGUIDA PELOS MENINOS NA ESCOLA DE PESCADORES “ANTONIO SERAFIM LOPES”, EM 1939.

Espécie	Quantidade	Kg
Pescadas	93	1.116
Cações	64	820
Salgos	80	80
Raias	19	40
Miraguaia	09	162
Bregerévas	28	140
Bagres	30	60
Robalos	08	40
Sororocas	02	04
Xeréu	01	50
Total		2.512

FONTE: Elaborada a partir de informações dos processos do Juizado de Menores (AUTOS, 1939)

Notamos que o que diferenciava o cotidiano dos meninos da Escola de Pescadores, dos que estavam inseridos em outras instituições da Secretaria de Agricultura era a atividade de pesca. Na Escola de Pescadores os meninos produziam também as redes utilizadas na pesca. No ano de 1939 foram confeccionadas 180 braças de rede para peixe Miraguaia e 80 braças de rede para pescados.

O fato de a Escola possuir em seu quadro de funcionários, além do Diretor, apenas 2 vigilantes, 1 cozinheiro, 1 lavadeira, 1 roupeira e 1 pescador, indica que a manutenção da Escola de Pescadores era por conta dos meninos desvalidos que para lá eram encaminhados. Isso implica em considerar também que a instrução escolar não fazia parte do cotidiano desses meninos, quer seja em 1940, quer seja nos anos subsequentes. Assim, um partícipe desse contexto paranaense, Erasmo Pillotto (1954), assegurou que:

Lamentavelmente, o plano generoso de Ribas, por várias razões não produziu os resultados que seria de esperar. Foram apenas tais escolas, na maioria dos casos, um mau abrigo de menores abandonados, com frequência de menores com desvios de conduta moral, compulsoriamente orientados para uma atividade profissional determinada, que, de comum, não foram seguir quando deixaram a Escola, e educados sem assistência e a técnica pedagógica que o seu caso particular requeria (PILOTTO, 1954. p. 104).

Portanto, a apreciação de Erasmo Pillotto à respeito da Escola de Pescadores Antônio Serafim Lopes, no ano de 1954, não destoa da nossa interpretação de que nas Escolas vinculadas à Secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura as atividades, ditas de reeducação estavam relacionadas ao trabalho. Os meninos plantavam, colhiam, cuidavam dos animais, pescavam e eram responsáveis pela manutenção da instituição.

Nessa mesma direção, nas instituições vinculadas à Secretaria do Trabalho e Assistência Social, que não eram Rurais, tampouco, para Pescadores também haviam oficinas relacionadas à Educação para o trabalho, conforme já foi assinalado por Silva (2009).

Os meninos que chegavam nas instituições que os acolhiam, eram em algumas ocasiões, levados aleatoriamente, sem se verificar a veracidade dos fatos contidos nos Autos, como aconteceu com Alderico das Neves.

Em 21 de dezembro de 1939 o menino chegou ao Juizado de Menores de Curitiba. Era natural de Sertãozinho (SP) e havia nascido no dia 29 de março de 1925. Não se sabe onde o menino passou o Natal de 1939, o fato é que o Juiz solicitou ao Secretário uma vaga na Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti”, somente em 5 de janeiro de 1940 e o internamento foi imediatamente autorizado. O Comissário informou ao Juiz que o menino:

[...] é natural da “Fazenda Contenda”, distrito de Paz de Pontal, Estado de São Paulo, cor moreno claro, nasceu no dia 29 de março de 1925, filho legítimo de Clemente Neves e de Lazara Martins, ambos falecidos, habitando em companhia de seus pais e em virtude do falecimento de ambos, ficou o referido menor em estado completo de abandono e trazido de Jacarezinho por pessoa caridosa que este comissário ignora o nome, no dia 21 de dezembro de 1939, à este Juízo para providenciar o seu internamento numa das Escolas desta Capital” (AUTOS, 1940)

O parecer do Juiz de Menores em 21 de fevereiro de 1940 é de que “permaneça o menor recolhido por todo tempo necessário a sua educação”. E deve ter permanecido, já que nada mais constou nos Autos sobre o menino. Alderico deve ter permanecido de 4 a 7 anos na instituição, a depender de ter prestado o serviço militar, já que foi internado quando tinha 14 anos de idade.

A grande circulação de meninos, do Juizado de Menores para as instituições que os assistiam, e as constantes fugas ocasionavam a perda do controle de onde estavam alguns meninos, como aconteceu com Antônio Batista de Freitas.

Em 13 de fevereiro de 1940, o menino de 14 anos, que nasceu no dia 9 de julho de 1925 em Curitiba, órfão de pai e mãe e não possuindo parentes na capital, “se encontrava em completo estado de abandono” e foi apresentado ao Juizado de Menores que o encaminhou à Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti” em 17 de janeiro de 1940. Mas em julho de 1940 o diretor da Escola informou ao Juizado que: “com respeito a Antônio Batista de Freitas e [...] os mesmos não passaram por este estabelecimento” (AUTOS, 1940).

Na melhor das hipóteses o menino foi encaminhado para outra instituição, mas poderia também estar sob TRG de uma família ou já ter voltado para a própria família. Porém, não há qualquer referência a uma investigação sobre o caso. O processo foi arquivado em maio de 1941 sem sabermos que destino foi dado ao menino. O Juiz e o escrivão parecem se precaver, na medida em que deixam registrado em folha datilografada, o que era pouco comum na época, um resumo dos encaminhamentos direcionados ao menino:

- A 27 de janeiro de 1940 pelo Diretor do Dep. De Agricultura em ofício, foi comunicado a este Juízo, que o menor foi recolhido à Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. C. Cavalcanti”.
- A 1 de julho de 1940, por despacho do. Juiz foi determinado que o menor deverá permanecer recolhido à Esc. De Trab. “Dr. Carlos Cavalcanti”, por todo o tempo necessário a sua educação (AUTOS, 1940).

Parece que o Juizado de Menores queria deixar registrado que se o menino estava perdido no sistema a culpa era do diretor da Escola.

O fato de um menino ou uma menina ser internado em uma instituição não significava que ali permaneceria. Antônio Batista estava desaparecido, mas poderia também ter realizado uma fuga, como sucedeu com Carmem Martins.

A menina foi internada na Escola de Reforma em 16 de outubro de 1941, entretanto sua passagem pela escola foi breve, a Irmã Diretora comunicou ao Juiz no dia 4 de novembro que a menina havia fugido no dia 1º de Novembro.

O Juiz solicitou várias informações sobre a menina, porém o Comissário de Menores somente respondeu, em 6 de abril de 1943, informando que a Irmã Diretora da Escola encaminhou um ofício e que “os senhores Comissários estão à procura da menor em apreço para apreendê-la” (AUTOS, 1943). Contudo, em 25 de junho de 1943, o Juiz Francisco Cunha Pereira ainda estava aguardando a apreensão da menina. Mas isso jamais aconteceu... O Juiz não pode escrever a palavra que talvez mais almejasse: “arquive-se”!

Se Carmem contestou utilizando a tática de fugir para conseguir o seu objetivo de estar à margem do Juizado de Menores de Curitiba e das famílias que assinavam um TRG na capital paranaense, não significa que não foi apreendida em outro Estado ou vítima de corrupção de menores. Não havia muitas alternativas de sobrevivência para uma menina que tivesse idade inferior a 21 anos e se encontrasse em situação de completo abandono.

Em muitas ocasiões, o que diferenciava o destino da menina que era encaminhada para uma instituição e que seria, provavelmente, encaminhada para a casa de uma família, era a presença de uma pessoa, que assinava o TRG com a finalidade de deixá-la em melhores condições de vida, como aconteceu com Anita Martins.

A menina nasceu no dia 1º de outubro de 1930, em Blumenau (SC). A mãe da menina havia falecido e o pai estava desaparecido. No Boletim de Qualificação do Juízo Privativo de Menores constava que a menina era de cor branca, sabia ler e escrever e vivia há 10 anos com Dona Ana Júlia Barbosa.

Anita foi apresentada em Juízo por Odete Pinto, em 23 de fevereiro de 1945, “por desobediência e se encontrar na eminência de se perverter”. O Comissário informou ao Juiz: “notei que se deve recolher na Escola de Preservação feminina, onde poderá tornar-se útil a Sociedade” (AUTOS, 1945).

Diante da informação, o Juiz encaminhou a menina para a Escola de Preservação e o Comissário informou em seguida que é “onde deverá permanecer por todo o tempo necessário a sua regeneração e instrução” (AUTOS, 1945).

Compreendemos que a informação de que a menina era desobediente e estava em risco de se perverter, eram as principais justificativas para levá-la ao Juizado de Menores. A intenção do Juiz e do Comissário era de que a menina se tornasse útil à sociedade, se regenerasse e se instrísse. É provável, que a menina tenha se adaptado, à Escola de Preservação, mediante a verificação de que não realizou nenhuma fuga. Da mesma forma, parece que era muito benquista, como também útil às Irmãs, na instituição, na medida em que, em 20 de dezembro de 1948, a Irmã Maria Wisniewska solicitou ao Juiz, Manoel Rolim de Campos, a assinatura do TRG sob a menina.

A Irmã Maria declarou que era religiosa, residia no Sanatório do Portão e desejava o desligamento da menina, para que assumisse o compromisso de dirigir a cozinha do sanatório, recebendo um ordenado de duzentos cruzeiros. A Irmã informou ainda que oitenta cruzeiros seriam depositados na Caixa e o restante entregue à Anita que estaria sob sua responsabilidade e guarda.

Em 27 de dezembro de 1948 a menina foi entregue sob TRG à Irma Maria e não ocorreu nenhuma outra passagem da menina pelo Juizado de Menores.

Percebemos que algumas Irmãs religiosas procuravam proteger algumas meninas, mesmo que nem sempre as suas intenções fossem bem sucedidas, como foi o caso de nossa já conhecida Nair Monteiro.

Em 7 de fevereiro de 1957 o Comissário de Menores, Leonidas Rueda, informou ao Juiz que foi entregue pela Irmã Diretora do Lar Escola “Hermínia Lupion” uma Caderneta da Caixa Econômica Federal pertencente a Nair Monteiro no valor de CR\$ 3.705,70. A Irmã Diretora foi informada de que deveria apresentar a menina ao Juizado de Menores, no dia 19 de março de 1957, para prestar declarações.

Em 26 de dezembro de 1957 Maria Bruno Henke, casada com Leonardo Henke, funcionária pública no Lar “Hermínia Lupion”, como já vimos, requereu o desligamento da menina que tinha 15 anos e estudou até o 4º ano primário. O Juiz em 8 de janeiro de 1958 deferiu o requerimento mediante TRG e o depósito mensal de CR\$ 300,00 na caixa Econômica Federal em nome de Nair.

Maria Bruno também ficou obrigada a apresentar a menina no mês de fevereiro para prestar declarações. O TRG foi assinado na mesma data. Porém até o dia 1º de

abril de 1958 a menina não havia sido apresentada, conforme o combinado com o Juiz, para prestar declarações.

Maria Bruno foi intimada, novamente, a apresentar a menina em Juízo no dia 30 de abril para prestar as referidas declarações. Todavia, a menina foi levada ao Juizado de Menores somente em 9 de junho. Maria afirmou que retirou a menina do Lar Escola para utilizá-la nos serviços domésticos e que não havia recebido as outras intimações por ter mudado de endereço. Em suas declarações a menina afirmou que:

[...] completou o Curso Primário e nasceu em Castro, não sabendo se foi registrada ou não [...] tinha 2 anos de idade, segundo lhes foi relatado pelas Irmãs, faleceu seu genitor e um ano após também faleceu sua genitora. Que dessa data em diante permaneceu no Preventório Infantil Manoel Ribas, até o ano passado quando a declarante foi encaminhada a esta Capital e entregue no Hospital Nossa Senhora das Graças, sendo mais tarde pela Irmã Superiora do Hospital apresentada neste Juízo, a fim de ser internada na Escola Hermínia Lupion; que a declarante sabia que dona Maria Bruno precisava de uma pessoa para ajudar e como já foi para casa de referida senhora que está muito acostumada com a mesma; Que dona Maria deseja que a requerente estude datilografia ou qualquer outro curso que seja de sua escolha; Que a declarante caso algum dia não deseje mais permanecer na residência de dona Maria informar á a mesma e a este Juízo (AUTOS, 1957).

Em 11 de junho de 1958 o Comissário informou ao Juiz que foi apresentada a Caderneta de Poupança de Nair Monteiro que continha Cr\$ 4.183,30 (quatro mil, cento e oitenta e três cruzeiros e trinta centavos)

Notamos que Maria Bruno não estava cumprindo com o combinado com o Juiz, de depositar mensalmente Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) na caixa Econômica Federal em nome da menina. Se os depósitos estivessem sendo realizados mensalmente, Maria Bruno deveria ter depositado Cr\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos cruzeiros), referentes aos 23 meses em que a menina ficou em sua companhia, que somados com o valor que a menina já tinha na Caderneta de Poupança antes de ir para a casa de Maria Bruno, resultaria em Cr\$ 10.605,70 (dez mil, seiscentos e cinco cruzeiros e setenta centavos). Mas parece que isso não foi percebido pelo Comissário de Menores, tampouco pelo Juiz de Menores.

Em 10 de julho de 1958 o Curador de Menores opinou que fosse decretado o estado de abandono da menina devido ao fato de que seus pais eram falecidos. A menina foi declarada em Estado de Abandono pelo Juiz que determinou a sua permanência na residência de Maria Bruno e ainda assinalou que caso um dia Nair

fosse devolvida deveria ser encaminhada ao Lar Escola “Hermínia Lupion” até completar 18 anos de idade. E alguns dias depois, o Juiz determinou: “Arquive-se”!

Mas, como já percebemos a palavra “arquive-se” determinada pelo Juiz, na maioria dos casos, era no mínimo precipitada. Em 2 de janeiro de 1961 a menina Nair que estava com 17 anos se apresentou ao Juiz levada pela Delegacia Especializada de Menores por motivo de furto. A menina relatou na Delegacia que:

[...] de fato furtou do queixoso os objetos constantes do auto de apreensão. Alegando que se assim agiu, é porque solicitou de sua patroa o pagamento do mês de novembro, no que foi negado pela mesma, tendo aproveitado quando da saída de seus patrões para um cinema, abandonando as crianças e apoderando-se dos objetos já mencionados e que foram apreendidos em seu poder, informando ainda a menor em apreço, que já está internada no Lar das Meninas, e que de lá foi retirada por dona [...], residente nesta Capital, no bairro do Tarumã, tendo saído daquela casa, em virtude de seus antigos patrões alegarem não mais precisarem de seus serviços (AUTOS, 1961).

Leonardo Henke e a esposa haviam denunciado a menina por ter levado consigo na fuga, em 20 de dezembro de 1959: três vestidos de diversas cores, duas saias, uma anágua, uma blusa, um cinto de couro, uma bolsa de seda, uma aliança de ouro, diversas bijuterias e uma mala de couro. Os objetos foram apreendidos, avaliados em Cr\$ 3.300,00 (três mil e trezentos cruzeiros), e entregues aos donos. Provavelmente, a menina acreditou que esses objetos pagariam por seus trabalhos em casa dos patrões. A decisão do Juiz foi escrever em letras pequenas, no encaminhamento da Delegacia Especializada de Menores, no canto direito: “Escola de Reforma”, a data e sua assinatura. Nem imaginava a autoridade em que esse parecer discreto poderia resultar. Vejamos...

Em 15 de Janeiro o Juiz, James Pinto de Azevedo Portugal, enviou um ofício à Irmã Diretora da Escola de Reforma solicitando que conduzisse a menina ao Juízo de Menores para prestar declarações e após retornaria ao estabelecimento. A resposta da Irmã foi no mínimo surpreendente para o Juiz. Informou que a menina não se encontrava internada naquela escola.

Os encaminhamentos diante do fato da menina não ser encontrada na Escola de Reforma indicam que as decisões constantes nos Autos nem sempre eram revisitadas a fim de se ter o histórico dos envolvidos. A menina foi procurada na residência de Maria Henke que havia mudado de endereço e, portanto houve demora em sua localização. Quando Maria Henke foi localizada declarou que não sabia que tinha que dar baixa pessoalmente no TRG, mas que não estava com a menina desde

que fugira. O Juiz encaminhou um ofício primeiramente para a Secretaria do Trabalho e Assistência Social que informou aquilo que o Juiz já sabia que não era a verdade, isto é, que a menina estava com Maria Bruno Henke.

O paradeiro da menina pode ter sido uma incógnita para o Juizado de Menores, mas não o foi para nós. Se prestarmos atenção no início dessa história verificaremos que quando o juiz determinou o estado de abandono da menina, em 10 de julho de 1958, também assinalou que caso um dia a menina fosse devolvida pela família Henke, deveria ser encaminhada novamente ao Lar Escola “Hermínia Lupion”. Portanto, a menina deveria ter sido acolhida pelas Irmãs do Lar Escola que não haviam recebido nenhum ofício e que, portanto não sabiam que deveriam apresentá-la novamente ao Juizado de Menores.

A menina não foi encontrada, mas Maria Bruno foi intimada, em 24 de abril de 1961 a apresentar a Caderneta da Caixa Econômica Federal, pertencente a menina no prazo de 48 horas com os depósitos regularizados. A Caderneta apresentada, somente em 15 de maio de 1961, continha as seguintes informações:

Caderneta Caixa Econômica nº 30870
Depósito 18 de junho 1957 – 3.705,30
Depósito 11 de junho de 1958 – 300,00
Últimos depósitos feitos até esta data.
15 de maio de 1961 (AUTOS, 1961)

Percebemos pelos depósitos realizados que Maria Bruno Henke, mesmo depois que o Juiz determinou que os depósitos fossem regularizados não cumpriu com o que havia assentado o Juiz. Lembremos que em fevereiro de 1957 a irmã do Lar Escola havia apresentado em Juízo a mesma Caderneta da Caixa Econômica Federal na qual havia o mesmo valor Cr\$ 3.705,30 que consta nas informações de Maria Bruno como sendo depositado em 18 de junho de 1957.

O TRG foi assinado em 8 de janeiro de 1958 e a menina trabalhou na residência dos Henke até 20 de dezembro de 1959, sendo que o único depósito efetuado pela família foi no dia 11 de junho de 1958. E ainda, Maria Henke alegou que a menina esteve em sua residência somente até fevereiro de 1959, quando todos os documentos dos Autos, inclusive o seu próprio depoimento, indicavam que a menina fugiu de sua residência em 20 de dezembro de 1959.

Maria solicitou que fosse considerada a data da fuga da menina como o período que a menina esteve sob sua responsabilidade e não Janeiro de 1961, já que

não sabia que a baixa do TRG deveria ser realizada pessoalmente e somente informou pelo telefone. Em 14 de junho de 1961 o Curador de Menores assinalou que não se opunha ao pedido de Maria. Em 20 de junho de 1961 o Juiz deferiu a solicitação e determinou: Arquive-se! Nem percebeu que a menina estava desaparecida...

Diante da omissão frente ao fato dos depósitos não terem sido realizados, percebemos que esses depósitos ficavam muito mais na prescrição do Juiz do que na realização por parte das famílias. A menina trabalhou durante 23 meses na residência dos Henke e o depósito foi apenas de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros). Por ironia do destino o valor dos objetos furtados pela menina e devolvidos aos padrões era menor do que os Henke deixaram de depositar na sua Caderneta da Caixa Econômica Federal. Os verdadeiros trapaceiros jamais foram denunciados...

A partir de um determinado período¹⁰⁸ evidenciamos que tanto as famílias que assinavam TRG por meninas e meninos que iriam ser utilizados em algum tipo de trabalho, como as instituições que utilizavam os meninos para algum tipo de trabalho remunerado, tinham a responsabilidade de depositar para cada menino ou menina um determinado valor na Caderneta da Caixa Econômica Federal.

Em 19 de outubro de 1967, o diretor da Casa do Pequeno Jornaleiro enviou uma relação com os nomes dos meninos da Casa do Pequeno Jornaleiro, informando as importâncias depositadas na Caixa Econômica Federal do Paraná, com a intenção de receber a autorização do Juiz para investir o dinheiro dos meninos em Letras de Câmbio, pelo motivo de que o Diretor da instituição considerava ínfimo o rendimento da Caixa Econômica Federal.

Na relação dos jornaleiros da instituição, constava o nome de 113 meninos com um total de Cr\$ 18.796,38 (dezoito mil, setecentos e noventa e seis cruzeiros novos e trinta e oito centavos).

Diante do pedido, o Juiz solicitou informação sobre o referido Plano de Investimento ao Diretor da instituição em 7 de novembro de 1967 e somente obteve resposta quando reiterou a solicitação em 13 de fevereiro de 1968. O diretor respondeu ao Juiz com uma longa explicação em que conclui que os juros serão progressivos. Diante das explicações do diretor o Juiz autorizou o investimento, desde

¹⁰⁸Estamos investigando exatamente qual a legislação que norteou os encaminhamentos dos juízes de acordar com as famílias que assinavam o TRG ou com instituições, como a Casa do Pequeno Jornaleiro os valores que deveriam ser depositados na caderneta da Caixa Econômica Federal de meninas e meninos.

que o dirigente informasse ao Juizado as entradas e as saídas de valores. Entretanto, não encontramos nos Autos nenhuma outra informação sobre os investimentos do Diretor, com os valores das Cadernetas dos meninos.

Para alguns meninos a instituição de assistência não impedia que circulassem pela cidade quando tinham oportunidade. Domingos Daniel Ribeiro estava com 11 anos quando foi encaminhado pelo Delegado de Proteção ao Menor em 7 de novembro de 1967 ao Juiz Privativo da Vara de Menores. O menino havia sido encaminhado pelo Juiz de menores de Ponta Grossa, Heitor Pinheiro Lima Filho. Domingos foi internado por intermédio do Instituto de Assistência ao Menor no Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha e ficou à disposição do Juiz.

Durante pouco mais de um ano, parece que o menino se submeteu à reclusão, entretanto em janeiro de 1969, Domingos Daniel fugiu do Educandário na companhia de três outros internos, Carlos Augusto Perusso, José Antônio de Paula e João Batista Alves de Oliveira. Mas a liberdade durou pouco, em 15 de janeiro foi apreendido pelo Delegado de Proteção ao Menor e encaminhado ao Juiz, José Meger, que o encaminhou à Escola de Trabalhadores Rurais do Campo Comprido.

No entanto, o menino não desistiu e realizou inúmeras outras fugas, sempre acompanhado de outros meninos, sendo até em uma ocasião acusado de homicídio. Mas, esse fragmento da história do menino, deixaremos para o próximo capítulo...

O motivo de um menino ou uma menina estar em uma condição de desvalidos, como percebemos até aqui, não significava exclusivamente que eram pobres. A situação de Cely Greca Ambrosia que se estendeu por vários anos é um exemplo de um pai que mesmo tendo condições financeiras de cuidar de sua filha não queria assumir essa responsabilidade. Isso implicou na circulação da menina pela própria família, por instituições privadas religiosas, por instituições públicas de assistência e por casa de família que assinavam o TRG.

Em 31 de outubro de 1939 chegou ao Juízo Privativo de Menores de Curitiba a menina Cely Greca Ambrosia que havia sido encaminhada pelo Juízo de Direito da Comarca de Campo Largo. Imediatamente o Juiz Francisco Cunha Pereira determinou o recolhimento da menina na Escola de Preservação.

Em 13 de dezembro a menina foi desligada da Escola de Preservação e entregue ao Senhor Manuel Nunes, um comerciante residente em Paranaguá, que perante o juiz se encarregou de entregá-la ao “seu progenitor” que residia na mesma

cidade. O Senhor Manuel assinou o Termo de Responsabilidade e Guarda e seguiu com a menina para o seu destino.

No entanto, no dia 21 de dezembro Cely estava novamente no Juízo Privativo de Menores e o Juiz ordenou que a menina ficasse sob Termo de Responsabilidade e Guarda de Francisco, um comerciante, residente em Paranaguá e de passagem pela cidade. Francisco também assinou o Termo de Responsabilidade e Guarda e, provavelmente com a intenção de realizar uma boa ação, encaminhou-se com a menina para devolvê-la ao pai em Paranaguá.

O Juízo Privativo de Menores, possivelmente, aproveitava quando recebia a informação de que algum comerciante residente em Paranaguá estava em Curitiba e encaminhava a menina de volta para a casa do pai. Porém, as estratégias de enviar a menina para a casa do pai, parecia que não estavam dando muito certo e quando a menina apareceu novamente, em 8 de julho de 1940, o Juiz a encaminhou para uma família. Assim, um cidadão bastante conhecido na cidade de Curitiba assinou o Termo de Responsabilidade e Guarda da menina.

Entretanto, a menina já tinha uma tática e no dia 15 de julho lá estava Cely novamente. E parece que o Juiz também enfrentou a resistência da menina, na medida em que a encaminhou para a família de João Monteiro do Rosário que assinou o Termo de Responsabilidade e Guarda.

Percebe-se que os endereços para onde a menina era encaminhada eram comerciais (ruas Comendador Araújo e Visconde de Nácar), sinalizando que talvez os comerciantes conhecessem o pai da menina e assinassem o TRG até que o pai viesse buscá-la. E isso fica mais evidente quando em 25 de julho de 1940 o senhor João, que estava com a menina, possivelmente indignado, foi até o Comissariado de Menores na companhia de Cely e declarou ao Comissário Eugenio Silva que:

Desejando viajar, e não mais quer a referida menor, pois que o pai é homem de recursos que poderá assumir o encargo de cuidar da educação de sua filha [...] parece-me ser um comerciante o pai da menor em apreço, deve prestar em juízo, esclarecimentos a respeito da situação de sua filha; pois que é um senhor de recursos, com negócio de Secos e Molhados na cidade de Paranaguá, que pode muito bem, pagar um Colégio, para internar sua filha (AUTOS, 1940).

Diante das declarações do Comissário, no dia seguinte o Juiz determinou que o pai de Cely fosse intimado a prestar declarações em juízo. Em 31 de julho o escrivão levou ao conhecimento do Juiz que o referido pai realmente morava em Paranaguá e

solicitou ao mesmo que enviasse um ofício ao Delegado local para que fizesse as devidas averiguações. Mas o Juiz respondeu que o próprio escrivão poderia dirigir-se diretamente ao Delegado local para averiguar o assunto dos Autos. E assim, o pai da menina foi intimado a comparecer ao Juízo Privativo de Menores, no dia 12 de agosto, às 13h, para prestar declarações. O Juiz determinou que a menina fosse levada à Escola de Preservação.

O Comissário investigou o caso e informou ao Juiz que a menina Cely Greca Ambrosia estava com 15 anos e andava circulando entre dois colégios: ora estava no Colégio Sagrado Coração de Jesus em Curitiba, ora no Colégio de Campo da Roseira em Campo Largo. Afirmou ainda, que a menina passava o dia no Colégio da Capital e à noite no Colégio de Campo Largo, porque a Irmã Diretora não aceitava que a menina ficasse interna. A menina estava desde a quarta-feira anterior se utilizando do nome do Juízo Privativo de Menores para conseguir as passagens de ida e volta. Provavelmente, era durante essas circulações que a menina era apreendida.

Percebemos que mesmo com a sentença do Juiz de que a menina fosse encaminhada para a Escola de Preservação, isso não aconteceu de fato. A menina deve ter relatado as Irmãs da instituição que tinha posses e estava matriculada em outra escola. Possivelmente, as Irmãs acreditaram na menina, se solidarizaram com sua história e a deixavam ir. E parece que a menina realmente tinha algum tipo de poder de convencimento em relação às Irmãs, na medida em que o comissário afirmou que:

A Irmã Diretora declarou-me que não trouxesse essa menor no Abrigo feminino, que já deu muito trabalho, apesar de ser uma boa menina, mas tem o hábito de não parar, fugiu, por diversas vezes foi pegada por outras meninas maiores e, enfim não é um lugar seguro, que deve ser recolhida na Escola de Reforma onde é mais seguro. Informo mais que a menor [...] será apresentada hoje na sede deste juizado, pela esposa do senhor Francisco Turíbio, onde ela sempre vai e, como se encarregou de trazê-la, à 1 hora da tarde de hoje (AUTOS, 1940).

As próprias Irmãs, provavelmente se convenceram de que a Escola de Preservação não era o lugar de uma menina filha de um comerciante e preferiram entregá-la provisoriamente, a uma família até que o caso fosse resolvido. O comissário também reafirmou que o pai de Cely era homem de recursos, comerciante e industrial estabelecido em Paranaguá.

Diante disso, o Juiz, em 7 de agosto, encaminhou a menina para a Escola de Preservação, provisoriamente, até o dia seguinte quando a Senhora Zélia Souza assinaria o Termo de Responsabilidade e Guarda pela menina. No entanto, o comissário informou ao Juiz que a menina não foi internada na referida escola por não existir vaga na instituição. O Juiz não desistiu e encaminhou a menina para a Escola da Reforma no dia oito de agosto, provavelmente para aguardar as declarações do pai.

Em 12 de agosto de 1940, às 13h, o pai de Cely prestou declarações em cartório, com a presença do Juiz Francisco Cunha Pereira e do escrivão. O pai afirmou que tinha “cincoenta anos de idade, é casado, natural da Grécia, comerciante, residente em Paranaguá, sabendo ler e escrever” (AUTOS, 1940).

Diante de suas declarações, percebemos que o pai da menina realmente tinha condições materiais de educá-la, no entanto deveria ter algum motivo que o levava a não querer ser o responsável pela educação da própria filha, já que permitia que sua filha ficasse perambulando por instituições e casas de família. Quando o juiz o indagou sobre os fatos constantes nos Autos, o pai declarou que:

[...] não pode ter em sua companhia a menor sua filha, [...], por ser a mesma muito malcriada; que o declarante é casado em segunda núpcia e a sua mulher é muito maltratada pela declarante, digo, pela menor [...], quando esta está em companhia do declarante; que o declarante procurou os melhores colégios desta capital, tais como o Cajuru, e nos quais internou aquela sua filha, não tendo esta correspondido ao sacrifício do declarante; - que ultimamente o declarante internou a sua aludida filha no Colégio de Campo Largo, tendo conhecimento que dali fugira; - que soube mais tarde que [...] fora apresentada a este Juízo sendo recolhida ao Abrigo de Menores; que mais tarde a filha do declarante lhe foi entregue, em Paranaguá, pelo senhor Toríbio; que durante o tempo que permaneceu em casa, [...] quis agredir, ou por outra, agrediu a mulher do declarante, que é madrastra daquela menor; que em vista disso o declarante procurou colocar [...] em diversas casas de parentes, mas de todas a menor sempre fugiu; que o declarante atualmente não está em condições de pagar um colégio particular à sua filha e por isso pede ao: MM. Juiz que a conserve internada onde está por mais alguns meses; - que em hipótese alguma o declarante pode ter em sua companhia aquela sua filha, pelos motivos aqui expostos (AUTOS, 1940).

Compreendemos, através das declarações do pai, que a menina não era bem-vinda em casa. Há a possibilidade de realmente a menina ser considerada malcriada para os padrões da época ou simplesmente a madrastra não querer a menina em sua companhia. As constantes fugas da menina poderiam indicar apenas que ela queria ficar ao lado do pai. Notemos que o pai foi categórico quando declarou que não poderia ter a menina em hipótese nenhuma em sua companhia. E para reafirmar o

fato de que sua filha era malcriada entregou uma carta de um tio de sua filha ao juiz que foi anexada aos Autos. Em um trecho da carta o tio, irmão da mãe da menina, expôs:

É-me impossível continuar com sua filha em minha casa, porque a menina é muito malcriada e, também como o senhor sabe fugiu de casa altas horas da madrugada vestida de homem e, sendo assim entrego-lhe sua filha, ficando o senhor que é seu pai, responsável por seus atos.
Esperando ter cumprido com o meu dever de tio subscrevo-o (AUTOS, 1940)

Ficou evidente nas ações e no discurso do pai, que o homem estava se utilizando de todos os meios para provar que a sua filha era malcriada e que, portanto não poderia ficar em sua companhia. O fato de a menina ter fugido vestida de homem contraria o que se esperava em 1940 de uma menina que fosse educada.

O pai de Cely não era pobre, mas isso não impedia que a menina fosse abandonada e permanecesse sem direito a voltar para sua casa, já que no dia 26 de agosto o Curador de Menores substituto deu um parecer ao Juiz de Menores de que a menina “deve permanecer recolhida à Escola de reforma” (AUTOS, 1940). E nessa mesma direção, o Comissário de Menores, Eugênio Silva, também se compadeceu diante das declarações do pai e informou ao Juiz, em 30 de agosto, que: “diante das declarações do progenitor [...] e como já está recolhida na Escola de Reforma fica a menina onde deve permanecer por todo o tempo necessário a sua educação e instrução, pois que a mesma é fujona e desobediente” (AUTOS, 1940).

Diante de uma determinada conspiração para que a menina permanecesse internada na Escola de Reforma o Juiz deu um breve parecer em que determinou: “permanecer a menor recolhida por todo o tempo necessário à sua educação” (AUTOS, 1940).

Devido aos mecanismos de contestação e resistência utilizados como táticas pela menina, para não se submeter às decisões do pai e aos encaminhamentos do Juízo privativo de Menores, e seus constantes êxitos, não podemos afirmar que a menina realmente tivesse permanecido na Escola de Reforma a partir do dia 26 de agosto de 1940.

O Asilo São Vivente de Paula informou ao Juiz que a menina se encontrava na Escola de Reforma feminina nesta referida data. E somente vamos visualizar novamente a menina nos Autos no dia 1º de julho de 1941 quando foi oficializado em cartório o pedido para que a menina fizesse exame médico para constatação do seu

estado físico, moral e mental. Não há nenhum indício de quem solicitou que esse exame fosse realizado, tampouco da determinação do Juiz para que isso ocorresse.

O fato é que parece que algumas pessoas estavam insatisfeitas com a manutenção da menina na Escola de Reforma e as Irmã Diretora da Escola de Reforma era uma delas. Tanto que no dia 5 de fevereiro de 1942 o Comissário de Menores, o mesmo que havia se compadecido diante das declarações do pai, mudou de ideia e informou ao juiz que:

Tendo reclamado a Exma. Irmã Diretora da Escola de Reforma, que levasse ao conhecimento de V. Exa. Para que sejam tomadas providências sobre o caso da menor [...], atualmente com 16 anos de idade, que tem pai e madrasta que poderiam tê-la em sua companhia, pois que se trata de um comerciante estabelecido na cidade de Paranaguá, a fim de ser retirada da referida Escola enviando o desligamento da mesma logo após a entrega (AUTOS, 1942).

Diante das declarações da Irmã Diretora são tomadas as providências solicitadas e em 30 de abril de 1942 o pai da menina foi intimado a comparecer novamente perante o Juiz, Joaquim Penedo Monteiro. Vejamos se com a mudança de Juiz a menina teria mais sorte...

Se por um lado a menina, provavelmente, sensibilizava as pessoas que estavam ao seu redor de que deveria voltar para casa do pai que era comerciante de posses e morava em Paranaguá. Por outro, o pai tentava sensibilizar o comissário, o delegado e o Juiz de que não tinha condições de ficar com a filha. E é neste embate que o pai escreve uma longa carta ao Juiz onde fala de todas as suas tentativas de educar a menina e conclui que:

[...] poderá Vossa Excelência verificar o quanto tenho sofrido com essa separação, pois sou pai e, entretanto peço a Vossa Excelência encarecidamente, se possível conservá-la por mais algum tempo, pois farei o possível, lutarei e logo que minha situação melhorarei incontinentemente, com sua licença buscá-la. [...] Certo de que Vossa Excelência atenderá o meu humilde pedido, levando em consideração a situação do momento (AUTOS, 1942).

Ficou claro na carta do pai que definitivamente esperava que sua filha continuasse na Escola de Reforma. Para tanto, se utilizava de diferentes estratégias para que o Juiz de Menores não o obrigasse a ficar com a menina. Afirmou que havia incompatibilidade de gênios entre sua atual esposa e sua filha, posteriormente relatou que estava passando dificuldades e tudo o que tinha era de sua esposa, solicitou que o Juiz encontrasse uma família para deixar sua filha e entregou novamente uma carta

em que o tio da menina reafirmava que: “a menina é ‘má’. Já estive muitas vezes aqui, com o pai, e em minha casa também, mas a menina é muito má Dr., chegou até fugir de noite, trajada de homem, com minha própria roupa para disfarçar-se” (AUTOS, 1942).

O Juiz deve ter ficado intrigado e no dia 26 de julho solicitou que a Delegacia de Polícia de Paranaguá investigasse a situação. Em seguida, o delegado encaminhou a informação, provavelmente forjada pelo pai da menina, de que “consta não ser o mesmo comerciante e nem proprietário de imóvel” (AUTOS, 1942).

Relembremos que anteriormente, quando o Comissário de Menores investigou a situação, o resultado foi diferente. A nossa hipótese é a de que o pai forjou esses documentos já que Paranaguá era a cidade onde ele residia e que poderia possuir meios de convencer o delegado a acreditar nas suas palavras. O único documento apresentado foi uma declaração, providenciada na mesma data do pedido do Juiz, assinada por dois comerciantes de Paranaguá que atestaram que o pai da menina não era comerciante e não possuía qualquer propriedade.

Entendemos que não foi realizada uma investigação minuciosa. Entretanto, o Juiz não se deixou convencer facilmente com as estratégias utilizadas pelo pai. Insistiu na averiguação dos fatos e solicitou que o Comissário investigasse, afirmando que “Tudo nestes autos, indica que [...] procura livrar-se dos encargos e deveres de pai” (AUTOS, 1942).

Mas o Comissário Eugênio Silva nada conseguiu. Provavelmente, a sociedade de Paranaguá já havia tomado o seu lado nessa história: a do pai. Afinal, uma menina que fugia de casa à noite, vestida de homem não deveria ser apreciada pelas outras famílias de Paranaguá que viam a menina como um mau exemplo para suas filhas. Observamos um embate: de um lado o Juiz e as Irmãs de Caridade que não consideravam justo aquela menina viver longe da família; de outro o pai, a família e os amigos do pai que acreditavam que a menina era má e malcriada.

O Juiz de Menores, Francisco Cunha Pereira, continuou no encalço do pai e declarou que o atestado enviado pelo Juiz de Menores e Casamentos de Paranaguá “não provou que o pai da menor seja pobre” (AUTOS, 1942) e solicitou que fosse estabelecido um valor para o pai contribuir com a educação de sua filha. Parece que neste embate o lado do pai se fortaleceu com a aquiescência das autoridades de Paranaguá que enviaram uma declaração afirmando que o pai era:

de nacionalidade grega, aqui residindo há mais de 30 anos, não tem profissão definida, sendo exato porém que até pouco tempo mantinha uma pequena indústria para o fabrico de sabão, em nome de terceiros, talvez assim continuando nesse ou em qualquer outro ramo de comércio. Não possui bens. Relativamente ao seu estado civil, devo esclarecer ser [...] separado de sua legítima mulher, que aqui reside e sempre residiu sendo a menina [...] filha dele, [...] quando em concubinato com a mulher [...], já falecida. Atualmente, segundo informações colhidas, está [...] amasiado, desconhecendo – este comissariado – o nome da sua amásia. (AUTOS, 1942)

Diante da conspiração para convencer o Juiz de que a menina deveria permanecer na Escola de Reforma, não houve outra alternativa, a menina permaneceu na Escola de Reforma até ser enviada para uma família em janeiro de 1944. Não houve mais registros de fugas na família que assinou o TRG, porém isso não significa que a menina tenha se submetido. Relembremos que as Irmãs de Caridade foram coniventes com algumas atitudes da menina. Pode ser que as estratégias do pai o tenham livrado da menina perante a justiça, mas não das táticas de uma filha indignada com sua situação de desvalida.

4.4 Os silêncios dos lugares – Em busca da educação escolar

Nos Autos de Processos do Juizado de Menores, há um determinado silêncio em relação à educação escolar de meninas e meninos que estavam sob TRG de uma família. Da mesma forma, não foram em todas as instituições de Assistência, que encontramos referência à uma Educação Escolar sistemática. Vemos que, onde mais apareceu a preocupação, do Juizado de Menores, com a educação escolar, foi nos TRG assinados pelas próprias famílias. Isso pode sinalizar que para o Juizado de Menores não era tão relevante para as meninas e os meninos desvalidos ter instrução, quanto era para a criança com família.

As mensagens de Governo, evidenciam que na década de 1940, se por um lado os investimentos na construção de Grupos Escolares e unidades escolares, eram de acordo com o contexto de crescimento econômico e social do Estado, por outro o investimento na construção de instituições de assistência eram ínfimos.

No decorrer de quase três décadas, mesmo com o crescimento urbano e o aumento do número de meninas e meninos desvalidos, em 1967, o governo elencou, como já vimos, apenas treze instituições que atendiam meninas e meninos desvalidos.

Ao analisarmos o Quadro n.22, percebemos que na passagem da década de 1930 para a década de 1940 ocorreu um aumento considerável de Unidades Escolares e Grupos Escolares no Paraná. Contudo, o número de matrículas e frequência, indicam que, mesmo que o governo oportunizasse vagas, grande parte dos matriculados não permaneciam na escola. E provavelmente, muitos dos que deixavam de ir à escola, perambulavam pelas ruas e eram apreendidos por um Comissário de Menores ou por um policial.

Critério	Ano de 1932	Ano de 1942
Unidades Escolares	1.136	1.966
Grupos Escolares	50	87
Professorado	1.816	3.587
Matrículas	63.895	123.776
Frequência	38.735	75.025
Conclusão de Curso	3.313	7.465

Quadro n.22: A situação do Ensino Primário no ano de 1932 e 1942

Fonte: Adaptado de PARANÁ, 1943, p. 14

Havia uma grande preocupação, do governo do Paraná, neste período, com a construção de Unidades Escolares e de Grupos Escolares. Em relação aos Grupos Escolares vários autores, como, por exemplo, Marcus Levy Bencostta (2005)¹⁰⁹, Luciano Mendes de Faria Filho (2000)¹¹⁰ e Rosa Fátima de Souza (1998)¹¹¹ têm pontuado - cada um considerando o seu recorte temporal e os seus objetivos de pesquisa - os diferentes aspectos que permearam, tanto a criação dos grupos escolares, quanto os sentidos que os seus usos trouxeram para a cultura escolar. Esses três autores citados, são unânimes em sinalizar que a construção de um grupo escolar dava visibilidade à atuação política do Estado. Assim, vemos no decorrer das

¹⁰⁹ Bencostta (2005, p. 69) abaliza que o “Grupo Escolar, foi implantado pela primeira vez no Estado de São Paulo, em 1893. Este tipo de instituição previa uma organização administrativo-pedagógica que estabelecia modificações profundas e precisas na didática, no currículo e na distribuição espacial de seus edifícios”.

¹¹⁰ Para Faria Filho (2000) “a representação dos grupos escolares, construída tendo como uma de suas bases a produção das escolas isoladas como símbolo de um passado que deveria ser ultrapassado, quando não esquecido, buscava moldar as práticas, os ritos, os símbolos escolares, produzindo e expressando, no mesmo movimento, uma nova identidade para os profissionais que se ocupavam da instrução primária” (FARIA FILHO, 2000, p. 31).

¹¹¹ A autora assegura que “o grupo escolar fazia parte desse conjunto de melhoramentos urbanos, tornando-se denotativo do progresso de uma localidade. Ele era um símbolo de modernização cultural, a morada de um dos mais caros valores urbanos – a cultura escrita” (SOUZA, 1998, p. 91).

três décadas a preocupação com a construção de Grupos Escolares no âmbito educacional, para melhorar as condições dos estudantes, no mesmo grau que as construções de Postos de Puericultura no âmbito da Saúde, para melhorar o atendimento à maternidade e à infância. No entanto, não identificamos na mesma proporção, o afã em construir e aprimorar instituições para meninos e meninas inseridos em uma instituição de assistência.

A criação dos Educandários, na década de 1950, indicou uma tentativa de aprimoramento no modo de conceber a educação que era direcionada às meninas e aos meninos no interior das unidades assistenciais, entretanto, o próprio governo mostrou em suas Mensagens, que a superlotação fazia parte da rotina das instituições de assistência e dificultava o alcance das finalidades educativas, dessas instituições.

O governo, na década de 1940, mencionou três tipos de Educação subsistindo no “sistema escolar” do Estado:

Num **sistema escolar**, temos de considerar a existência de **instituições de educação ordinária, de educação emendativa e de educação supletiva**, entendendo-se como ordinária a que é dada aos indivíduos normais, na época apropriada; como emendativa, a que é dada a anormais, e aqui teremos de considerar, sobretudo, os anormais dos sentidos, os anormais da inteligência e os anormais do caráter; e entende-se como supletiva, a educação dada a indivíduos que ainda que normais, não receberam a formação comum na época adequada (PARANÁ, 1948, p. 84 – grifos meus).

Depreendemos da Mensagem de Governo de 1948 (PARANÁ, 1948), já que nos anos posteriores, Moysés Lupion, não voltou a tocar neste assunto, que as meninas e os meninos desvalidos poderiam estar inseridos em qualquer um dos três tipos de instituições assinaladas, na medida em que alguns passavam pelo Juizado de Menores, muito pequenos e caso fossem encaminhados à Escola, poderiam frequentar uma “educação ordinária”.

No entanto, se retornarmos às histórias de meninas e meninos que passaram pelo Juizado de Menores, perceberemos que a maioria, principalmente das meninas, não conseguiram permanecer em uma instituição de assistência que oportunizasse que ao menos fossem alfabetizados. Nessas condições, temos o exemplo de Julia Santos, a menina de 8 anos, que em 1967, perambulava pelas ruas, às 4h da manhã e quando foi apreendida pediu para ser enviada para o Lar Escola Hermínia Lupion. A menina não conseguiu permanecer na instituição, porque foi devolvida pelo Juizado

de Menores de volta para sua família que não estava em condições de mantê-la em conformidade com o TRG que havia assinado.

O fato de a menina, em 1969, quando conseguiu voltar para o Lar Escola Hermínia Lupion, continuar analfabeta é uma evidência de que os encaminhamentos do Juizado de Menores e das instituições do Estado não deram conta de escolarizar, tampouco alfabetizar, a maioria das meninas e dos meninos desvalidos.

Portanto, a maioria das crianças que passavam pelo Juizado de Menores estariam inseridos, com muita sorte, em uma educação Emendativa ou Supletiva. O governo se refere à Educação Emendativa, de uma forma mais específica, nos seguintes termos:

No que se refere à Educação Emendativa, já fizemos menção de que um sistema, neste setor, deve prever a existência de um aparelhamento para a educação de **anormais de caráter, anormais de sensibilidade e anormais da inteligência**, e o aparelhamento para cada um dos casos deve conter, muitas vezes um conjunto largo de unidades, corretamente articuladas em uma estrutura orgânica, visando, como no caso das anomalias do caráter, **não apenas corrigi-las, mas sobretudo preveni-las e evitá-las** (PARANÁ, 1940, p. 86 – grifos nossos).

Quando o governo se refere à uma “Educação Emendativa”¹¹² para os “anormais de caráter”, está se referindo aos meninos desvalidos que cometiam algum delito ou crime, mas também à todos os meninos desvalidos que eram internados por serem indisciplinados, ou que porventura fossem enviados para uma escola onde também estivessem os “anormais de caráter”.

Nessa perspectiva, diante do fato de que, conforme já sabemos, alguns meninos desvalidos, eram enviados para a Escola de Pescadores Antônio Serafim Lopes, que também era denominada de Escola Correcional da Ilha das Cobras, principalmente nas Mensagens de Governo, na mesma proporção que os desvalidos infratores, podemos considerar que todos os meninos internados na Escola de Pescadores deveriam receber uma Educação Emendativa”, destinada aos “anormais de caráter”. E o próprio Governo não somente corrobora para essa afirmação, como ao mesmo tempo, é crítico em relação às condições educacionais dos meninos:

A Escola Correcional da Ilha das Cobras, escola de pesca, é a única unidade que possuímos para os menores delinquentes. Esta, é bem evidente para quem a conheça, **absolutamente fora de tudo que se tem preconizado**

¹¹² Normalmente, os pesquisadores, como Helena Antipoff (1992) e Januzzi (2006) fazem referência à “Educação Emendativa” quando se referem à Educação de crianças ou adultos com alguma necessidade educacional especial, como os portadores de alguma deficiência física ou mental.

sobre esse assunto. Não há, nela, nada de um estudo científico do menor delinquente, fundamental para qualquer trabalho corretivo, nada de classificação dos menores segundo os casos que apresentam, nada de **técnico na educação ou reeducação**, - e, ao lado disso, uma orientação profissional unilateral e viciada, pois que nenhum talvez dos menores aí formados irá se destinar às atividades de pesca, de modo que, ao sair da Escola, já adulto, na verdade sai sem nenhuma formação profissional. Podem-se imaginar as consequências que esse fato apenas pode determinar. De resto, cremos que não bastaria mesmo resolver apenas o problema desta escola, quando cuidarmos da **educação emendativa**. Só um sistema de "organizações, visando ao mesmo tempo **prevenir e corrigir**. Pode ser corretamente indicado para o caso (PARANÁ, 1948, 86-87- grifos nossos).

Os apontamentos do governo mostram que o Estado tinha consciência do que acontecia nas instituições de assistência, como ao mesmo tempo, que as outras instituições de assistência deveriam estar inseridas em uma perspectiva de “Educação Emendativa” que prevenisse e corrigisse. Ao assinalar que não havia educação, tampouco reeducação, está assinalando que, assim como a maioria dos meninos e meninas que eram enviados sob TRG não frequentavam a Escola, os meninos que eram encaminhados para uma instituição de assistência, igualmente poderiam não ter acesso à escolarização. Isso nos remete para aquilo que foi assinalado por Goergem (2006) em relação à “Educação Emendativa”, direcionada às meninas e aos meninos que tinham algum tipo de necessidade educacional especial, como por exemplo os surdos-mudos, para os quais foi direcionado “a educação como processo integrado ao modo pelo qual a sociedade se organizou ao reproduzir a sua própria subsistência” (PREFÁCIO, s/p).

Portanto, parece que a forma que o Juizado de Menores e o Estado encontraram para manter a sobrevivência de meninos e meninas desvalidos, significou a inserção, na maioria dos casos, em famílias que os aceitavam como servos ou em instituições que, prioritariamente, tinham a intenção de os preparar para o trabalho. Talvez, fosse naquele contexto, uma estratégia de garantir a sobrevivência, desses sujeitos históricos, que não viveram descolados do contexto no qual estavam inseridos.

Vemos que o governo não é crítico, somente em relação à Educação Emendativa, como também no que diz respeito aos outros aspectos educacionais. Assim, ao mencionar a formação profissional, onde também encontramos as instituições que atendiam os meninos desvalidos, assevera que:

O capítulo da **formação profissional não é para nós muito animador**. As nossas instituições estaduais, neste sentido, carecem, por completo, de ser

ordenadas em um sistema. São simples unidades isoladas, sem articulação entre si e, muitas vezes, sem correspondência com as necessidades do ambiente e a feição psicológica de cada uma das idades dos escolares que as frequentam, além de **terem algumas delas uma estrutura bem apartada dos atuais conhecimentos sobre formação profissional** [...] As unidades que possuímos, são as nossas **Escolas de trabalhadores Rurais, as nossas Escolas de Pesca**, a Escola Profissional Feminina, as Escolas Normais e o Instituto de Educação da Capital, e as Escolas Superiores de Agronomia, Veterinária e Química.

Nada temos em relação ao ensino propriamente vocacional, como não temos nada que seja da ordem da orientação profissional (PARANÁ, 1948, p. 86 – grifos nossos).

Nestes apontamentos do governo, aparece a crítica à formação profissional disponibilizada nas instituições do Estado que tinham como finalidade a profissionalização. Porém, mesmo que o governo tenha colocado no mesmo patamar, todas as instituições que deveriam profissionalizar, provavelmente, as Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pescadores, lugares de meninos desvalidos, estavam em situações muito mais precárias que, por exemplo, as Escolas Normais.

Contudo, se por um lado, Moysés Lupion assinalava os problemas dos lugares onde meninas e meninos desvalidos estavam inseridos, por outro, o governo anterior, do Interventor Manoel Ribas, manifestou uma apreciação extremamente diferente, das Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pescadores, ao apontar que:

Aos menores internados, cuja idade varia de 10 a 18 anos, ministra-se não só o ensino primário, como também se fornece alimentação, vestuário e assistência médico-dentária, inteiramente gratuitas, dando-se preferência às matrículas de órfãos e desamparados (PARANÁ, 1943, p. 28).

Nas palavras do Interventor, não há nenhuma crítica às condições oferecidas pelo Estado aos meninos, que preferencialmente, eram órfãos e abandonados. Nos seus apontamentos, não entra em detalhes, e dessa forma dá a impressão de que os meninos inseridos em uma dessas instituições eram escolarizados, alimentados, vestidos e saudáveis.

Notamos que, grande parte dos meninos e meninas que eram encontrados perambulando pelas ruas, independentemente de sua procedência - da casa de sua própria família, da casa de famílias que assinavam o TRG, de uma instituição de assistência ou de qualquer outro lugar - afirmavam ser analfabetos, no período de 1940 a 1969.

No ano de 1950, o governo, apresentou dados do Ensino Primário Geral do ano de 1950, sistematizados no Quadro n.23, que torna compreensível o fato da maioria das meninas e dos meninos desvalidos, serem analfabetos.

ANO DE 1950	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	APROVAÇÕES EM GERAL	CONCLUSÕES DE CURSO
Capital	16.249	14.624	12.192	2.105
Interior	109.673	99.738	68.676	10.012
Total	125.922	114.362	80.868	12.117

Quadro 23: O ensino primário geral em 1950

Fonte: adaptado de paraná, 1951, p. 115-116

Diante do número de matrículas, o número de meninas e meninos que concluíam o Ensino Primário era excessivamente baixo, para não dizer abominável. E vemos um esforço do Estado em garantir que todas as crianças tivessem vagas, ao assegurar que:

O primeiro fato que desejamos referir, no setor da Secretaria de Educação e Cultura, foi o esforço para superar o déficit de vagas em nossos grupos escolares, logo no início do ano letivo de 1956. Conseguimos com isso, dar escolas a um muito ponderável número de crianças ameaçadas de não obterem matrícula nas classes públicas do Estado (PARANÁ, 1957, p. 129).

Se por um lado, o governo assegurava o acesso aos Grupos Escolares, por outro, não garantia a permanência. Assim, ao considerarmos que a maioria dos frequentadores do Ensino Primário não era desvalido, e portanto tinha uma família para orientá-lo, para as meninas e os meninos desvalidos, a situação era imensuravelmente catastrófica, na medida em que as famílias que assinavam o TRG não tinham nenhum interesse em diminuir o tempo de servidão para que o utilizassem na escola. E nessa mesma direção, as instituições de assistência que deveriam, de acordo com o Código de Menores de 1927, proporcionar a escolarização desses sujeitos, possuíam estrutura deficiente para a efetivação, ao menos da alfabetização.

Outro aspecto, a se considerar no analfabetismo é a grande circulação de meninas e meninos desvalidos. Assim, mesmo que a instituição de assistência oferecesse o Curso Primário, as constantes fugas e envios para

colocações familiares não oportunizava que fossem, efetivamente, alfabetizados.

No entanto, os motivos do ínfimo número de meninas e meninos não desvalidos que concluíam o Ensino Primário, em instituições educativas públicas do Estado, é outro assunto que demanda um investimento de pesquisa específico, que não faz parte dos objetivos dessa pesquisa, a fim de não tirarmos conclusões equivocadas e anacrônicas.

O governador, Moysés Lupion, no ano de 1956, mostrou um cenário em que os aspectos escolares em algumas instituições de assistência, aparecem com maior nitidez. Assim, no que diz respeito à Escola Profissional para Menores de Piraí do Sul, afirmou que “alguns de seus internos frequentam o ginásio local, ou recebem ensino profissional fora da Escola (PARANÁ, 1956, p. 177). E no Lar Escola “Hermínia Lupion”:

As internas recebem aulas do curso primário, administradas por professoras designadas pela Secretaria de Educação. Funcionam, ainda, aí, cursos de datilografia, corte e costura e economia doméstica (artes culinárias). 20 meninas estão matriculadas no Curso de Artes Aplicadas Mabel Lacombe, onde se estão preparando no ofício de tecelagem. 4 outras, na Escola Técnica, no Colégio Estadual e no Instituto de Educação. (PARANÁ, 1956, p.178)

As informações do governo, superficialmente são animadoras, no entanto, em relação à Escola Profissional para Menores de Piraí do Sul, não consta o número de meninos que estavam frequentando o Ginásio local. E provavelmente, a instituição atendia muito mais a população pobre local que os meninos desvalidos, já que consta poucos envios de meninos pelo Juizado de Menores à essa instituição. E no que se refere ao Lar Escola Hermínia Lupion, possivelmente, a falta de vagas implicava em uma breve permanência das meninas na instituição, que eram encaminhadas para colocações familiares, na dimensão em que, o próprio governo assinalou esse problema, ao afirmar que “a sua lotação não deveria ultrapassar a capacidade normal, que é de 290 meninas, mas pelo que se vem observando, já de muito se ultrapassa esse número, estando presentemente com 328 alunas.” (PARANÁ, 1956, p. 178).

Percebemos no desejo de alguns meninos e meninas que, apesar dos problemas que as instituições enfrentavam, a maioria preferia estar inserida em uma instituição que tinha uma finalidade educativa mais explícita, do que em uma família que assinava o TRG.

O Juizado de Menores não omitia a Educação Escolar dos TRG, no entanto, até a década de 1960, a sua redação pode ser interpretada, muito mais como uma possibilidade que de uma determinação, quando faz menção no documento a uma “escola que vier a frequentar”.

Poderíamos pressupor que se “vier a”, fosse substituído por “obrigatoriamente”, se garantisse que algumas famílias que assinavam o TRG, enviassem o menino ou a menina sob sua responsabilidade para uma escola. No entanto, na década de 1960 coexistiram dois modelos de TRG (Figuras 14 e 11) no Juizado de Menores. Mas parece que o segundo modelo, não teve aceitação por parte das famílias que assinavam o TRG, já que, por algum motivo, que apenas desconfiávamos, raramente foi utilizado pelo Juizado de Menores. Nos Autos iniciados em 1966, encontramos somente duas assinaturas no novo TRG (Figura 15).

nascido em
 ficando o ora responsável obrigado a fornecer àquele menor tudo quanto o-a mesm.....
 vier a necessitar, para trazê-lo sempre em relativo conforto e bem-estar moral e mental,
 quer na escola que vier a frequentar ou na companhia de quem andar e as vezes do ora res-
 ponsável fizer, bem como assistir-lhe de médico e farmácia, quando dêsses recursos vier a
 precisar. E sendo aceito dito compromisso, mandou o M. M. Juiz lavrar o presente termo que
 lido e achado conforme, vai assinado. Fica compromissada a prosseguir os
depósitos de Ncr. \$5,00 na caderneta da Caixa Econômica sob nº
1024 (Agência Souza Naves) que lhe foi entregue. Eu, [assinatura]
Escrivão de Menores que o datilografei e subscrevi.

Figura 14 - Trecho de um modelo de TRG de 1966
 FONTE: JUIZADO DE MENORES (AUTOS, 1966)

ficando o óra responsável obrigado à fornecer àquele... menor tudo quanto - o - a mesm... vier a necessitar, para trazê-lo... sempre em relativo conforto e bem estar moral e mental, quer na escola que vier a frequentar ou na companhia de quem andar e as vezes do óra responsável fizer, bem como assistir-lhe de médico e farmácia, quando dêsses recursos vier a precisar. Ainda é obrigatório a educação escolar, primária. Obriga-se ainda: 1º) A prover-lhe instrução escolar, recreação, tratamento dentário e tudo mais que fôr necessário ao seu desenvolvimento; 2º) Aceitar as orientações ministradas pela Assistente Social, inclusive no próprio domicílio e permitir a visitação periódica do Comissário de Vigilância, para verificação do estado d... menor; 3º) Assegurar a educação religiosa d... menor e manter a sua prática; 4º) Participar dentro de 24 horas, os casos de fugas d... menor; 5º) Comunicar a mudança de domicílio; 6º) Depositar mensalmente na Caixa Econômica Federal do Paraná, em nome d... menor e à disposição deste Juízo, a importância de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil ~~cruzeiros~~ e sendo aceito dito compromisso, mandou o M. M. Juiz lavrar o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado na forma da lei. Eu, _____ Escrivão de Menores que datilografei e subscrevi.

Figura 15 - Trecho de um modelo de TRG de 1966
FONTE: JUIZADO DE MENORES (AUTOS, 1966)

O Modelo de TRG usado pelo Juizado de Menores em 1966 era o mesmo usado em 1940. A única diferença era que nos TRG da década de 1940, não havia a opção de levar o menino ou a menina, mediante o pagamento de uma “soldada”. Porém, até o final da década de 1960, nem todos os documentos possuíam a condição de que a família se responsabilizava em efetuar um depósito na Caderneta da Caixa Econômica Federal.

Conforme podemos visualizar, (Figura 15), no segundo TRG estava assinalado uma série de obrigações, mais detalhadas que o primeiro modelo e entre outras, que era “obrigatório a educação escolar, primária”. No entanto, parece que esse modelo não foi bem aceito pelas famílias, na medida em que, mesmo com a existência dos dois modelos, há no decorrer de todo o ano de 1966, apenas 2 assinaturas neste modelo. Portanto, provavelmente, diante de novas orientações que circulassem à nível nacional, o Juizado de Menores conhecia qual deveria ser o TRG ideal para garantir, ao menos no papel, a educação escolar de meninas e meninos que estavam sob TRG das famílias, no entanto, optavam pelo TRG onde não constava a Educação Escolar Primária.

Nestas circunstâncias, podemos afirmar que, tanto nas instituições de assistência, quanto, nas famílias que assinavam o TRG, a prioridade não era a Educação Escolar de Meninas e meninos desvalidos. A educação escolar até poderia ocorrer, como no raro caso de Nair Monteiro, que viveu toda a sua vida em uma instituição de assistência do Estado, mas administrada por Irmãs de Caridade, e que quando foi enviada sob TRG à uma família, a informação era de que possuía o Curso Primário, mas mesmo assim a menina não se livrou de ser uma serva doméstica.

A possibilidade de uma educação significativa, que incluísse a Educação Escolar, esteve presente durante os anos de 1940 a 1969, tanto no discurso jurídico, quanto no do Estado. E o Juizado de Menores se assegurava legalmente, com as assinaturas dos TRG. Mas o que visualizamos no interior das famílias que assinavam o TRG e nos encaminhamentos das instituições de assistência era que na educação das meninas e dos meninos desvalidos o que tinha maior relevância era a submissão para o trabalho, como se a máxima para a educação de cada um, fosse “o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (Foucault, 1977, p.26). Portanto, o que aconteceu nas histórias de meninas e meninos desvalidos, nos lugares onde deveriam ser educados, estava para além do Cumpra-se e archive-se!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda...

Cecília Meireles

Os fragmentos das histórias de vida de meninas e meninos desvalidos, que passaram pelo Juizado de Menores de Curitiba, no período de 1940 a 1969, permitiram conhecer e compreender alguns aspectos da História da Educação dos que viviam em condição de desvalia.

Na tessitura rumo a conhecer e compreender os aspectos da educação dos desvalidos evidencia-se que a “vontade de verdade”¹¹³ estava presente em discursos de médicos, juristas, diretores de instituições assistenciais, comissários e delegados. Mas, se por um lado, o Juiz de Menores solicitava, recorrentemente, informações em relação ao que acontecia na vida de meninas e meninos e insistia em pedir que o Comissário de Menores investigasse a situação, por outro, o acúmulo de Processos a serem investigados e as distâncias a serem percorridas, fazia com que o Comissário produzisse uma verdade forjada por suas condições de trabalho e que não resultava no controle efetivo do Juizado de Menores, que em algumas ocasiões não sabia onde estava colocado o menino ou a menina.

No período de 1940 a 1969, os Juízes de Menores, foram os “donos” dos destinos de meninas e meninos e tiveram como principal documento para nortear os seus encaminhamentos, o Código de Menores de 1927. Entretanto, o número de processos de meninos e meninas desvalidos, abandonados e delinquentes advindos de diversas cidades do Estado do Paraná, implicava em acúmulo de trabalho para o Juiz de Menores, o Comissário de Menores, o Curador de Menores, o escrivão e os funcionários das instituições de assistência que não contavam com uma estrutura suficiente que atendesse a demanda de “menores” desvalidos.

¹¹³Termo utilizado por Foucault, que já foi citado anteriormente, e que se refere ao fato de que ao analisar os discursos assinala que essa vontade de verdade apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção (FOUCAULT, 2004, p. 17-20).

A concentração do problema da demanda de meninas e meninos desvalidos no Juizado de Menores de Curitiba, que precisavam ser encaminhados para uma instituição de assistência, se agravava pelo fato de que a maioria das instituições que os acolhiam era em número insuficiente e estava localizada na capital paranaense. Portanto, eram enviados do interior do Estado para a cidade de Curitiba.

Resulta disso, que as colocações familiares foram uma estratégia do Juizado de Menores e do Estado para dar conta do contingente de meninas e meninos que eram considerados desvalidos. No entanto, as famílias que os recebiam, geralmente não queria um filho ou uma filha para educar, queria alguém que realizasse as demandas de trabalhos familiares.

Ao considerar que grande parte dos meninos e das meninas que eram colocados em outras famílias, viviam em regime de servidão, já que não eram remunerados e tampouco escolarizados, a situação se configurava cruel, já que esses meninos e meninas dependiam dos encaminhamentos do Juizado de Menores que precisavam das vagas disponibilizadas pela Assistência Pública do Estado.

Portanto, tivemos permanentemente na História da Educação de meninas e meninos desvalidos um tríplice problema, que implicava na alternativa de sujeita-los à servidão nas famílias que aceitavam assinar um TRG: o Estado não disponibilizava maior quantidade de vagas, o Juizado de Menores não tinha para onde encaminhá-los e aos meninos e meninas restava viver sob TRG ou fazer uso da tática da fuga para não viver na servidão.

Esta servidão, tanto dizia respeito ao âmbito doméstico, como também, à indústria e ao comércio, já que algumas famílias de industriais e comerciantes levavam meninas e meninos para viverem sob TRG, vendo naqueles seres desprotegidos, mão de obra gratuita ou barata, no sentido de que a partir da década de 1950, encontramos alguns TRG com o regime de soldada. No entanto, essas soldadas nem sempre eram efetivadas.

Nestas condições, uma evidência, no mínimo desconfortável, nessa pesquisa, principalmente em relação às meninas, nas análises dos TRG, é a de que diversas meninas que chegavam ao Juizado de Menores eram encaminhadas diretamente à casa de uma família que assinava o TRG, o Processo era arquivado e nada mais constava sobre as meninas, que poderiam nem ao menos ter uma certidão de nascimento que comprovasse a sua existência, na medida em que as famílias pobres encontravam grandes dificuldades em realizar os registro de nascimento de seus

filhos e filhas. Essa dificuldade foi uma permanência, no mínimo, até a década de 1960.

Na maneira como as meninas defloradas ou estupradas eram assistidas após o Juizado de Menores tomar ciência de suas situações, há uma concepção de educação específica, na qual uma menina educada “na moral e nos bons costumes”, o casamento era a única alternativa. Para as que eram desvalidas e não conseguiam comprovar que foram defloradas ou estupradas ou simplesmente não queriam casar, a ação educativa do Juizado de Menores era encaminhá-las para que fossem regeneradas. Neste sentido, se por um lado, o Juiz de Menores garantia o que estava exposto no Código de Menores de 1927 para o menino que era acusado de estupro e tomava medidas para regenerá-lo ou reeduca-lo, não garantia que a menina ou o menino que fosse vítima desse tipo de violência, recebesse algum tipo de assistência social.

A concepção de reeducação e regeneração do Juizado de Menores se apresentava consideravelmente relativa, na proporção em que um menino que havia assassinado o pai, mas possuía uma família estruturada socialmente, era menos perigoso para a sociedade do que um menino desvalido que havia se apropriado de um cavalo. Portanto, nessa concepção, as ações do Juizado de Menores julgavam não somente o que os meninos haviam feito, mas o que poderiam fazer de prejudicial para a sociedade se ficassem livres. Ser considerado uma “vítima” ou um “vilão” social não dependeria somente do ato que praticara, mas das interpretações do Juiz de Menores, frente ao contexto social e familiar em que viviam.

Os meninos considerados delinquentes e também pobres e desvalidos tinham maiores dificuldades em sair da instituição de regeneração ou reeducação do Estado. Assim, o Estado destinava lugares específicos para reeducar meninas e meninos a depender da idade, do sexo e dos motivos que chegavam ao Juizado de Menores. Porém, a todos, meninas ou meninos, os encaminhamentos no interior das unidades educativas privilegiavam as propostas de trabalhos rural, de pesca ou de oficinas, para as instituições masculinas, e de trabalhos do lar para as meninas. No entanto, essas orientações não garantiam instruções adequadas ao exercício das atividades propostas, já que no caso das meninas, as fugas e a escassez de vagas fazia com que fossem encaminhadas sob TRG para as colocações familiares, e no caso dos meninos as fugas e a estrutura inadequada dificultavam que saíssem aptos para algum tipo de trabalho.

Deste modo, se nas instituições de assistência a proposta era de que meninas e meninos fossem educados para o trabalho, na maioria das famílias que assinavam o TRG, o principal objetivo era o potencial de servidão. Assim, o fato de meninas e meninos passarem pelo Juizado de Menores, não diminuía as possibilidades de serem explorados, na proporção em que mesmo, legalmente garantidos pela assinatura de um TRG, poderiam ser oprimidos tanto nos serviços, como nas ruas.

Algumas famílias pobres, entregavam as filhas e os filhos, para outras pessoas criarem, indiscriminadamente, ora por acreditarem que seriam mais bem cuidados na outra família, ora, porque manter aquele filho em casa era aumentar a fome, a pobreza e a miséria.

Em outra direção, algumas pessoas levavam uma menina ou um menino sob TRG para aumentar os seus lucros, fora do ambiente familiar, os explorando na prostituição, na mendicância e no serviço doméstico para terceiros. Assim, não somente no que diz respeito às assinaturas de TRG, como também nas determinações do Juiz de Menores quanto ao encaminhamento de determinado menino ou menina para uma instituição, havia casos em que não se garantia que os encaminhamentos fossem realizados, conforme as suas determinações.

A história de vida de muitos meninos e meninas desvalidos nos remete a uma situação bastante incômoda na a História desses sujeitos desvalidos no Paraná, no período de 1940 a 1969, já que nos indica que os encaminhamentos a eles direcionados, poderiam resultar em tratamentos semelhantes aos dispensados aos escravos, no século anterior, assinalando que as prescrições dos Termos de Responsabilidade e Guarda não eram postas em ação. Havia uma grande distância entre o que estava prescrito nos documentos e o que acontecia de fato no interior das famílias.

As dificuldades e sofrimentos de uma menina ou um menino, nas histórias aqui apontadas, no interior das famílias que assinavam o TRG indicam que, apesar da precariedade, o melhor lugar para a sua educação eram as instituições de assistência. O TRG possuía orientações do que o responsável deveria proporcionar aos meninos e meninas, mas isso ficava muito mais no campo da prescrição do que da realização, mesmo com a presença de famílias consideradas “ilustres”, pelo Juizado de Menores e pelas instituições de assistência, na medida em que a situação financeira era determinante para que a família fosse considerada digna de assinar um TRG.

A evidência, diante das inúmeras fugas, de que o envio de meninas e meninos para as casas de famílias, resultava no retorno da maioria deles para o Juizado de Menores, independente do menino ou da menina serem encaminhados ao Juizado de Menores por um Juiz de Direito, por uma delegacia, por uma instituição de Assistência, pelo DAS, pelo IAM ou por qualquer pessoa física ou jurídica, indicam que as colocações familiares eram uma das principais alternativas do Juiz de Menores.

Através dos conceitos de *estratégia* e *tática*, apontados por Certeau (1990) compreendemos que o Juiz de Menores e as famílias que assinavam o TRG, ocupavam o lugar de figuras fortes de poder na relação com as meninas e os meninos desvalidos, de forma a se utilizarem de estratégias para submetê-los aos seus encaminhamentos. Contudo, diante dessas estratégias os meninos e as meninas se utilizavam de táticas, para resistir aos encaminhamentos, quando o tempo fornecia oportunidades para que determinado acontecimento se transformasse em uma ocasião de fugir.

Muitas famílias tinham dificuldades em cuidar e educar os seus filhos, sobretudo, quando viviam em situação de pobreza, como os pais de Helena França que quando foram procurados pelo Comissário de Menores demonstraram não se importar com o destino da menina. Nessa dimensão, as meninas e os meninos desvalidos, que possuíam ou não uma família, à partir de quando eram considerados abandonados, não pertenciam mais às suas famílias. O poder sobre a vida de meninas e meninos desvalidos era do Juizado de Menores e a responsabilidade era do Estado.

A responsabilidade do Estado estava em disponibilizar instituições que assistissem as meninas e os meninos. Nessas instituições havia uma distinção entre as que atendiam meninas e meninos, mantidas pelo Estado, de acordo com o seu vínculo com o Departamento de Assistência Social ou com o Departamento de Ensino Superior Profissional e Agrícola. Desse modo, as meninas estavam somente nas instituições de assistência, mantidas pelo Estado e vinculadas à Assistência Social. Já os meninos, estavam tanto nas Instituições vinculadas à Assistência Social, quanto nas instituições de Trabalhadores e de Pescadores, vinculadas ao Ensino Profissional e Agrícola. Somente, a partir de 1956, pela reestruturação nas Secretarias, todas essas instituições, ficaram na Secretaria dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. Instituições essas, que no decorrer dos 29 anos que essa pesquisa abrange, foram criadas, transformadas, renomeadas e fechadas.

O contingente de meninas e meninos que eram encaminhados para o Juizado de Menores, e deste, às instituições que os atendiam, nos apontam que os lugares dos desvalidos eram as instituições de assistência ou a casa de outra família. No entanto, na maioria dos casos o Juiz justificava o encaminhamento de meninas e meninos para uma família que assinava o Termo de Responsabilidade e Guarda pelo fato de que não havia vaga em nenhuma instituição de assistência.

Nos encaminhamentos do Juizado de Menores, de acordo com o Código de Menores de 1927, deveria haver uma diferenciação entre as meninas e os meninos que eram encaminhados à uma Escola de Reforma ou a uma Escola de Preservação. As meninas consideradas abandonadas e pervertidas deveriam ser enviadas à Escola de Reforma. E as consideradas apenas abandonadas deveriam ser conduzidas à Escola de Preservação.

Da mesma forma, em relação aos meninos, os que estavam em estado de abandono deveriam estar em uma Escola de Preservação, e os que eram considerados em estado de abandono e praticante de algum delito ou crime, em Escolas de Reforma. Nessa direção, Freitas (2002), assegura que os asilos ou orfanatos seriam escolas de preservação, das crianças ainda não pervertidas, no entanto as escolas de reforma ou reformatórios fariam o levantamento moral e a reeducação das “já viciosas, inseridas na vagabundagem e na mendicância das ruas”.

No entanto, no Paraná, com a escassez de vagas, os meninos e as meninas eram colocados de forma indiscriminada, onde houvesse vagas ou estivesse menos lotado. Portanto, o que acontecia na prática, nas instituições que acolhiam menores no Estado do Paraná, estava distante do prescrito no Código de Menores, ao menos até o início da década de 1950, quando houve a criação dos Educandários.

A nomenclatura das Escolas para meninas desvalidas não diferenciava o tipo de menina que seria encaminhada para determinada instituição, mas aconteceram alterações na nomenclatura das instituições e no modo de conceber a educação de meninas e meninos desvalidos, que implicaram, do mesmo modo, na utilização de alguns termos que foram se alterando no decorrer das décadas. Assim, no Paraná, a mudança no nome dessas instituições nos leva a perceber uma determinada intencionalidade de se consolidar práticas educativas que favorecessem a educação e o desenvolvimento de meninas e meninos de uma maneira mais efetiva. A partir da década de 1950, no Paraná, as ações foram de substituir denominações de cunho pejorativo, como “abrigo”, “escola de reforma” e “preventório” pelo termo

“educandário”. A intenção seria que as instituições não tivessem a finalidade somente de abrigar, reformar, ou se precaver, mas de “educar”.

Como o destino de meninas e meninos era determinado pelo Juiz de Menores, as instituições deveriam estar subordinadas aos seus encaminhamentos. No entanto, algumas conseguiam manter crianças à margem do Juizado por um período bastante longo e isso assinala também uma tática para manter aquele menino ou menina sob a proteção da instituição, principalmente onde havia a presença de religiosos católicos. Algumas meninas e meninos chegavam ao Juizado de Menores depois de terem vivido toda uma vida em instituições de assistência, sem registro em nenhum Processo no Juízo de Menores, como foi o caso da menina Nair Monteiro.

Já o Juizado de Menores, quanto mais acreditasse que o menino precisasse ser reeducado, mais insistiria em interná-lo em uma Escola Rural e no interior do Estado. Nestes termos, o que diferenciava o cotidiano dos meninos da Escola de Pescadores, dos que estavam inseridos em outras instituições da Secretaria de Agricultura era a atividade de pesca.

No que diz respeito a diferença de tratamento de acordo com o gênero masculino e feminino, além de meninas e meninos serem assistidos em instituições diferenciadas, os Juízes eram mais condescendentes com as meninas que cometiam um crime ou contravenção do que com os meninos. Mas, independente do gênero, a informação do comissário de que o menino ou a menina era desobediente e estava em risco de se perverter, eram as principais justificativas para que fossem encaminhados para o Juizado de Menores.

Nesta dimensão, a intenção do Juizado de Menores era de que a menina e meninos se tornassem útil à sociedade, se regenerasse e se instrísse. Mas as estruturas das instituições e as intencionalidades das famílias que assinavam o TRG, dificultavam que essas intenções se concretizassem.

Nos Autos de Processos do Juizado de Menores, há um determinado silêncio em relação à educação escolar de meninas e meninos que estavam sob TRG de uma família. Da mesma forma, não foram em todas as instituições de Assistência, que encontramos referência à uma Educação Escolar sistemática. Vemos que, onde mais apareceu a preocupação, do Juizado de Menores, com a educação escolar, foi nos TRG assinados pelas próprias famílias. Isso pode sinalizar que para o Juizado de Menores não era tão relevante para as meninas e os meninos desvalidos ter instrução, quanto era para a criança com família.

As histórias de meninas e meninos que passaram pelo Juizado de Menores, aponta para a situação de que a maioria, principalmente das meninas, não conseguia permanecer em uma instituição de assistência que oportunizasse que ao menos fossem alfabetizados. Portanto, os encaminhamentos do Juizado de Menores e das instituições do Estado não deram conta de escolarizar, tampouco alfabetizar, a maioria, das meninas e dos meninos desvalidos. Neste sentido, para o governo, a Educação, desses meninos e meninas era considerada pelo Estado, ao menos até a década de 1950, como Emendativa ou Supletiva.

Nesta perspectiva, o Estado tinha consciência do que acontecia nas instituições de assistência, e assinalava que deveriam estar inseridas em uma perspectiva de “Educação Emendativa” que prevenisse e corrigisse. Ao admitir que não havia educação, tampouco reeducação, estava assinalando que, assim como a maioria dos meninos e meninas que eram enviados sob TRG não frequentavam a Escola, os meninos que eram encaminhados para uma instituição de assistência, igualmente poderiam não ter acesso à escolarização.

As dificuldades da efetivação da alfabetização de meninas e meninos desvalidos, mesmo que a instituição oferecesse o Curso Primário era a grande circulação resultante de fugas e envios para colocações familiares. Mas o desejo da maioria dos meninos e meninas desvalidos que não possuía uma família para educá-los, era a presença em uma instituição de assistência, assim, preferiam estar inseridos em uma instituição que tinha uma finalidade educativa mais explícita, do que em uma família que assinava o TRG.

O Juizado de Menores não omitia a Educação Escolar dos Termos de Responsabilidade e Guarda, no entanto, até a década de 1960, a sua redação pode ser interpretada, muito mais como uma possibilidade que de uma determinação. E o modelo de TRG que trazia a obrigatoriedade da educação escolar, foi raramente utilizado pelo Juizado de Menores.

Diante dos fragmentos da vida dos meninos e meninas desvalidos, que nos permitiram tecer aspectos de sua educação, se faz mister considerar que o que mais sensibiliza e marca as histórias desses sujeitos é que diante de tantas dificuldades e até mesmo de crueldades, a insatisfação de meninas e meninos fazia com que contestassem e resistissem, com táticas que poderiam ser para alguns em busca de uma remuneração que os tirasse do regime de servidão, para outros de escolarização e, para quase todos, de “liberdade”, que como assinala Cecília Meireles (2005) é uma

“palavra que o sonho humano alimenta que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda...”

REFERÊNCIAS

ABREU, A., JORGE, A., SORJ, B. **Desigualdade de gênero e raça** — o informal no Brasil em 1990. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 2º semestre de 1994. (Número especial).

ALENCAR NETO, Menton de. **Edifícios escolares para internatos**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília. n. 18, v. 6, p. 392 - 405, 1945.

ANTIPOFF, Helena. **A Função Social da Assistência às Crianças Excepcionais**. In: CDPH (Org.), *Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff* — Educação do Excepcional, Vol. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas. (Publicado inicialmente em 1946), 1992.

ANTONIO, Ricardo Carneiro. **Arte na educação**: o projeto de implantação de escolinhas de arte nas escolas primárias paranaenses (décadas de 1960-1970). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: UNESP, 1999.

AREND, Silvia Maria. **Filhos da criação**: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

_____. **Histórias de Abandono**: infância e justiça no Brasil (década de 1930). Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

_____. A Lei e a construção da noção de Menor: em cena os relatórios sociais (Florianópolis, 1930-1940). In: SCHREINER, Davi Félix; PEREIRA, Ivonete; AREND, Silvia Maria Fávero. **Infâncias brasileiras**: experiências e discursos. Cascavel: Editora Unioeste, 2009, p. 96-111.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **Padri e figli nell'Europa medievale moderna**. Roma-Bari: Laterza, 1976.

ARROYO, Miguel. Apresentação. In: VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.7-19.

ARRUDA, Isabel Campos. **O cotidiano de um abrigo para crianças e adolescentes**: uma simplicidade complexa. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

ASILO São Vicente de Paulo Disponível em: <<http://www.asilosaovicente.org.br>>. Acesso em: 26 jul. 2008.

BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R., MACHADO, A. F. **A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. Trabalho do adolescente: história, política e legislação. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patrícia Anido (Org.). **Infância tutelada e educação**. Rio de Janeiro: Raval, 1998, p. 101-116.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patrícia Anido (Org.). **Infância tutelada e educação**. Rio de Janeiro: Raval, 1998.

BECCHI, Egle; JULIÁ, Dominique. Storia dell'infanzia, storia senza parole? In: BECCHI, E.; JULIÁ, D. (a cura di). **Storia dell'infanzia: dall'antichità al seicento**. Roma-Bari: Laterza, 1996, p.viii-xxvii.

BECCHI, Egle; FERRARI, Mônica; GRANDINI, Mônica; MICOTTI, Sara. Per una storiografia dell'infanzia come figura educativa, In: BECCHI, Egle (a cura di). **Storia dell'Educazione**. Firenze: La Nuova Itatia, 1987, p. 181-203.

BENCOSTTA, Marcus L. A. **Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba**. Educar em Revista, Curitiba, n. 18, 2001.

_____. **Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **História e Memórias da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 68-187.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. Magia e técnica, arte e política. v. 1. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas).

BERNAL, Elaine Marina Bueno. **Arquivos do abandono: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço de Menores de São Paulo (1938-1960)**. São Paulo: Cortez, 2004.

BERTUCCI, Liane Maria. **Saúde: arma revolucionária**. São Paulo - 1891/1925. Campinas: Unicamp, 1997.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOEIRA, Daniel Alves. Modernidade e criminalidade na Primeira República: os patronatos agrícolas e a ressocialização da delinquência juvenil (Santa Catarina, 1918-1930). In: SCHREINER, Davi Félix; PEREIRA, Ivonete; AREND, Silvia Maria Fávero. **Infâncias brasileiras: experiências e discursos**. Cascavel: Editora Unioeste, 2009, p.36-47.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o século das Luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p.11-60.

BOLTANSKI, Luc. **Puericultura e morale di classe**. Firenze: Guaraldi, 1972.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Lógica e dissonância – sociedade de trabalho**: lei, ciência, disciplina e resistência operária. Revista Brasileira de História, São Paulo, n. 11, p. 7-44, 1986.

BRITTES, Olga. **Infância, trabalho e educação: a revista Sesinho (1947-1960)**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. Infância, **Higiene e Saúde na Propaganda** (usos e abusos nos anos 1930-50). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 39, p. 249-278, 2000.

BRUSCHINI, C. **O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes**. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 2º semestre de 1994. (Número especial).

BUCHSBAUM, Paulo. **Frases geniais**. São Paulo: Ediouro Publicações, 2004, p. 103.

CÂMARA, Sônia. **Por uma acção preventiva e curativa da infância pobre**: os discursos jurídico-educativos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910-1920. In: FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). Para a compreensão histórica da infância. Lisboa: Campo das Letras, 2006.

_____. **Sob a guarda da república**: infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

_____. **Infância pobre e instituições assistenciais no Brasil Republicano**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; ARAÚJO, Vania Carvalho de (org.). História da Educação e da Assistência à Infância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2011, p.17-56.

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. **Biografia: História biográfica da república no Paraná**. Editora Banestado: Curitiba, 1994.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **Estado, Igreja e Educação no Brasil nas primeiras décadas da república**: intelectuais, religiosos e missionários na reconquista da fé católica. Acta Scientiarum Education, Maringá, v. 32, n.01, p. 83-92, 2010.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. **Ensaio sobre a arquitetura em Curitiba**: colégios e educandários. v. 2. Curitiba: Editora Autores Paranaenses, 2006.

CAVA, Ralph Della. **Igreja e Estado no Brasil do século XX**: sete monografias sobre o catolicismo brasileiro (1916/1964), 1974.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

_____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p.66.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. Tese de doutorado. Unicamp: Campinas, 1989.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. Porto Alegre: UFRS, 2002

CHRISTIANO DE SOUZA, Maria Cecília Cortez. **Crise familiar e contexto social**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

COLOMBO, Irineu Mario. **O adolescente infrator e o sistema de ensino paranaense**: a trajetória da escola para menores Professor Queiroz Filho (1965-1992). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

_____. **Adolescência infratora paranaense**: história, perfil e prática discursiva. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

CORALINA, Cora. **Melhores Poemas Cora Coralina**. São Paulo: Global Editora Ltda., 2012.

CRUZ, Heloisa de Faria. **Prefácio**. In: BERNAL, Elaine Marina Bueno. Arquivos do abandono: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço de Menores de São Paulo (1938-1960). São Paulo: Cortez, 2004.

CUNNINGHAM, Hugh. **Introduzione, La storiografia dell'infanzia**. In: Storia dell'infanzia. Bologna: Mulino, 1997, p. 7-27.

CURITIBA. **Secretaria Municipal do Meio Ambiente**. Cidade, homem, natureza. Curitiba: SMMA, 1997.

DEBÁLD. Blasius Silvano. **Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 01, n. 01, p. 51-61, jan/jun. 2007.

DEMAUSE, Lloyd. **L'evoluzione dell'infanzia**. In: DEMAUSE, L. (a cura di). Storia dell'infanzia. Traduzione di: Lucia Bonardi. Milano: Emme Edizione, 1983, p. 9-91.

DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/5023019>. Acesso em 11/07/2012 às 22h.

DUBY, George. Mentalidades. In: **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 85-92.

DIEZ, Carmem Lúcia Fornari. **Escolas de reeducação do Paraná**: da assistência à pobreza não disciplinarizada, à constituição do 'arquipélago carcerário'. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED – Caxambu - MG – GT História da Educação – setembro de 1998.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **República, trabalho e educação**: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934). Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. (Org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e cultura urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UFP, 2000.

_____. A legislação como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: VIDAL, Diana Gonçalves; GONDRA, José Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; DUARTE, Regina Horta (Org.). **Educação, modernidade e civilização**: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FEBVRE, Lucien. **Caminhando para uma outra história**. In: Combates pela História 2. Lisboa: Presença, 1977, pp. 199-228.

FEBVRE, Lucien. Nota liminar: problema do método. In: **O problema da incredulidade no século XVI**. São Paulo: Companhia das letras, 2009, p. 39-44.

FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.) **Para a compreensão histórica da infância**. Lisboa: Campo das Letras, 2006.

FERREIRA, Manuela. **Do "avesso" do brincar ou... as relações entre pares, as rotinas da cultura Infantil(is) instituinte das crianças no jardim-de-infância**. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. Crianças e miúdos. Portugal: ASA, 2002.

FERREIRA, António Gomes; GONDRA, José G. Idades da vida, infância e a racionalidade médico-higiênica em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX). In: FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Para a compreensão histórica da Infância**. Lisboa: Campo das Letras, 2006, p.153-177.

FILHAS da Caridade de São Vicente de Paulo. Disponível em: <<http://www.filhasdacaridade.com.br>>. Acesso em: 26 jul. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Alunos rústicos, arcaicos & primitivos**: o pensamento social no campo da educação. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Da ideia de estudar a criança no pensamento social brasileiro**: a contraface de um paradigma. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Org.). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002.

FUNEF. **Asilo São Vicente de Paula**. Disponível em: <<http://www.asilosaovicente.org.br>>. Acesso em: 13 jan. 2008.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força**: história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986.

_____. **Os filhos de Caim**: Vagabundos e Miseráveis na literatura européia (1400-1700). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOIÂNIA, Tribunal da Justiça de. Memorial Mello Mattos. Disponível em: <http://www.tjgo.jus.br/index.php/comarcas/jij/jij-de-goiania/o-juizado/memorial-mello-mattos>. Acesso em 24/07/203 às 14h57.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **O Brasil Republicano**: sociedade e política. v. 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GONDRA, José Gonçalves. **Filhos da sombra**: "engeitados" como problema da "Hygiene" no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano. (Org.). A Infância e sua educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 125-142.

_____. **Conformando o discurso pedagógico**: a contribuição da medicina. In: FARIA FILHO, Luciano. (Org.). Educação, modernidade e civilização. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GOOGLE. **Mapa da Vila Lindóia até o Centro da cidade de Curitiba**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/dir/Creche+Municipal+Vila+Lindóia>. Acesso em 30 de dezembro de 2014 às 20h15.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. **A escrita da história da infância**. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (org.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 97-118.

GRAVOM, Eva Lúcia. **Seduções e defloramentos: o controle normativo das práticas sexuais em Florianópolis (1930-1940)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

GREGÓRIO, Sérgio B. (Org.). **Dicionário de Filosofia**. Método. In: <http://www.ceismael.com.br/filosofia/filosofia013>. /Acesso em 30/08/2011.

GUILHERMOU, Alain. **Santo Inácio de Loyola e a Companhia de Jesus**. São Paulo: Agir, 1973.

IPPUC. **Instituto Paranaense de Planejamento Urbanístico de Curitiba**. Curitiba em dados. Curitiba: IPPUC, 2003.

JULIA, Dominique. **“A cultura escolar como objeto histórico”**. In: Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Editora Autores Associados, nº 1, p. 9 – 43, Jan./Jun. 2001.

KUHLMANN JR., Moysés; FERNANDES, Rogério. **Sobre a história da infância**. In: FARIA FILHO, Luciano. (Org.). A Infância e sua educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-33.

KUHLMANN JR., Moysés. **A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX**. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JR., Moysés (Org.). In: Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002, p.459-497.

_____. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LIS, Irene Palacio. **Proteger e reformar: moralización y alfabetización da infância marginada en el tránsito de los siglos XX a XX**. In: GIL, Enrique Perdiguero (compilador). Salvad al niño. Valencia: Seminari d’Estudis sobre la Ciència, 2004.

LISPECTOR, Clarice. **Felicidade Clandestina**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.

LONDOÑO, Fernando Torres. **A origem do conceito “menor”**. In: PRIORI, Mary Del (Org.). História da criança no Brasil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARQUES, Marília Bernardes. **Discursos médicos sobre seres frágeis**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; PANDINI, Silvia. **Feios, sujos e malvados: os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, v. 8, p. 85-104, jul-dez/2004.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Histórias de higienização pelo trabalho:** crianças paranaenses no noventa. Cadernos CEDES, Campinas, n. 59, v. 23, p. 57-78, 2003.

MELO, Hildete Pereira de. **O serviço doméstico remunerado no Brasil:** de criadas a trabalhadoras. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA. Rio de Janeiro: 1998.

MENDEZ, Emílio Garcia; COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Das necessidades aos direitos.** Editora Catavento, São Paulo, 1994.

MENDONÇA, Dante. **Ilha das Cobras.** Paraná online, 19 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/colunistas/67/3992/>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

MOTTA FILHO, Candido. **A defesa da infância contra o crime.** São Paulo. Saraiva & Cia., 1936.

MORHAN. Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase. 2010.

MUCCILLO. Jorge Muccillo. **O menor e o direito.** Porto Alegre: Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, 1961.

MINUCHIN, Salvador – Famílias: Funcionamento & Tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 25-69.

NEILL, Alexander Sutherland. **Liberdade sem medo (Summerhill).** São Paulo: IBRASA, 1973.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, educação e direitos sociais: “asilo de órfãos”.** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, Campinas, São Paulo.

NETTO, Alvarenga. **Código de menores: doutrina, legislação, jurisprudência.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1941.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). **Cinco estudos em História da Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

OLIVEIRA, Milton Ramos Pires de. **“Formar cidadãos úteis”:** os patronatos agrícolas e a infância pobre na primeira república. São Paulo: Editora São Francisco, 2003.

PANDINI, Sílvia. **A Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná: “viveiro de homens aptos e úteis” (1910-1928).** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

PARANÁ, Tribunal da Justiça do. Desembargadores paranaenses. Disponível em <http://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/>. Acesso em 18/08/2013 às 17h45.

PEREIRA, Ivonete. **Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinquência e da desvalia**: Florianópolis - 1900/1940. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

_____. A eugenia no Brasil: “trabalhar” a infância para (re)construir a pátria. In: SCHREINER, Davi Félix; PEREIRA, Ivonete; ARENDT, Silvia Maria Fávero. **Infâncias brasileiras**: experiências e discursos. Cascavel: Editora Unioeste, 2009, p. 50-70.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **A Igreja e a pobreza em Santos (1924-1941)**. Tese de doutorado. Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992

PEREIRA, Osny Duarte. Vade-Mecum Forense: **Coletânea de Leis do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Konfino, 1961.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O cotidiano da República. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1990.

PILAGALLO, Oscar. **O Brasil em sobressalto: 80 anos de História contados pela Folha**. São Paulo: Publifolha, 2002.

PILOTTO, Erasmo. **A Educação no Paraná**. Rio de Janeiro: CILEM.MEC.INEP. 1954,

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. **As crianças e a infância**: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; Sarmento, Manuel Jacinto (coord.). **As crianças – Contextos e identidades**. Universidade do Minho, 1997, p. 7-30.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Teoria e história, Rio de Janeiro, n. 10, v. 5, p. 201-213, 1992.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

PROVÍNCIA Portuguesa das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. Disponível em: <<http://www.portal.ecclesia.pt/instituição>>. Acesso em: 26 jul. 2008.

QUINTANAS CABANAS, José Maria. **Estudio preliminar**. In: PESTALOZZI, J. H. Cartas sobre educación infantil. Madrid: Tecnos, 1996, p. IX-XXVII.

RAGAZZINI, Dário. **Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?** Educar em Revista, Curitiba, Editora UFPR, n. 18, p. 13-28, 2001.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo. RJ: Paz e Terra, 1991.

REVEL, Jacques. **História e historiografia: exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RIOUX, Jean-Pierre. **Pode-se fazer uma história do presente?** In: CHAUVEA, Agnes; TÉTARD, Philippe (Org.). *Questões para a história do tempo presente*. Baurú: Edusc, 1999, p. 39-50.

RIPARI, Ana Paula. **História da Saúde pública de 1920 a 1940**. Acessível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAaWdGAK/historia-saude-publica-1920-1940?part=3>

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, 1997.

_____. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1. 2006, . **Proceedings online...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100019&lng=en&nrm=abn>. Access on: 21 July. 2014.

RODRIGUES, Jaqueline dos Santos. **Postos de puericultura: Fundação o Dia, educação das mães, saúde dos filhos (Curitiba 1940 -1942)**. Dissertação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ROHDEN, Fabiola. **Natalidade, nação e raça no Brasil das especialidades médicas em torno de sexo e reprodução**. Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0240.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2009.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **Mulher brasileira: opressão e subordinação**. Rio de Janeiro: Edições Achimé, 1984; SILVA, M. D. A. A., CARDOSO, L., CASTRO, M. G. As empregadas domésticas na região metropolitana do Rio de Janeiro: uma análise através dos dados de Endef. Rio de Janeiro: Boletim Demográfico, v. 12, n. 1, 1981.

SANDRI, Lucia. Percorsi di vita Ed educazione dei trovatelli a Firenze e in Toscana dal XVI al XVIII secolo. In: COVATO, Carmela; ULIVIERI, Simoneta (a cura di). **Itinerari nella storia dell'infanzia: bambine e bambini, modelli pedagogici e stili educativi**. Milano: Edizione Unicopli, 2001.

SANTOS, Antônio Cesar de Almeida. **Memória e cidade: depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990)**. 174f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1995.

SARACENO, Chiara – **Sociologia da Família**, Lisboa: Estampa, 1997. ALMEIDA, Ana Nunes. A sociologia e a descoberta da infância: contextos e saberes. Fórum Sociológico. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000

STAGNO, Leandro Javier. **La minoridad em la provincia de Buenos Aires, 1930-1943**. Ideas punitivas y practicas judiciales. Tese de doutorado. Facultad latino-americana de Ciencias Sociales – Sede Académica Argentina, 2008.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da Infância nas encruzilhadas da segunda modernidade**. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Coord.). Crianças e miúdos: perspectiva sociopedagógica sobre infância e educação. Portugal: ASA, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares (Org.). **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Infância**: sol do mundo – a Primeira Conferência Nacional de Educação e a construção da infância brasileira (Curitiba, 1927). 1997. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1997.

SCHREINER, Davi Félix; PEREIRA, Ivonete; ARENDT, Silvia Maria Fávero. **Infâncias brasileiras**: experiências e discursos. Cascavel: Editora Unioeste, 2009.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. Revista Brasileira de História, São Paulo, n. 37, v. 19, p. 59-84, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Thompson e a primeira geração dos Annales: uma abordagem comparativa a partir das noções de estrutura e processo em história**. Revista História Social: Campinas - São Paulo, nº 45, pp. 91-134, 1997/1998.

SILVA. Joseane de Fátima Machado da. **Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho**: ações do Estado do Paraná à infância do “Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade” ao “Educandário Santa Felicidade” (Curitiba, 1947-1957). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

SILVA. Roberto da. **Os filhos do governo**: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1997.

SILVA, Wesley. **Por uma história sócio-cultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte (1921-1941)**. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SMITH, T. Lynn. **Brasil - Povo e Instituições**. Rio de Janeiro. Bloch Editores, 1967.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Cadeira 18 - **Homero de Mello Braga** (1907-1985). Disponível em: <<http://www.sbp.com.br>>. Acesso em: 25 jun. 2008.

SOUZA, Gizele. **Instrução, o talher para o banquete da civilização**: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná (1900-1929). 2004. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

_____. **A criança em perspectiva**: olhares do mundo sobre o tempo infância. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Educar na infância**: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUZA, Tatiane Ferreira de. **Pensamento social do primeiro juiz de menores do Rio de Janeiro José Cândido de Albuquerque Mello Mattos e a criação das instituições assistenciais do Distrito Federal (1924-1934)**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Departamento de Educação (Monografia), 2011. 48 f.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Athaulpho Napoles de Paiva. <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=212> . Acesso em 22/12/2014 às 23h05.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. **Francisco Cunha Pereira**. http://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/id/999411. Acesso em 21/11/2012 às 13h35.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. **Metamorfose**: de criança para menor. 1998. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Teses, dissertações, monografias e outros trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Editora UFPR, 2007. (Normas para apresentação de documentos científicos)

VEIGA, Cynthia Greive. **Escola pública para os negros e os pobres no Brasil**: uma invenção imperial. Revista Brasileira de Educação, n. 39, v. 13, p.502-516, dez./2008.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Entregues à própria sorte**. Revista Nossa História, n. 9, ano 1, jul. 2004.

_____. Prefácio. In: SCHREINER, Davi Félix; PEREIRA, Ivonete; ARENDT, Silvia Maria Fávero (org). **Infâncias brasileiras**: experiências e discursos. Cascavel: Editora Unioeste, 2009, p.9-11.

VIDAL, Diana Gonçalves. **A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX**: uma primeira aproximação. In: FARIA FILHO, Luciano. (Org.). Educação, modernidade e civilização. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. Diana Gonçalves. **Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das práticas**. In: Faria Filho, Luciano Mendes de. Pensadores Sociais e História da Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. **Políticas Públicas no Brasil**: um estudo sobre as escolas para filhos de portadores do mal de Hansen, na primeira metade do século XX. Disponível em www.sbhe.org.br. Acesso em 18/04/2012.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Creches no Brasil**: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 1986.

WACHOWICZ, Ruy Christovam; MALCZEWSKI, Zdnislaw. **Perfis polônicos no Brasil**. Curitiba: Vicentina, 2000.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba, Fundação Cultural, Casa Romário Martins, 1981.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Rev. bras. Hist.* [online]. 1999, vol.19, n.37, pp. 103-124. ISSN 1806-9347. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100006>.

FONTES

Acervo da Biblioteca Nacional Francesa

France. Congrès International des tribunaux pour enfants. Actes du Congrès. Paris, 1911¹¹⁴.

Acervo da Biblioteca Pública do Paraná

BRASIL. Tratado de Leprologia. Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1950.

PARANÁ. Assistência e Protecção aos Menores Abandonados. Regulamento aprovado por decreto n. 794 de 20 de Julho de 1925.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manoel Ribas à Assembleia Legislativa do Estado, ao instalar-se a 1ª Legislatura da Segunda República. Curitiba, 1935.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948 pelo Senhor Moisés Lupion, governador do Paraná. Curitiba, 1948.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949 pelo Senhor Moisés Lupion, governador do Paraná. Curitiba, 1949.

PARANÁ, Governo. A concretização do Plano de Obras do Governador Moyses Lupion (1947-1950). Curitiba, 1950.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1950 pelo Senhor Moisés Lupion, governador do Paraná. Curitiba, 1950.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada ao povo do Paraná pelo Senhor Moyses Lupion, governador do Estado, ao término de seu mandato. Curitiba, 1950.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, 1951.

¹¹⁴FRANÇA. Congresso Internacional de Tribunais de Menores. Atas do Congresso. Paris, 1911. (Tradução livre)

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, 1952.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, 1953.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 3ª legislatura pelo Senhor Antônio Annibelli, governador do Paraná. Curitiba, 1955.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1956 pelo Senhor Moysés Lupion, governador do Paraná. Curitiba, 1956.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1960 pelo Senhor Moysés Lupion, governador do Paraná. Curitiba, 1960.

PARANÁ. Secretaria de Saúde e Assistência Social. Realizações do Departamento Estadual da Criança durante o governo de Moysés Lupion. Curitiba, 1951.

JORNAL "O DIA" (1940-1958)

JORNAL "DIÁRIO DA TARDE" (1940-1958)

JORNAL "CORREIO DO PARANÁ" (1940-1958)

JORNAL "ESTADO DO PARANÁ"(1951-1969)

Acervo do Arquivo Público do Paraná

PARANÁ. Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manoel Ribas à assembleia Legislativa do Estado, ao instalar-se a 3ª. Sessão Ordinária da 1ª. Legislatura, em 01/09/1937. Curitiba, 1937.

PARANÁ. Mensagem apresentada à assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1948 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná, em 01/05/1948. Curitiba, 1948.

PARANÁ. Mensagem apresentada à assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Ordinária de 1950 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1950.

PARANÁ. Mensagem apresentada à assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª. Sessão Ordinária da 2ª. Legislatura pelo Senhor Bento Munhoz, Governador do Paraná, em 01/05/1951.

PARANÁ. Mensagem apresentada à assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª. Sessão Legislativa Ordinária de 1956 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1956.

PARANÁ. Mensagem apresentada à assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª. Sessão Legislativa Ordinária de 1957 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná, em 01/05/1957. Curitiba, 1957.

PARANÁ. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª. Sessão Legislativa Ordinária de 1958 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná, em 01/05/1958. Curitiba, 1958.

PARANÁ. Mensagem apresentada a assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª. Sessão Ordinária da 4ª. Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado, em 01/05/1961. Curitiba, 1961

PARANÁ. Mensagem apresentada a assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4ª. Sessão Ordinária da 4ª. Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado, em 01/05/1962. Curitiba, 1962

PARANÁ. Mensagem apresentada a assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª. Sessão Ordinária da 5ª. Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado, em 01/05/1963. Curitiba, 1963.

PARANÁ. Mensagem apresentada a assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª. Sessão Ordinária da 5ª. Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado, em 01/05/1964. Curitiba, 1964.

PARANÁ. Mensagem apresentada a assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª. Sessão Ordinária da 5ª. Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado, em 01/05/1965. Curitiba, 1965.

PARANÁ. Mensagem apresentada a assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª. Sessão Ordinária da 6ª. Legislatura pelo Senhor Ney Paulo Cruz Pimentel, Governador do Estado, em 15/03/1967. Curitiba, 1967.

PARANÁ. Mensagem apresentada a assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª. Sessão Ordinária da 6ª. Legislatura pelo Senhor Paulo Cruz Pimentel, Governador do Estado, em 01/03/1968. Curitiba, 1968.

PARANÁ. Mensagem apresentada a assembleia Legislativa do Estado, pelo Senhor Paulo Pimentel, Governador do Estado, em 31/03/1970. Curitiba, 1979.

PARANÁ. Diretoria Geral da Educação. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, Curitiba, 1948.

PARANÁ. Diretoria Geral da Educação. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, Curitiba, 1949.

PARANÁ. Diretoria Geral da Educação. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, Curitiba, 1950.

PARANÁ. Diretoria Geral da Educação. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, Curitiba, 1951.

PARANÁ. Diretoria Geral da Educação. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, Curitiba, 1952.

PARANÁ. Diretoria Geral da Educação. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, Curitiba, 1953.

PARANÁ. Diretoria Geral da Educação. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, 1954.

PARANÁ. Diretoria Geral da Educação. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, Curitiba, 1955.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Relatório apresentado à Exma. Sra. D. Darcy Sarmanho Vargas, digníssima Presidente da Comissão Central pela Exma. Sra. D. Rosina Veiga Lopes, Presidente da Comissão Estadual do Paraná. Curitiba, 1944.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Relatório de 1946 apresentados pelo Dr. Otávio da Rocha Miranda, Presidente da LBA ao Conselho Deliberativo. Rio de Janeiro, 1947.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Governador, pelo Sr. Secretário de Estado, Dr. Abilon de Souza Naves, Curitiba, 1951.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Governador, pelo Sr. Secretário de Estado, Dr. Abilon de Souza Naves, Curitiba, 1962.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Governador, pelo Sr. Secretário de Estado, Dr. Abilon de Souza Naves, 1965.

Acervo do Juizado de Menores de Curitiba

AUTOS, Processos dos. Juizado de Menores. Curitiba, 1939 a 1969.

Acervo da Casa da Memória

REVISTA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Edição Comemorativa do Centenário do Paraná. n. 224, ano XLIV, dez. 1953.

Acervo da Secretaria da Infância e da Juventude

SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. Termo de Cessão de uso que entre si celebram o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP e a Secretaria de Estado da Saúde. Curitiba, 1997.

_____. Certidão de Registro de Imóveis nº. 97 do 1º ofício de registro de títulos e documentos referente a certificação de circunscrição do ano de 1950. Curitiba, 1953.

_____. Certidão de Registro de Imóveis do 1º ofício de registro de títulos e documentos referente a transcrição das transmissões com data de setembro de 1922. Curitiba, 1965.

_____. Certidão de Registro de Imóveis da 1ª circunscrição referente a terreno do Instituto de Ação Social do Paraná. Talão nº 467, p. 43, nº 49.643. Curitiba, 1966.

_____. Certidão de Registro de Imóveis da 1ª circunscrição referente a circunscrição com data de março de 1966, folha 59. Curitiba, 1989.

_____. Escritura Pública de Compra e Venda de terreno em Santa Felicidade pelo Instituto de Assistência ao Menor. Curitiba, 1967.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR. Notas Preliminares sobre a Questão do Menor e as Políticas Sociais no Brasil e no Paraná. Sem data. Datilografado.

_____. Histórico das Unidades Sociais Oficiais. Sem data.

INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ. Perfil Psico-Sócio-Econômico e Pedagógico do Educandário Santa Felicidade. Sem data.

_____. Ofício 047/97. Ofício encaminhado pela Diretora Técnica do IASP aos juízes e promotores da vara da Infância e da Juventude.

_____. Ofício 1169/97. Ofício encaminhado pelo diretor presidente do IASP à juíza da Vara da Infância e da Juventude.

_____. Ofício 1172/97. Ofício encaminhado pelo diretor presidente do IASP ao Promotor de Justiça.

_____. Ofício 1173/97. Ofício encaminhado pelo diretor presidente do IASP ao Promotor de Justiça.

_____. Ofício 1174/97. Ofício encaminhado pelo diretor presidente do IASP ao juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude.

Acervo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC)

CURITIBA, IPPUC. Mapa da cidade de Curitiba de 1927.

CURITIBA, IPPUC. Planta da cidade de Curitiba de 1944.

CURITIBA, IPPUC. Planta da cidade de Curitiba de 1962

Acervo particular

Livro de Registro de entradas e saídas de internos do Educandário Doutor Caetano Munhoz da Rocha do período de 1969 a 1989

Livro de Registro de internos sem identificação da instituição, provavelmente do Educandário Santa Felicidade, do período de 1958 a 1964.

Legislações

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores (Código de Menores). Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 31 out. 1927.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.

_____. Decreto nº 7.270, de 29 de maio de 1941 – Dispõe sobre o Registro de Nascimento de Menores Abandonados e dá outras providências.

_____. Decreto-Lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941 – Cria o “Serviço de Assistência a Menores” (SAM).

_____. Decreto nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942 – Cria o SENAI.

_____. Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1944 – Dispões sobre a Corrupção de Menores.

_____. Decreto-Lei nº 6.865, de 11 de setembro de 1944 – Redefiniu a competência do “Serviço de Assistência a Menores” (SAM), dando-lhe jurisdição em todo o território nacional.

_____. Decreto nº 16.575 de 11 de setembro de 1944 – Aprova o Regimento do “Serviço de Assistência a Menores” (SAM).

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 19 de setembro de 1946.

_____. Decreto nº 29.857, de 6 de agosto de 1951 – Altera o Regulamento do “Serviço de Assistência a Menores” (SAM).

_____. Decreto nº 42.510, de 26 de outubro de 1957 – Aprova o regimento do “Serviço de Assistência a Menores” (SAM).

_____. Código de Menores de 1979. Lei N 6.697, de 10 de outubro de 1979.

PARANÁ. Decreto-Lei n.º 615 de 13 de maio de 1947. Cria a Secretaria de Saúde e Assistência Social e dá outras providências. Curitiba, 1947.

Acervo da Casa Kugler (Castro)

JORNAL “CASTRO JORNAL” (1936-1963)

JORNAL “O BRAVO” (1975-1969)

JORNAL DO IAPÓ” (1975-1969)

Acervo da Hemeroteca Nacional (online)

JORNAL “CORREIO DO PARANÁ” (1925-1969)

ANEXO 1

LEGISLAÇÃO	DATA	ASSUNTO
Decreto 2.340	18/11/1920	Considera de utilidade pública municipal o Departamento da Criança no Brasil
Lei 4.242	05/01/1921	Autoriza o governo a organizar o serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinquente.
Decreto 16.272	20/12/1923	Aprova o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes
Decreto 16.388	27/02/1924	Aprova o regulamento do Conselho de Assistência e Proteção aos menores
Lei 2.059	31/12/1924	Dispõe sobre o processo de menores delinquentes
Decreto 5.083	01/12/1926	Institui o Código de Menores Obs. América Latina
Decreto 17.943	12/10/1927	Consolida as leis de assistência e proteção a menores (Código de Menores)
Decreto 22.042	02/11/1932	Estabelece as condições do trabalho dos menores na indústria
Decreto 22.494	24/02/1933	Reduz à metade os prazos da prescrição penal os menores delinquentes de mais de 18 anos e menos de 21 anos, na data da perpetração de crime ou contravenção
Lei Constitucional	13/06/1935	Exames de Menores processados
Decreto 423	12/11/1935	Promulga quatro projetos de Convenção, aprovados pela organização Internacional do Trabalho (emprego de mulheres antes e depois do parto; trabalho noturno das mulheres; idade mínima de admissão das crianças nos trabalhos industriais; trabalho noturno das crianças na indústria)
Lei Constitucional	10/11/1937	Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937
Decreto 3.342	30/11/1938	Promulga a convenção sobre a idade mínima para admissão de menores no trabalho marítimo
Decreto 2.024	17/02/1940	Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País e cria o Departamento Nacional da Criança (DNCr)
Lei 2.848	07/12/1940	Institui o Código Penal Brasileiro

Decreto 7.270	29/05/1941	Dispões sobre o registro de nascimento de menores abandonados e dá outras providências
Decreto-Lei 3.799	05/11/1941	Cria o Serviço de Assistência a Menores (SAM)
Decreto-Lei 4.830	15/10/1942	Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência (LBA), e dá outras providências
Decreto 4.048	22/01/1942	Cria o SENAI
Decreto 5.452	01/05/1943	Cap. IV. Da proteção do trabalho do menor
Decreto-Lei 6.026	24/11/1943	Dispõe sobre as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos considerados infrações penais e dá outras providências.
Lei 2.252	01/07/1944	Dispõe sobre a corrupção de Menores
Decreto-Lei 6.865	11/09/1944	Redefiniu a competência do Serviço de Assistência a Menores (SAM), dando-lhe jurisdição em todo o território nacional
Decreto 16.575	11/09/1944	Aprova o regimento do Serviço de Assistência a Menores
Decreto 9.017	23/02/1946	Dispõe sobre anexação de preceitos de puericultura à certidão do registro civil
Lei Constitucional	19/11/1946	Constituição dos Estados Unidos do Brasil
Lei 833	21/10/1949	Dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos
Lei 560	27/12/1949	Criação do Serviço de colocação familiar, junto aos juízes de menores
Decreto 29.857	06/08/1951	Altera o regulamento do Serviço de Assistência a menores
Decreto 31.546	06/10/1952	Dispõe sobre o conceito de empregado aprendiz
Lei 2.252	01/07/1954	Dispõe sobre a corrupção de menores
Projeto 1000	1954	Dispõe sobre o Código de Menores
Projeto de Lei	1955	Transforma o SAM em INAM
Lei 3.133	1957	Atualiza o Instituto da Adoção prescrita no Código Civil
Decreto 42.510	26/10/1957	Aprova o regimento do Serviço de Assistência a Menores
Declaração Universal	20/11/1959	Declaração dos Direitos das Crianças
Portaria 5-m	05/01/1959	Dispõe sobre a colaboração de particulares no que se refere à assistência social prestada pelo Serviço de Assistência a

		Menores, aos menores abandonados desvalidos
Projeto 1.926-A	1960	Dispões sobre medidas aplicáveis ais menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais, e dá outras providências
Lei 4.617	16/07/1962	Cria o Instituto de Assistência ao Menor (IAM)
Lei 4.266	03/10/1963	Institui o Salário-família do trabalhador e dá outras providências
Decreto 53.153	10/12/1963	Aprova o Regulamento do Salário-família do trabalhador
Lei 4.440	27/10/1964	Institui o Salário-Educação e dá outras providências
Lei 4.513	01/12/1964	Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências
Portaria 12	03/02/1965	Estabelece a retribuição “per capita” a ser paga às instituições particulares que mantenham, sob regime de internato, menores encaminhados pelo SAM.
Decreto 56.276	10/05/1965	Instala o Conselho Nacional da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e dá outras providências
Lei 4.655	12/06/1965	Legitimação adotiva
Decreto 56.575	14/07/1965	Aprova os Estatutos da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
Decreto 4.884	09/12/1965	Concede à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor o auxílio de CR\$6.000.000.000 (seis bilhões de cruzeiros) para fim que especifica
Lei 4.887	09/12/1965	Autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar a doação a efetuar a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional às entidades que menciona e dá outras providências
Decreto 67.324	02/10/1965	Altera os Estatutos da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
Decreto 58.268	27/04/1966	Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de

		CR\$6.000.000.000(seis bilhões de cruzeiros) para o fim que especifica
Lei 2.089	30/08/1966	Proíbe a impressão e a circulação de publicações destinadas à infância e à adolescência, que explorem temas de crimes, de terror ou de violência.
Lei Constitucional	24/01/1967	Constituição de 1967 (Título III. Ordem econômica e Social)
Lei 5.258	10/04/1967	Dispões sobre medidas aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências
Lei 5.274	24/04/1967	Salário mínimo de que trata o capítulo III do título II da Consolidação das Leis do Trabalho. “Um salário mínimo para o Menor”.
Decreto 62.125	16/01/1968	Promulga o acordo entre o Fundo das Nações Unidas para a infância e o Governo dos Estados Unidos do Brasil
Lei 5.258	10/04/1967	Lei relativa a menores infratores
Lei 5.439	22/05/1968	Dispões sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatores definidos como infrações penais e dá outras providências
Projeto 410-A	12/1968	Discussão Prévia do Projeto que cria por intermédio do Departamento Nacional da Criança, do Ministério da Saúde, Centros de Recreação, Atendimento e Assistência Infantil
Decreto Lei 593	27/05/1969	Autoriza o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência.
Decreto 66.280	27/02/1970	Dispões sobre as condições para o trabalho de menores de 12 a 14 anos
Lei 5.594	21/07/1970	Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências
Lei 5.675	12/07/1971	Dá nova redação ao art. 77 do Código de Menores.
Lei 6.016	31/12/1973	Altera o Código Penal
Lei 6.037	02/05/1974	Estende às Fundações Nacional e Estaduais do Bem-Estar do Menor a isenção de que trata a Lei 3.577.

Lei 164	03/07/1975	Gratuidade do Juizado. Dispões sobre custas de atos relativos a menores
Decreto-Lei 1.422	23/10/1975	Dispõe sobre o salário-educação
Projeto de Resolução 81	09/04/1976	Aprova o Relatório e as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a Investigar o Problema da Criança e do Menor carente do Brasil
Lei 6.439	01/09/1977	Institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social e dá outras providências
Lei 6.697	10/10/1979	Novo Código de Menores (entrou em vigor em 08/02/1980)
Decreto 83.149	08/02/1979	Aprova o Estatuto da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM
Lei 6.697	10/10/1979	Institui o Código de Menores

QUADRO 1 – LEGISLAÇÕES REFERENTES AO PERÍODO DE 1920 a 1969, REFERENTES À TEMÁTICA DA PESQUISA

FONTE: Elaborado à partir de informações contidas em Pereira (1961) e Rizzini (1997).

ANEXO 02

LEGISLAÇÃO	DATA	ASSUNTO
Decreto-Lei 615	13/05/1947	Cria a Secretaria de Saúde e Assistência Social e dá outras providências.
Lei 436	24/11/1950	Autoriza o Poder Executivo a abrir à Secretaria de Saúde e Assistência Social - Departamento Estadual da Criança - um crédito suplementar de Cr\$. 960.500,00.
Lei 682	12/09/1951	Cria a Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social.
Lei 839	30/11/1951	Concede ao Asilo São Luiz de Curitiba, um auxílio especial de Cr\$. 100.000,00.
Lei 3850	16/12/1958	Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Secretaria do Trabalho e Assistência Social, um crédito especial de Cr\$. 5.000.000,00 destinado a auxiliar a Ação Social do Paraná, no desenvolvimento e possível desdobramento da Campanha "SOCORRO ÀS OBRAS SOCIAIS DO PARANÁ."
Lei 4617	16/07/1962	Cria o Instituto de Assistência ao Menor (IAM).
Lei 5700	08/11/1967	Institui o Fundo de Assistência Social – FAZ - destinado a fornecer recursos para atendimento e amparo a família, a maternidade, a infância e adolescência, por intermédio da Assessoria Social, do Gabinete do Chefe do Poder Executivo.
Lei 5964	04/07/1969	Autoriza o IAM, a vender os bens produzidos nos estabelecimentos de menores a ele subordinados.
Lei 6087	18/03/1970	Autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, a Associação de Amparo ao Menor de Londrina.
Lei 6207	13/07/1971	Institui a Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais, com sede e foro em Curitiba.
Lei 6238	22/10/1971	Declara de utilidade pública a Fundação Patobranquense do Bem Estar do Menor "FUNDABEM". Obs.: Isso acontece com várias instituições até 1990.

QUADRO 2: PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES REFERENTES À CRIANÇA ABANDONADA /DESVALIDA/ INFRATORA NO PERÍODO DE 1947-1979 NO PARANÁ

FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

ANEXO 03:

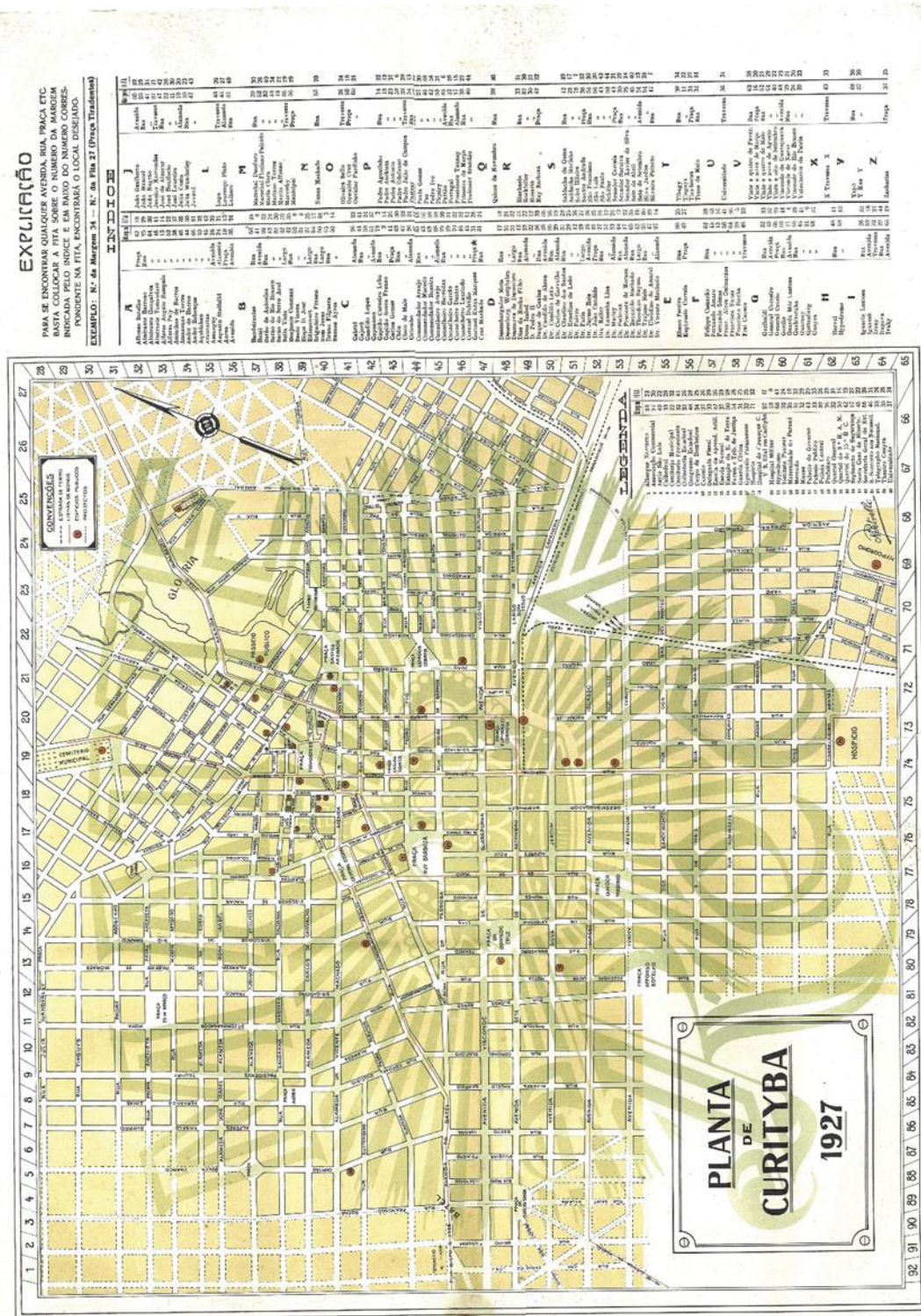
NOME	CARGO	PERIODO
MANOEL RIBAS	Governador	12.01.1935 a 10.11.1937
MANOEL RIBAS	Interventor no Regime do Estado Novo	10.11.1937 a 03.11.1945
CLOTÁRIO DE MACEDO PORTUGAL	Interventor	05.11.1945 a 25.02.1946
BRASIL PINHEIRO MACHADO	Interventor	25.02.1946 a 06.10.1946
JOÃO CÂNDIDO FERREIRA FILHO	Governador Substituto	21.09.1946 a 07.10.1946
MARIO GOMES DA SILVA	Interventor	07.10.1946 a 06.02.1947
ANTONIO A. DE CARVALHO CHAVES	Interventor	06.02.1947 a 12.03.1947
MOYSÉS LUPION (MOYSÉS WILLE LUPION DE TROIA)	Governador	12.03.1947 a 31.01.1951
GUATAÇARA BORBA CARNEIRO	Governador Substituto	25.07.1949 a 31.10.1949
BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO	Governador	31.01.1951 a 03.04.1955
ANTONIO ANIBELLI	Governador Substituto	03.04.1955 a 01.05.1955
ADOLPHO DE OLIVEIRA FRANCO	Governador	01.05.1955 a 31.01.1956
MOYSÉS LUPION (MOYSÉS WILLE LUPION DE TROIA)	Governador	31.01.1956 a 31.01.1961
GUATAÇARA BORBA CARNEIRO	Governador Substituto	31.10.1959 a 09.03.1960
NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA	Governador	31.01.1961 a 17.11.1965

AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO	Vice-Governador	31.01.1961 a 17.11.1965
AGOSTINHO JOSÉ RODRIGUES	Governador Substituto	22.05.1963 a 07.06.1963 e 15.09.1963 a 04.10.1963
ANTONIO FERREIRA RÜPPEL	Governador Substituto	17.11.1965 a 20.11.1965
ALGACIR GUIMARÃES	Governador Eleito pela Assembleia Legislativa	20.11.1965 a 31.01.1966
ALIPIO AYRES DE CARVALHO	Vice-Governador	20.11.1965 a 31.01.1966
PAULO CRUZ PIMENTEL	Governador	31.01.1966 a 15.03.1971

QUADRO n. 03: GOVERNADORES E INTERVENTORES NO PERÍODO DE 1935 a 1971.

FONTE: Elaborado com base em informações das mensagens de Governo e do Museu Maçônico

ANEXO 4



ANEXO 5



FIGURA: PLANTA DA CIDADE DE CURITIBA DE 1944
 FONTE: CURITIBA, IPPUC, 1944.

ANEXO 6



FIGURA: PLANTA DA CIDADE DE CURITIBA DE 1962

FONTE: CURITIBA, IPPUC, 1962.